

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



O Instituto de Agronomia e Veterinária [1852-1910] Ciência e Política na segunda metade de Oitocentos

João José de Almeida Barata

Tese orientada pela Prof.^a Doutora Teresa Maria e Sousa Nunes, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em História, na especialidade História Moderna e Contemporânea

2019

“Interior, Lisboa 4 de Dezembro.

Discutam, que da discussão gostamos nós. Discutam, bem ou mal, que o povo julgará das razões de cada um. Montesquieu dizia bem quando affirmava que era indiferente que se pensasse bem ou mal, mas que era Essencial nos Governos Livres que se Pensasse!”

(António Rodrigues Sampaio, *A Revolução de Setembro*, n.º 4093, 1855)

Agradecimentos

Um agradecimento primeiro é devido à minha Mestre, a Professora Teresa Nunes. Partilhando o gosto pela ciência a que desejo dedicar a vida e o meu trabalho, soube sempre compreender e dar resposta aos desgostos e frustrações postos a descoberto pela omissão de importantes fontes que permitissem desvelar de forma mais profunda a história institucional do Instituto de Agronomia e Veterinária. Em boa verdade, a sua orientação não pode ser resumida ao âmbito deste trabalho, porquanto a sagacidade dos seus conselhos antevêem dotar o aluno das capacidades e resistências necessárias à vivência de um percurso de vida que só agora se inicia. Por fim, soube privilegiar o que mais valor tem no trabalho historiográfico, as fontes.

À minha família, pelo seu apoio e carinho. Em particular, à minha mãe pela paciência que sempre teve em confortar um espírito irrequieto, nunca negando espaço à partilha de alegrias e frustrações. Ao meu pai pelo espírito crítico e a racionalidade que impõe à vida, mesmo nos piores momentos.

Ao Gonçalo, pelo espírito positivo com que encara a vida. Por nunca deixar de acreditar no meu trabalho e compreender a fundo o valor do trabalho historiográfico, bem como a importância de estudar esta instituição. À Adriana, ao Bruno, ao João, ao Paulo e à Susana pela sua amizade, o seu apoio e os seus conselhos.

À Doutora Margarida Galamba, directora da Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia, onde sempre fui muito bem recebido. Pela liberdade e confiança concedidas no acesso às fontes, determinantes na realização deste estudo, e ainda pelo interesse demonstrado com que sempre recebeu as descobertas mais ínfimas. Aos vários funcionários da B.I.S.A. pelo seu apoio.

Finalmente, este trabalho é dedicado a José Veríssimo de Almeida. O seu percurso de vida não deixa de ser um testemunho importante e um exemplo do que é sobrevir, pelo trabalho, às dificuldades e limitações; da hombridade e honestidade com que um se deve deparar com o trabalho científico; da importância e indispensabilidade da Ciência, ainda quando a sociedade não a reconheça ou valorize, e do valor da crítica como construção duradoura.

Resumo

Palavras-chave: Instituto de Agronomia e Veterinária; Agronomia; Medicina Veterinária; Silvicultura; Ensino Agrícola;

O presente estudo tem por objecto de análise a evolução institucional do Instituto de Agronomia e Veterinária, num âmbito cronológico delimitado pela sua fundação em 1852 e a implantação da República Portuguesa em 1910. Decorrendo de uma análise sumária aos antecedentes institucionais do ensino superior de agricultura, em Portugal, importa situar a institucionalização autónoma e independente dos estudos agronómicos e veterinários no contexto político português, aferindo os fundamentos que lhe foram subjacentes, mormente a caracterização do sector agrícola e a identificação das suas carências de desenvolvimento pelos agentes políticos e científicos.

Provido de várias organizações, resultando num total de nove peças legislativas aplicadas, importa aferir o contexto político e económico que as promoveu, procurando reconhecer o impacto destas no desenvolvimento da capacidade pedagógica e de investigação científica do Instituto de Agronomia e Veterinária, quanto aos meios humanos e materiais dispostos ao seu cumprimento. Em face da inexistência de um espólio institucional, procuramos averiguar o que foi o Instituto de Agronomia e Veterinária e o que deveria ter sido pela aplicação dum quadro analítico que coloque em confronto os diversos testemunhos de época, com particular atenção para os do corpo docente. Procedemos na medida do possível, ao reconhecimento de todos os agentes históricos implicados no funcionamento da Instituição.

O Instituto de Agronomia e Veterinária não foi, até ao presente, objecto de estudo historiográfico particular. O nosso estudo, sobre o seu desenvolvimento institucional, figura como um ponto de partida para análises futuras relativas à sua relação com o espaço rural português.

Abstract

Key-words: Instituto de Agronomia e Veterinária; Agronomy; Veterinary Medicine; Silviculture; Agricultural Education;

The present study has as object of analysis the institutional evolution of the Instituto de Agronomia e Veterinária, in a chronological range from its foundation in 1852, to the implantation of the Portuguese Republic in 1910. After a brief analysis of the institutional precedents of the superior studies of agriculture in Portugal, it is necessary to situate the autonomous and independent institutionalization of the agronomy and veterinary studies in the Portuguese political context, assessing the characterization of the agriculture sector and its needs of development by the political and scientific agents.

Provided of various organizations, in a total total of nine decrees, we pursue to acknowledge their impact in the development of the pedagogic and scientific research functions of the Instituto de Agronomia e Veterinária, observing the human and material resources presented to those ends. In the absence of an archive of the Institution, we try to ascertain what the Instituto de Agronomia e Veterinária was and what it could have been, applying to that end an analytical framework that confronts multiple testimonies, with particular focus on those by the faculty. We will try to identify all those who have had participation on the institution's development.

Not being, until now, object of a particular historiographical analysis, our study relative to the institutional evolution of the Instituto de Agronomia e Veterinária figures as a starting point for the development of future studies looking to inquire of its relation with the Portuguese rural area.

Índice

Introdução – Os antecedentes do ensino superior de agricultura – Propostas para a sua criação e reformulação entre finais do século XVIII à primeira metade do século XIX.....	1
Estado da Arte.....	10
I Capítulo - A fundação do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa: 16 de Dezembro de 1852.....	20
II Capítulo - O decreto de “fusão” e a integração dos estudos de medicina veterinária: 5 de Dezembro de 1855.....	55
III Capítulo - O Instituto Geral de Agricultura: 29 de Dezembro de 1864 e 8 de Abril de 1869.....	91
IV Capítulo - O Instituto de Agronomia e Veterinária: 2 de Dezembro de 1886.....	135
V Capítulo - O Instituto de Agronomia e Veterinária: As supressões de João Franco e a reforma atenuante de Bernardino Machado: 8 de Outubro de 1891 e 6 de Outubro de 1893.....	166
VI Capítulo - O Instituto de Agronomia e Veterinária: As reformas atenuantes de Augusto José da Cunha e Manuel Francisco de Vargas: 4 de Novembro de 1897 e 10 de Outubro de 1901.....	193
Conclusão.....	219
Bibliografia.....	229

Introdução – Os antecedentes do ensino superior de agricultura – Propostas para a sua criação entre finais do Século XVIII à primeira metade do Século XIX

É um facto aceite pela historiografia moderna que o principal investimento encetado, no contexto da política de melhoramentos materiais proposta na alvorada da segunda metade do século XIX, recaiu sobre as vias de comunicação e transporte, procurando assim suscitar as condições necessárias à absorção de um tão esperado aumento produtivo através da criação de um mercado interno e o reforço das ligações ao exterior.¹ Não obstante, a caracterização do programa de obras públicas, propugnado pelo movimento da Regeneração ou do Fontismo, com vista ao desenvolvimento nacional, não pode contemplar apenas aqueles investimentos materiais, correndo o risco da historiografia portuguesa praticar uma simplificação excessiva que comprometa uma apreciação aprofundada sobre as propostas apresentadas e concretizadas para a transformação do Portugal Contemporâneo na transição do sistema de antigo regime.

No caso particular do sector agrícola, apenas se torna possível compreender o desenvolvimento económico para que o Fontismo desejava remeter a agricultura nacional através de uma análise aprofundada das medidas estruturais que, para efeito, apresentou e concretizou, ou não, na prática. Paralelamente ao arroteamento de novas terras e a redução de baldios, a alteração e uniformização do sistema de pesos e medidas, ou, a título de exemplo, a continuada abolição dos vínculos ou dos morgados, medidas estruturais que procuraram libertar a propriedade, a produção e a circulação de produtos de condicionantes restritivas, creditamos que a fundação da instrução agrícola, em Portugal, se pronuncia enquanto uma das principais medidas apresentadas, e desenvolvidas, para alterar o paradigma da produção agrícola portuguesa, a partir de 1852, em particular, no que concerne à problemática tecnológica.

Apesar das críticas de que foi objecto o plano Fontista, por parte de alguns sectores da política liberal, nomeadamente relativas à importância hegemónica concedida aos melhoramentos materiais, em detrimento dos melhoramentos sociais, a instituição do ensino agrícola pode situar-se como uma das medidas implementadas, afectas àquele

¹ António José Teles, “O modelo político e económico da Regeneração e do Fontismo (1851-1890)”, *História de Portugal, Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, dir. por João Medina, vol. IX - A Monarquia Constitucional, Alfragide, Ediclube, 1993, pp. 17-18.

último campo, na certeza, em que estavam os actores político, de que seria imperativo alterar as mentalidades do meio rural português por via a torná-las mais consentâneas e a identificá-las com o carácter científico que se desejava imprimir ao processo produtivo agrícola.

Por outro lado, atesta a importância da instrução agrícola a posição central que o sector agrícola detinha na configuração da economia portuguesa oitocentista e na composição socioprofissional da população da qual 70 % se encontrava integrada nas suas actividades.² Desta feita, os estudos historiográficos sobre a agricultura portuguesa, no século XIX, são tão ou mais importantes quanto considerando a influência que, obrigatoriamente, o sector detinha sobre o desenvolvimento dos restantes sectores e, principalmente, na resolução da crónica deficiência financeira que assistia à nação portuguesa.

Baseados nestas considerações, o objecto de estudo a que nos propomos investigar e estudar incide no Instituto Agrícola de Lisboa. De entre os três graus de instrução agrícola instituídos pelo Decreto de Lei de 16 de Dezembro de 1852 apenas o terceiro, a que o nosso objecto de estudo se reporta, seria concretizado na prática³, oferecendo dessa feita uma continuidade que não se verifica nos restantes graus. O estudo de uma instituição de ensino comporta uma ampla complexidade, que resultando lógica da sua própria natureza, torna necessário proceder a uma rígida delimitação temática, salutar, a qual, ainda que restringindo o espaço da análise, resulte num trabalho que se caracterize pela profundidade e o detalhe, ao contrário do que, julgamos, resultaria se nos propuséssemos a estudar todas as vertentes da Instituição sem poder dar o aprofundamento necessário a cada uma.

Convindo na ausência de estudos sobre o Instituto, e observando que o reconhecimento do seu desenvolvimento institucional seria o único ponto lógico de partida para futuros estudos sobre a actividade dinamizada pela Instituição, é a ele que nos reportamos. A delimitação temporal do nosso estudo abaliza-se, portanto, entre a data da sua fundação, em 1852, e a implantação da República Portuguesa, cujo Regime legislaria, em 1911, pelo Ministro do Fomento, Brito Camacho, uma nova organização do ensino superior da agronomia e da veterinária de que, atendendo à independência

² Idem, *ibidem*, p. 21.

³ Joaquim Ferreira Gomes, *Estudos para a História da Educação no século XIX*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980, pp. 144-145.

científica das duas áreas, resultaria na dissolução do Instituto, tal qual se havia mantido ao longo da segunda metade do século XIX.

No contexto da fundação, importa aferir, a par das condições materiais dispostas à sua primeira constituição, as leituras de análise que, realizadas à agricultura portuguesa, pela classe política, justificavam, no entender desta, a existência de uma nova corporação científica orientada especificamente para o seu aperfeiçoamento tecnológico e científico. Ao longo dos 58 anos, sobre os quais propomos lançar a nossa análise, a designação inicial do Instituto Agrícola de Lisboa, foi alterada duas vezes, passando a designar-se Instituto Geral de Agricultura e, posteriormente, Instituto de Agronomia e Veterinária, e a sua orgânica, objecto de intervenção legislativa por diversas vezes. Na leitura a realizar sobre cada reforma, importa, em primeira instância, proceder à devida contextualização no cenário político e económico nacional por forma a compreender os intuitos que lhes subjazem, e proceder à avaliação do impacto que as contingências financeiras que sobrevieram ao tesouro português, no período referido, tiveram na evolução desta instituição de ensino.

Procurando discernir sobre o impacto que cada reforma teve na evolução do Instituto, torna-se necessário caracterizar as disposições, que comportaram, conferindo a sua concretização efectiva, ou não, e avaliando o impacto que tiveram na organização e na vivência pedagógica da instituição, recorrendo para tal aos testemunhos do corpo docente. De igual forma, por via a concluir sobre o impacto positivo ou negativo, de cada reforma, sobre a amplitude e desenvolvimento que foi permitido ao Instituto dar ao cumprimento dos seus fins, pedagógico e científico, torna-se necessário colocar em confronto os meios, materiais e humanos, de que o ensino havia sido anteriormente dotado, e as novas condições predispostas por cada reforma. Com vista àquele objectivo procuraremos atender aos relatos dos seus Professores, que mais de perto souberam apreciar as carências e necessidades do ensino e as necessidades materiais subjacentes ao desenvolvimento de novos estudos científicos.

Noutro sentido deseja-se poder também apresentar uma primeira abordagem sobre o modo de como o Instituto veio adaptar-se aos desafios que foram suscitados à agricultura portuguesa. Ainda que cientes das limitações que a mesma operação comporta, uma vez entendermos que só poderia fruir completamente quando fosse traçada a correlação entre as problemáticas particulares que subviam a cada género agrícola e a relação da produção científica produzida pelo Corpo Docente, o que se espraiava bem

além do espaço que podemos dedicar a este trabalho, mas que comporta um importante futuro desafio de investigação.

Em suma, e atendendo a que não nos foi possível dispor da existência de um espólio que, de forma directa, traduzisse fielmente o desenvolvimento da Instituição, procurámos constituir um quadro analítico, o qual, pelo confronto das suas variantes permitisse averiguar o que o Instituto foi, de facto, mas igualmente o que se desejava que fosse e, ainda, o que poderia ter sido. Desta forma, considerámos os seguintes fundos documentais: os decretos que reformaram o Instituto, por forma a entender a importância e as condições imputadas à Instituição pelo poder político; os artigos de opinião e reacção às novas organizações do ensino redigidos pelo Corpo Docente na imprensa periódica de especialidade; os discursos de abertura solene das aulas e os relatórios escolares, ambos redigidos pelos Directores; os artigos de opinião redigidos pelos alunos; as representações do Conselho Escolar do Instituto ao poder político; e as apreciações da imprensa periódica a cada reforma. Deixamos, no entanto, uma nota prévia no sentido de se compreender que a aplicação deste quadro encontra-se directamente dependente da existência das fontes, resultando, desta condicionante natural da investigação histórica, uma disparidade no número de fundos documentais utilizados na análise de cada reforma; Não obstante, não deixamos de procurar aplicá-lo, na esperança de que daí resultasse uma averiguação verídica do desenvolvimento da Escola.

Por fim, importa, no decurso do nosso trabalho proceder à identificação, pelo menos nominal, de todos os funcionários que contribuíram para o funcionamento da Instituição, recuperando a memória do seu trabalho nas mais diversas vertentes daquela.

Uma prévia e sumária referência ao processo que antecedeu e culminou na fundação do ensino da agricultura, em Portugal, e, em particular, na autonomização dos estudos superiores de agricultura, acha-se obrigatória em vista da sua extensão temporal e da sua complexidade, onde se pretende reconhecer os antecedentes institucionais do ensino superior da agricultura, e os projectos que, ainda que malogrados, foram apresentados com vista à sua fundação, resultando ambos de um longo processo de debate.

Na tese de doutoramento, sob o título, *Imprensa Periódica Científica (1772-1852)*, Maria de Fátima Nunes procurou analisar o referido “longo e complexo percurso»,

que caracterizou enquanto “fatia temporal existente entre o entusiasmo agrarista das luzes fisiocratas e a institucionalização do saber agronómico», sinalizando enquanto balizas temporais duas das mais paradigmáticas figuras da agronomia portuguesa, Félix Avelar Brotero (1744-1828) e José Maria Grande (1799-1857). Nos finais do século XVIII, mais precisamente, em 1791, a criação, “no âmbito do espírito das reformas iluminadas de D. Maria I», da cadeira de Botânica e Agricultura Geral, da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, cometida à regência de Félix Avelar Brotero, daria início ao referido processo, que já antes se achava consignado nos Estatutos da Universidade, de 1772, onde se aludia à necessidade de se especializarem os saberes que, compondo a Filosofia Natural, em particular, a história natural, a física experimental e a química, poderiam promover o aperfeiçoamento da indústria agrícola. Nesse sentido, destacar-se-ia, mais tarde, o aproveitamento possível dos recursos pedagógicos e científicos da Universidade, nomeadamente, “o Gabinete de História Natural, o Jardim Botânico e o Laboratório Químico (...) contribuindo simultaneamente para ilustrar os planos de prosperidade da agricultura”.⁴

Porém, a cadeira de Botânica e Agricultura Geral parece não ter obtido o desenvolvimento prático e de aplicação desejado, propondo o seu regente, em 1815, a necessidade da criação de “um curso específico para a agricultura”, regido por Lentes da Universidade ou membros da Academia Real das Ciências de Lisboa, ainda que garantindo o seu funcionamento “autónomo em relação a outras instituições científicas”. No mesmo sentido, era assinalada como carência a inexistência de um curso de Filosofia Natural, em Lisboa, o que evidenciava a incapacidade do poder político em promover o ensino agrícola, superior e rural, na totalidade do Reino.⁵ Na década de 30, o ensino da agricultura, no seio da Universidade de Coimbra, seria reforçado com o desenvolvimento autónomo dado às disciplinas de Mineralogia, Zoologia e botânica, passando a Agricultura a partilhar o espaço da cadeira com as matérias de economia rural e tecnologia.⁶

Em 1818, outro “marco” deste processo materializava-se na criação de “uma cadeira de agricultura”, na Academia de Marinha e Comércio do Porto, regida primeiro por Agostinho Albano da Silveira Pinto e, posteriormente, por Joaquim Navarro de

⁴ Maria de Fátima Nunes, *Imprensa Periódica Científica (1772-1852)*, Leituras de «Sciencia Agricola» em Portugal, Lisboa, Estar Editora, 2001, pp. 198-199.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 201.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 205.

Andrade. Patrocinada pela Companhia dos Vinhos do Alto Douro, a criação daquela cadeira traduziu-se, no entender de Maria de Fátima Nunes, na demonstração dos “interesses agraristas” daquela corporação comercial, bem como num “sintoma do espírito ilustrado característico da época” que, procurando conjugar a ciência e os “interesses económicos” procurava difundir uma administração científica da propriedade rural, contrária às visões de Antigo Regime e “economicamente muito rentável para o proprietário.”⁷ Joaquim Navarro de Andrade sublinharia a necessidade de se proceder à reforma daquela cadeira, chamado a coadjuvá-la as ciências auxiliares, cujo ensino, por sua vez, permitiria uma melhor percepção dos teoremas daquela primeira, e cuja ausência creditava ser a razão da baixa afluência de alunos verificada. Estas carências terão achado resolução quando, após a criação da Academia Politécnica do Porto, em 1837, sucedânea daquela primeira Academia, eram transferidos para a mesma “os saberes da agricultura, associados aos da botânica e aos da química”, constituindo cadeiras separadas, a saber, a sétima cadeira designada “História Natural dos três reinos da Natureza aplicada às artes e aos ofícios” e a décima cadeira, “Botânica, Agricultura e Economia Rural, Veterinária”.⁸

Por fim, na capital, em 1838, principiavam as aulas da 9.^a cadeira da Escola Politécnica de Lisboa, sob a designação de “Botânica e Princípios de Agricultura», regida, pelo futuro Lente do Instituto Agrícola de Lisboa, António Joaquim de Figueiredo e Silva. Ressalva, porém, que a criação da Escola Politécnica não correspondia à autonomização científica da agronomia no espaço político lisboeta, o que se achava incongruente com as “apetências pedagógicas e didáticas reveladas desde o século XVIII pela Academia das Ciências e pelo Jardim Botânico da Ajuda.”⁹

Dispersas geograficamente pelo Reino, no Porto, Coimbra e Lisboa, Fátima Nunes observa nestas iniciativas, tanto públicas, como privadas, o “desejo de espalhar pelas três cidades do País grupos de personalidades científicas oriundas do novo ramo de saberes institucionalizados pela Filosofia Natural, com a missão científica de contribuir para a regeneração da agricultura nacional”.¹⁰ Por sua vez, Maria Carlos Radich viria a caracterizar, o conjunto das mesmas, enquanto “antecedentes do ensino superior da

⁷ Idem, *ibidem*, pp. 199-200.

⁸ Idem, *ibidem*, p. 205.

⁹ Idem, *ibidem*, pp. 206-207.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 200.

agronomia em Portugal [os quais] parecem ter sido algo frágeis», sem que se lhes pudesse reconhecer a consistência que ganharia a partir de 1852.¹¹

Em 1844, a aprovação do Decreto de 20 de Setembro, apresentado pelo Governo de António Bernardo da Costa Cabral, com vista à reforma da instrução pública, fazia constar, no título IV, “*Da Instrução Agronómica*”, pela primeira vez, em documento oficial, a contingência de se poderem “estabelecer uma, ou duas Escolas para o ensino da agricultura teórica, e da agricultura pratica”, ressalvando-se a condicionante de “se oferecer oportunidade”, tendo em vista a problemática financeira e a sua solvibilidade, de que estaria dependente a sua concretização.¹² Fátima Nunes deduz, da apresentação destas disposições no Decreto sobre Instrução Pública de 1844, que “o discurso do poder se havia já alterado, quanto à institucionalização de um ensino especializado, e específico, da agronomia». ¹³ Não obstante, aquela peça legislativa não contemplaria a fundação de uma instituição de ensino superior de agricultura, sendo que, pelo contrário, dispunha um reforço das matérias auxiliares àquele ensino, no seio da Universidade de Coimbra, estabelecendo, pelo Capítulo V, “*Da Faculdade de Filosofia*”, as cadeiras de “Química orgânica, Análise Química, e Tecnologia”, “Anatomia e Fisiologia comparadas, Zoologia”, “Anatomia e Fisiologia vegetais, Botânica” ou “Agricultura, Economia Rural, e Veterinária». ¹⁴

Entre 1849 e 1852, eram apresentadas duas propostas com vista à criação de uma instituição de ensino que garantisse a institucionalização autónoma dos estudos superiores de agricultura, diversificadas nas suas fórmulas de modo a conseguir abalizar os argumentos dos que se opunham àquela fundação, mormente a despesa que seria realizada, as quais porém não teriam o seguimento favorável. O conhecimento que sobre elas podemos aferir resulta do acompanhamento que João Ignacio Ferreira Lapa realizou sobre ambas em artigos publicados na *Revista Popular*. Assim, entre 1849 e 1850, o Lente da Escola Veterinária Militar, referia a apresentação, na Câmara dos Deputados, de uma proposta da autoria do Deputado Assis de Carvalho, pela qual se pretendia estabelecer a criação de um “instituto agrícola”, resultante da união entre a existente Escola Veterinária

¹¹ Maria Carlos Correia Mendes Radich de Oliveira Baptista, *A Agronomia portuguesa no século XIX: A imagem da natureza nas propostas técnicas*, Lisboa, [s.n.], 1987. Dissertação apresentada no Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa para obtenção do grau de Doutor, pp. 730-731.

¹² Artigo 88.º, Título IV, Decreto de 20 de Setembro de 1844, *Collecção Official de Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845, p. 316.

¹³ Maria de Fátima Nunes, op. cit., pp. 206-207.

¹⁴ Artigo 112.º, Título V, Decreto de 20 de Setembro de 1844, *Collecção Official de Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845, p. 321.

Militar e uma das escolas “criadas”, ou dispostas, no Decreto de Instrução Pública, de 20 de Setembro de 1844, mas nunca concretizada na prática. Segundo Ferreira Lapa, o mérito do projecto apresentado demonstrava-se ao consagrar aquela fundação “sem pedir novas criações, nem amedrontar o espírito das economias com despesas impossíveis estabelecidas”,¹⁵ o qual, apesar do apoio que houve receber no seio da Comissão de Instrução Pública, não seria aprovado.¹⁶

Em face do insucesso daquela, uma segunda proposta era apresentada, na Câmara dos Deputados, em sessão de 10 de Julho de 1852, pelo Deputado Passos Manoel, ainda que a autoria recaísse em Aires de Sá Nogueira, então no Brasil. A apresentação da mesma não se fez sem a ressalva histórica da problemática que constituía a fundação do ensino agrícola de iniciativa estatal, em Portugal, uma vez que, já “desde 1836 tem-se querido fundar a instrução agrícola (...) mas nada se tem levado á execução”, sublinhando Passos Manoel, a “fatalidade” que era omitirem-se à principal indústria do Reino “os meios necessários para se aperfeiçoar.”¹⁷ Sob o título “Projecto para a fundação de um Instituto Agronómico Lusitano”, Ferreira Lapa lembrava, em artigo, as dificuldades inerentes à institucionalização da instrução agrícola, não deixando de sublinhar as possibilidades de sucesso que subsistiam à proposta, uma vez que propunha aquela fundação pelo investimento de capitais privados brasileiros: “Desta vez porém, talvez alguma coisa se consiga, se, como nos dizem, o sr. Ayres de Sá, arranjar uma empresa em que figuram alguns ricos brasileiros que lhes prestará os capitais necessários para as primeiras despesas.” Nesse sentido, esperava-se na possibilidade de tal projecto navegar “por entre os baixios financeiros, onde tão hábeis pilotos tem naufragado”. Inoculado o principal argumento esgrimido contra as propostas congêneres anteriormente apresentadas, ou seja, o critério da despesa, esperava-se dos poderes políticos nacionais, por uma questão de “honra nacional”, o auxílio ao que considerava ser “um empenho altamente patriótico e da maior transcendência para a nossa vida económica”, suportando

¹⁵ João Ignacio Ferreira Lapa, “Instrucção Popular. Considerações ácerca do projecto de lei do sr. deputado Assis de Carvalho Em que se trata de fundar um Instituto Agronomico”, *Revista Popular*, vol. II, n.º 43, 5 de Janeiro de 1850, pp. 340-341.

¹⁶ João Ignacio Ferreira Lapa, “Instrucção Popular. Considerações ácerca do projecto de lei do sr. deputado Assis de Carvalho Em que se trata de fundar um Instituto Agronomico”, *Revista Popular*, vol. II, n.º 44, 12 de Janeiro de 1850, pp. 349-350; Cf., Parecer da Comissão de Instrução Pública, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Sessão n.º 74, de 16 de Abril de 1850.

¹⁷ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Sessão n.º 106, de 10 de Julho de 1852.

os custos do “corpo [sic] ensinante”¹⁸ Ainda assim, o Projecto não teria o seguimento favorável.

¹⁸ João Ignacio Ferreira Lapa, “Projecto para a fundação de um Instituto Agronomico Lusitano”, *Revista Popular*, vol. V, n.º 29, Julho de 1852, p. 231.

Estado da Arte

A história do ensino agrícola português tem sido objecto de poucos estudos historiográficos, enquadrando-se na “marginalização” e no “anonimato” a que tem sido votada a evolução do ensino técnico em Portugal¹⁹. Alguns trabalhos têm procurado inverter, não sem dificuldades de monta²⁰. Reconhecendo-se como particularmente “reduzida” a produção científica nos casos do ensino agrícola e comercial²¹, também o estrato superior da instrução agrícola, em Portugal, padece dessa omissão por parte da historiografia²² não tendo sido produzido nenhum estudo particular sobre o caso do Instituto de Agronomia e Veterinária. Exceptuando o estudo *O Instituto Superior de Agronomia na segunda metade do século XX*²³, publicado em 2007, respeitante à instituição em apreço a partir de 1950, a primeira centúria da Instituição continua a carecer de investigação e tratamento por parte dos historiadores.

Não obstante, a memória da Instituição ficava salvaguardada desde finais do século XIX e nos primórdios do seguinte, atendendo ao ímpeto memorialística²⁴ que, de igual forma, extravasava o âmbito institucional e constitui parte da memória da classe profissional dos agrónomos e dos veterinários em Portugal. Abundam as evocações biográficas póstumas dos professores, escritas pelos sucedâneos, por vezes no contexto de comemorações oficiais. São exemplos as biografias dos directores e de alguns docentes, principalmente, mas não só, pertencentes à secção agronómica do Instituto, de Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo, dadas à estampa, em 1917, na obra *O antigo*

¹⁹ Luís Alberto Marques Alves, et al., *Ensino Técnico (1756-1973)*, Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 2009, p. 131.

²⁰ Para os Autores as investigações científicas sobre os ensinos agrícola, comercial e industrial têm sido dificultadas em vista do difícil acesso à documentação, quer pela falta de efectivos nos Arquivos dos Ministérios que a superentendem, resultando na incapacidade de a identificar e apresentar ao investigador, quer pela degradação ou desterro a que têm sido sujeitos os arquivos das escolas técnicas; mas também pela própria natureza de “um tipo de ensino muito específico, diversificado e a exigir uma heterogeneidade de tratamento e competências para lidar com a sua documentação”, esta que no caso do ensino agrícola se caracteriza pela “dispersão e diversidade de fontes que podem ir dos instrumentos tecnológicos utilizados, aos campos utilizados como “laboratórios de aprendizagem” até bibliotecas extremamente bem apetrechadas”, Idem, *ibidem*, pp. 131-132.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 141.

²² Uma omissão, em parte explicada, segundo os Autores, pela própria função que os Institutos técnicos adquiriram, tendo sido “durante muito tempo (sobretudo a época da Monarquia Constitucional), uma alternativa não superior a especializações nas áreas agrícola, comercial e industrial, resultando localizarem-se “num espaço pouco definido [o qual], tem resultado nalguma marginalização investigativa (...)”, Idem, *ibidem*, p. 132.

²³ António Monteiro Alves, et al., *O Instituto Superior de Agronomia na segunda metade do século XX*, Lisboa, ISA Press, 2007.

²⁴ Miriam Halpern Pereira conclui que do facto de “os próprios professores [se preocuparem] em fazer a sua história, cuja relevância compreenderam” resultou um maior conhecimento a respeito da fundação e desenvolvimento do grau superior de instrução agrícola, ao invés dos restantes graus de instrução agrícola. Miriam Halpern Pereira, “Entre Agronomia e Agronomia”, Separata das *Actas do Colóquio Ernesto do Canto – Retratos do homem e do tempo*, Ponta Delgada, [s.n.], 2003, p. 143.

Instituto Agrícola e a sua Obra (1852-1911). O Autor integrava alguns elementos biográficos a par da menção das principais comissões, serviços públicos e estudos científicos dos biografados.²⁵ Baseado nas informações de Filipe Figueiredo, Mário de Azevedo Gomes reunia alguns elementos biográficos dos Directores do Instituto, em 1958, por ocasião do Centenário da fundação do Instituto Agrícola de Lisboa, na obra, *Informação histórica a respeito da evolução do ensino agrícola superior*; limitava-se, como refere em rodapé, “a designar os cargos e distinções honoríficas das diversas personalidades”²⁶.

Nesta obra, a par da relação dos diplomados pelo Instituto, acompanhados dos títulos das dissertações e relatórios finais, constava igualmente a evolução do corpo docente, ainda que delimitada, não pelo período centenário da Instituição, mas por “momentos com especial significado na vida, uma vez secular da instituição”, nomeadamente a fundação do Instituto e o período subsequente da reforma de 1886.²⁷ Em 1984, no contexto das comemorações do centenário do Pavilhão de Exposições da Tapada da Ajuda, inaugurado no âmbito da Exposição Agrícola de Lisboa de 1884, realizar-se-iam igualmente as evocações biográficas dos professores que, pela secção agronómica, haviam pertenciam ao corpo docente do Instituto Geral de Agricultura, no ano de 1884, e participado naquele certame.²⁸

Simultaneamente, na década de 80 do século XX, a historiografia portuguesa começou a observar o Instituto de Agronomia e Veterinária enquanto objecto de análise histórica, retirando-o da omissão em que se encontrava até então. Os estudos realizados por Joaquim Ferreira Gomes apresentados na obra *Estudos para a História da Educação no século XIX*, no capítulo sob o título “Escolas Agrícolas e de Veterinária”²⁹, constituíram uma primeira aproximação a uma temática desconhecido, a partir da legislação produzida pelos governos monárquicos, à semelhança da resenha histórica

²⁵ Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo, *O Antigo Instituto Agrícola e a sua Obra (1852-1911)*, Lisboa, Typographia Castro Irmão, 1917.

²⁶ Mário de Azevedo Gomes, *Informação histórica a respeito da evolução do ensino agrícola superior*, Lisboa, Editorial Inquérito Limitada, [1958], p. 17.

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 29.

²⁸ *Comemorações do Centenário do Pavilhão de Exposições da Tapada da Ajuda – Sessão inaugural – Sessão de Encerramento*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1988.

²⁹ Joaquim Ferreira Gomes, op. cit.

redigida por D. José Luís de Saldanha Oliveira e Sousa, integrada na abertura do primeiro número dos *Anais do Instituto Superior de Agronomia*.³⁰

Não é, como indica o título, um estudo sobre o caso particular do Instituto de Agronomia e Veterinária, dado que a análise se estende sobre a evolução dos diferentes graus do ensino agrícola, assim como dos restantes ensinos técnico-profissionais ou superiores. Não obstante, não deixamos de sinalizar o valor da destriça realizada às diversas reformas por que passou a Instituição e à análise feita aos relatórios que as precedem, através das quais procurou compreender o intuito do legislador, ainda que sem esforço de averiguar a efectiva, ou não, aplicação da lei, muito em parte compreensível dado o âmbito geral da Obra. Paralelamente, a análise da legislação foi complementada pelo uso de outras fontes documentais, tais como os Discursos dos Directores nas Abertura Solenes das Aulas ou os Boletins do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, assim como de periódicos de especialidade, como *O Archivo Rural e Jornal Official de Agricultura*.

No decurso de uma narrativa naturalmente descritiva, em face do tipo de fontes consultadas, Ferreira Gomes registou algumas considerações sobre o grau superior de instrução agrícola, das quais sinalizamos as mais importantes. Nomeadamente, a relevância da criação de estruturas governativas, em particular a criação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que, tornando “mais fácil, não só inovar, lançando novas iniciativas, mas também coordenar e incrementar certas medidas dispersas que haviam sido tomadas anteriormente”, viriam permitir a concretização de “um sonho acalentado durante décadas”, a fundação do Instituto Agrícola de Lisboa, a qual teria inspiração directa na lei francesa de 2 de Outubro de 1848³¹; e a conclusão de ter sido a reforma de 1886, encetada por Emídio Navarro, a que “verdadeiramente deu o arranque ao nosso ensino agrícola, mais de trinta anos após a tentativa de Fontes Pereira de Melo”, diferenciando-a das reformas anteriormente aplicadas, em particular a da autoria de João Crisóstomo Abreu e Sousa, datada de 1864.³²

³⁰ “Instituto Superior de Agronomia. Da sua organização e das sucessivas reformas por que tem passado desde 1852, ano da sua fundação, até à data presente”, *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, ano I, nº 1, Lisboa, Tipografia da Biblioteca Nacional, 1920, pp. 7-22.

³¹ Joaquim Ferreira Gomes, op. cit., pp. 138-139.

³² Idem, *ibidem*, p. 158.

Em 1987, a tese de doutoramento de Maria Carlos Radich, *A Agronomia Portuguesa no século XIX: A imagem da natureza nas propostas técnicas*³³, veio detalhar no plano concreto a interacção entre dois fenómenos análogos, a conceptualização da Agronomia e a institucionalização desta área de conhecimento científico, em 1852. Ao mesmo tempo a Autora esforçou-se por dar uma visão genérica sobre a fundação e o desenvolvimento da Escola, apresentando argumentos em favor da cientificidade do ensino professado no Instituto e a sua actualização científica.

O debate encetado na definição do conceito de Agronomia balizava-se entre o campo da teoria científica e da prática agrícola³⁴, acrescentando também à relação dinamicamente conturbada entre a teoria e a prática científica. Fruto dos contributos de diversos agrónomos, entre os quais vários professores do Instituto de Agronomia e Veterinária, a profusão de diferentes concepções decorreria já desde finais do século XVIII, prolongando-se até finais do século XIX. A concepção da agronomia enquanto ciência, como “esboçada desde Brotero e firmemente sustentada na segunda metade do século XIX por Ferreira Lapa e outros professores”, caracterizava-se por ser a “tendência aparentemente hegemónica”. Preponderância conservada privilegiando “o papel da ciência na formação do agrónomo e na definição de agronomia.”. Nesse sentido, importou à investigação averiguar de que forma a predominância do factor científico se reflectiu na evolução dos planos pedagógicos do Instituto de Agronomia e Veterinária.³⁵

Procedendo a uma análise, não extensiva, das peças legislativas que procederam às reformas aplicadas àquela Instituição, a Autora procurou verificar se “a tendência do sistema de ensino se desenha no domínio da concepção teórica da agronomia”³⁶, através da importância delegada às “ciências fundamentais” e a “familiarização com a prática científica”. Em 1855, a junção com a Escola Veterinária Militar, viria permitir ao Instituto leccionar todas as cadeiras exigidas nos planos de curso, perspectivando Maria Carlos Radich, um acréscimo de capacidade pedagógica, ou “pelo menos de ambição por parte

³³ Maria Carlos Correia Mendes Radich de Oliveira Baptista, *A Agronomia portuguesa no século XIX: A imagem da natureza nas propostas técnicas*, Lisboa, [s.n.], 1987. Dissertação apresentada no Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa para obtenção do grau de Doutor.

³⁴ De entre as várias contribuições que a Autora apresenta, a do Professor Luís Rebello da Silva parece-nos ser a que evidência melhor esta distinção, que se pretendia sedimentar, entre a teoria e a prática científica da Agronomia e a própria agricultura, ou prática agrícola, referindo que “Não é evidentemente para aprender a guiar uma charrua ou uma grade, para atrelar um cavalo ou um boi que os nossos agricultores enviam os seus filhos ao Instituto.” Apud, Idem, *ibidem*, p. 718.

³⁵ Idem, *ibidem*, pp. 715-722.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 722.

do Instituto, em dominar o ensino de todas as ciências fundamentais”.³⁷ Outros elementos viriam a comprovar a cientificidade do ensino, nomeadamente as designações e os programas das cadeiras cuja análise permitia concluir por um “padrão de ensino técnico, mas cientificamente enquadrado”, e nos quais se sublinhava, a par de obras de autores portugueses, o domínio dos teóricos estrangeiros. Conforme expressava “por este nível de aparência, o Instituto ia conseguindo ajustar o ensino teórico à ciência escrita do seu tempo” e pela actualização científica dos programas das cadeiras. Acrescia à demonstração da conceptualização científica da agronomia o acervo da biblioteca onde sinaliza o volume de publicações periódicas, argumentando com a “atenção [conferida] às matérias não estritamente técnicas” e ao enquadramento científico da agronomia.³⁸ Face ao ensino prático, que compreendiam a extensão da teoria apresentada através da observação, experimentação e demonstração, a Autora conclui que as condições de que o “Instituto foi dispondo variaram ao sabor das reformas, das verbas e da iniciativa do corpo docente”³⁹, sendo acusada a desproporcionalidade de condições entre as cadeiras.⁴⁰

A fundação do Instituto Agrícola de Lisboa representou, segundo Maria Carlos Radich “uma peça fundamental para a solidificação da agronomia e para a afirmação de um grupo profissional, a “classe agronómica”, estruturando a sua presença no plano social de oitocentos através da sua profissionalização. A institucionalização da Agronomia veio a garantir a existência de “um suporte institucional suficientemente robusto” ao movimento de investigação e divulgação das técnicas e tecnologias agrícolas, cientificamente revistas, difundindo, assim, simultaneamente, “uma concepção predominantemente científica da agronomia.”⁴¹ Sobre o desenvolvimento dado à Instituição pelas reformas a ela aplicadas, e admitindo ser esta uma “visão redutora”, conclui que “o cômputo global de todas estas reformas parece ter sido favorável ao Instituto: face aos seus inícios, tinham crescido o número de professores, de cadeiras, de carreiras, de instalações e de meios de ensino.”⁴²

No mesmo sentido, Eugénio de Castro Caldas, Professor do Instituto Superior de Agronomia, viria a concluir, na obra *A Agricultura Portuguesa através dos tempos*⁴³, pela

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 722.

³⁸ Idem, *ibidem*, pp. 726-727.

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 727.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, pp. 728-729.

⁴¹ Idem, *ibidem*, pp. 729-730.

⁴² Idem, *ibidem*, p. 731.

⁴³ Eugénio de Castro Caldas, *A Agricultura Portuguesa através dos tempos*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.

cientificidade do ensino professado no Instituto de Agronomia e Veterinária, tendo por missão “aperfeiçoar e desenvolver a agricultura pelo ensino e pelo exemplo ou experiência”. A sua fundação, “revestida de forte significado político”, conquanto simultânea ao processo político da Regeneração, determinava, por isso, um “caminho novo” em contraponto com o carácter estático dos programas pedagógicos da Universidade de Coimbra. Incapaz de se auto-reformar, e embora reconhecida a sua tradição no ensino agrícola, nomeadamente com a criação, em 1791, da cadeira de *Botânica e Agricultura*, regida por Félix Avelar Brotero, a Universidade de Coimbra não se soube adaptar, em meados do século XIX, “às necessidades de desenvolvimento”, muito “em resultado da atitude até então assumida em relação às “especialidades técnicas”. Seria o Instituto Agrícola de Lisboa a traçar um novo caminho na formação desses técnicos e quadros superiores, prestigiando e dando “conteúdo social” às profissões daí resultantes, agrónomo, veterinário e silvicultor⁴⁴.

A par do desenvolvimento dado ao processo da institucionalização e independência científica dos estudos agrícolas, iniciado em finais do século XVIII, e ao qual nos referimos à frente, Maria de Fátima Nunes procurou interpretar a rapidez com que o ensino agrícola se havia constituído e organizado, em 1852. Explica-a segundo a “possível eficácia desempenhada pelos artigos publicistas de carácter agrário e agronómico, que após 1834 inundaram a imprensa instrutiva e científica”⁴⁵, os quais se destacaram na defesa do ensino agrícola que creditavam como ferramenta que “podia mobilizar ou fazer mobilizar a riqueza natural da agricultura e a sua rentabilidade”⁴⁶. O desenvolvimento do sector agrícola estaria dependente de diversas formas de fomento, entre as quais se demonstrava indispensável o “ensino oficial, organizado e axiomatizado por diferentes graus de dificuldade, e de especialização”⁴⁷. A defesa dessa estrutura foi realizado na imprensa periódica, através de jornais como *A Época*, *Revista Universal Lisbonense* e *Revista Popular*, “periódicos de forte intervenção cultural de feição agrarista na sociedade portuguesa”, onde colaboraram, entre outros, professores do Instituto de Agronomia e Veterinária, João Andrade Corvo, Luís Augusto Rebelo da Silva e João Ignacio Ferreira Lapa.⁴⁸ A mais, referindo-se ao leque de cadeiras instituído aquando da fundação do Instituto Agrícola de Lisboa, Fátima Nunes concluía que o

⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 363.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 211.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 212.

⁴⁷ Idem, *ibidem*.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 215.

mesmo demonstrava “os laços de correspondência entre o que havia sido desde o século XVIII o ensino superior agrícola e os novos espaços institucionalmente consagrados para os domínios da agronomia.”⁴⁹

No capítulo “A Agricultura”⁵⁰, incluso na obra *História Económica de Portugal*, a historiadora Conceição Andrade Martins perspectiva “a extensão da rede escolar e do ensino agrícola” enquanto variável qualitativa, entre outras, a atentar na ponderação do crescimento do sector agrícola, durante o século XIX, em face às dificuldades suscitadas pela utilização de fontes quantitativas, para aquele fim, uma vez não ser garantida a sua fiabilidade⁵¹. A consideração das estruturas de instrução permitem ainda reconhecer os “principais agentes do progresso oitocentista”, que consideramos sugestões e premissas de investigação muito valiosas.

Tomando em consideração as iniciativas públicas e privadas subjacentes ao crescimento agrícola, durante o século XIX, Conceição Andrade Martins extraia ser “impossível isolar e avaliar a parte que corresponde ao Estado e à «sociedade civil»”.⁵² Não obstante, tal circunstância não iludia papel devido à acção da sociedade civil, na qual se reconhece o espaço devido às organizações e elites agrárias no enunciar de diversas medidas com vista à transformação e modernização do sector. No entanto, cabia ao Estado o papel decisivo na criação e promoção de estruturas bem como da difusão dessas medidas, nas quais se incluía a instrução agrícola.⁵³

Afectos ao “campo da intervenção do Estado” a Autora destaca o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, e o Instituto de Agronomia e Veterinária, evidenciando o seu papel na irradiação dos progressos registados na agricultura portuguesa, a partir de meados do século XIX. Os esforços dos quadros foram consideráveis no estabelecimento de estruturas regionais, quintas ou estações agronómicas, dinamizadoras do “ensaio e demonstração de novas plantas, raças, técnicas e processos culturais”, e na realização de exposições regionais de produtos e alfaías agrícolas. Sublinha-se ainda o importante trabalho desenvolvido nos jornais e revistas, por cientistas e técnicos, onde se procurou divulgar e fomentar o ideal do associativismo

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 210.

⁵⁰ Conceição Andrade Martins, «A Agricultura», *História Económica de Portugal, 1700-2000*, org. de Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, vol. III – O Século XIX, 3ª ed., Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012, pp. 219-258.

⁵¹ Idem, *ibidem*, pp. 220-221.

⁵² Idem, *ibidem*, p. 246.

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 247.

agrícola e, num sentido mais prático, “os conhecimentos agronómicos, as técnicas e os meios (...) para combater as doenças dos animais e plantas”.

À luz dos vários contributos, Conceição Martins conclui que “aqueles técnicos contribuíram decisivamente para o progresso e valorização da actividade agrícola”⁵⁴. Contribuições, igualmente defendidas pelos historiadores Nuno Luís Madureira e Ana Cardoso de Matos⁵⁵, no capítulo “A Tecnologia”, incluso na mesma obra, motivadas pelas fundações das Academias e Institutos técnicos cujo primeiro objectivo seria “corresponder às novas necessidades de formação de técnicos e operários colocados pelo desenvolvimento industrial” destacando, no caso do Instituto de Agronomia e Veterinária, o contributo através dos estudos científicos desenvolvidos pelos quadros⁵⁶. Não obstante, os historiadores sublinhavam a disparidade entre o projectado na legislação e a concretização efectiva, sinalizando como causas principais a falta de dotação orçamental às Instituições, o número diminuto de técnicos formados e “em parte também por deficiência dos *curricula*”⁵⁷.

De igual forma, em face dos trabalhos desenvolvidos pelo corpo docente do Instituto nos domínios do ensino, da investigação e da propaganda técnico-científica, Miriam Halpern Pereira considerou o Instituto de Agronomia e Veterinária um “centro fundamental de irradiação do saber agronómico”, observando que desse labor de divulgação e discussão, através de diversos canais de comunicação, resultou “todo este ambiente de debate de ideias [que] traduz um dinamismo real no meio agrícola.”⁵⁸.

O Instituto de Agronomia e Veterinária mereceu, ainda, nas obras gerais de História de Portugal algumas referências, na maioria relativas à fundação, situando-a no contexto do desenvolvimento dos ensinos técnicos, levado a cabo pelo governo (1851-1856) presidido pelo Duque de Saldanha, da lavra de António Maria Fontes Pereira de Melo.⁵⁹ Acrescem também as referências a alguns momentos cimeiros do

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 253.

⁵⁵ Nuno Luís Madureira, Ana Cardoso de Matos, «A Tecnologia», *História Económica de Portugal, 1700-2000*, org. de Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, vol. III – O Século XIX, 3ª ed., Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012, pp. 189-218.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 211.

⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 195.

⁵⁸ Miriam Halpern Pereira, op. cit., p. 143.

⁵⁹ Cf., José Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. IX – O terceiro liberalismo (1851-1890), [s.l.], Editorial Verbo, 1986, pp. 339; Luís Reis Torgal, “A instrução pública”, *História de Portugal*, dir. por José Mattoso, vol. V – O Liberalismo (1807-1890), [s.l.], Círculo dos Leitores, 1993, p. 628; Luís Alberto Marques Alves, “Ensino Profissional: Agrícola, Industrial e Comercial”, *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, coord. por Fernando de Sousa e A. H. de Oliveira Marques, vol. X - Portugal e a Regeneração, Lisboa, Editorial Presença,

desenvolvimento institucional. José Veríssimo Serrão destaca, nesse sentido, e a par da formação médica de vários professores do ensino superior de agricultura, o processo de anexação ao Instituto Agrícola de Lisboa das propriedades da Granja do Marquês e Quinta das Mercês, em 1862. Admitindo a impossibilidade de “abranger a história do ensino agrícola”, e referindo-se por tal “apenas factos soltos”, assinalou sumariamente as reformas de 1864, da autoria de João Crisóstomo de Abreu e Sousa, e de 1886, da responsabilidade de Emídio Navarro, que alteraram a designação do Instituto, primeiro para Instituto Geral de Agricultura e, posteriormente, para Instituto de Agronomia e Veterinária.⁶⁰

Referindo-se à última década da centúria de oitocentos, Veríssimo Serrão concluía que a valorização concedida ao ensino técnico e profissional havia contribuído para “o desenvolvimento do Instituto de Agronomia e Veterinária, que se tornou um corpo importante do ensino superior”.⁶¹ Acerca da reforma de 1864, Luís Reis Torgal parece reconhecer na alteração à lei orgânica da Instituição uma refundação da mesma. O “Instituto de Agronomia e Veterinária” que integra no “«ensino superior politécnico»”, teria sido “Criado propriamente em 1864”, sendo fruto de antecedentes que observa serem a “Escola de Veterinária, fundada em 1830 por D. Miguel (...) mas também as experiências de ensino agrícola de 1852 e a incorporação da referida Escola de Veterinária no Instituto Agrícola de Lisboa, em 1855.”⁶²

Segundo Luís Alberto Marques Alves, no seu conjunto, a criação dos ensinos técnicos não teria tido, pelo menos, até ao final da década de 70, “qualquer impacte”, não se verificando “grande adesão por parte da população estudantil portuguesa” em vista dos diminutos números de matriculados nas mesmas. A partir de 1870, a legislação tendia a dar uma maior consistência aos ensinos técnicos nos graus elementar e secundário, o que possibilitava aos institutos técnicos “desempenhar agora uma função de maior especialização”⁶³, distinta da exercida até então; no entender de Luís Alves, “os institutos, funcionavam, sobretudo, como escolas de formação para professores do ensino elementar e secundário”, no que parece ser uma apreciação redutora das incumbências científicas

2004, pp. 324-326. Não encontramos qualquer referência ao ensino superior de agricultura na obra *História de Portugal* dirigida pelo Professor João Medina.

⁶⁰ Cf., José Veríssimo Serrão, op. cit., pp. 339-340.

⁶¹ Cf., José Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. X – A queda da monarquia (1890-1910), [s.l.], Editorial Verbo, 1988, p. 443.

⁶² Cf., Luís Reis Torgal, op. cit., p. 647.

⁶³ Luís Alberto Marques Alves, op. cit., p. 326.

de que estavam comissionados.⁶⁴ No caso particular da fundação do Instituto de Agronomia e Veterinária, o Autor registava o contributo da entidade para a descentralização do ensino superior e a diminuição do “monopólio coimbrão”.⁶⁵

⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 329.

⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 335.

I Capítulo - A fundação do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa: 16 de Dezembro de 1852

A fundação jurídica da instrução agrícola, com diploma específico, em Portugal, ocorreu definitivamente no ano de 1852. Visando “satisfazer cabalmente a todas as necessidades da indústria rural”, estabelecia para efeito uma estrutura pública de instrução agrícola tripartida. A data de 16 de Dezembro de 1852⁶⁶ sinalizava o lograr, com sucesso, de um longo movimento de debate, para aqueles cidadãos que, tendo intervindo quer na imprensa periódica, política e de especialidade agrícola, quer nas Câmaras Parlamentares, haviam propugnado pelo estabelecimento de uma rede pública de instrução agrícola. À apresentação de projectos de lei no sentido de instituir o ensino da agricultura durante a década de 40 do século XIX e primórdios da seguinte, os executivos do Conde de Tomar, António Bernardo da Costa Cabral, haviam respondido com a recusa em conceder à realização daqueles projectos, e, assim, atender à necessidade de instrução especializada subjacente ao desenvolvimento do sector agrícola. A sua concretização, então, tornara-se possível após o afastamento de Costa Cabral, ocorrido em consequência do golpe militar conduzido pelo Duque de Saldanha, João de Oliveira e Daun, em Abril de 1851.

Na alvorada da segunda metade de oitocentos, o referido golpe militar realizou-se com vista à necessária pacificação da família política portuguesa, procurando terminar as disputas políticas e ideológicas, em parte responsáveis pelos flagelos militares que haviam grassado nos campos agrícolas portugueses. A conciliação da política nacional na década de 50 traduz-se como um esvaziamento ideológico, ainda que aparente, alavancado pela influência dos vários processos políticos europeus. Nestes, onde as crises políticas haviam sido terminadas, a derrota e afastamento dos revolucionarismos e radicalismos políticos da primeira metade de novecentos permitiram a pacificação da cena política, pela imposição da moderação e dos consensos. Para o caso português a importância deste fenómeno político não é de somenos importância. Na sua leitura deve atender-se à dependência estrutural em que estava o fomento às actividades económicas da acção estatal, fenómeno que veio a revestir de suma importância a opção política e as questões por si valorizadas, atente-se: “É um movimento típico da sociedade portuguesa, onde o nível político é determinante, na medida em que o Estado controla e estimula os

⁶⁶ Decreto fundador do Ensino Agrícola e o Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa de 16 de Dezembro de 1852, D. do G. nº 300, de 30 de Dezembro de 1852.

agentes sociais e não o contrário. A Regeneração começa a nível político (...) bem-sucedida, pode finalmente afirmar-se como um amplo e lento movimento de mudança da estrutura social e económica, sempre com um papel fundamental do Estado.”⁶⁷

Em Portugal, o movimento político instituído nos meses de Abril e Maio de 1851, e cujo término alguns autores situam na década de 90, com o decorrer da crise do Ultimato Inglês, veio a ter o apoio de diferentes quadrantes políticos e ideológicos⁶⁸, que tiveram, na década de 40, por espaço partilhado a contestação ao conservadorismo protagonizado pelo Conde de Tomar⁶⁹. Momentaneamente debeladas as questões ideológicas, pelo consenso político alcançado, principalmente, através do Acto Adicional de 1852 à Carta Constitucional, a política nacional permitiu orientar o ónus da sua acção segundo o conceito teorizante e universal da *Regeneração*, o que, em suma, se viria a traduzir no desejável desenvolvimento material dos sectores produtivos.⁷⁰ Nesse sentido, inaugura-se um período que a historiografia veio a considerar, para o caso português, como a primeira fase da sua revolução industrial⁷¹. Desta feita, como viria a sintetizar, João Pedro de Oliveira Martins, respeitava à classe política portuguesa, em parte responsável pelos conflitos militares que haviam lavrado os campos agrícolas, “reconstruir primeiro as forças económicas das sociedades abaladas por longas crises doutrinárias, para depois

⁶⁷ Vide, António José Telo, “O modelo político e económico da Regeneração e do Fontismo (1851-1890)”, *História de Portugal, Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, dir. por João Medina, vol. IX – A Monarquia Constitucional, Alfragide, Ediclube, 1993, p. 11.

⁶⁸ António José Telo caracterizou essa reunião centrista como “Um amplo leque político onde predomina o centro (a direita setembrista e a esquerda cartista), com um forte apoio populista (as tendências republicanas e socialistas estão com a regeneração de início), sobe ao poder, animado da vontade de pôr ponto final na instabilidade.” No mesmo sentido, Júlio Rodrigues da Silva identifica o apoio de uma mesma amplitude política, não sem a ressalva de alertar para as óbvias dissensões, das quais damos exemplo abaixo, já existentes sobre o que considerar por “Regeneração”: “O significado político desta mudança não foi, contudo, apreendido da mesma maneira pelos diversos grupos políticos. O golpe de Estado de Saldanha, foi realizado com o auxílio de grupos oposicionistas a Costa Cabral: cartistas puros e setembristas. Contava ainda com apoios importantes no seio de uma “intelligentsia” liberal reunida em volta de Alexandre Herculano, com conveniências no próprio governo e na Corte. Assim, a ampla “coligação” que o ajudou e o utilizou tinha óbvias divergências sobre o que entendia por Regeneração. Se o equívoco inicial permitiu ainda criar um ministério, em Maio de 1851, com representantes de várias orientações (...) em breve cedeu o lugar a outro onde antigos cartistas como Rodrigo da Fonseca Magalhães e Fontes Pereira de Melo se destacavam.” Idem, *ibidem*, p. 17; Júlio Rodrigues da Silva, “O rotativismo monárquico-constitucional. Eleições, caciquismo e sufrágio”, *ibidem*, p. 48.

⁶⁹ Veja-se, para uma perspectiva geral sobre a contestação popular e política suscitadas pelas leis decretadas pelos governos liderados por Bernardo da Costa Cabral. Cf., Maria Manuela Tavares Ribeiro, “A restauração da Carta Constitucional: cabralismo e anticabralismo”, *História de Portugal*, dir. por José Mattoso, vol. V – O Liberalismo (1807-1890), [s.l.], Círculo dos Leitores, 1993, pp. 110-119.

⁷⁰ Segundo Joel Serrão, o conceito de Regeneração é suscitado pelos ideólogos portugueses como contra-resposta à “degeneração” nacional que havia resultado, segundo o seu pensamento, a perda do Império Oriental no século XVI e, por tal, o fim do segundo Império Português. Enquanto conceito operativo sofreu as naturais avaliações e modificações segundo a época, os homens e o espaço onde foi operado. No século XIX, o conceito de Regeneração, de origem francesa, é caracterizado por José Miguel Sardica, como “Inseparável *mot d’ordre* de qualquer mutação histórica importante” e localiza a sua génese no processo revolucionário francês, iniciado em 1789. Vide, também José Miguel Sardica, *A Regeneração sob o signo do Consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001, pp. 66-67.

⁷¹ Vide, António José Telo, op. cit., pp. 11-12.

voltar à moral e ao direito, reconstituindo os órgãos e funções sociais.”⁷² Não obstante, como referiu Filomena Mónica, tal não impedia que, após o golpe de 1851, a “confusão” tenha sido total: “A rainha berrava no Paço, D. Fernando tentava evitar a guerra civil, os cabralistas conspiravam, os miguelistas tinham esperanças (...) o povo agitava-se. (...) O duque da Terceira constituía um Executivo. Durou quatro dias. [E] A 1 de Maio, Saldanha era nomeado pela rainha para formar o 20.º Governo Constitucional. O duque fez-se esperar. (...) Feliz, dedicou-se à tarefa de formar governo.”⁷³

No que concerne à agricultura portuguesa, e em particular ao ensino agrícola, a importância que nos sugere ter-lhe sido delegada pelo novo círculo político da Regeneração surge, desde 1850, explanada na declaração de intenções governativas, que o Duque de Saldanha expôs, em carta confidencial a António Maria Fontes Pereira de Melo, em Setembro daquele ano. No que Maria Filomena Mónica identificou como sendo, na prática, um “plano político”⁷⁴, achavam-se, em suma, reflectidas as “ideias sobre o sistema que seguiria, se eu [João de Oliveira e Daun] presidisse ao futuro ministério, [partilhadas] aos amigos que julgo nas circunstâncias de o deverem compor e aos quais, desde já, ofereço o meu sincero e cordial apoio.”⁷⁵ Com vista a “conseguir e poder desviar do triste Portugal a catástrofe”, e a par de disposições de política interna, pacificação militar ou de organização e credibilização do Estado português, o Marechal asseverava, na 12.º disposição, a necessidade de um investimento efectivo no sistema de ensino público. Nesse, viria a discernir a atenção devida à instrução agrícola, por forma a dinamizar e desenvolver a primeira das indústrias produtivas do Reino: “[é] necessário atender ao estado da instrução em geral. (...) A instrução primaria, e a especial, e particularmente a instrução agrícola devem ser tomadas na maior consideração pelo governo. É necessário facilitar aos produtores os meios de produzir barato alargando a esfera da produção.”⁷⁶

Nesse sentido, o ensino agrícola e, em particular, os estudos superiores de agronomia deixavam de ser considerados como apenas uma possibilidade equacionada para o futuro, ou um “ensaio”, como o fora entendido pelos executivos liderados pelos

⁷² Vide, João Pedro de Oliveira Martins, *Portugal Contemporaneo*, vol. II, Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1979, p. 240.

⁷³ Vide, Maria Filomena Mónica, *Fontes Pereira de Melo - Uma Biografia*, 3.ª Edição, Lisboa, Alêtheia Editores, 2009, p. 18.

⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 12.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ João de Oliveira e Daun, Duque de Saldanha, *Carta confidencial para a António Maria Fontes Pereira de Melo*. BN/AP/FPM/Cx. 01-01.

círculos cabralistas. Nos finais de Maio de 1851, o Duque de Saldanha presidia ao 21.º Governo Constitucional, executivo que, até 1856, faria aplicar no País um largo programa de reformas estruturais. A presença de antigos cabralistas, se era controversa para algumas figuras proeminentes do liberalismo português, como Alexandre Herculano, seria, porém, imprescindível para o dinamismo reformista demonstrado por aquele governo, quando mais considerando a oposição com que as mesmas foram recebidas. No caso específico do ensino Agrícola, seriam imprescindíveis as presenças de António Maria Fontes Pereira de Melo ou de Rodrigo da Fonseca Magalhães no executivo, não apenas para a criação, como na sua defesa em sede de debate parlamentar. Simultaneamente, a importância concedida pelo primeiro governo da Regeneração ao desenvolvimento e fomento da agricultura nacional traduziu-se na orgânica estatal, com a criação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria⁷⁷ e, em particular, a Repartição de Agricultura, sobre cuja dependência se vieram a colocar as estruturas públicas do ensino agrícola.

As circunstâncias que, no entendimento da classe política da Regeneração, tornavam tão premente a necessidade de estabelecer o ensino agrícola, ou seja, a sua fundamentação e defesa encontram-se expressas no preâmbulo do decreto de 16 de Dezembro de 1852⁷⁸ que o instituiu juridicamente, e fundou, de facto, o ensino superior de agronomia, em Portugal. O seu conteúdo toma a forma do que se possa considerar um diagnóstico médico realizado à agricultura, a cuja identificação dos elementos infecciosos sucedeu a apresentação dos paliativos exigidos pela convalescença, prática que, em si, não comportava uma novidade no caso português.⁷⁹ Segundo concluía, a agricultura portuguesa encontrar-se-ia enferma, “isolada no meio dos campos” e “abandonada a si mesma”, caracterização que comporta o primeiro e mais importante argumento em prol do ensino agrícola, afora a importância indiscutível que logicamente recaía sobre o

⁷⁷ Decreto de 30 de Agosto de 1852, D. do G. nº 206 de 1 de Setembro de 1852.

⁷⁸ Decreto de 16 de Dezembro de 1852, D. do G. nº 300, de 30 de Dezembro de 1852.

⁷⁹ Não seria este o primeiro exame crítico realizado ao sector agrícola, operação que já vinha sendo praticada, de forma frequente, desde finais do século XVIII, e da qual as *Memórias Económicas* da Real Academia das Ciências são representativas. A prática do exame, a que sucede a apresentação sucessiva de aperfeiçoamentos e soluções em face das principais debilidades assinaladas no sector, preserva-se como prática estruturante do debate de que foi subsidiário o pensamento económico e agronómico de meados de oitocentos, identificando-se paralelos e tradições discursivas de longo prazo. Atente-se: “Aumentar a produção e a produtividade agrícolas tornou-se um objectivo prioritário. Nesse sentido, diversos estudiosos, em que se destacam os homens ligados à Academia das Ciências, fizeram um diagnóstico profundo do estado da agricultura portuguesa e apontaram soluções, de diversa índole, tendentes ao seu «melhoramento». Na literatura publicada sobressaem os estudos de carácter agronómico (...) e os relativos a infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento da agricultura (crédito rural, vias de comunicação e transportes, sistema de pesos e medidas.”, a que acrescem questões de propriedade. Cf., Irene Maria Vaquinhas, Margarida Neto, “Agricultura e mundo rural: tradicionalismos e inovações”, *História de Portugal*, dir. por José Mattoso, vol. V – O Liberalismo (1807-1890), [s.l.], Círculo dos Leitores, 1993, pp. 325-326.

trabalho agrícola.⁸⁰ Sucede, por isso, que reconhecendo o estágio de subdesenvolvimento associado à agricultura nacional, a imprescindibilidade de a dotar de um ensino técnico e científico era assumida como “geralmente reconhecida”. No sentido de compreender a premência com que se reivindicava a implementação daquelas, atente-se às conclusões da historiografia moderna, que através de uma aproximação cautelosa às fontes estatísticas, e pelo confronto destas com as fontes qualitativas sugere para a década de 50, o fim de um de “dois momento de aceleração da expansão agrícola”, iniciado o primeiro em 1830, e o segundo “em finais do século e nas duas primeiras décadas do seguinte.” Auxiliada por outro tipo de fontes, nomeadamente as da discursiva parlamentar oitocentista, vem a concluir que se para a década de 40 não se identificava ainda o estado de decadência da agricultura nacional, era já claro o seu estágio de estagnação. Porém, já a evolução nas décadas de 50 afirma-se negativa com a entrada “num ciclo depressivo (crise agrícola dos anos 1850)”, e que, nas décadas seguintes, se manteve em alguns dos principais géneros agrícolas portugueses.⁸¹ Pode, pois, concluir-se que as reivindicações pelas estruturas de ensino agrícola, durante as décadas de 40 e 50, configuram em si, em vista da consciência que têm os seus propugnadores da progressiva diminuição da sua capacidade produtiva apresentada pela agricultura nacional, uma das principais ferramentas com vista ao debelar das referidas crises. Simultaneamente, deve atender-se ao período em questão, que era, ainda, o da transição entre o Antigo Regime e a prática liberal, e para o qual alguns historiadores identificam, em particular para a agricultura, uma “difícil situação”.⁸² Isto, em vista, das “devastações causadas pela guerra e à própria instabilidade política [a que acresciam estruturais] os não menos gravosos elos senhoriais ou feudais, ainda na altura em vigor. Múltiplos e pesados tributos - entre os quais os conhecidos foros -, anquilosados direitos banais, restrições ao direito de propriedade e à produção e circulação de bens constituíam outros tantos elementos bloqueadores”. A mesma estaria, assim, inclusa numa “crise muito mais vasta [manifestada] na sua

⁸⁰ No seu primeiro discurso enquanto director-geral do Instituto Agrícola de Lisboa, José Maria Grande constataria a importância essencial e indiscutível da actividade agrícola em relação ao crescimento populacional, às restantes indústrias, ao comércio e ao Estado: “A importância da indústria agrícola dá-lhe um indisputável direito á protecção dos poderes públicos. A agricultura é quem nutre e fomenta a população; quem alarga a área dos consumos (...) quem cria as matérias primas, quem fornece as artes, quem multiplica as subsistências (...) é ainda a agricultura quem fornece trabalho a mais de quatro quintos da nossa população; quem paga ao Estado a maior parte dos impostos (...)”. Cf., José Maria Grande, *Considerações sobre os principaes obstaculos que se oppõem ao aperfeiçoamento da nossa agricultura e sobre os meios de os remover pelo Conselheiro José Maria Grande, Discurso pronunciado por ocasião da Inauguração do Instituto Agrícola de Lisboa pelo Director Geral do mesmo Instituto o Conselheiro José Maria Grande*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853, p. 6.

⁸¹ Conceição Andrade Martins, “A Agricultura”, *História Económica de Portugal, 1700-2000*, org. por Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, vol. II-O Século XIX, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012, pp. 221-223.

⁸² J. Amado Mendes, “Evolução da economia portuguesa”, *História de Portugal*, dir. por José Mattoso, vol. V – O Liberalismo (1807-1890), [s.l.], Círculo dos Leitores, 1993, pp. 315-319.

pluridimensionalidade humana, política, social, cultural e, obviamente, económica” que, desde 1826, os primeiros executivos de D. Pedro IV, principalmente através da acção legisladora de Mouzinho da Silveira, procuravam resolver, e, em cuja continuidade, antevemos dever-se situar a criação do ensino técnico-científico orientado para a actividade agricultura nacional, em 1852.

Isolada e regida unicamente pela “autoridade das tradições”, a primeira e mais importante indústria nacional conservava, em meados do século, e à margem das leis científicas, processos considerados “rotineiros”, subsidiários de um conhecimento ancestralmente apreendido. Importava, por isso, que as práticas “fatalmente autorizadas pelo tempo”, cuja produtividade não se encontrava validada cientificamente, fossem objecto de ampla revisão pelas ciências agrónomicas, apesar do seu recente desenvolvimento. Nem por isso a novidade que comportavam obstava àquela operação, pelo contrário reafirmava a sua necessidade. Segundo José Maria Grande⁸³, primeiro director-geral do Instituto Agrícola de Lisboa, dado que a agronomia houvesse já adquirido certa consistência científica, através da “filosofia experimental do nosso tempo”, discorria lógica a necessidade de se proceder àquela revisão, tanto quanto à sua divulgação, pois, “se as principais doutrinas das ciências agrícolas são novas, e pouco conhecidas, é claro que por isso mesmo devem ser generalizadas com profusão”.⁸⁴ Ressalvava-se, porém, no preâmbulo do decreto fundador, o “grande discernimento” com que se deveria proceder à concertação entre a prática agrícola e as leis científicas, atendendo aos perigos da ortodoxia de ambos os campos, dado convir que “os interesses do produtor” poderiam ser “igualmente lesados, quer pelo seu aferro às usanças antigas,

⁸³ José Maria Grande (1799-1857). Formou-se, em 1823, bacharel em Medicina pela Universidade de Coimbra e, em 1838, obteve o grau de Doutor em Medicina na Universidade de Lovaina, na Bélgica. Foi lente proprietário da cadeira de Botânica na Escola Politécnica de Lisboa, Director do Jardim Botânico da Ajuda e primeiro Director do Instituto Agrícola de Lisboa. No decorrer da Guerra Civil (1828-1834) teve grande participação no movimento revolucionário contra o absolutismo de D. Miguel I, em Portalegre, tendo sido membro da Junta Provisória Governativa do Alentejo, em 1833, cuja derrota motivava o seu exílio. Findo o conflito, em 1834 seria nomeado subprefeito da comarca de Portalegre, e posteriormente prefeito interino da província do Alentejo e Governador Civil de Portalegre, do qual seria demitido, em 1836, após a Revolução de Setembro. Inicialmente apoiante de António Bernardo da Costa Cabral, seria mais tarde parte da oposição às políticas daquele, tendo apoiado o Golpe do Duque de Saldanha, em 1851, bem como o subsequente Ministério de Fontes Pereira de Melo e Rodrigo da Fonseca Magalhães. Foi Deputado em diversas legislaturas, compondo várias Comissões Parlamentares permanentes, entre as quais da de Agricultura, na qual participou entre 1840 e 1845. Em 1853, foi nomeado Par do Reino. Defendeu o regime proteccionista para a agricultura e indústria, promovendo a sua modernização, bem como o desenvolvimento das vias de comunicação. Zélia Pereira, “GRANDE, José Maria (1799-1857)”, *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, dir. e coord. por Maria Filomena Mónica, vol. II, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – Assembleia da República, 2005, pp. 366-369.

⁸⁴ Vide, José Maria Grande, *Relatório sobre os trabalhos escolares, processos, operações e serviços ruraes instituídos no Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa durante o anno escolar de 1853-1854*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854, p. 6.

quer pela sua afeição supersticiosa aos processos modernos”, pelo que concluíam ser pouca “toda a circunspecção [na] adopção destes meios.”⁸⁵

No contexto interno, o reforço da argumentação em prol da criação do ensino agrícola, tal como exposta pelo preâmbulo ao decreto de 1852, realizou-se pela comparação entre o desempenho das indústrias agrícolas e das indústrias fabris nacionais. Imputando às últimas o desenvolvimento, desejado para o sector agrícola, confirmavam-se, exemplarmente, as vantagens decorrentes da sua permeabilidade aos “benefícios da civilização” e aos “progressos da ciência”, que, afirmavam, “tão vantajosos e prestadios têm sido às indústrias fabris”. O atraso tecnológico da agricultura nacional explicar-se-ia, segundo o entendimento de Maria Grande, quando atendendo a que se encontravam omissas para a agricultura, as condicionantes externas favoráveis responsáveis pelo desenvolvimento das indústrias fabris, nomeadamente, a sua localização próxima dos centros urbanos, o volume de investimento, a mão-de-obra disponível, ou os requisitos do mercado para o qual produzia⁸⁶: “A Agricultura pelo contrário, estranha ao grande movimento das cidades, vivendo só de si mesma, confinada nas aldeias e nos campos, tendo ordinariamente os seus centros de produção a grande distância dos do consumo, carecendo às vezes de braços e de capitais, menos acessível às lições da ciência, marcha mais tardia e descuidosa na senda escabrosa do seu aperfeiçoamento”.⁸⁷ O isolamento da agricultura nacional ditava, portanto, a sua impermeabilidade em face do conhecimento científico, e obstava, inclusive, ao desenvolvimento de investigação científica orientada para o aperfeiçoamento tecnológico e para a modernização dos processos de produção, conclusão demonstrada cabalmente pelo próprio desenvolvimento assimétrico de áreas científicas que tinham aplicação comum em ambas as indústrias, e de que a mecânica era exemplo primeiro: “E assim vemos que a mecânica explicava já a teoria das machinas a vapor, e calculava rigorosamente a acção deste poderoso agente, quando não tinha ainda resolvido o problema da acção de uma simples charrua - construía os mais complicados

⁸⁵ Preâmbulo do Decreto de 16 de Dezembro de 1852, D. do G. n° 300, de 30 de Dezembro de 1852.

⁸⁶ Em 1854, José Maria Grande viria a explicitar os factores que, no seu entender, a par do desenvolvimento tecnológico, haviam permitido às indústrias fabris encetarem um processo de aperfeiçoamento que à altura contrastava veemente com a realidade agrícola, a saber: as condições favoráveis ou mínimas de produção agrícola; a sua localização nas cidades, “grandes centros de civilização”, reconhecendo aí a existência de um “impulso”, que se traduzia nas “exigências do fausto, os caprichos do luxo e da moda, o domicilio nas cidades”, ou seja, na existência de um mercado e no factor da concorrência pela “competência”. A mais, cita a existência abundante de investimento, assim como de mão-de-obra, e a “divisão do trabalho. Por fim o auxílio sempre prestante das ciências histórico-naturais e físico-matemáticas [as quais] tem facilitado os seus processos, e enriquecido os seus produtos de um modo prodigioso”. Vide, José Maria Grande, *Relatorio sobre os trabalhos escolares, processos, operações e serviços ruraes instituidos no Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa durante o anno escolar de 1853-1854*, [...], p. 3.

⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 4.

instrumentos astronómicos, e não tinha nem ao menos pensado no aperfeiçoamento das ferramentas agrárias mais elementares - traçava metodicamente o cavename de um vaso de guerra, e ainda ignorava a maneira de afeiçoar as curvas da aiveca de um arado.”⁸⁸

O atraso e estagnação imputados à agricultura nacional sublinhavam-se, de forma ainda mais gravosa, quando confrontados com o progresso conhecido pelas suas congéneres europeias. Exemplares, aquelas encontrar-se-iam em gozo directo dos proveitos alcançados através dos “melhoramentos agrícolas recentemente introduzidos”. O progresso desses resultava em razão de um ensino agrícola “largamente derramado”, e fora suscitado, de igual forma, pela difusão do associativismo agrícola, entre outros mecanismos, que os Regeneradores desejavam poder aplicar à agricultura nacional: “O ensino agrícola acha-se hoje largamente derramado em todas as nações cultas da Europa. Fundam-se em toda parte escolas praticas, institutos agronómicos, granjas e quintas exemplares; hortas experimentais e de aclimação; conselhos, comícios e sociedades agrícolas; exposições, prémios e festas rurais.”⁸⁹

Ao longo do século XIX, assiste-se à difusão e a afirmação dos princípios liberais ao nível político e económico, de que, em Portugal, as elites políticas, intelectuais e científicas da Regeneração eram representantes e propugnadores. O preâmbulo, que precedeu o decreto de 1852, demonstra a especial atenção com que era recebida a evolução do comércio internacional, onde se antevia e desejava vir a afirmar-se o liberalismo económico, de inspiração inglesa⁹⁰ que, em suma, determinava a livre-troca de produtos entre as nações reduzindo os direitos alfandegários, anteriormente impostos à entrada de produtos estrangeiros, por forma a proteger as indústrias nacionais, porém, de forma artificial. A intervenção estatal na economia através da aplicação de direitos seria nefasta e antagónica ao princípio da iniciativa privada e da sua livre-concorrência, tendo na política inglesa o exemplo-fronteiro na aplicação prática daqueles princípios,

⁸⁸ José Maria Grande refere, então, no seu *Relatório*, outros dois exemplos de aplicação de desenvolvimento científico. A contabilidade, de utilidade estratégica na gestão da propriedade agrícola por contabilizar o custo de produção, e as ciências fisiológicas, relativamente ao funcionamento dos organismos vegetais. “A contabilidade, há tanto tempo aplicada às indústrias manufactora e comercial, apenas nestes últimos tempos tem começado a coadjuvar de um modo sistemático a agricultura (...) sem este rigoroso barómetro do custo da produção nunca o agricultor poderá dirigir-se com segurança na escolha do melhor, e mais proveitoso sistema de culturas. As ciências fisiológicas (...) começam apenas a pressentir os arcanos do organismo e da vida vegetal.” Idem, *ibidem*, pp. 4-6.

⁸⁹ José Maria Grande, *Considerações sobre os principaes obstaculos que se oppõem ao aperfeiçoamento da nossa agricultura e sobre os meios de os remover pelo Conselheiro José Maria Grande, Discurso pronunciado por ocasião da Inauguração do Instituto Agricola de Lisboa pelo Director Geral do mesmo Instituto o Conselheiro José Maria Grande*, [...], p. 6.

⁹⁰ Jean Touchard, *História das Ideias Políticas. Da revolução americana ao marxismo*, vol. III, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2009, p. 96.

nomeadamente pela abolição das Corn Laws, em 1846, que revogaram os direitos alfandegários estabelecidos sobre o trigo estrangeiro. Antevendo, perante o exemplo da maior potência comercial europeia, a prossecução a nível internacional da liberalização do comércio, e atendendo aos arcaísmos estruturais da produção agrícola nacional, resultava a conclusão lógica subjacente de que não seria possível aos agricultores portugueses dotarem-se de níveis de competitividade suficientes que, perante a apresentação de produtos estranhos de baixo custo ao consumidor, permitissem manter a posição dos seus produtos quer no mercado interno, quer no externo, sob pena de aniquilação concorrencial: “A nossa agricultura será infalivelmente aniquilada na luta de uma concorrência inevitável, se o custo das suas produções não for diminuído progressivamente.” Ao não acompanhar o caminho de progresso protagonizado pelas agriculturas europeias, era inevitável a “posição de deplorável inferioridade”⁹¹ em que a agricultura portuguesa se colocava. Abjectos aos monopólios mantidos de forma artificial, em si antagónicos ao progresso pelo aperfeiçoamento, as consequências do torpor demonstrado pelo sector seriam tanto lógicas e graves, como justas, se avisadamente não fossem alterados os modos de produção: “Se melhores e mais esclarecidos métodos, se instrumentos de trabalho mais económicos e expeditos não vierem diminuir o custo de produção, nós veremos definhando muitas das nossas culturas - e esmagadas por uma concorrência inevitável, achar-nos-emos quase excluídos dos mercados estrangeiros, onde apenas nos será dado aparecer com aquelas produções, que a excelência do nosso clima monopoliza nas nossas mãos, a despeito da imperfeição dos nossos processos”.⁹² É, pois, também na projecção internacional da economia portuguesa, e no que, em particular, concerne a agricultura nacional, que se deve também situar a criação do ensino agrícola, porquanto respeitava, em suma, à necessária diminuição do custo de produção, que influindo decisivamente no custo do género apresentado ao consumidor, seria a sua principal vantagem concorrencial. De resto, à posteriori indicamos que fora esse mesmo elemento que veio a permitir aos produtos de outros continentes, como a América ou a África, conquistarem os mercados europeus, não poucas vezes substituindo os géneros agrícolas portugueses.⁹³ A questão do atraso

⁹¹ José Maria Grande, *Considerações sobre os principaes obstaculos que se oppõem ao aperfeiçoamento da nossa agricultura e sobre os meios de os remover* pelo Conselheiro José Maria Grande, *Discurso pronunciado por ocasião da Inauguração do Instituto Agrícola de Lisboa pelo Director Geral do mesmo Instituto o Conselheiro José Maria Grande*, [...], p. 5.

⁹² Idem, *ibidem*, pp. 6-7.

⁹³ Cf., Miriam Halpern Pereira, *Livre câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos, 1971, pp. 12-13.

agrícola português, não seria, por tal, de somenos importância, porquanto em vista da inexistência de um mercado interno, que absorvesse a produção agrícola, suscitava-se a dependência do sector perante os mercados externos, ainda que as políticas da Regeneração tenham procurado suscitar aquele pelo desenvolvimento das vias de comunicação, base do desenvolvimento perspectivado pela teoria económica livre-cambista, e que caracterizou à posteriori a política económica regenerativa.^{94 95}

Como consequência última da falência da agricultura nacional em se aperfeiçoar e em se projectar vantajosamente nos mercados internacionais, antevia-se, como consequência última, a perda da própria independência nacional. É também nesse sentido que Maria Grande defendia a urgente criação do ensino agrícola, argumentando que se com vista à conservação daquela se procedia ao aperfeiçoamento técnico e especializado das armas, de igual forma, e em maior razão, se justificaria o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas agrícolas, cujo desempenho contribuiria para crucial objectivo. O mesmo se aplicaria com a formação militar dos soldados, comparando a estes os lavradores: “Se as Baionetas são pois necessárias para sustentar a independência e dignidade das nações os arados não são menos necessários para as manter na abundância e na opulência; e se as armas que a pátria confia á lealdade de seus filhos devem ser feitas nas melhores oficinas (...) os instrumentos de produção precisam de ser também aperfeiçoados e manejados por hábeis operários para que os produtos possam concorrer em barateza e perfeição com os países mais avançados.”⁹⁶ Atendendo à gravidade das eventuais consequências futuras, por isso mesmo, abertas as aulas do Instituto Agrícola de Lisboa, o seu primeiro director, ao convir nos obstáculos interpostos à fundação do ensino agrícola, imputaria as responsabilidades à classe política portuguesa, uma vez que “Retardar por mais tempo a realização deste belo pensamento, continuar a deixar no abandono, e entregue a si mesma a arte, que nutre e que abriga os homens, fora um imperdoável desleixo.”⁹⁷ Acrescia que, do ponto de vista histórico, a recusa da esfera governativa em basear o fomento ao sector agrícola na instrução, ou seja, pela ciência, configurava em si uma abjuração do exemplo das grandes figuras históricas nacionais,

⁹⁴ Vide, António José Telo, op. cit., p. 17.

⁹⁵ Cf., Miriam Halpern Pereira, op. cit., pp. 11-12.

⁹⁶ Cf., José Maria Grande, *Relatorio sobre os trabalhos escolares, processos, operações e serviços ruraes instituidos no Instituto Agrícola de Lisboa no anno agrario de 1854-1855 pelo conselheiro José Mari Grande*, Lisboa, Imprensa Lisboa, 1855, p. 7.

⁹⁷ José Maria Grande, *Considerações sobre os principaes obstaculos que se oppõem ao aperfeiçoamento da nossa agricultura e sobre os meios de os remover pelo Conselheiro José Maria Grande, Discurso pronunciado por ocasião da Inauguração do Instituto Agrícola de Lisboa pelo Director Geral do mesmo Instituto o Conselheiro José Maria Grande*, [...], p. 5.

considerados, “cultores apaixonados” das artes e das ciências, tanto quanto o investimento estatal no ensino e investigação superior da agronomia configuravam opções estratégicas que respeitariam a memória e a identidade nacional: “Esta nossa terra, nem é nem foi jamais estranha a nenhuma casta de grandezas. A ciência tem tido aqui sempre cultores apaixonados (...) Contamos desde remotos tempos entre os nossos Príncipes escritores distintos, nautas intrépidos, guerreiros ilustres, e mártires heróicos. O amor da ciência, o da *pátria*, e o da religião exararam as páginas mais gentis da nossa história, uma das mais belas da Europa.”⁹⁸

Em vista do exposto, em suma, as razões prementes que suscitavam o necessário alargamento da instrução aos agricultores portugueses, a criação do ensino agrícola configurou uma primeira resposta prática e objectiva ao atraso demonstrado pela agricultura nacional, tanto em vista dos outros sectores produtivos nacionais, como das suas congéneres europeias. Porém, o exemplo estrangeiro não configurou apenas como um aviso, para os Legisladores, mas também um exemplo. Em 1852, a fundação do ensino agrícola português fora subsidiária do modelo de ensino agrícola francês, importando os seus graus de instrução e estabelecimentos.^{99 100}

Ao terceiro grau de instrução agrícola, ou de instrução superior agrícola, correspondeu o Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa, cuja fundação respeitava a dois objectivos primordiais, a saber, a divulgação do conhecimento agronómico e o continuado desenvolvimento através de investigação científica, em vista de “um longo estágio” de desenvolvimento que ainda teria a percorrer dada a sua recente alvorada. Demonstrava-o o grande volume de questões prementes sobre as quais a agronomia teria de discernir, nomeadamente, as relativas à optimização da produção agrícola, no que

⁹⁸ José Maria Latino Coelho, José Maria Grande, *Discurso recitado na sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa de 19 de Novembro de 1856 pelo Presidente da 1.ª Classe, servindo de Vice-Presidente da Academia. José Maria Grande e Relatorio dos trabalhos da mesma academia lido na sobredita sessão pelo secretario geral interino Jose Maria Latino Coelho*, Lisboa, Typographia da Academia, 1856, p. 4.

⁹⁹ Atente-se ao que os Professores Cincinato da Costa e D. Luís de Castro explicam na obra que apresentam sobre o ensino superior de agronomia, em Portugal, à Exposição Universal de 1900, em Paris, França: “C’est ainsi, qu’obéissant à l’impulsion donnée en France au cours de l’année 1848, par le ministre Tourret, notre gouvernement fut amené en 1852 à préparer et à edicter la loi fondamentale de l’enseignement agricole en Portugal” Cf., Bernardino Camilo Cincinato da Costa, D. Luís Filipe de Castro, *L’Enseignement supérieur de l’agriculture en Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900, p. 14; Cf., Joaquim Ferreira Gomes, op. cit., p. 139.

¹⁰⁰ Na abertura do ano lectivo de 1861-1862, o lente Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão, ocupando, interinamente, o cargo de Director-Geral, optou por rememorar a criação do Instituto, contextualizando-a em relação às instituições de ensino agrícola, em diversas nações europeias. Referindo-se, em particular ao ensino agrícola francês, “confiado o do 1.º grau às quintas de ensino; o do 2.º às escolas regionais; e do 3.º ou superior ao Instituto Nacional agronómico de Versailles”, concluía: “Estas são as verdadeiras fontes da nossa legislação sobre instrução agrícola.” Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão, “Discurso proferido na abertura das aulas do Instituto agricola de Lisboa, no dia 5 de Outubro de 1861, pelo professor de agronomia e lavoura, C. M. F. da Silva Beirão, servindo de director geral”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. IV, 1862, p. 258.

concerne a instrumentos e técnicas, ou ao aprofundamento do conhecimento sobre os géneros agrícolas autóctones, assim como, o seu aperfeiçoamento e melhoramento: “A ciência, finalmente, estuda, profunda as leis da produção vegetal e animal, e introduz, fundada na experiencia, novos sistemas, melhora os antigos, e lança a industria agrícola no caminho de um aperfeiçoamento racional e progressivo. [porém,] Posto que a ciência agrícola tenha feito nos nossos dias progressos admiráveis (...) Há ainda a resolver problemas e questões da mais elevada transcendência. Estas questões são relativas aos sistemas de cultura, á confecção e modo de obrar dos estrumes, e dos correctivos; ao sistema dos afolhamentos, e dos pousios; á aclimação das plantas exóticas, á naturalização dos animais, ao melhoramento das raças, ás vantagens da estabulação, ás artes agrícolas, e a muitos outros assumptos (...)”¹⁰¹.

Quando o Instituto Agrícola de Lisboa foi criado, determinava-se que servisse “ao mesmo tempo de escola regional” ¹⁰², uma das três escolas legisladas¹⁰³, que correspondiam ao grau secundário de instrução agrícola. A integração da Escola Regional de Lisboa no Instituto, com a designação completa de Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa, explica-se em vista da necessidade da formação de novos quadros de docência, indispensáveis ao estabelecimento efectivo do primeiro e segundo grau da rede de ensino agrícola, sendo, por isso, “conveniente que a instrução agrícola recebesse, n’uma das escolas regionais, um largo desenvolvimento, para que aí se pudessem habilitar os professores da ciência e os agrónomos, que se quisessem dedicar ao seu progressivo adiantamento.”¹⁰⁴

Em 1852, eram três os cursos conferidos pelo Instituto, a saber, abegão¹⁰⁵, lavrador¹⁰⁶ e agrónomo.¹⁰⁷ Os dois primeiros, próprios do ensino agrícola secundário¹⁰⁸,

¹⁰¹ Preâmbulo do Decreto de 16 de Dezembro de 1852, D. do G. nº 300 de 30 de Dezembro de 1852.

¹⁰² Art.º 25.º, Decreto de 16 de Dezembro de 1852, D. do G. nº 300 de 30 de Dezembro de 1852.

¹⁰³ Determinava-se que as restantes escolas regionais fossem fundadas em Viseu e em Évora. Art.º 9.º, *ibidem*.

¹⁰⁴ Preâmbulo do Decreto de 16 de Dezembro de 1852, D. do G. nº 300 de 30 de Dezembro de 1852.

¹⁰⁵ Abegões eram os “criados de lavoura encarregados da abegoaria (ou abegaria) ou seja, dos “bois, arado, charrua, e tudo o mais com que se lavra, assim não vivente como animado (...) compreende o gado e as alfaías utilizados na lavoura, assim como “o telheiro ou caso onde se guardam os animaes e alfaías da lavoura, e se fabricam os instrumentos ruraes”. Isabel Franco, Luís Carlos Amaral, “Abegão”, *História do Trabalho e das Ocupações*, coord. por Nuno Luís Madureira, vol. III – A Agricultura: Dicionário, Oeiras, Celta Editora, 2002, pp. 139-140.

¹⁰⁶ Termo com definição ambígua e diversa, descreve geralmente aquele que lavrava a terra, fosse por bois próprios ou de outrem, por charrua, enxada ou arado, alterando a designação segundo o instrumento de trabalho, e hierarquizando-se socialmente conjuntamente com outras designações tais como seareiro e cavador. A sua definição altera-se consoante a geografia em que era utilizado, ou seja, segundo o ambiente socioeconómico particular em análise. José Vicente Serrão, “Lavrador”, *ibidem*, pp. 64-67.

¹⁰⁷ Art.º 30.º, Decreto de 16 de Dezembro de 1852, D. do G. nº 300 de 30 de Dezembro de 1852.

¹⁰⁸ O decreto determina no artigo 24.º que “Haverá nas escolas regionais dois cursos: um para abegões, e outro para lavradores.”. Cf., Art.º 24.º, *ibidem*.

tinham a duração de dois e três anos, e habilitavam para os “lugares subalternos das escolas agrícolas e das matas do Reino”, e “provimento dos empregos superiores das mesmas matas [do Reino]” e para a regência das “cadeiras de agricultura dos liceus”¹⁰⁹, respectivamente. Já o último, respeitando ao grau superior, tinha a duração de quatro anos e habilitaria ao “provimento das cadeiras das escolas regionais e outras escolas superiores do Reino”, bem como para a “direcção dos jardins botânicos, que não tiverem Directores especiais, estabelecidos por Lei”.¹¹⁰ No geral, a pedagogia do Instituto distinguia-se entre doutrinal, exemplar, e experimental: “A instrução doutrinal é dada nas cadeiras da escola; a exemplar no campo destinado às culturas aperfeiçoadas, e a experimental no campo destinado aos ensaios e às experiências.”¹¹¹

No que concerne à “instrução doutrinal”, a oferta formativa compreendia sete cadeiras, correspondendo ao quadro das disciplinas do grau secundário, a que acresciam as disciplinas de Botânica, Fisiologia Vegetal, Zoologia, Anatomia e Fisiologia Comparadas¹¹²: “O quadro das cadeiras desta escola é o seguinte: 1.^a Elementos das ciências histórico-naturais, elementos de física, química, e geologia agrícolas. 2.^a Zoologia, anatomia, e fisiologia comparadas. 3.^a Botânica, e fisiologia vegetal. 4.^a Agricultura geral. 5.^a Culturas especiais. 6.^a Zootecnia, e princípios de veterinária. 7.^a Economia agrícola, administração e contabilidade rural, artes agrícolas, legislação e engenharia rural.”¹¹³ Preceituava-se a possibilidade do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que tutelava o ensino agrícola, alterar, ouvido o Conselho Escolar, a distribuição das disciplinas pelas cadeiras, e, desde logo, se admitia a necessidade futura de desdobrar, em duas cadeiras, as matérias leccionadas na quinta e na sétima cadeiras¹¹⁴. Isso mesmo viria a acontecer, no mês de Janeiro de 1853, dividindo-se as disciplinas contidas, inicialmente, na sétima cadeira, por duas cadeiras, ou seja, permaneceriam

¹⁰⁹ Art.º 43.º, *ibidem*.

¹¹⁰ *Idem*, *ibidem*.

¹¹¹ Preâmbulo do Decreto de 16 de Dezembro de 1852, D. do G. n.º 300 de 30 de Dezembro de 1852.

¹¹² Comparativamente, o quadro de cadeiras apresentado pelo Instituto é muito semelhante com aquele que foi estabelecido para o grau secundário: “O quadro das cadeiras desta escola é o seguinte: 1.º Elementos das ciências histórico-naturais, recebendo mais particular desenvolvimento a botânica, elementos de física, química e geologia agrícolas. 2.º Agricultura geral, e culturas especiais. 3.º Zootecnia e arte veterinária. 4.º Economia agrícola, administração e contabilidade rural, artes agrícolas, legislação e engenharia rural.” A distinção entre os dois graus demonstrava-se, a par das disciplinas teóricas específicas para o terceiro grau, pelo aprofundamento teórico dado neste último, uma vez que o ensino secundário deveria ser essencialmente prático, ainda que sustentado minimamente pela teoria científica: “O ensino deverá sempre tomar a direcção pratica, dando-se pouco desenvolvimento a todas as teorias, que não tenderem imediatamente a esclarecer os sistemas e operações agrarias.” Cf., Artigos 20.º ao 22.º, *ibidem*.

¹¹³ Art.º 27.º, *ibidem*.

¹¹⁴ Art.º 29.º, *ibidem*.

naquela “a economia e legislação agrícola, e a administração e contabilidade rural;” e colocar-se-iam, em “cadeira especial”, “as artes agrícolas e a engenharia rural”.¹¹⁵

Ao curso de abegão não corresponderiam nenhuma daquelas cadeiras, e seria leccionado, tanto na sua vertente prática como teórica, pelos “maiorais da quinta exemplar” e o “chefe dos trabalhos da quinta exemplar, em conformidade com o programa, que lhe for traçado pelo Conselho do Instituto Agrícola”.^{116 117} Ao curso de lavrador cumpriam todas as cadeiras, com a excepção da segunda e a terceira. Para o curso de Agrônomo exigia-se a frequência em todas as cadeiras¹¹⁸, acrescentando as cadeiras auxiliares de Física, apenas a primeira parte, e Química, leccionadas na Escola Politécnica de Lisboa.¹¹⁹ As cadeiras oferecidas ao curso de lavradores e de agrónomos, apresentavam-se divididas em duas partes, geral e complementar, sendo a última “especialmente, para a instrução dos agrónomos”.¹²⁰

Não considerando as cadeiras auxiliares, ainda assim, o Instituto não leccionaria, nos primeiros três anos do funcionamento, todas as cadeiras dispostas aos seus cursos, mas apenas entre a quarta e a sétima, ou oitava, cadeiras, quando considerando o desdobramento daquela última. A primeira cadeira deveria ser ensinada na “aula estabelecida pela Academia Real das Ciências”, e fora-o, segundo um programa traçado “de acordo com a Direcção do Instituto agrícola, o que concorreu particularmente a imprimir-lhe o carácter especial que devia ter”.¹²¹ Já as segunda e terceira cadeiras corresponderiam às “aulas da Escola Politécnica”¹²², sendo ainda leccionado nessa Escola o “Curso do primeiro ano de desenho”.¹²³

¹¹⁵ Decreto de 7 de Janeiro de 1853, D. do G. nº 8 de 10 de Janeiro de 1853.

¹¹⁶ Art.º 30.º, Decreto de 16 de Dezembro de 1852, D. do G. nº 300 de 30 de Dezembro de 1852.

¹¹⁷ Para o programa do curso de Abegões vide, D. do G. nº 222 de 9 de Dezembro de 1853.

¹¹⁸ Segundo o primeiro Regulamento do Instituto Agrícola, de 1853, as cadeiras distribuir-se-iam durante os quatro anos do curso de Agrónomos, da seguinte forma: “1.º Ano. Química e física elementares: princípios de história natural. Primeira parte de física. Primeira parte de química. Botânica e fisiologia vegetal. Curso do primeiro ano de desenho na escola politécnica. Exercícios práticos. 2.º Ano. Agricultura geral. Segunda parte de química. Zoologia, anatomia, e fisiologia comparadas. Uma parte de artes agrícolas. Contabilidade rural. Exercícios práticos. 3.º Ano. Uma parte de culturas especiais. Economia agrícola, legislação, contabilidade, e administração rural. Engenharia rural, e outra parte de artes agrícolas. Exercícios práticos. 4.º ano. A outra parte de culturas especiais. Zootecnia e princípios de veterinária. Repetição de agricultura geral. Exercícios práticos.” Art.º 20.º, *Regulamento do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa*, Decreto de 15 de Junho de 1853, D. do G. nº 166 de 18 de Julho de 1853.

¹¹⁹ Art.º 30, Decreto de 16 de Dezembro de 1852, D. do G. nº 300 de 30 de Dezembro de 1852.

¹²⁰ Art.º 21.º, Decreto de 15 de Junho de 1853, D. do G. nº 166 de 18 de Julho de 1853.

¹²¹ José Maria Grande, *Relatorio sobre os trabalhos escolares, processos, operações e serviços rurais instituidos no Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa durante o anno escolar de 1853-1854 pelo conselheiro José Maria Grande Director do mesmo Instituto*, [...] p. 18.

¹²² Art.º 28.º, Decreto de 16 de Dezembro de 1852, D. do G. nº 300 de 30 de Dezembro de 1852.

¹²³ Art.º 20.º, Decreto de 15 de Junho de 1853, D. do G. nº 166 de 18 de Julho de 1853.

Os estabelecimentos anexos, em número de sete, estabelecidos pelo decreto de lei de 1852 sustentavam, no quadro geral dos objectivos traçados para a Instituição, a pedagogia adoptada, que se distinguia entre ensino exemplar e prático ou demonstrativo, e o desenvolvimento científico das várias áreas que compunham as ciências agrónomicas. Determinava-se que fossem “imediatamente estabelecidos” três estabelecimentos, que correspondiam ao cumprimento inicial daqueles três propósitos, respectivamente: “1.º Uma *quinta exemplar* com a necessária extensão de terreno, para nela se estabelecerem os sistemas de cultura, cuja imitação mereça ser recomendada”, “2.º Um tracto de terreno, próprio para experiências e para ensaios agrícolas, principalmente de aclimação” e “3.º Um horto próprio para cultivo de viveiro das plantas mais importantes à nossa indústria agrícolas.” Os restantes, cuja fundação se pautaria pelo desenvolvimento da Instituição, adicionariam capacidade de investigação científica sobre saberes específicos, por exemplo, na área da sericicultura ou da construção da mecânica agrícola: “4.º Um estabelecimento de sericicultura”, “5.º Uma oficina de construção de máquinas, e de instrumentos agrários”, “6.º Uma fabrica de destilação de águas-ardentes”, “7.º Os necessários cabanões e estábulos para o alojamento dos gados”¹²⁴

Em finais de 1853, o Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa encontrava-se estabelecido no Palácio localizado na propriedade da Cruz do Tabuado. A escolha deste local foi encetada pelo próprio Ministro das Obras Públicas, António Fontes Pereira de Melo, o qual, na qualidade de Presidente do Conselho Geral do Comércio, Agricultura e Manufacturas¹²⁵, anunciava a esse mesmo órgão consultivo, em 15 de Novembro de 1852, data da acta da sua instalação, ter já “alguns trabalhos prontos para apresentar a cada uma das secções”¹²⁶. À secção de agricultura, uma das três constitutivas, Fontes Pereira de Melo apresentava o seu projecto relativo ao edifício onde estabelecer o Instituto Agrícola de Lisboa, para “levantamento do qual havia já visitado um edificio publico desta Capital, que lhe pareceu reunir as condições precisas”¹²⁷. Relativamente ao ensino agrícola e, em particular o terceiro grau, desconhecemos as discussões realizadas em sede daquele

¹²⁴ Art.º 32.º, Decreto de 16 de Dezembro de 1852, D. do G. nº 300, de 30 de Dezembro de 1852.

¹²⁵ Órgão consultivo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, foi instituído conjuntamente com aquele Ministério por decreto de 30 de Agosto de 1852, D. do G. nº 206 de 1 de Setembro de 1852.

¹²⁶ A primeira secção de agricultura do C. G. C. A. M., compunha-se à altura de quatro vogais, a maioria, em nosso conhecimento, propugnadores da causa da instrução agrícola. A saber, Aires de Sá Nogueira, proponente da segunda e última iniciativa, anterior a 1852 para a fundação de um Instituto, António Joaquim de Figueiredo e Silva, lente da cadeira de Botânica na Escola Politécnica de Lisboa, e futuro lente do Instituto Agrícola; José Maria Grande, futuro Director-Geral do Instituto Agrícola, Marquês de Ficalho, e Rafael José da Cunha. Decretos de 9 de Novembro de 1852, D. do G. nº 269 de 13 de Novembro de 1852.

¹²⁷ Arquivo Histórico de Economia. Acervo Infra-estruturas, transportes e comunicações. Livro de Actas do Conselho-Geral do Comércio, Agricultura e Manufacturas - Acta primeira de Instalação, 15 de Novembro de 1852.

Conselho, dado as Actas adiantarem pouca informação, e não nos ter sido possível consultar as Actas da secção de agricultura, por deslocadas ou omissas; sabemos apenas que, na terceira sessão do Conselho, ocorrida em 23 de Novembro de 1852, se procedeu à “apresentação e discussão do ensino agrícola”.

O referido Palácio, situado na Cruz do Tabuado, era antiga pertença de uma capela instituída, por pessoas singulares, sob a administração do Hospital Real de S. José. A proposta de lei apresentada, em 30 de Julho de 1853 à Câmara dos Senhores Deputados, pelo Ministro da Marinha, o Marquês de Loulé, Nuno Moura Barreto, porém da autoria de Fontes Pereira de Melo, estabelecia que fosse concedida autorização ao governo para “adquirir e incorporar nos próprios nacionais, mediante a justa indemnização [através de títulos de dívida fundada no valor de 300\$000 réis] ao Hospital Real de S. José, o palácio com as suas pertenças rusticas e urbanas (...) para no dito prédio se estabelecer o Instituto Agrícola de Lisboa”.¹²⁸ Ao parecer favorável da Comissão de Fazenda da Câmara dos Deputados, em 4 de Agosto de 1853¹²⁹, seguir-se-ia a aprovação da mesma proposta pela Câmara dos Pares, convertida em Projecto de Lei e enviada ao sancionamento real, onde receberia igual aprovação.¹³⁰

Inicialmente prevista para 15 de Setembro, a inauguração das aulas do Instituto Agrícola, no ano lectivo de 1853-1854, só se celebrou em 3 de Novembro de 1853¹³¹. O atraso justificava-se pelas obras de adaptação¹³² a que fora necessário proceder para albergar o Instituto, não, de imediato, no edifício do Palácio da Cruz do Tabuado, mas num “pequeno edifício situado dentro da quinta da Bemposta, para nele se colocarem provisoriamente aulas, em quanto se não realizava a projectada aquisição do palacete da Cruz do Tabuado, destinado para assente definitivo da escola.”¹³³ Assim o pronto funcionamento das aulas, em 1853, apenas foi possível através da doação condicionada do Regente do Reino, D. Fernando II, do Palácio Real, e da contígua Quinta da Bemposta, ao Instituto Agrícola. Operação sancionada pela Vedoria da Fazenda da Casa Real “em 8

¹²⁸ Arquivo Histórico Parlamentar, Projecto de Lei nº 116/X/1.º: Secção VI. Maço 9-A. Capa 23. - Proposta de Lei nº 109-B, 30 de Julho de 1853.

¹²⁹ Arquivo Histórico Parlamentar, Projecto de Lei nº 116/X/1.º: Secção VI. Maço 9-A. Capa 23. - Parecer nº 116 da Comissão de Fazenda.

¹³⁰ Na sessão de 21 de Dezembro de 1853 a Câmara dos Dignos Pares informa a Câmara dos Senhores Deputados de ter sido aprovado e enviado à sanção real o Projecto referente à sub-rogação do Palácio da Cruz do Tabuado. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Sessão nº 3, de 21 de Dezembro de 1853.

¹³¹ Portaria de 5 de Setembro de 1853, D. do G. nº 211 de 8 de Setembro de 1853.

¹³² Portaria de 6 de Setembro de 1853, D. do G. nº 214 de 12 de Setembro de 1853.

¹³³ Vide, José Maria Grande, *Relatório sobre os trabalhos escolares, processos, operações e serviços ruraes instituídos no Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa durante o anno escolar de 1853-1854*, [...], p. 9.

de Julho de 1853, [para] *que na real quinta da Bemposta fosse estabelecido o Instituto Agrícola de Lisboa*, sem que por isso se considerasse separada aquela quinta e palácio do domínio da coroa.”¹³⁴ Apesar de que, como deixou explanado, José Maria Grande, em 1853, “para isso [tivesse sido] necessário vencer bastantes dificuldades, a maior parte delas suscitadas pelo seu arrendatário”, porém, “pôs o Instituto em estado de poder dar começo aos seus trabalhos rurais.”¹³⁵

Para albergar o Instituto Agrícola, o Palácio da Cruz do Tabuado “experimentou uma notável transformação, depois das construções e modificações que nele se fizeram”. A tal ponto fora proficuamente aproveitado, que Maria Grande não hesitava em reconhecer “que parecia na verdade haver sido expressamente fundado para o estabelecimento de uma escola agrícola.”¹³⁶ Adicionalmente a “alguns gabinetes e oficinas” transferidos do edifício provisório da Quinta da Bemposta, não especificados por Maria Grande, instalaram-se, nas salas do Palácio da Cruz do Tabuado os serviços necessários ao funcionamento da instituição, isto é, secretaria, “casas do conselho, e de recepção” e o gabinete da direcção. Do ponto de vista pedagógico, aproveitaram-se “duas espaçosas salas do edificio” para o estabelecimento das aulas. A biblioteca ficava “em uma outra sala assaz apropriada para o estudo. [sendo que] A mobília desta sala é cómoda e de bom gosto”.

Quanto à colecção de obras que a compunha, esta não contava “um grande número de obras”, mas, sim “muito escolhidas e próprias para o ensino, tanto das ciências agronómicas, como daquelas que lhe são subsidiárias.” O espólio da biblioteca era formado por uma “colecção mandada vir de Londres e de Paris” e dos subsídios de corporações científicas portuguesas, nomeadamente, “uma colecção completa das obras públicas pela nossa Academia Real das Ciências”, assim como, “de igual natureza” doadas pela Sociedade Promotora da Indústria Nacional, pela Sociedade de Ciências Médicas e pela Sociedade Farmacêutica Lusitana. Acresciam, por fim, “algumas publicações periódicas agrícolas, tanto francesas como inglesas.”

O anfiteatro, “simples e elegante”, com a capacidade para 100 pessoas, resultava da transformação de um grande salão do Palacete, e achava-se “suficientemente

¹³⁴ José Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos successivos reinados da Monarchia*, t. III, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1873, p. 180.

¹³⁵ Vide, José Maria Grande, *Relatorio sobre os trabalhos escolares, processos, operações e serviços ruraes instituidos no Instituto Agrícola e Escóla Regional de Lisboa durante o anno escolar de 1853-1854*, [...], p. 10.

¹³⁶ Idem, *ibidem*, pp. 11; 13;

iluminado, bem ventilado, e acústico.” Do ponto de vista, simultaneamente, pedagógico-prático e científico instalara-se “na casa mais espaçosa do edifício” o gabinete das colecções agrárias. Este era constituído por “uma copiosa colecção de produtos naturais e agrícolas”, adquirida na Exposição Universal de Londres, de 1854, e posteriormente oferecida ao Instituto por meio do Ministério tutelar. Compunham-na “óleos, cervejas, lãs, algodões, sedas, metais, rochas”, provenientes das mais diversas origens, especificando-se a Turquia, Itália, Bélgica, França, Espanha e Argélia. Juntava-se àquela colecção espécimes de “madeiras e terras aráveis” nacionais doadas pelo Jardim Botânico da Ajuda e colhidas pelo lente da quarta cadeira, Agricultura Geral, nos solos dos concelhos fronteiros ao de Lisboa, tendo as últimas sido utilizadas no ensino demonstrativo daquela mesma cadeira. Existia ainda um “gabinete de preparação, e de instrumentos físicos”, cuja colecção “modesta mas útil” contava com instrumentos ópticos, meteórico e geodésicos. Adaptara-se um edifício contíguo ao Palácio para estabelecer o estábulo onde conservar os exemplares pecuários necessários às aulas de zootecnia., nomeadamente “vacas de leite e animais de tiro”, cumprindo o sétimo estabelecimento anexo legislado. As cocheiras foram transformadas em armazéns e oficinas rurais. Dispersas, dispunham-se ainda as casas do abegão, do contínuo e do fiel dos armazéns.¹³⁷

Apesar das primeiras aulas terem sido estabelecidas, provisoriamente, num edifício da Quinta da Bemposta, a utilização dos terrenos “só pôde verificar-se no próximo passado mês de Janeiro” de 1854.¹³⁸ Em vista do “deplorável estado” em que a Quinta havia sido entregue à administração, primeiro fora necessário atender-se a remediar aqueles defeitos e à reorientação dos terrenos, inicialmente de recreio, para o novo fim pedagógico e científico: “adubaram-se, romperam-se, e nivelaram-se muitas terras; cortaram-se as árvores silvestres que se acharam gravemente deterioradas e que impediam a fundação de valiosas culturas; (...) Conservadas portanto as principais ruas da quinta, as outras desapareceram para nos darem o espaço e a luz de que se carecia. Desembaraçado o terreno foi necessário roteá-lo.”¹³⁹. Esperavam instalar naqueles terrenos os três primeiros estabelecimentos anexos, mas, segundo José Maria Grande, a aptidão seria diferente segundo cada um.

¹³⁷ Idem, *ibidem*, pp. 10-13.

¹³⁸ Idem, *ibidem*, p. 9.

¹³⁹ Idem, *ibidem*, pp. 10; 22;

Para estabelecer a Quinta Exemplar, ou seja, o primeiro estabelecimento anexo pelo qual se instituiriam os “sistemas de culturas”, e que Grande designa por “*granja modelo*”, os terrenos seriam pequenos e pouco acidentados, porém, ainda assim o chefe de trabalhos produziria uma relação do “complexo de culturas que devem instituir-se neste estabelecimento”, segundo as indicações do Conselho Escolar¹⁴⁰. Quanto aos dois últimos primeiros estabelecimentos anexos previstos, ou seja, a “quinta experimental” e o horto agrícola ou viveiro, que Grande designa por “pequeno campo de culturas exemplares próprio para as demonstrações do ensino”, os terrenos demonstravam “bastante aptidão”.¹⁴¹ Apesar do início dos trabalhos ter sofrido demoras em vista de factores externos, como os “mais de dois [meses] de quase contínuas chuvas” ou o facto de grande parte da superfície arável da Quinta estar ocupada por cevada, sendo apenas possível proceder ao estabelecimento das “culturas que lhes estão destinadas” depois da colheita, ainda assim o cômputo geral seria positivo quer quanto às operações rurais, quer quanto às experiências e demonstrações pedagógicas: Feita a lavoura, semearam-se “os nossos trigos”, que por fim, “saiu grado e limpo; a palha substancial e folhuda”, e os cereais “mereceram os gados dos muitos lavradores que os viram”. “Os milheirais da quinta foram também semeados (...) Tivemo-los de sequeiro e de regadio”, comparando-se o modo de semear e sachar a terra; “A quinta experimental também não foi infeliz na plantação das árvores frutíferas. Quase duas mil terão sido plantadas nas ruas e nos pomares, sendo raras as que se tem perdido”. Optava-se por “árvores de pevide e de caroço”, “laranjais”, “tangerinas”, “amoreiras”, “nogueiras” e “oliveiras de alto e baixo fusto”.

No terreno hortícola comparavam-se “dois sistemas de irrigação”, e entre “as culturas [sic] hortícolas ali estabelecidas, merecem em particular estudo uma vigorosa esparragueira (...), os quadros de cultura experimental dos milhos e das leguminosas de diversos países (...), os de cultura das cucurbitáceas, e nomeadamente o dos melões que foram [sic] exquisitos, e notáveis pelo tamanho (...) As batatas foram cultivadas por meio da charrua e do arado”. “Os nossos viveiros também esperam por estas duas estações [Outono e Primavera], para serem amplamente povoados [...] O terreno destinado á cultura e aclimação das plantas exóticas já existe também em estado de as receber [...] Os prados artificiais só esperam pelas primeiras águas para serem semeados”; “Existe também amanhã e pronta uma porção de terreno de encosta para a plantação da vinha”;

¹⁴⁰ Sobre uma relação mais pormenorizada daquelas culturas, vide, idem, *ibidem*, p. 20.

¹⁴¹ Idem.

quanto aos prados admitia-se “Fomos infelizes em algumas culturas secundárias e pouco importantes”, a par de “alguns outros pequenos contratempos [que] experimentámos ainda, provenientes quase todos da irregularidade do ano”.¹⁴²

Para tais operações e tarefas assumia-se indispensável a colecção das “principais máquinas e instrumentos aratórios, tanto antigos, como modernos”, os quais formavam uma “escolhida colecção destes agentes de trabalho, possuída pelo Instituto” a utilizar na “quinta exemplar [que] servia de aula”, uma vez estabelecida a asserção de que “não é possível melhorar as culturas sem o emprego de ferramentas e de instrumentos aperfeiçoados”. Para esse efeito, o decreto havia estabelecido uma oficina de máquinas e instrumentos agrícolas correspondente ao quinto estabelecimento anexo, e que pela descrição crítica de Maria Grande podemos concluir ter sido criada: “A abegoaria, que devera ser uma vasta e perfeita oficina de instrumentos agrários, não pode ainda corresponder à expectativa da escola. [em vista da falta de pessoal. Ainda assim] Não queremos com isto dizer, que a abegoaria tenha sido inteiramente improdutiva, pois que alguns instrumentos e máquinas hão sido feitas e concertadas (...)”.¹⁴³

Criados o quinto e o sétimo estabelecimentos anexos, abegoaria e estábulo, respectivamente, faltaria ainda estabelecer o quarto e o sexto, referentes à sericicultura, e à destilação da água-ardente, de que o Relatório de 1853-1854 não dá conta. Porém, sabemos que a fundação daquele primeiro fora adiada pelo Conselho Escolar, uma vez que “julgou oportuno adiar esta construção até que o Lente de artes agrícolas e engenharia rural, examinasse no estrangeiro os aperfeiçoamentos ultimamente introduzidos nesta arte agrícola.”¹⁴⁴ O lente, em causa seria João de Andrade Corvo, enviado à Exposição Universal de Paris, em 1855, na qualidade de comissário da representação portuguesa.¹⁴⁵

¹⁴² Idem, *ibidem*, pp. 21-33.

¹⁴³ No sentido de uma futura comparação com outras instituições estrangeiras de ensino, por forma a determinar a actualização tecnológica do Instituto, e também a sua capacidade em produzir e transformar os seus próprios instrumentos, atente-se na relação dos mesmos detidos pelo Instituto: “O Instituto possui efectivamente excelentes charruas de Dombasle, bons arados americanos, belos sachos de cavalo a que demos o nome de *sachadores* (boutoirs), o sachador belga, o de Rosé, o de Dombasle; bons extirpadores; enxadas de cavalo; grades de ferro e esgraminhadores feitos na nossa abegoaria; uma das melhores charruas da borda de água, o arado talvez mais eficaz do Alentejo, o de Moura, (...) uma charrua de rotear, uma outra de subsolo, o rolo de Croskil que serve ao mesmo tempo de esterroador e de debulhador, vários carros e entre eles um de construção aperfeiçoada, feito na abegoaria do Instituto, duas carroças e entre elas uma igualmente feita nesta oficina, dois corta-palhas, e um corta raízes, um rolo de compressão, máquinas de fazer manteiga, de fazer queijos, de ensacar, e vários outros instrumentos e ferramentas (...)” Vide, idem, *ibidem*, pp. 21-22; 33.

¹⁴⁴ José Maria Grande, *Relatório dos Trabalhos Escolares, Processos, Operações e Serviços Rurais instituídos no Instituto Agrícola de Lisboa no anno agrario de 1854-1855 pelo Conselheiro José Maria Grande Director do mesmo Instituto*, [...], pp. 10; 23-25.

¹⁴⁵ Adicionalmente, João de Andrade Corvo estaria incumbido de estudar as máquinas agrícolas, de proveniência estrangeira, passíveis de serem aplicadas ao panorama agrícola português. Cf., Nuno Luís Madureira, Ana Cardoso de Matos, “A Tecnologia”, *História Económica de Portugal, 1700-2000*, org. por Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, vol. II - O Século XIX, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012, p. 199.

A instalação dos três primeiros estabelecimentos anexos acha-se também confirmada pelo Relatório do Conselho de Aperfeiçoamento do Instituto Agrícola de Lisboa, pela descrição que dá do parco desenvolvimento daqueles, por forma a demonstrar o quão exíguos e insuficientes eram os terrenos da Quinta da Bemposta para os fins que neles se preceituavam. Da limitada extensão daquela resultava, por isso, “que muitas culturas não podem convenientemente estabelecer-se, tais como as de matas, de vinhedos, etc. (...) Não é possível estabelecer-se ali, nem bons, nem extensos prados para abastecer o número e variedade de gados indispensáveis ao granjeio, ao estudo experimental e demonstrativo da zootecnia, e ao de uma grande parte das artes agrícolas.” Apesar de fundado, o horto agrícola, respeitante ao terceiro estabelecimento, não poderia desenvolver-se “para não roubar o espaço necessário aos ensaios da lavoura; e que, em quanto se não puser à disposição do Instituto maior área de cultura, mal poderá passar das suas reduzidas dimensões, nem admitir o número conveniente dos espécimes culturais”. As limitações influiriam também negativamente quanto à vertente prática e demonstrativa da engenharia agrícola, porquanto o “campo reservado para a lavoura é, apesar disto, ainda mui limitado; os alunos não podem adestrar-se convenientemente no manejo das diversas máquinas aratórias, nem ensaiar-se nas práticas do nivelamento, desenho e levantamento de plantas, nem executar todos os sistema de irrigação, a [sic] drenage, e outros processos de enxugo”.

Por fim, carecia da água suficiente, que “nunca será de mais n’uma quinta de ensino, onde as operações se têm de precipitar, e varar muitas vezes independentemente do ensejo das estações”. Já de si limitada e incapaz de responder às áreas exigidas pelas culturas, tanto quanto ao espaço para o ensino prático e demonstrativo, acrescia a dificuldade de “uma parte da qual [se achar] consagrada aos trabalhos práticos da Escola do Exército”, pelo que, não era desajustada a conclusão expressa, em 1856, no Relatório do Conselho de Aperfeiçoamento em ser: “A primeira e capital necessidade do Instituto Agrícola, é a de um domínio muito mais vasto do que aquele que lhe proporciona a Quinta da Bemposta.”. Em resumo, “esta propriedade, além de acanhadíssima não oferece nem os acidentes, nem as exposições, nem a vária natureza geológica que necessariamente deve apresentar qualquer quinta exemplar, não já de uma escola de índole e transcendência do Instituto, senão mesmo de uma escola agrícola de segundo ou de terceira ordem”.¹⁴⁶

¹⁴⁶ *Relatório do Conselho de Aperfeiçoamento do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa*, de 18 de Janeiro de 1856, D. do G. nº 62 de 13 de Março de 1856.

Observe-se, resultava ainda omissa a “granja modelo” referida por Maria Grande, e que o Relatório do Conselho de Aperfeiçoamento designava por “quinta de especulação”, porque em vista daquelas limitações, concluía-se que “n’uma estreita área de terreno são inconciliáveis a especulação com o ensino”. Convergindo ambas no mesmo fim que era o pedagógico, distinguiram-se na natureza do seu ensino e na participação do próprio aluno: “Na quinta de ensino é forçoso para que todos os alunos vejam e pratiquem o mesmo objecto, fazer e desfazer, começar e recomeçar [devendo por isso] sempre dar perda”. Já a quinta de especulação, onde se apresentavam os modelos de cultivo mais aperfeiçoados, atender-se-ia aos “períodos regulares e seguidos da vegetação” e à prática das “prescrições de um sistema económico de granjeio”, pois que “serve ao ensino” demonstrando como atingir “a condição suprema do maior rendimento. Ao aumento da extensão deveria, pois, corresponder “a do aumento do pessoal que há de dirigir os trabalhos práticos”.¹⁴⁷

A constituição do primeiro corpo docente, nomeado pelo Ministério tutelar, correspondeu às quatro últimas cadeiras leccionadas no Instituto. Estes seriam coadjuvados por dois lentes substitutos, podendo ocorrer a nomeação de um terceiro com o desdobramento acima referido, o que se verificou. As nomeações recairiam, sem concurso público, sobre aqueles que se apresentassem com cartas de formação no curso de ciências naturais pela Universidade de Coimbra ou por outra universidade estrangeira, no curso geral da Escola Politécnica de Lisboa ou da Academia Politécnica do Porto, no curso das Escolas Médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto, no curso da Escola Veterinária Militar, ou por qualquer instituto agrícola europeu, acrescentando como factores de ponderação positiva a redacção e publicação de estudos científicos sobre as disciplinas leccionadas e o magistério de ciências naturais em escolas superiores.

No início de 1853, eram nomeados os lentes catedráticos, Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão¹⁴⁸, para a quarta cadeira de Agricultura Geral; Joaquim Estevão Rodrigues

¹⁴⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁸ Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão (1807-1871). Ingressou, no ano lectivo de 1824-1825, no curso de Medicina, na Universidade de Coimbra, cuja conclusão só viria a realizar em 1836 devido à Guerra Civil de 1828-1834. Não obstante, a sua boa prestação durante o curso permitiu-lhe obter a licença para exercer clínica, sem a conclusão do mesmo, o que ocorreu em Santarém, sendo encarregado, pela Intendência Geral da Polícia, de estudar as condições sanitárias daquela vila e os meios de melhorar as suas condições higiénicas. Foi ajudante do Professor Carlos José Pinheiro nos estudos realizados, em 1833, em Belém, Sesimbra e Vila Franca de Xira relativos à epidemia de cólera-mórbus. Em 1846 seria nomeado lente da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Apoiente de D. Miguel I, findo o conflito civil recusou o exílio, tendo concorrido às Cortes, para as quais seria eleito deputado, nas legislaturas de 1842-1845 e 1861-1864. Foi o primeiro deputado miguelista a figurar no Parlamento, o que lhe valeu a ira dos correligionários favoráveis à continuação do conflito militar. Procurou normalizar as posições miguelistas no seio do regime liberal e salvaguardar a sobrevivência pessoal, económica e política daqueles. Durante a sua passagem pela Câmara dos Deputados propugnou pela constituição de uma companhia protectora dos interesses vinícolas da Estremadura, a defesa

de Oliveira¹⁴⁹, para a quinta cadeira de Culturas Especiais - ambos lentes da Escola Médico-cirúrgica de Lisboa; José Vicente Barbosa du Bocage¹⁵⁰, lente da Escola Politécnica de Lisboa para a sexta cadeira referente à zootecnia e aos princípios de veterinária; e António Joaquim de Figueiredo e Silva¹⁵¹, lente da Escola Médico-cirúrgica de Lisboa, para a sétima cadeira, subordinada às disciplinas de Economia Agrícola, Administração e Contabilidade Rural, Artes Agrícolas, Legislação e Engenharia Rural;
¹⁵² Em vista do desdobramento da sétima cadeira, supramencionada, a regência da nova cadeira suplementar, que reunia as disciplinas de Artes Agrícolas e Engenharia Rural, era incumbida ao lente substituto, João de Andrade Corvo, em Novembro de 1853.¹⁵³

As nomeações de lentes substitutos, sem que se especificassem quais as cadeiras a que prestariam auxílio, recaíram em João de Andrade Corvo¹⁵⁴, lente substituto da

dos vínculos, a liberalização da cultura do tabaco ou a reforma da instrução superior de medicina. Vide, “BEIRÃO (Caetano Maria Ferreira da Silva)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. IV, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Ilimitada, [s.d.], pp. 443-445; Maria Teresa Mónica, “BEIRÃO, Caetano Maria Ferreira da Silva (1807-1871)”, *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, dir. e coord. por Maria Filomena Mónica, vol. I, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais–Assembleia da República, 2004, pp. 362-363; Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo, op. cit., p. 30.

¹⁴⁹ Joaquim Estevão Rodrigues de Oliveira (?-?). Nascido em Lisboa, nos primeiros anos do século XIX, formou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra. Foi lente da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e membro da Sociedade de Ciências Médicas da mesma cidade. Vide, “Joaquim Estevam Rodrigues de Oliveira”, Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez, Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*, t. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, p. 77.

¹⁵⁰ José Vicente Barbosa du Bocage (1823-1907). Obteve o grau de bacharel em Medicina, pela Universidade de Coimbra, em 1846, tendo exercido posteriormente o cargo de facultativo do Hospital de S. José. Tendo-se dedicado aos estudos de zoologia, ingressou, por concurso de provas públicas, em 1849, no lugar de lente substituto da cadeira de Zoologia da Escola Politécnica de Lisboa, tomando pouco tempo depois a propriedade sobre a mesma. Foi director do Museu de Zoologia da mesma Escola e pertenceu ao Conselho Superior de Instrução Pública, a partir de 1866. Filiou-se no Partido Regenerador, tendo ocupado, em 1883, durante o governo de Fontes Pereira de Melo, as pastas da Marinha e Ultramar, e dos Negócios Estrangeiros, à qual retornaria, em 1890, no governo de João Crisóstomo. Em 1879, foi eleito Deputado, figurando como membro de várias Comissões, entre as quais Instrução Pública, Saúde e Negócios Externos e do Ultramar, à qual presidiu. Em 1881 era nomeado Par do Reino, tendo pertencido às Comissões do Ultramar, Negócios Externos e Instrução pública daquela Câmara. Foi também Conselheiro de Estado. Vide, Zélia Pereira, “BOCAGE, José Vicente Barbosa du (1823-1907)”, *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, dir. e coord. por Maria Filomena Mónica, vol. I, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais–Assembleia da República, 2004, pp. 395-397.

¹⁵¹ António Joaquim de Figueiredo e Silva (1807-1857). Formou-se pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, em 1823, onde também se matriculou no curso de Medicina, o qual deixaria inconcluso devido à Guerra Civil, que o obrigou a emigrar-se em França. Durante o exílio formou-se em Medicina pela Universidade de Montpellier, regressando a Portugal em 1834. Traduziu e anotou o *Curso Elementar de Agricultura e Economia Rural* de Raspail, adoptado como compêndio pela Universidade de Coimbra e cuja tradução motivaria polémica travada com António Feliciano de Castilho. Foi lente da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e da Escola Politécnica de Lisboa onde regeu a cadeira de Botânica e princípios de Agricultura. Vide, “FIGUEIREDO (António Joaquim de)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XII, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Ilimitada, [s.d.], p. 299; Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo, op. cit., p. 29.

¹⁵² Decreto de 7 de Janeiro de 1853, D. do G., nº 8 de 10 de Janeiro de 1853.

¹⁵³ Decreto de 24 de Novembro de 1853, D. do G., nº 283 de 1 de Dezembro de 1853.

¹⁵⁴ João de Andrade Corvo (1824-1890). Formou-se pela Escola Politécnica de Lisboa, que frequentou juntamente com Latino Coelho, entre outros, e na qual foi lente. Ingressou na Escola do Exército onde se formou em engenharia militar. Esteve encarregue de diversas comissões de serviço público, nomeadamente relativas à representação de secções agrícolas portuguesas a Exposições internacionais, tais como a de Paris, em 1857, e a de Londres, em 1862, figurando ainda como membro da Comissão directora da Exposição Agrícola de Lisboa de 1864. Foi ainda encarregue de estudos relativos à doença das vinhas na Madeira ou sobre os trigos, milhos e arrozais portugueses, tendo um papel importante na divulgação de novas técnicas agrícolas. De ampla participação política, militou no Partido Regenerador e ocupou as pastas das Obras Públicas, dos Negócios Estrangeiros e da Marinha e Ultramar em vários executivos. Teve especial

Escola Politécnica de Lisboa, Tomás de Carvalho¹⁵⁵, lente substituto da Escola Médico-cirúrgica de Lisboa, e Lucas José de Sá e Vasconcelos¹⁵⁶, bacharel em medicina pela Universidade de Coimbra.¹⁵⁷

Para a frequência no Instituto estabeleciam-se três classes de alunos: ordinários, voluntários e livres. Para a classe dos ordinários, aos quais era permitido, de forma exclusiva, graduar-se com diploma, era obrigatória apresentação dos preparatórios exigidos e a frequência das aulas teóricas e de repetição, dos exercícios práticos e dos exames, sendo igualmente obrigados à aprovação das cadeiras, através de exames parciais e finais, quando transitando para novo ano lectivo. No acto da matrícula exigia-se o comprovativo de aprovação nas disciplinas que cumpriam o segundo grau de instrução primária, língua francesa, e “noções elementares de lógica, e no primeiro ano matemático”. À falta destes, os proponentes seriam obrigados a prestar provas em exame sobre as matérias de “aritmética, álgebra elementar, geometria e trigonometria plana”.¹⁵⁸

Os voluntários, para quem também era obrigatória a frequência das aulas, apenas poderiam aceder ao diploma final transitando para a primeira classe, o que poderia ser realizado em qualquer ano, desde que demonstrada a aprovação nas cadeiras do ano lectivo frequentado anteriormente. Não necessitariam de apresentar os preparatórios exigidos no acto da matrícula, senão no acesso aos exames das cadeiras frequentadas. Por último, aos alunos livres, cuja condição se estipulou durar apenas nos primeiros quatro anos de funcionamento da Instituição, era concedido “simples atestado de frequência nas disciplinas que cursaram”, dado que apenas estavam sujeitos à frequência das lições teóricas. Na transição para o regime ordinário seriam obrigados a apresentarem certidões de aprovação nos exames teóricos e práticos, de todos os anos lectivos frequentados, sendo que, para que lhes fosse concedido realizarem exames deveriam apresentar a devida

relevo na definição de uma política pragmática de exploração do espaço colonial português no continente africano, a qual foi recebida com intensa resistência. Foi Deputado e Par do Reino, conselheiro de Estado e Ministro plenipotenciário em Madrid e em Paris. Vide, Valentim Alexandre, “CORVO, João de Andrade (1824-1890), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, dir. e coord. por Maria Filomena Mónica, vol. I, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais–Assembleia da República, 2004, pp. 841-843; “ANDRADE CORVO (João de)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. II, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Ilimitada, [s.d], pp. 545-546; Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo, op. cit., pp. 34-36.

¹⁵⁵ Não nos deparámos com quaisquer elementos biográficos relativos ao Professor Tomás de Carvalho.

¹⁵⁶ Segundo os documentos constantes do Processo Individual, no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Lucas José de Sá e Vasconcelos era natural de Lisboa e foi formado em Cirurgia e Medicina pela Universidade de Coimbra, em 1843. Ocupou o lugar de médico efectivo no Hospital de S. José. Arquivo Histórico de Economia. Acervo Infra-estruturas, transportes e comunicações. Processo individual de Lucas José de Sá e Vasconcelos. PI-Cx. 182.

¹⁵⁷ Decreto de 7 de Janeiro de 1853, D. do G., nº 8 de 10 de Janeiro de 1853.

¹⁵⁸ Art.º 14.º, Decreto de 15 de Junho de 1853, D. do G. nº 166 de 18 de Julho de 1853.

certidão de frequência nas cadeiras.¹⁵⁹ A análise das fontes sugere-nos que com o estabelecimento destas três classes de alunos procurava fomentar a divulgação generalizada do conhecimento científico, princípio sobre qual a Instituição se fundou. Ainda com vista à prossecução daquele objectivo, estabelecia-se, pelo Regulamento de 1853, o acesso livre à Biblioteca do Instituto, permitindo-o às “mais pessoas decentes, que a quizerem frequentar.”¹⁶⁰

Por fim, o grau de agrónomo era concedido aos alunos que, tendo realizado o exame final exigido em cada cadeira, apresentassem “uma dissertação sobre qualquer das matérias do ensino”, assim como “uma proposição por cada uma das cadeiras do Instituto agrícola.”¹⁶¹

No primeiro ano de funcionamento do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa inscreveram-se no segundo e terceiro graus de instrução agrícola, 48 alunos¹⁶². No ano lectivo de 1854-1855, frequentariam o Instituto “cinquenta e um alunos; a saber: quarenta e cinco nos cursos de agrónomos e lavradores, e seis no de abegões (...)”.^{163 164}

¹⁶⁵ No segundo ano lectivo, sabemos poder distinguir-se “sete alunos prestacionados pelas Juntas gerais de distrito, (...) exemplares no seu comportamento quase na sua totalidade, pela aplicação e aproveitamento”.¹⁶⁶ As Juntas Gerais dos Distritos¹⁶⁷, respondiam assim ao repto, lançado em circular de 6 de Agosto de 1853¹⁶⁸, pela Repartição de Agricultura junto dos Governadores Civis respeitante à afectação de verbas destinadas à frequência do curso de lavrador e agrónomo do Instituto, por um ou dois alunos da região respectiva.

¹⁵⁹ Artigos 2.º ao 5.º, *ibidem*.

¹⁶⁰ Art.º 134.º, *ibidem*.

¹⁶¹ Art.º 81.º, *ibidem*.

¹⁶² Vide, José Maria Grande, *Relatorio sobre os trabalhos escolares, processos, operações e serviços ruraes instituidos no Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa durante o anno escolar de 1853-1854*, [...], p. 13.

¹⁶³ Cf., José Maria Grande, *Relatório sobre os Trabalhos Escolares, Processos, Operações e Serviços Ruraes instituidos no Instituto Agrícola de Lisboa no anno agrario de 1854-1855 pelo Conselheiro José Maria Grande Director do mesmo Instituto*, [...], p. 12.

¹⁶⁴ Sugerindo poder traduzir-se por diminuta a frequência de alunos, José Maria Grande, justificava serem as escolas agrícolas “em toda a parte pouco concorridas”, acrescentando o facto de, em Portugal, os cursos superiores de agricultura “não servirem de habilitação se não para poucas carreiras”. Não obstante, comparativamente, concluía, “o número dos alunos que cursaram o Instituto é maior do que o da maior parte das escolas estrangeiras”. *Idem, ibidem*.

¹⁶⁵ Os Professores Cincinato da Costa e D. Luís de Castro apresentam números diferentes dos que José Maria Grande indicou, mas não muito distantes daqueles. Para o ano de 1853-1854 refere 43 matriculados, e para o ano de 1854-1855, 45 matriculados. Cf., Bernardino Camilo Cincinato da Costa, D. Luís Filipe de Castro, op. cit., p. 325.

¹⁶⁶ Cf., José Maria Grande, *Relatório sobre os Trabalhos Escolares, Processos, Operações e Serviços Ruraes instituidos no Instituto Agrícola de Lisboa no anno agrario de 1854-1855 pelo Conselheiro José Maria Grande Director do mesmo Instituto*, [...], p. 13.

¹⁶⁷ Conhecemos apenas o envio de um estudante pela Junta Geral do Distrito de Braga, facto pelo qual foi louvada em Diário do Governo. Cf., Portaria de 24 de Janeiro de 1854, D. do G. nº 40, de 16 de Fevereiro de 1854.

¹⁶⁸ Porém, não nos foi dado encontrar em sede de Diário do Governo a referida Circular, sendo que se encontra referida na segunda circular a que nos referimos no texto. Cf., Circular nº 52 de 31 de Agosto de 1854, D. do G. nº 206 de 2 de Setembro de 1854.

Em 31 de Agosto de 1854, uma segunda circular, reafirmava o repto lançado, atendendo às vantagens inequívocas desta medida para as agriculturas regionais atendendo à formação de técnicos especializados promotores do seu desenvolvimento: “O assumpto a que me refiro é de tal importância para o país, e são tão obvias as vantagens resultantes de se habilitarem pessoas dos diferentes distritos do reino com os conhecimentos agronómicos precisos para melhorar e aumentar a nossa agricultura, que muito confio em que V. Ex.^a obterá da Junta geral do distrito a cargo de V. Ex.^a, que na próxima reunião vote os meios para mandar ao Instituto agrícola um ou dois alunos (...)”¹⁶⁹ Este mecanismo permitiria custear a formação de um futuro lente, primeiro director do Instituto Superior de Agronomia (1910) e reconhecido Patologista Vegetal. José Veríssimo de Almeida, natural de Faro e 2.º Oficial de Correios e Postais de Faro, nascido no seio de uma família de baixos recursos, matricular-se-ia, em 1855, no curso de agronomia, enquanto aluno prestacionado pela Junta Geral do Distrito de Faro.¹⁷⁰ A par destes, e em particular no que refere ao segundo grau, estabelecia-se o envio para o Instituto, na qualidade de Escola Regional de Lisboa, de um “determinado número de alunos das Casas-Pias ou outros estabelecimentos de caridade das referidas cidades”.¹⁷¹ Estes alunos ficariam em regime de internato.¹⁷²

O decreto de 1852 não contemplou a inclusão de funcionários para o funcionamento burocrático da Instituição, uma situação considerada provisória. No enlace da economia imposta ao Projecto, esperava-se integrar os quadros subalternos da Escola Veterinária Militar, perspectivando, à priori, a integração daquela no Instituto: “Todos estes, e outros lugares subalternos deixaram de entrar no quadro legal do pessoal do Instituto, porque à criação desta instituição presidio o pensamento da sua união com a escola veterinária, que tem um pessoal numeroso.”¹⁷³ Porém, para o serviço rural da quinta exemplar estabelecia-se, ainda que como parte integrante da Escola Regional de Lisboa, e não da instituição de ensino superior, um chefe de trabalhos para a direcção daqueles trabalhos, coadjuvado por “abegões e trabalhadores da escolha do mesmo chefe

¹⁶⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁰ Manuel de Souza da Câmara, *Panegirico de José Veríssimo d'Almeida*, Lisboa, Typ. Adolpho de Mendonça, 1920, p. 4.

¹⁷¹ Art.º 9.º, Decreto de 16 de Dezembro de 1852, D. do G. nº 300 de 30 de Dezembro de 1852.

¹⁷² José Maria Grande, *Relatorio sobre os trabalhos escolares, processos, operações e serviços ruraes instituidos no Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa durante o anno escolar de 1853-1854*, [...], pp. 34-35.

¹⁷³ José Maria Grande, *Relatório dos Trabalhos Escolares, Processos, Operações e Serviços Ruraes instituidos no Instituto Agrícola de Lisboa no anno agrario de 1854-1855 pelo Conselheiro José Maria Grande Director do mesmo Instituto*, [...], p. 27.

de trabalhos.”¹⁷⁴ ¹⁷⁵ Aquele primeiro lugar veio a recair sobre João Gagliardi, sendo escolhido para o lugar de subdirector chefe dos trabalhos, Higino Gagliardi.¹⁷⁶ O serviço de secretaria ficava a cargo do “substituto mais moderno”¹⁷⁷, incumbindo também a um lente substituto, o lugar de bibliotecário.¹⁷⁸

A administração pedagógica e científica do Instituto era incumbida, segundo o decreto de 16 de Dezembro de 1852, e o regulamento do Instituto Agrícola de 1853, ao director-geral e ao Conselho Escolar. Ao director, nomeado pelo governo, competia a “d direcção superior” e inspecção da Escola, dos estabelecimentos anexos, nomeadamente a superintendência da quinta exemplar, e das aulas. O director-geral deveria enviar “ao conhecimento do Governo, no fim de cada ano agrícola, um relatório, no qual se dê conta circunstanciada do estado daquele estabelecimento em todos os ramos da sua administração, e com os esclarecimentos indispensáveis para se formar um juízo seguro acerca dos meios empregados para se conseguir o fim daquela instituição”.¹⁷⁹ Assumia a direcção executiva do Conselho Escolar visando a aplicação das leis, regulamentos e resoluções aprovados por esse órgão. Em Agosto de 1853, passava a ser permitido ao director do Instituto Agrícola acumular a direcção do Jardim Botânico da Ajuda, “sempre que dessa acumulação resultar vantagem para o serviço”, não obstante permanecer anexo à Escola Politécnica de Lisboa.¹⁸⁰ O Conselho Escolar, composto por todos os lentes pertencentes ao corpo docente, estava incumbido da administração económica e científica da Escola. Respeitava-lhe a organização e aprovação dos programas dos cursos, das cadeiras e dos compêndios escolhidos para o estudo dos alunos, assim como, a determinação dos ensaios e experiências a serem realizados nos vários estabelecimentos da Instituição. Pertenciam ainda às suas faculdades propor ao Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria as alterações necessárias à distribuição das disciplinas pelas cadeiras, a realização dos regulamentos necessários ao funcionamento da Escola e ao desenvolvimento dos métodos de ensino teórico e prático. No final de cada ano lectivo

¹⁷⁴ Art.º 17.º, Decreto de 16 de Dezembro de 1852, D. do G. nº 300 de 30 de Dezembro de 1852.

¹⁷⁵ Os restantes trabalhadores vêm referidos na Tabela de vencimentos, anexa ao Decreto fundador. Seriam um Mestre Veterinário, um Abegão, um Horticultor e um Construtor Rural. Para este último lugar, apesar de desconhecermos a data de nomeação, havia sido nomeado Amaro José de Mascarenhas, cuja demissão do mesmo se deu em 1855. Arquivo Histórico de Economia. Acervo Infra-estruturas, transportes e comunicações. Processo individual de Amaro José de Mascarenhas, PI-Cx. 101.

¹⁷⁶ Decretos de 7 de Janeiro de 1853, D. do G. nº 8 de 10 de Janeiro de 1853.

¹⁷⁷ Art.º 129.º, Decreto de 15 de Junho de 1853, D. do G. nº 166 de 18 de Julho de 1853.

¹⁷⁸ Art.º 135.º, *ibidem*.

¹⁷⁹ Portaria de 13 de Outubro de 1854, D. do G. nº 242 de 14 de Outubro de 1854.

¹⁸⁰ Decreto de 13 de Agosto de 1853, D. do G. nº 204 de 31 de Agosto de 1853.

deveria proceder à auto-reflexão sobre o desenvolvimento da Instituição em termos pedagógicos, sendo cometido a enviar as conclusões em relatório anual ao governo.^{181 182}

Do ponto de vista económico, estabelecia-se uma Junta de Fiscalização, presidida pelo director-geral, e que tinha por vogais: o chefe de trabalhos da quinta exemplar e três lentes nomeados, anualmente, pelo Conselho Escolar.¹⁸³ A incumbência desta junta não era definida, mas, segundo Maria Grande, as contas que compunham a “contabilidade do Instituto”, acompanhadas “dos documentos justificativos da receita e despesa”, “só se remetem depois de haverem sido escrupulosamente examinadas e aprovadas pela Junta de fiscalização”.¹⁸⁴

O Conselho de Aperfeiçoamento do Instituto Agrícola de Lisboa, a cujas conclusões nos referir atrás, deveria constituir-se após os dois primeiros anos de funcionamento da Instituição, com composição válida nos três anos seguintes. Era presidido pelo director-geral do Instituto e tinha por vogais dois lentes, nomeados pelo Conselho Escolar. Compunha-se igualmente por elementos externos à Instituição, a saber, um pela Escola Politécnica de Lisboa; um pela Escola Veterinária Militar; um sócio da Academia Real das Ciências, nomeado pela secção de ciências naturais; um membro da secção de agricultura do Conselho Geral do Comércio, Agricultura e Manufacturas; e dois lavradores “de reconhecida instrução”, nomeados pelo M.O.P.C.I. Deveria reunir-se nos dois primeiros meses de cada ano lectivo procedendo ao exame do estado material da Escola e ao desenvolvimento pedagógico, avaliando e discutindo as propostas de melhoramentos apresentadas pelos vogais respectivos ou pelo Conselho Escolar. Os trabalhos e conclusões resultavam num relatório, que seria submetido ao Ministério tutelar “informando-o do estado e progresso do Instituto, e propondo-lhe os melhoramentos, que julgar deverem-se fazer no mesmo estabelecimento, tanto pelo que respeita à parte material e económica, como pelo que respeita ao ensino”.^{185 186}

¹⁸¹ Art.º 113.º, Decreto de 15 de Junho de 1853, D. do G. nº 166 de 18 de Julho de 1853.

¹⁸² Porém, não nos foi possível consultar algum relatório que tenha sido produzido pelo Conselho Escolar, não podendo auferir se a disposição foi praticada. Não obstante, julgamos poder adiantar que as conclusões do Conselho Escolar terão sido integradas no Relatório anual a que o director-geral estava obrigado a enviar ao Ministério tutelar, o qual seria redigido conjuntamente “com os dados que lhe ministram os Lentes e demais empregados das diversas repartições”, segundo João Ignacio Ferreira Lapa, lente e, posteriormente, director do Instituto Geral de Agricultura. Cf., Ferreira Lapa, “Chronica Agricola, Lisboa, 5 de Outubro”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1859, pp. 242-243.

¹⁸³ Art.º 124.º Decreto de 15 de Junho de 1853, D. do G. nº 166 de 18 de Julho de 1853.

¹⁸⁴ Vide, José Maria Grande, *Relatorio sobre os trabalhos escolares, processos, operações e serviços ruraes instituidos no Instituto Agricola e Escola Regional de Lisboa durante o anno escolar de 1853-1854*, [...], p. 35.

¹⁸⁵ Art.º 40.º, Decreto de 16 de Dezembro de 1852, D. do G. nº 300, de 30 de Dezembro de 1852.

¹⁸⁶ O primeiro Conselho de Aperfeiçoamento foi possivelmente o único a ter sido constituído, dado que, ao presente, se encontram omissos quaisquer outros relatórios produzidos por outras formações deste Conselho. A primeira

Se, em 1852, o intuito da classe política, no que se compreenda por igual forma a classe intelectual e científica, era criar efectivamente uma estrutura hierarquizada de ensino agrícola, com progressiva especialização científica, com vista a irradiar os saberes científicos aplicados à agricultura, ou seja, o saber agronómico, junto das várias classes socioprofissionais características da realidade rural portuguesa oitocentista, o mesmo não foi alcançado. Das estruturas estabelecidas legalmente, a única concretizada, edificada e remanescente, pelo decreto de 16 de Dezembro de 1852, viria a ser o Instituto Agrícola de Lisboa. Se, em 1853, o ambiente era de franco optimismo, como demonstravam as primeiras palavras de José Maria Grande na abertura das aulas daquele Instituto, afirmando ter a criação do ensino agrícola, respeitando “satisfazer uma necessidade social”, marcado “uma nova era á nossa industrial rural”;¹⁸⁷ por outro lado, em 1864, o general João Crisóstomo de Abreu e Sousa que, na qualidade de Ministro do M.O.P.C.I., procedeu à reorganização do Instituto Agrícola de Lisboa, depois da fusão dos estudos agronómicos e veterinários, reflectia sobre o insucesso na criação prática das estruturas legisladas.

Fazia-o atendendo às circunstâncias que haviam obstado àquela concretização, as quais lógicas e consequentes, assinalavam o que poderia ser identificado como carácter utópico da peça legislativa de 1852: “Desdobrava aquele decreto o ensino agrícola em três graus. Ao primeiro correspondiam as quintas de ensino, simplesmente pratico, ao segundo as quintas regionais, verdadeiras escolas (...) Fizeram-se em vão algumas tentativas para estabelecer as quintas de ensino agrícola¹⁸⁸ (...) Em vão sim, porque vieram logo os resultados patentear que lhes faltava a base da sua conveniente sustentação. Nem se obtiveram terrenos próprios, nem se ofereceu quem soubesse ensinar, e menos ainda quem quisesse aprender. As escolas regionais, essas nem ao menos

composição foi a seguinte: Na qualidade de director-geral do Instituto Agrícola de Lisboa e Presidente do mesmo Conselho, José Maria Grande; Por vogais, o Conde de Sobral, Par do Reino; o Barão de Castelo de Paiva, lente da Academia Politécnica do Porto e vogal do Conselho geral do Comércio, Agricultura e Manufacturas; o Oficial ordinário graduado da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, Henrique Maximiano Dulae; e ainda, os lentes do Instituto Agrícola, Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão, José Vicente Barbosa du Bocage, António Joaquim de Figueiredo e Silva e João Ignacio Ferreira Lapa. Vide, Decretos de nomeação, de 3 de Novembro de 1855, D. do G. nº 264 de 8 de Novembro de 1855.

¹⁸⁷ José Maria Grande, *Considerações sobre os principaes obstaculos que se oppõem ao aperfeiçoamento da nossa agricultura e sobre os meios de os remover pelo Conselheiro José Maria Grande, Discurso pronunciado por ocasião da Inauguração do Instituto Agrícola de Lisboa pelo Director Geral do mesmo Instituto o Conselheiro José Maria Grande*, [...], p. 5.

¹⁸⁸ José Maria Grande parece vir confirmar essas tentativas, indicando a despesa de 12 contos de réis “com algumas quintas de ensino, e com o Instituto agrícola, e Escola Regional de Lisboa”, acrescentando, porém, os “únicos estabelecimentos até agora criados.” Cf., José Maria Grande, *Relatório sobre os Trabalhos Escolares, Processos, Operações e Serviços Ruraes instituídos no Instituto Agrícola de Lisboa no anno agrario de 1854-1855 pelo Conselheiro José Maria Grande Director do mesmo Instituto*, [...], p. 7.

chegaram a revestir as formas da sua existência material. Onde se iria procurar um pessoal convenientemente habilitado para ensinar nas cadeiras os teoremas da ciência e no campo os processos da sua aplicação? (...) Assim pois os dois primeiros ramos do ensino agrícola não puderam vingar.”¹⁸⁹ Atendendo às consequências do malogro dos primeiros dois graus, perspectivava-se, para o ensino superior da agronomia, uma dificuldade extra, a frequência de novos alunos nos cursos oferecidos. A problemática não constituiria novidade de monta, dado que a ela se havia referido, em 1856, o Conselho de Aperfeiçoamento do Instituto, em particular, às quintas de ensino, estruturas correspondentes ao primeiro grau de instrução agrícola: “O escasso numero de quintas de ensino, que por ora se acham estabelecidas é um grande obstáculo á difusão das luzes da agricultura (...) porque as quintas de ensino não tem só por alvo habilitar maiores e abegões para a pequena cultura (...) O fito das quintas de ensino é também recrutar alunos para o Instituto e Escolas Regionais dentro aqueles aprendizes, em que a primeira aspersão da agua [sic] Ilustral da ciência fez germinar felizes disposições, acordar inteligências bem fadas para uma iniciação completa”.¹⁹⁰ Recomendava, pois, a aplicação prática da Lei, apesar de insuficiente, devendo aumentar-se o número de estabelecimentos, para que, de forma progressiva, se estabelecesse uma quinta de ensino por distrito, providas de meios na sua acção enquanto “vanguarda da civilização agrícola.”¹⁹¹

A fundação do ensino agrícola não teve na imprensa periódica a expressão que se esperava encontrar, inclusive nos periódicos que, durante as décadas de 40 e 50, haviam propagandeado a necessidade dessas instituições. Este silêncio talvez se possa explicar, no que concerne ao ensino superior, pelo conhecimento prévio da conclusão futura daquele projecto com a integração dos estudos veterinários no Instituto Agrícola de Lisboa. Nos restantes cursos, a falência da aplicação prática da Lei pode explicar essa omissão. Não obstante, referir-se-ia à fundação do ensino agrícola, o periódico *A Revolução de Setembro*, considerando-a “inegavelmente um dos actos mais importantes da presente ditadura”, uma asserção devida ao facto deste periódico, dirigido por António Rodrigues Sampaio, se manifestar favorável ao plano de desenvolvimento ou regeneração nacional proposto pelo executivo Saldanha-Fontes. Procurando satisfazer “uma das mais

¹⁸⁹ Preâmbulo do Decreto de 29 de Dezembro de 1864, D. do G. n.º 1 de 2 de Janeiro de 1865.

¹⁹⁰ *Relatório do Conselho de Aperfeiçoamento do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa*, de 18 de Janeiro de 1856, D. do G. n.º 62 de 13 de Março de 1856.

¹⁹¹ Idem, *ibidem*.

instantes necessidades publicas”, o Projecto importava, por isso, a “todas as classes da sociedade”, porquanto a “todas interessam na abundância e maior barateza dos meios de subsistência”. Concluindo que “Tanto as exigências do ensino, como as indicações da economia [eram pelo decreto] cabalmente satisfeitas”, e, no sentido de “prevenir censuras” por parte daqueles, que se esperava obstem àquela criação em vista do torpor financeiro da Nação, o articulista anónimo estabelecia a crítica às restrições com que o ensino agrícola era fundado, por forma a “mostrar que nesta criação se atendeu severissimamente á economia, e que nada há que se possa considerar como luxo.” Em face da contenção financeira havia-se concentrado “demasiadamente o ensino”, contrariando o desenvolvimento dado ao mesmo pelas nações estrangeiras: “Em todas as nações da Europa o ensino, que aqui se compreende em 4 cadeiras, que se criaram, é dado em 7 ou 9, e até em 13 cadeiras.” As bases conscritas em que se haviam fundado aquelas estruturas respeitariam, enfim, às possibilidades reais do tesouro português.¹⁹² O Projecto apresentado em 1852 seria, pois, apenas o primórdio basilar da materialização de uma ideia, que aos futuros comportava desenvolver: “o que se quis foi lançar os germes d’uma organização, a que o tempo há de dar o desenvolvimento que ela comporta.” Nesse sentido, para o periodista anónimo, o desenvolvimento da Instituição pautar-se-ia, com sucesso, se fossem atendidas duas proposições: a qualidade do corpo docente a ser provido e a criação e dotação dos estabelecimentos de ensino.¹⁹³

Posteriormente, em 1904, também José Veríssimo de Almeida, então lente do Instituto, rememorando a fundação da Instituição onde se formara, viria a discernir sobre a importância dada ao ensino e a preponderância do princípio da economia no teor do decreto fundador, associando a autoria de cada teor a duas figuras de peso da política e da agronomia nacionais: “Só os que verdadeiramente sentem o que decretam, poderiam acompanhar com interesse a organização da nova escola, desembaraçar-lhe caminho, assegurar-lhe o futuro. Ora o inspirador do decreto de 16 de Dezembro de 1852 foi o dr. José Maria Grande (...) O conselheiro Moraes Soares, chefe da repartição d’agricultura,

¹⁹² À entrada da segunda metade do século XIX, o tesouro português encontrava-se debilitado quer pelas guerras que haviam sobrevindo ao território português, com destaque para a Guerra Civil de 1832-1834, assim como, pela instabilidade política que se instalou até à década de 50. As finanças públicas nacionais apresentavam por isso pouca disponibilidade para o investimento público, lacuna que a política financeira da regeneração, em que se sublinha o protagonismo de Fontes Pereira de Melo, procurou resolver renegociando a dívida, o que origina a suspensão dos títulos de dívida na praça londrina. O acordo possível alcançado, em 1856, entre o Estado português e os seus credores permitia restaurar a cotação dos títulos portugueses, situação que se traduziu na contracção dos empréstimos necessários ao financiamento do desenvolvimento material que se propunha instituir no país. Cf., Rui Pedro Esteves, “Finanças públicas”, *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. II – O século XIX, org. por Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012, pp. 314-317; António José Telo, op. cit., pp. 14-15.

¹⁹³ X., “Ensino Agrícola”, *A Revolução de Setembro*, nº 3222, 1852, p. 2.

seria por ventura o redactor do diploma, que denuncia o desejo de acertar e ainda mais o desejo de despende pouco: o tesouro andava em apuros havia muito tempo.”¹⁹⁴ ¹⁹⁵

Entre 1851 e 1852, José Maria Grande seria enviado a Paris, na qualidade de Delegado português ao Conselho Internacional Sanitário. Paralelamente a essa incumbência, o governo português missionava também Maria Grande para o estudo relativo à organização e funcionamento das granjas e escolas agrícolas das principais nações europeias, o que sugere a sua participação nos últimos preparativos da fundação do ensino agrícola, em Portugal. Em carta datada de 25 de Outubro de 1851¹⁹⁶, enviada a Rodrigo da Fonseca Magalhães, José Maria Grande referia ter visitado, em Inglaterra, “muitos e belos estabelecimentos”, e, em França, o “Instituto Agronómico de Versailles”. Expresso o desejo de “visitar a famosa granja da Escola Regional de Grignon”, a sua deslocação e conhecimento acerca do funcionamento daquela seriam proporcionados pelos contactos estabelecidos com Louis Joseph Buffet (1818-1898), Ministro da Agricultura e do Comércio de França.¹⁹⁷ Afirmava também ter estabelecido contacto com “dois dos meus colegas italianos” que “hão-de servir de muito nos meus estudos e explorações por Itália, onde como V. ex deseja, estudarei principalmente a cultura do arroz, e recolherei muitas observações uteis para o nosso país.” Por escassez de tempo, afirmava: “terei que andar muito depressa para coligir as observações que desejo – e na minha esperança enviar a V. Ex. alguns elementos para a criação de instituições agrícolas úteis(...)”. Atendendo à importância daquele objectivo e asseverando a sua “Paixão bucólica” pela agricultura, reiterava a necessidade da missão ser “satisfeita a todo o custo”, assegurando a presença, se necessário fosse, através das suas “economias”, acaso o governo português não se encontrasse na condição de despende o financiamento necessário à sua permanência e estudo no estrangeiro.

¹⁹⁴ José Veríssimo de Almeida, “Meio seculo de ensino agronomico (1853-1910)”, *Revista Agronomica, Publicação da Sociedade de Sciencias Agronomicas de Portugal*, ano II, vol. II, n.º 2, Fevereiro de 1904, p. 59.

¹⁹⁵ A participação ou inspiração de José Maria Grande e Rodrigo de Moraes Soares na redacção da Peça Legislativa de 1852 é também sugerida pelos professores Cincinato da Costa e Luís de Castro. Atente-se: “Inspirée en grande partie par les sages conseils et le lumineuse conception de deux hommes de haute valeur et d’une aptitude technique reconnue, - le docteur José Maria Grande et Rodrigo de Moraes Soares (...)”. Cf., Bernardino Camilo Cincinato da Costa, D. Luís Filipe de Castro, op. cit., p. 14. Relativamente à participação de José Maria Grande, a mesma sugere-se-nos confirmada pelas semelhanças suscitadas entre o Preâmbulo do Decreto, e o primeiro discurso que houve recitar enquanto director-geral do Instituto Agrícola de Lisboa.

¹⁹⁶ Biblioteca Nacional de Portugal. Espólio de Rodrigo da Fonseca Magalhães. Carta de 25 de Outubro de 1852 enviada por José Maria Grande. Esp. 21, cx. 41.

¹⁹⁷ Vide, Lolita Georgel, 229 *J Fonds Louis-Joseph Buffet (1818-1898)*, t. II, Archives Departementales des Vosges, Épinal, 2008. Acessível em [https://archives.vosges.fr/Portals/8/xNews/uploads/2017/3/27/Fonds%20Louis-Joseph%20Buffet%20\(1818-1898\).pdf](https://archives.vosges.fr/Portals/8/xNews/uploads/2017/3/27/Fonds%20Louis-Joseph%20Buffet%20(1818-1898).pdf) [Acesso em 18-01-2019]

Ainda no enlace do artigo a que Veríssimo de Almeida houve dar o esclarecedor título de “Meio seculo de ensino agronomico (1853-1910)”, que porém deixou inconcluso, o lente viria também a questionar se a criação do ensino tinha sido realizada em oportuna ocasião em vista da dúvida acerca da proficuidade de se fundar uma instituição de ensino superior num país em que a população rural se apresentava impreparada intelectualmente e mentalmente para dela usufruir. Concede, então, que a fundação do Instituto Agrícola, em 1852, não contribuiria directamente para a resolução das carências mais prementes da agricultura nacional.

Para o sucesso daquele na divulgação do conhecimento agronómico, com vista à intensificação de uma produção agrícola barateada, consideravam-se inexistentes as condições internas as quais configuravam os objectivos da teoria livre cambista: como valorizar e remunerar qualquer aperfeiçoamento produtivo realizado pelos agricultores, atendendo às condições do mercado interno: “A que vinha pois o Instituto no meio da geral penúria, senão miséria? Não tinha capitais para fornecer aos agricultores, nem para construir estradas e vias aceleradas; não podia assegurar a defesa da propriedade, desamortizar os bens dos vínculos (...) A criação do *Instituto agrícola* viria no seu tempo? Qual a situação do país? Deplorável. (...) Não havia segurança para a propriedade rural, nem mesmo para a vida dos cidadãos. Ainda se não tinham dissolvido os antigos bandos, resto das lutas civis (...) Capitais agrícolas não se viam (...) Sem instrução, sem estradas, sem capitais, como poderia progredir a agricultura? (...) De que servia aumentar a produção, se fóra do consumo local era difícil e às vezes impossível encontrar mercados por falta de estradas”.

Não obstante, concluía pela importância simbólica da fundação do Instituto Agrícola. Assim, muito apesar das limitações, no tempo de leccionação e nos cursos oferecidos, redutores da influência esperada daquela Instituição sobre o desenvolvimento da agricultura nacional, reconhecia poder arriscar “a opinião que se a ditadura regeneradora não tentasse levantar a agricultura pela instrução científica, tarde, muito tarde apareceria oportunidade de criar a escola superior d’agronomia.” Simultaneamente, no que entendemos ser a confluência com o optimismo demonstrado por Maria Grande, considerava que a fundação, em vista do que se inaugurara, configurava um sinal claro à agricultura nacional de que também a arte agrícola podia e devia desenvolver-se à luz da civilização e da Ciência: “N’este ponto, Fontes Pereira de Mello e seus colegas no

ministério prestaram verdadeiro serviço ao país, não pelos resultados imediatos do ensino do Instituto, mas pela influencia moral produzida, despertando nos agricultores a ideia, acentuando a opinião de que a agricultura não era um ofício grosseiro, constituído por práticas herdadas, apenas abonadas pelos resultados felizes de muitos anos, sem que todavia se soubesse explicar os insucessos, as perdas, senão com razões sem fundamento, sem verdade (...). O que restava ao Instituto Agrícola era, segundo Veríssimo de Almeida, “esperar” pelas condições necessárias para que pudesse tomar o papel primeiro no caminho do progresso agrícola nacional.¹⁹⁸

Findo o segundo ano lectivo, de 1854-1855, José Maria Grande deixava redigido o *Relatório dos Trabalhos Escolares, Processos, Operações e Serviços Rurais instituídos no Instituto Agrícola de Lisboa*, entendido como um exame autocrítico e imparcial sobre a Instituição. Assumindo que “o Instituto deve ser julgado”, seria através deste exercício que “os amigos, e os adversários, os que esperam e os que duvidam, devem buscar os motivos e os testemunhos de suas esperanças, ou das suas dúvidas; é aí que devem encontrar as provas dos seus juízos. O Instituto, que confia em si, não pedirá, nem indulgencia, nem severidade, pedirá sim justiça, temperada pela equidade.” Ao fim de dois anos, assumia terem sido “grandes as dificuldades com que se tem lutado, durante o período da fundação e instalação do Instituto agrícola”, resumindo-as, a par das condicionantes convencionadas como “naturais e inerentes a estas instituições”, na “escassez do pessoal” e nas “desfavoráveis condições materiais do estabelecimento”.

Apesar do corpo docente ter diligenciado “sempre que a instrução fosse exemplificativa, e que a demonstração pratica servisse de complemento á exposição doutrinal”, a realização dos exercícios práticos havia “encontrado bastantes embaraços pela falta de quem os presida”. Em vista de tal carência, propunha a integração de repetidores nos quadros da Instituição, que “com grande vantagem do ensino” pudessem, de igual forma, acompanhar os alunos no estudo, respondendo às dificuldades pedagógicas demonstradas pelos mesmos: “A necessidade, porém, de repetidores, tem-se feito sentir em quase todas as cadeiras. As escassas habilitações da maior parte dos alunos, o pouco conhecimento do método de estudo, a condensação das doutrinas atribuídas às

¹⁹⁸ José Veríssimo de Almeida, op. cit., pp. 59-62.

diversas cadeiras, e a pesada distribuição das próprias cadeiras pelos diversos anos dos cursos, tornam indispensável a coadjuvação dos repetidores.”¹⁹⁹

Quanto às carências materiais, estas resumir-se-iam na falta de condições do terreno da Quinta da Bemposta destinada aos três primeiros estabelecimentos anexos, o que incluía a granja-modelo ou quinta exemplar tão reclamada. Apesar destas carências, José Maria Grande mostrava-se positivo com os primeiros resultados alcançados: “Se o Instituto deve ser julgado pelo aproveitamento dos alunos, e pelo resultado económico das culturas nós ousamos, nesse caso, dizer que a Escola não pode arreçar-se do vosso juízo, porque estes dois importantes fins foram, se não me engano, alcançados de um modo satisfatório.”²⁰⁰ No mesmo sentido concluía, em 1856, o Conselho de Aperfeiçoamento do Instituto Agrícola, pois, se “O Instituto Agrícola não é o que deve ser”, ainda assim, “é já muito mais do que se podia esperar, em relação ao pouco tempo que tem de existência, e a modestíssima assistência dos elementos e formas práticas, de que dispõe.”²⁰¹

¹⁹⁹ José Maria Grande, *Relatório dos Trabalhos Escolares, Processos, Operações e Serviços Ruraes instituídos no Instituto Agrícola de Lisboa no anno agrario de 1854-1855 pelo Conselheiro José Maria Grande Director do mesmo Instituto*, [...], pp. 10-11.

²⁰⁰ José Maria Grande, *Relatório dos Trabalhos Escolares, Processos, Operações e Serviços Ruraes instituídos no Instituto Agrícola de Lisboa no anno agrario de 1854-1855 pelo Conselheiro José Maria Grande Director do mesmo Instituto*, [...], p. 29.

²⁰¹ *Relatório do Conselho de Aperfeiçoamento do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa*, de 18 de Janeiro de 1856, D. do G. nº 62 de 13 de Março de 1856.

II Capítulo - O decreto de “fusão” e a integração dos estudos de medicina veterinária: 5 de Dezembro de 1855

A concepção do ensino unificado dos dois principais ramos da actividade traduzidos na agronomia e na veterinária, numa mesma instituição de ensino, havia sido objecto de reflexão e consideração na década de 40. Em 1849, era apresentado à Câmara dos Deputados, um projecto de lei, da autoria do deputado Francisco Assis de Carvalho, onde era proposta a junção entre a Escola Veterinária Militar, existente, e uma das Escolas Agrícolas, pressupostas na Reforma da Instrução Pública, de 20 de Setembro de 1844. Sabemo-lo, porque João Ignacio Ferreira Lapa, então, lente da Escola Veterinária, acompanhou e comentou, na *Revista Popular*, a recepção desta iniciativa, assim como os conteúdos e objectivos daquela proposta, através de artigos, publicados em Fevereiro de 1849 e, posteriormente, ao longo do mês de Janeiro de 1850.

A apresentação da proposta de lei integrou um movimento mais amplo de contestação, desde 1845, dirigido pelo corpo docente da Escola Veterinária Militar contra a reforma aplicada na Escola. Eram alvo de críticas os meios pobres destinados ao ensino prático, bem como, a sua continuada orientação para a aplicação militar, ou seja, a concepção da medicina veterinária, exclusivamente, pelo ramo da hipiatria. Ferreira Lapa identificava estes problemas como estruturais e inerentes à génese daquela Instituição, as quais foram conservadas não obstante as reformas subsequentes: “Portugal teve também a sua escola, e foi em Alfort que se educaram os indivíduos, a quem se deveria incumbir depois a criação do Instituto veterinário. É má terra a nossa para cousas destas. Criou-se, em vez de escola, uma enfermaria, e dois dos quatro veterinários, que tinham ido estudar fora, abandonaram, desanimados, a carreira (...) Em 1830 organizou-se uma espécie de escola, enfezada e raquítica – era uma escola em harmonia com as ideias que então vogavam acerca da veterinária. Em 1838 fez-se a transferência (...) para o Salitre. Desprovida do pessoal e do material indispensável, ficou por 5 anos a escola veterinária num estado de miséria e abandono. (...) O sr. Visconde de Sá da Bandeira tentou reformar este estabelecimento em 1838; mas a reforma, com quanto tirasse a escola do estado de marasmo (...) não foi capaz de lhe dar forças suficientes para satisfazer, não ao fim para que fora criada, mas ao fim para que o devera ter sido. A reforma de 1845 algum bem fez

à escola (...) mas o estabelecimento continuou a ficar acanhado (...) e com falta, quase absoluta, de tudo o que se requer para o ensino prático”.²⁰²

Neste contexto de reivindicações, pelas quais os lentes procuravam “dar a este estabelecimento melhor pé, direcção mais racional e por lhe alargar as aplicações”, Ferreira Lapa assinalava a eleição de Assis de Carvalho, como “lente que fora de alguns dos professores, [e] individuo versado que é no assumpto”, vinha “proporcionar-lhes favorável ensejo de porem por obra os seus desígnios.”²⁰³ O apoio da generalidade dos lentes à proposta expressou-se na redacção de uma *Memória*, pela qual “fazendo ver as causas do atraso da veterinária, e os meios de as destruir”²⁰⁴, justificavam a necessidade de proceder a ampla revisão do ensino superior de medicina veterinária. Apesar de não nos ter sido possível consultá-la, por omissão, sabemos que a referida *Memória* foi distribuída na Câmara dos Deputados, na sessão de 16 de Fevereiro de 1849.²⁰⁵

Segundo João Ferreira Lapa a referida memória correspondia ao dever daquele corpo docente, bem como à demonstração do ensejo pelo progresso científico: “Era do dever dos professores, uma vez que se preparava uma reforma no seu estabelecimento, fosse bem ou mal entendida, discuti-la publicamente, produzirem o seu voto, esclarecer dúvidas, ou combater prejuízos, que acaso empecessem o resultado. Uma *Memoria*, que neste intuito escreveram, e ofereceram ao governo, às camaras, e ao publico, (...) provou ao país, que se bem que a Escola Veterinária se mirre na esterilidade de um fim acanhadíssimo, nela existe, contudo, vontade de trabalhar - amor á ciência - e grandes desejos de elevação (...)”²⁰⁶

Por sua vez, também o ensino agrícola, “um dos primeiros problemas da nossa vida económica”²⁰⁷ era considerado segundo a omissão a que estava votado pela política nacional, sobre o qual urgia atender. Ferreira Lapa não se escusava de acusar a classe política de predilecção pelo “cancro maldito do funcionalismo publico”, fazendo-o

²⁰² João Ignacio Ferreira Lapa, “Eschola de veterinaria e de agricultura”, *Revista Popular*, vol. I, n.º 52, 24 de Fevereiro de 1849, pp. 412-413.

²⁰³ Idem, “Instrucção Popular. Considerações ácerca do Projecto de Lei do sr. Deputado Assis de Carvalho”, *ibidem*, vol. II, n.º 43, 5 de Janeiro de 1850, p. 341.

²⁰⁴ Idem, “Eschola de veterinaria e de agricultura”, *ibidem*, vol. I, n.º 52, 24 de Fevereiro de 1849, p. 412.

²⁰⁵ Offício n.º 1, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Sessão n.º 13, de 16 de Fevereiro de 1849.

²⁰⁶ João Ignacio Ferreira Lapa, “Instrucção Popular. Considerações ácerca do Projecto de Lei do sr. Deputado Assis de Carvalho”, *Revista Popular*, vol. II, n.º 43, 5 de Janeiro de 1850, p. 341.

²⁰⁷ Idem, *ibidem*.

substituir a “todas as instituições uteis, de que esta boa terra carece”.²⁰⁸ A realidade que sobrevinha era de decrepitude de ambos os ensinos, em detrimento do desenvolvimento do primeiro sector de actividade, o qual sofria da inacção política, apesar de identificadas as principais debilidades manifestadas nos “inconvenientes das praticas rotineiras, que trazem a nossa agricultura em tanto atraso, a respeito do que poderá ser, se fossem devidamente aproveitadas as qualidades preciosas desta terra, e deste clima”.²⁰⁹ Resumia: “Eis-aqui o estado em que se acha tudo. Temos uma escola mal organizada que está muito aquém das primeiras escoas instituídas na Europa. Temos o ensino agrícola concentrado n’uma escola de Lisboa, e resumido, talvez, em vinte lições teóricas. Granjas-modelo – não há uma só. Estabelecimentos em que as raças se cruzem, e se apurem (...) não há um nenhum”.²¹⁰

Segundo Ferreira Lapa, enquanto arauto do corpo docente da Escola Veterinária na imprensa periódica, e, por tal, também segundo estes, a união entre os ensinos suscitava-se lógica quando considerando, quer a confluência das práticas para um mesmo objectivo, o das subsistências: “As duas faculdades, agrícola e veterinária, (...) ramos da mesma árvore, expressões diferentes de uma só necessidade: a subsistência do homem como individuo e como sociedade”; quer pela correlação no trabalho agrícola, na razão de uma interdependência lógica e simples: “Os gados fazem a cultura, e esta sustenta os gados”.²¹¹ A mais, a união das duas áreas suscitava-se coerente segundo o desenvolvimento, que os lentes da Escola Veterinária traçavam sobre a “história da veterinária”: Concretizadas as duas primeiras fases, pelas quais a ciência fora criada, e os conteúdos organizados com vista ao ensino, cumpria uma terceira, em que “a agricultura vem aliar-se com a veterinária, e, unidas, auxiliando-se mutuamente, concorre cada uma delas ponderosamente para o progresso da outra”.²¹² Exigiam a reorientação da Medicina Veterinária para a prática agrícola, por forma a não mais ser considerada “entre nós como arte de curar – e de curar o cavalo.”²¹³ Em particular, a proposta de Assis de Carvalho atenderia a esta problemática consignando “os meios de dar á veterinária a extensão médica prática a todas as espécies domésticas [e] o desenvolvimento à zootecnia.”²¹⁴ No

²⁰⁸ Idem, “Eschola de veterinaria e de agricultura”, *ibidem*, vol. I, n.º 52, 24 de Fevereiro de 1849, p. 413.

²⁰⁹ Idem, “Eschola de veterinaria e de agricultura”, *ibidem*, vol. I, n.º 51, 17 de Fevereiro de 1849, p. 404.

²¹⁰ Idem, “Eschola de veterinaria e de agricultura”, *ibidem*, vol. I, n.º 52, 24 de Fevereiro de 1849, p. 413.

²¹¹ Idem, “Instrucção Popular. Considerações ácerca do Projecto de Lei do sr. Deputado Assis de Carvalho”, *ibidem*, vol. II, n.º 44, 12 de Janeiro de 1850, p. 349.

²¹² Idem, “Eschola de veterinaria e de agricultura”, *ibidem*, vol. I, n.º 52, 24 de Fevereiro de 1849, p. 412.

²¹³ Idem, “Instrucção Popular. Considerações ácerca do Projecto de Lei do sr. Deputado Assis de Carvalho”, *ibidem*, vol. II, n.º 45, 19 de Janeiro de 1850, p. 358.

²¹⁴ Idem, *ibidem*.

geral, pretendia-se, em resumo do que deixámos exposto, “Aliar a agricultura com a veterinária (...) tirar da nulidade por compressão, fins e descaminho de meios uma escola, outra do limbo de um decreto sem execução para um mesmo centro, onde produzam o que lhes é individual e o que lhes é comum, (...) eis a essência e o belo do projecto, que alcança todas as vantagens pela menor soma de meios²¹⁵ (...)”²¹⁶ Por tal, não hesitava em concluir-se que “Só por este modo – pela união dos ensinos – poderá existir *realmente* uma boa escola veterinária, e um instituto agrícola, em que se ensinem milhares de coisas utilíssimas, e desgraçadamente desconhecidas neste país”²¹⁷.

Quando em 1855, foi autorizada a reformulação do ensino superior da medicina veterinária por carta de lei de 17 de Julho²¹⁸, decisão levada a cabo por decreto de 5 de Dezembro de 1855, com vista à integração respectiva com os estudos superiores de agronomia, tal não configurava novidade de monta. A proposta de Assis de Carvalho havia transitado para a década de 50 como projecto a cumprir, pelo que a referida convergência era esperada desde a fundação do Instituto Agrícola de Lisboa. Demonstra-o o decreto fundador do Instituto ao contemplar nas disposições transitórias, quer pela transferência da tutela da “Escola Veterinária”, entre o Ministério dos Negócios da Guerra, a que estava sujeita, e o, recém-criado, Ministério dos Negócios das Obras Públicas, Comércio e Indústria, quer pela anexação imediata da Escola ao Instituto, mantendo, porém, a última estrutura orgânica, “enquanto não for convenientemente

²¹⁵ Segundo Ferreira Lapa, a resolução da questão económica propugnada pela Proposta tinha ainda sustento no exemplo de Nápoles, que pelas similitudes com a realidade financeira portuguesa, confirmava as potencialidades daquela. Atente-se: “O Rei de Nápoles acaba de fundar na sua capital um instituto agronómico; pelas circunstâncias financeiras deste país, o sistema daquela criação, e os fins a que se propõe, tem a mais exacta semelhança com o que no mesmo sentido pretendemos fazer. Nápoles não tinha um Versailles de que dispôs; a penúria dos seus recursos e estado dos seus lavradores, não lhe permitia (...) Mas Nápoles tinha a escola veterinária de Santa Maria dos Anjos, como nós temos a de Lisboa; foi anexando a esta escola cadeiras agrícolas e dotando-a de uma granja modelo, que tencionou (...) imitar quanto poder o seu grandioso exemplo [do Ministro Tourret que funda, em 1848, o ensino agrícola, em França].” Cf. Idem, “Instrução Popular. Considerações acerca do Projecto de Lei do sr. Deputado Assis de Carvalho”, *ibidem*, vol. II, nº 44, 12 de Janeiro de 1850, p. 349. Também para José Maria Grande, o sucesso do projecto da fusão que se procurava implementar, em Portugal, teria confirmação “pelo exemplo recente de algumas nações ilustradas, como a Bélgica, Nápoles, e certos Estados da Alemanha, que entenderam dever reunir num mesmo Instituto, os estudos agronómicos e veterinários”. José Maria Grande, *Relatório sobre os trabalhos escolares e serviços rurais instituídos no Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa durante o anno escolar de 1855-1856 pelo conselheiro José Maria Grande Director do mesmo Instituto*, Lisboa, Typ. do Jornal do Comércio, 1857, p. 10.

²¹⁶ João Ignacio Ferreira Lapa, “Instrução Popular. Considerações acerca do Projecto de Lei do sr. Deputado Assis de Carvalho”, *Revista Popular*, vol. II, nº 43, 5 de Janeiro de 1850, p. 341.

²¹⁷ Idem, “Escola de veterinaria e de agricultura”, *ibidem*, vol. I, nº 51, 17 de Fevereiro de 1849, p. 404.

²¹⁸ O Decreto das Cortes Gerais de 14 de Julho de 1855 estabelece, de imediato, no artigo 7.º, a valência do poder executivo de, se conveniente, juntar as duas instituições de ensino, agronómico e medicina veterinária: “O Governo colocará, se assim o julgar conveniente, a escola veterinária junto do Instituto e escola regional agrícola de Lisboa, e da caudalaria e estabelecimento pecuniário a esta anexos.” Cf., *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Sessão nº 34, de 14 de Julho de 1855.

reformada.”²¹⁹ No mesmo sentido, ao estabelecer-se a frequência das aulas de “zootecnia e outras disciplinas” do Instituto pelos alunos da Escola Veterinária, assegurava-se, de forma prática e inequívoca, a integração futura dos estudos de medicina veterinária naquele. Simultaneamente, observando aquela frequência enquanto “complemento do ensino, que recebem na mesma Escola”, acedia-se, de imediato, à reivindicada reorientação da medicina veterinária para a prática pecuária doméstica.²²⁰ Finalmente, José Maria Grande, em 1854, reafirmava aquela intenção, ao considerar difícil, mas porém, temporária, a situação de não terem sido incluídos, nos quadros do Instituto Agrícola, o pessoal “menor” ou “subalterno”, necessário ao funcionamento burocrático, dado que era esperado que o mesmo viesse a integrar os funcionários da Escola Medicina Veterinária.²²¹

O decreto de 5 de Dezembro de 1855, almejando a satisfação de “todas as condições do ensino”, por forma a resultar na profícua difusão dos princípios científicos da veterinária, preconizou o estabelecimento de uma rede nacional de instrução veterinária, composta por dois graus, a saber, o curso superior de medicina veterinária, leccionado no Instituto Agrícola de Lisboa, e o ensino elementar de veterinária, leccionado nas Escolas Regionais. Dado que o Instituto continuava a albergar a Escola Regional de Lisboa nas suas instalações, cujos cursos eram geridos pelo Conselho Escolar, a oferta formativa apresentada diversificava-se: ao curso de agrónomo, abegão e lavrador, já existentes, acresciam as formações de veterinário-lavrador e de mestres veterinários, ensino superior e elementar, respectivamente.²²² O primeiro teria a duração de quatro anos²²³ e habilitaria profissionalmente para as funções de facultativo veterinário, civis ou militares, e de lavrador, de directores das coudelarias civis e militares, fiscais de matadouros, assim como de veterinários distritais ou municipais. Pedagogicamente, poderiam reger as quatro cadeiras específicas de medicina veterinária leccionadas no Instituto, assim como as pertencentes às Escolas Regionais. Por fim

²¹⁹ Diz o artigo 46.º do Título V do Decreto de 16 de Dezembro de 1852, referente às “Disposições Transitórias: “A Escola Veterinária fica debaixo da superintendência do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, e é anexada ao Instituto agrícola. Continua, porém, a funcionar como está (...)” Vide, Art.º 46.º, Decreto de 16 de Dezembro de 1852, D. do G. nº 300 de 30 de Dezembro de 1852.

²²⁰ Artigos 46.º e 47.º, *ibidem*.

²²¹ “Todos estes, e outros lugares subalternos deixaram de entrar no quadro legal do pessoal do Instituto, porque á criação desta instituição presidio o pensamento da sua união com a escola veterinária, que tem um pessoal numeroso.” José Maria Grande, *Relatório dos Trabalhos Escolares, Processos, Operações e Serviços Rurais instituídos no Instituto Agrícola de Lisboa no anno agrario de 1854-1855 pelo Conselheiro José Maria Grande Director do mesmo Instituto*, [...], p. 27.

²²² Art.º 2.º, Decreto de 5 de Dezembro de 1855, D. do G. nº 303 de 24 de Dezembro de 1855.

²²³ Art.º 4.º, *ibidem*.

poderiam ter participação em “cargos e comissões em que forem exigidos conhecimentos especiais de agricultura, e de medicina veterinária”²²⁴. O curso elementar teria a duração de dois anos.²²⁵

O quadro das cadeiras leccionadas diversificou-se dispondo as disciplinas específicas da área de medicina veterinária em número de quatro, perfazendo com as cadeiras específicas de agronomia, um total de nove, a saber: 1.^a Cadeira: Noções elementares de Botânica, Mineralogia e Geologia Agrícolas; Agricultura Geral e Cultura de cereais; 2.^a Cadeira: Culturas Especiais; 3.^a Cadeira: Economia e Legislação Agrícola. Administração e Contabilidade Rural; 4.^a Cadeira: Noções de Matemática aplicada à Agricultura. Engenharia rural. Artes Agrícolas Vegetais; 5.^a Cadeira: Noções de Zoologia, Zootecnia, e Artes Agrícolas Animais; 6.^a Cadeira: Anatomia Veterinária, Operações Cirúrgicas, Exterior dos Animais Domésticos, Clínica Cirúrgica; 7.^a Cadeira: Patologia Geral e Especial; Direito Veterinário; Clínica Médica Veterinária; 8.^a Cadeira: Noções de Física, de Química e Meteorologia aplicadas à agricultura e à veterinária. Fisiologia Veterinária; 9.^a Cadeira: Higiene, Farmácia, Matéria Médica, Siderotécnica Veterinária;²²⁶ ²²⁷ Ao curso superior de medicina veterinária cumpria a frequência, na parte agronómica, da primeira, segunda e terceira cadeiras, e da quinta à nona cadeira, específicas da secção de medicina veterinária²²⁸. Para o curso elementar indicam-se duas disciplinas, “1.º elementos de anatomia, fisiologia veterinária, siderotecnica exterior de animais domésticos, e pequena cirurgia”, que julgamos integrarem-se na sexta, oitava e nona cadeiras, e “2.º elementos de patologia, clínica, e formulário veterinário”, correspondente à sétima cadeira.²²⁹

Note-se que a fusão das duas Escolas, com o incremento dos meios materiais e humanos, veio permitir a resolução de um “grande inconveniente” do ponto de vista pedagógico do Instituto não garantir, no seu espaço, o ministério de todas as disciplinas auxiliares ou fundamentais, sendo obrigado a partilhar, para efeito, a docência com outras corporações científicas, nomeadamente, a Escola Politécnica de Lisboa e a Real

²²⁴ Art.º 27, *ibidem*.

²²⁵ Art.º 4.º, *ibidem*. O mesmo decreto não indica as habilitações a que o curso dava acesso, ao contrário do que dispõe para o curso superior de veterinário-lavrador.

²²⁶ Art.º 2.º, *ibidem*.

²²⁷ José Maria Grande, *Relatório dos trabalhos escolares e serviços ruraes instituídos no Instituto Agrícola durante o anno escolar de 1855-1856*, [...], pp. 27-28.

²²⁸ O Decreto estabelece quais as disciplinas a serem frequentadas no curso de veterinário-lavrador, que se traduzem nas cadeiras que havemos indicar. Cf., Art.º 4.º, Decreto de 5 de Dezembro de 1855, D. do G. nº 303 de 24 de Dezembro de 1855.

²²⁹ Idem, *ibidem*.

Academia das Ciências de Lisboa. Apesar de “explicadas naquelas escolas com suma perfeição”, a orientação das disciplinas não era a desejada porquanto não contemplava a “aplicação à vida do campo”, o que não se verificaria “se fossem dadas com este destino especial dentro do Instituto”.²³⁰ Essa problemática não se sinalizava para as três primeiras cadeiras do Instituto, que no primeiro triénio haviam sido leccionadas noutras instituições, segundo as orientações científicas do Conselho Escolar, como indicou José Maria Grande. Referia-se, em particular, às disciplinas auxiliares de química e física, cuja ausência do plano de estudos do Instituto, segundo João Ferreira Lapa, se devera ao “espírito da economia” e não ao “esquecimento do legislador”, dado que “lá fora as escolas agrícolas mesmo as de hierarquia inferior à do nosso instituto, contam e compreendem esta disciplina”. Dessa “economia” advinham consequências para o ensino dos alunos relativas ao excessivo desenvolvimento das matérias para além das especificidades do curso, obstando à aplicação prática com a devida orientação para a agricultura.²³¹

Assim, na primeira cadeira, em 1855, Noções elementares de Botânica, Mineralogia e Geologia Agrícolas; Agricultura Geral e cultura de cereais, reuniam-se a disciplinas de Geologia, leccionada na Academia das Ciências, de Botânica, oferecida na Escola Politécnica, e a matéria de Agricultura Geral, da antiga quarta cadeira, ministrada no Instituto. Na quarta cadeira reunia-se às matérias que constituíram a antiga cadeira especial, criada, em 1853, Engenharia Rural e Artes Agrícolas Vegetais, a disciplina preparatória de Matemática aplicada à agricultura.²³² Na oitava cadeira apreciavam-se as matérias de Química e Física Agrícolas, ministradas na Academia das Ciências, com as disciplinas auxiliares de Física e Química, leccionadas na Escola Politécnica, a que acrescia a Meteorologia aplicada à agricultura. Por fim, as matérias da antiga segunda cadeira, Zoologia, Anatomia e Fisiologia comparadas, leccionadas na Escola Politécnica dispersavam-se, em 1855, pela quinta, sexta e oitava cadeiras. Pode, pois concluir-se, na

²³⁰ *Relatório do Conselho de Aperfeiçoamento do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa*, de 18 de Janeiro de 1856, D. do G. n.º 62 de 13 de Março de 1856.

²³¹ João Ignacio Ferreira Lapa, “Alguns processos de analyse chimico-agricola. A proposito da questão do ensino da chymica e da physica no Instituto-Agricola”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. I, 1858, p. 64.

²³² O Conselho de Aperfeiçoamento do Instituto Agrícola de Lisboa refere, porém, que “o Decreto não completou o seu pensamento de internar no Instituto todos os estudos auxiliares, pois esqueceu incluir as matemáticas agrícolas, que aliás se podem e já agora devem considerar como parte implícita da engenharia rural”. Não obstante, José Maria Grande, incluiria já no *Relatório dos Trabalhos Escolares*, relativo ao ano lectivo de 1855-1856, as “Noções de matemática aplicadas à agricultura” na composição da quarta cadeira, sugerindo ter-se alterado a composição daquela cadeira no decorrer do ano de 1856. Vide, *Relatório do Conselho de Aperfeiçoamento do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa*, de 18 de Janeiro de 1856, D. do G. n.º 62 de 13 de Março de 1856; José Maria Grande, *Relatório dos trabalhos escolares e serviços ruraes instituidos no Instituto Agrícola durante o anno escolar de 1855-1856*, [...], pp. 27-28.

esteira do que Maria Carlos Radich havia perspectivado, que a fusão das Instituições resultou num acréscimo de meios do Instituto, garantido a direcção independente e exclusiva sobre a sua pedagogia, no que se compreendem disciplinas auxiliares e fundamentais dos cursos: “Logo, em 1855, o Instituto absorve para seu âmbito a totalidade do ensino das matérias que exige aos alunos, dispensando o concurso da Escola Politécnica e do Instituto do Père Mayne.”²³³ Este facto aponta para um acréscimo de capacidade, ou pelo menos de ambição por parte do Instituto, em dominar o ensino de todas as ciências fundamentais.”²³⁴

Porém, à inclusão das novas disciplinas auxiliares, não correspondeu um aumento do número das cadeiras, pelo que a instituição destas no plano curricular do Instituto se realizava, segundo o Conselho de Aperfeiçoamento do Instituto, em detrimento do desenvolvimento que, já acanhado, era possível dar-se às disciplinas “essenciais”: “havendo de se distribuir aquelas novas matérias pelas nove cadeiras, de que actualmente se compõe o quadro disciplinar do Instituto, ficou cada cadeira muito mais sobrecarregada do que estava, vindo desta sorte o Decreto, para facilitar a comodidade e aplicação do ensino auxiliar, a prejudicar o ensino essencial, não só tolhendo o seu progressivo desenvolvimento, mas achando-o a menos do que já era.”²³⁵ Corroborando as críticas do Conselho de Aperfeiçoamento, João Ferreira Lapa criticava essa “acumulação”, particularizando com o exemplo da oitava cadeira, cuja regência tinha a cargo. Nesta a reunião excessiva das disciplinas introdutórias da física, química e meteorologia aplicadas quer à agricultura, quer à veterinária, resultava numa “tal acumulação de matérias [que] em tão pouco tempo mal permitia desenrolar o elenco dos assuntos”. Questão agravada ao acrescerem as matérias de fisiologia veterinária, e quando considerando a necessidade de aprofundar o ensino das disciplinas introdutórias, uma vez não ser requerido aos alunos a apresentação obrigatória dos preparatórios: “tanto mais que os alunos dispensados, como desde então ficaram do curso de introdução e de física dos liceus, necessitavam, antes que se lhes fizessem ver as aplicações, ser instruídos nos

²³³ Respeita à Aula Mayense criada por Frei José Mayne, em 1792, a qual versava as matérias de História Natural. Conservada pela Real Academia das Ciências, o seu âmbito de estudos seria alargado, incluindo, em meados do século XIX, diversas matérias científicas como a Botânica, a Zoologia, a Física ou a Química. Rómulo de Carvalho, “Museu Maynense da Academia das Ciências de Lisboa”, *Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1993.

²³⁴ Maria Carlos Correia Mendes Radich de Oliveira Baptista, op. cit., p. 722.

²³⁵ *Relatório do Conselho de Aperfeiçoamento do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa*, de 18 de Janeiro de 1856, D. do G. nº 62 de 13 de Março de 1856.

princípios em cujo ensino quase se consumiria todo o tempo.”²³⁶ ²³⁷ Atendendo às vantagens resultantes da convergência das disciplinas auxiliares no Instituto, para Ferreira Lapa, estas limitavam-se ao tempo poupado nas deslocções entre as várias corporações científicas e na especialização dos princípios introdutórios segundo o ensino agrícola e veterinário: “Assim a reforma não remediou senão metade do mal – a perda de tempo e a aprendizagem de coisas desnecessárias. - Quanto à propriedade do ensino tolheu-a completamente pela economia que quis fazer de mais uma cadeira, e com a supressão do curso preparatório dos liceus.” Informa-nos ainda de uma representação do Conselho Escolar com vista à alteração de “vários pontos da lei que necessitam reforma”, em particular, no que respeitava à excessiva concentração das matérias, a que o Conselho de Aperfeiçoamento também se referira²³⁸, propunha a restituição dos antigos preparatórios, nomeadamente “o preparatório de introdução à história natural, da física e química do liceu”, o que, segundo Ferreira Lapa, reverteria vantajoso para o aluno, bem como para o Instituto que conservava a orientação particular dos estudos: “O instituto não ensinando senão a parte de aplicação agrícola aos alunos, que se supõe trazerem os necessários princípios daquelas ciências, terá ao mesmo tempo conservado o carácter da sua especialidade e poupado o tempo e o trabalho aos seus alunos”. Segundo a representação, na oitava cadeira ficariam inclusas, apenas, a “física do globo” e a “química agrícola”, a que acresceriam as “artes agrícolas”. Sugeria-se também a colocação de um “preparador a esta cadeira”, por forma a reforçar o seu ensino demonstrativo e a coadjuvar a investigação científica, dando “tempo a estudos e ensaios que reclama este ramo das ciências agrícolas, ainda não bem explorado no estrangeiro, e quase desconhecido entre nós.”²³⁹ Não obstante, o lente acautelara-se. Havia já procurado, “remediar quanto em

²³⁶ Informação que não nos foi possível confirmar uma vez que se encontra omissa, a versão do Regulamento do Instituto de 1853, revista pelo Conselho Escolar, como requerido pelo Decreto de 5 de Dezembro de 1855, que refere: “Logo que for publicado este Decreto, o Conselho geral do Instituto reverá o Regulamento do mesmo Instituto de quinze de Junho de mil oitocentos cinquenta e três, a fim de ser harmonizado com as disposições deste Decreto, e submetido à aprovação do Governo.” e “O Governo publicará os regulamentos necessários para execução deste Decreto”. Artigos 44.º e 45.º, Decreto de 5 de Dezembro de 1855, D. do G. nº 303 de 24 de Dezembro de 1855.

²³⁷ Vide, João Ignacio Ferreira Lapa, “Alguns processos de analyse chimico-agricola. A proposito da questão do ensino da chymica e da physica no Instituto-Agricola”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. I, 1858, pp. 64-65.

²³⁸ Atendendo ao princípio económico, o parecer do Conselho de Aperfeiçoamento era de que se tornassem bienais as cadeiras mais condensadas, ao invés do aumento do número de cadeiras pelo desdobramento daquelas: “Em vista destas razões não há remédio mais eficaz, senão desdobrar algumas cadeiras principalmente a de culturas especiais; mas dominado pelo princípio da economia não ousa o Conselho propô-lo desde já, desejando ao menos que o Governo de Vossa Majestade tomando este objecto em consideração para ser oportunamente providenciado, autorize, por enquanto, a fazerem-se bienais os cursos das cadeiras mais condensadas que a isso se prestarem.” *Relatório do Conselho de Aperfeiçoamento do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa*, de 18 de Janeiro de 1856, D. do G. nº 62 de 13 de Março de 1856.

²³⁹ João Ignacio Ferreira Lapa, “Alguns processos de analyse chimico-agricola. A proposito da questão do ensino da chymica e da physica no Instituto-Agricola”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. I, 1858, p. 65.

minhas forças cabia o defeito da lei, dedicando todo o tempo lectivo ao ensino da física, da química e da meteorologia; e reservando as lições de fisiologia para os dias intercalares que a lei concede para descanso e preparação”; e enquanto não chegasse “aquele desejado melhoramento ao ensino oficial”, Ferreira Lapa dispor-se-ia à publicação, de “alguns excertos sobre coisas de química agrícola que fazem parte de lições manuscritas, e que por falta de tempo não tem ainda podido ser professadas”, no periódico *O Archivo Rural* onde exarara os problemas citados.²⁴⁰

Relativamente aos estabelecimentos anexos, o decreto de 5 de Dezembro dispunha que fossem conservados e montados os “estabelecimentos acessórios do ensino veterinário”, indicados no artigo quarto da carta de lei de 28 de Abril de 1845, a saber: “primeiro: uma Biblioteca (...) uma Colecção de preparações de Anatomia comparada; segundo: tantas enfermarias quantas forem necessárias; terceiro: uma Botica; quarto: um gabinete com instrumentos, e aparelhos necessários e próprios para as operações e demonstrações anatómicas; quinto: uma oficina para forjar e ferrar; sexto: uma horta.”²⁴¹

Em meados de 1856, abria-se concurso público para a construção de três enfermarias para o Hospital Veterinário, um anfiteatro e ainda uma casa de dissecação anatómica²⁴². No final daquele ano abria-se a farmácia veterinária, “pronta a aviar todo o receituário para os animais doentes”.²⁴³ A abertura do Hospital Veterinário e do Banco anexo ao público, decorreu a 1 de Outubro de 1859.²⁴⁴ Compunham aquele primeiro “duas espaçosas enfermarias” com capacidade para alojar mais de trinta cavalos.²⁴⁵ No primeiro ano de funcionamento teriam, segundo Rodrigo de Moraes Soares, “concorrido às suas enfermarias bastantes animais de particulares”, e evidenciavam-se, assim, as vantagens do serviço hospitalar, quer para os privados, quer para o ensino: “Além das necessidades do ensino prático da medicina veterinária, este estabelecimento oferece a vantagem de um tratamento regular e económico ao gado dos particulares, e dos corpos de cavalaria estacionados na capital.”²⁴⁶

²⁴⁰ Idem, *ibidem*.

²⁴¹ Decreto de 28 de Abril de 1845, D. do G. nº 107 de 8 de Maio de 1845.

²⁴² Anúncio de 1 de Abril de 1856, D. do G. nº 82 de 8 de Abril de 1856.

²⁴³ Anúncio de 8 de Novembro de 1856, D. do G. nº 267 de 11 de Novembro de 1856.

²⁴⁴ Anúncio de 22 de Setembro de 1859, D. do G. nº 224 de 25 de Setembro de 1859.

²⁴⁵ José Maria Grande, *Relatorio sobre os trabalhos escolares e serviços rurais instituidos no Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa durante o anno escolar de 1855-1856 pelo conselheiro José Maria Grande Director do mesmo Instituto*, [...], pp. 12-13.

²⁴⁶ Rodrigo de Moraes Soares, “Chronica Agrícola, Lisboa, 20 de Janeiro”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1859, p. 442.

Para José Maria Grande, segundo a perspectiva pedagógica, a importância daqueles estabelecimentos e a afluência dos criadores pela prestação dos serviços corroborava a indispensabilidade da prática na formação médica veterinária dado que “A medicina e a cirurgia veterinária não podem assentar em bases sólidas sem grandes e contínuos exercícios práticos dentro dos hospitais. (...) É pois na observação dos factos clínicos que se adquirem estas importantes habilitações, e com elas a perícia médica, e a destreza cirúrgica.”²⁴⁷ Em 21 de Junho de 1859, decretavam-se as estruturas respeitantes à direcção e regulamento do Hospital Veterinário, que sucedia à antiga enfermaria veterinária militar, criando-se para efeito o Conselho Especial de Veterinária. O órgão executivo e consultivo, era presidido pelo director-geral do Instituto e tinha por vogais a totalidade dos lentes catedráticos e substitutos do Instituto. Estava incumbido pelo seu presidente, e na falta deste, pelo vice-presidente, da inspecção do Hospital Veterinário e dos estabelecimentos anexos a este.²⁴⁸ Aos vogais incumbia-se a direcção rotativa trimestral do serviço clínico e administrativo, acrescentando um chefe de clínica, a nomear por concurso público, ao qual respeitava a assistência permanente de todo o serviço curativo, a recepção e prescrição do tratamento de animais doentes e a conservação e limpeza do material, mobília e animais doentes instalados. O serviço prático clínico estaria sob a responsabilidade de um enfermeiro e um número, a definir, de tratadores, assim como, dos alunos do curso de medicina veterinária, incumbidos para as tarefas pelo respectivo lente. No primeiro trimestre, o serviço clínico fora incumbido a José Maria Teixeira, lente da sétima cadeira, Patologia Geral e Especial, Direito Veterinário e Clínica Médica Veterinária, cujo desempenho se caracterizou, na opinião de Rodrigo de Moraes Soares, pela “dedicação e acerto (...) dando aos seus discípulos as lições do exemplo, que saem sempre as mais proveitosas e eloquentes. – concluía - O sr. Teixeira faz honra à ciência que professa.”²⁴⁹

Nas imediações do Palácio da Cruz do Tabuado estabeleceram-se a botica, “onde se podem manipular e expor à venda pública toda a casta de medicamentos veterinários”, e o anfiteatro anatómico, composto por uma “boa casa de disseções” e “uma cómoda

²⁴⁷ José Maria Grande, *Relatorio sobre os trabalhos escolares e serviços rurais instituidos no Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa durante o anno escolar de 1855-1856 pelo conselheiro José Maria Grande Director do mesmo Instituto*, [...], pp. 13-15.

²⁴⁸ Decreto de 21 de Junho de 1859, D. do G. nº 159 de 19 de Julho de 1859.

²⁴⁹ Rodrigo de Moraes Soares, “Chronica Agricola, Lisboa, 20 de Janeiro”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1859, p. 442.

aula para prelecções e demonstrações necessárias”²⁵⁰ O estabelecimento anexo da oficina de siderotecnica, teria como funcionários um mestre ferrador, os oficiais, e os aprendizes necessários, a que acrescia a intervenção dos alunos, quando solicitados.²⁵¹ A importância da anexação desta reportava-se à, ainda inexistente, “fábrica de instrumentos rurais”²⁵², a qual se esperava ser auxiliada pela primeira, e cuja importância da fundação resultava “das dificuldades [da agricultura portuguesa] em se fornecer desta importante parte do material agrícola [para construção rural]; e que se vê muitas vezes embaraçada com os concertos e reparações de algumas máquinas e instrumentos mais complicados.”²⁵³ Paralelamente à importância pedagógica destas Instituições, José Maria Grande consideraria também as vantagens da sua vertente económica, porquanto situando-se em Lisboa, que considerava “uma capital tão abundante em cavalos de luxo, em bois de trabalho, e outros animais de carga, de sela, e de tiro”, o seu estabelecimento e usufruto pelos privados garantia não só, para estes últimos, a qualidade do serviço, como o desafogo económico da Escola: “Estes estabelecimentos uma vez acreditados, hão de ser não somente lucrativos para a escola, senão também proveitosos ao público”, assegurando assim a rentabilização da verba aplicada com aqueles, que “não são somente reprodutivos debaixo do ponto de vista do ensino; [mas também] hão de ainda produzir outros lucros que devem aumentar a dotação da escola.”²⁵⁴

No final de 1857, achar-se-ia já montado “um novo gabinete de modelos de máquinas e instrumento agrícolas”²⁵⁵ e preparava-se um espaço contíguo ao Palácio para albergar “as máquinas, os instrumentos e as ferramentas agrárias, que já formam na actualidade uma rica colecção.”²⁵⁶ Alargara-se o “gabinete de instrumentos geodésicos e

²⁵⁰ José Maria Grande, *Relatório dos trabalhos escolares e serviços rurais instituídos no Instituto Agrícola durante o anno escolar de 1855-1856, pelo conselheiro José Maria Grande Director do mesmo Instituto*, [...], p. 12.

²⁵¹ Decreto de 21 de Junho de 1859, D. do G. n.º 159 de 19 de Julho de 1859.

²⁵² Isto, apesar de no Relatório de 1853-1854 se relatar o funcionamento, ainda que insuficiente, da Abegoaria do Instituto onde já se haviam fabricado e modificado instrumentos da lavoura, pelo que concluímos, para os seus contrários, apesar de fundada não era ainda o que poderiam considerar ser uma oficina ou fábrica de instrumentos. Vide, José Maria Grande, *Relatório sobre os trabalhos escolares, processos, operações e serviços rurais instituídos no Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa durante o anno escolar de 1853-1854*, [...], pp. 21-22; 33.

²⁵³ José Maria Grande, *Relatório sobre os trabalhos escolares e serviços rurais instituídos no Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa durante o anno escolar de 1855-1856 pelo conselheiro José Maria Grande Director do mesmo Instituto*, [...], pp. 11-13.

²⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 16.

²⁵⁵ Esta colecção havia sido adquirida no Instituto de Hohenheim, “onde se fazem com a maior perfeição”, a qual, a par dos instrumentos adquiridos, pode perspectivar o Instituto enquanto centro de importação de tecnologia agrícola desenvolvida no estrangeiro. Serviria, como explicava Maria Grande, para três fins, para o estudo científico dos instrumentos, para o ensino das aulas e a replicação dos mesmos em dimensões reais, e era constituída por: “modelos de arados e charruas de muitas espécies, de grades, de rojões, de esterreadores, de rolos, de sementeiras, de extirpadores, de escarificadores, de sachos mecânicos, de máquinas de ceifar, de tararas, de crivos, de traçadores, de prensas de lagar, de máquinas para a construção de tubos de drenagem, de carros, e de vários outros instrumentos.” Idem, *ibidem*, p. 21.

²⁵⁶ Assim descreve Maria Grande a composição da referida colecção de instrumentos e máquinas, que no decurso do ano agrícola de 1855-1856 havia sido “consideravelmente aumentada”, sublinhando-se a pertença de um conjunto a

físico” com “várias espécies de bússolas, de sextantes, de esquadros e termómetros; de um pluviómetro, do higrómetro de Sausure, de um lactómetro, do alcoómetro de Gay-Lussac, (...) dois microscópios compostos [e] um simples (...)”. Estava também iniciada a “construção do laboratório de química agrícola”.²⁵⁷ A construção deste finalizou-se em 1859, tendo-se adquirido “alguns instrumentos e aparelhos” para o seu funcionamento. No entanto, apesar dos “interessantes trabalhos” desenvolvidos, careceria “de grande desenvolvimento não só para satisfazer às necessidades do ensino, mas principalmente para a execução das análises e resoluções das questões que a agricultura apresenta diariamente à química.”²⁵⁸ Na Quinta da Bemposta esperava-se estabelecer “a oficina de sericicultura”, antes referida, “e mais tarde (...) o estabelecimento zootécnico”, para estarem ambos funcionais nos “fins do actual ano agrícola.”²⁵⁹ Verifica-se o contínuo desenvolvimento do Gabinete de produtos agrícolas, com sementes “vindas do jardim de aclimação de Argel”²⁶⁰, “duas colecções de amostras de lã” e “de espigas de trigo medicamente classificadas”, adquiridas na Exposição Universal de Paris de 1855, por João de Andrade Corvo. A colecção de obras, dispostas pela Biblioteca, havia sido “enriquecida”, quer pela inclusão de obras específicas de medicina veterinária, pela compra de obras em Paris e Londres, sendo continuamente subsidiada por doações, quer ainda “pelas que lhe foram remetidas pela direcção do comércio e indústria”.²⁶¹

vapor: “Possuímos hoje, nos nossos depósitos de máquinas e instrumentos agrícolas, uma rica colecção de charruas; as de Dombasle, a de Grignon, a de Hohenheim de Brabante, a de Howard, a de Rosé, a de Subsolo, a de Bonnet de arrotear, a americana, a inglesa de força, e, finalmente, como termo de comparação, a do nosso Ribatejo. Possuímos os melhores amontoadores, como são os de Dombasle, o de Rosé, e o Belga; bons sachadores e enxadas de cavalo, enérgicos escarificadores, grades de diversos sistemas, e particularmente a articulada de Howard, um excelente jogo de ferramentas para a drenagem e cultura das matas, corta-palhas e corta-raízes de diversos sistemas; máquinas de limpar, de joeirar, de fazer manteiga, rolos, e em especial o de Kroskill; (...) Possuímos também a *brouette-le-Docte*, máquina engenhosa, muito útil na pequena e mediana cultura, e com a qual se obtêm variados serviços (...) O Instituto adquiriu também a máquina de debulhar e limpar de *Lotz, fils ané*; com o locomóvel, e manejo de cavalos do mesmo autor. Preferiam-se estas (...) porque elas adquiriram uma grande reputação depois dos exames e provas a que foram submetidas na *exposição universal* de Paris do ano passado [1855].” Idem, *ibidem*, pp. 18-20.

²⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 21.

²⁵⁸ Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, “Relatorio dos trabalhos escolares e ruraes do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa referido ao anno lectivo de 1858 a 1859 lido na sessão solemne da abertura das aulas no mesmo estabelecimento”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1859, p. 257.

²⁵⁹ José Maria Grande, *Relatorio sobre os trabalhos escolares e serviços rurais instituidos no Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa durante o anno escolar de 1855-1856 pelo conselheiro José Maria Grande Director do mesmo Instituto*, [...], pp. 15-16.

²⁶⁰ O Jardim Botânico de Argel ou Jardim Botânico de Hamma foi criado, em 1832, durante o domínio colonial francês da Argélia com a designação de Viveiro central do governo. Inicialmente funcionou como quinta-modelo e como jardim de ensaio, com o duplo objectivo de aclimatar e multiplicar várias espécies vegetais e auxiliar os esforços governamentais na difusão de espécies com valor medicinal, económico e comercial. Posteriormente, veio a desenvolver a sua actividade no campo da investigação científica, com particular interesse para a horticultura, passando a designar-se Jardim de Aclimação de Hamma. Vide, Ghanem Laribi, Sofiane Hadjadj, “Le Jardin d’essai du Hamma: histoire d’un jardin colonial”, *Histoire de l’Algérie à la période coloniale*, dir. por Abderrahmane Bouchène [et. al.], [s.l.], La Découverte, 2014, p. 184.

²⁶¹ Idem, *ibidem*, pp. 21-22.

No que respeita às dificuldades suscitadas ao ensino prático, as insuficiências da Quinta da Bemposta, para os diversos fins, pedagógicos e científicos, foram continuamente enunciadas e problematizadas. Em 1857, José Maria Grande refere que por terem “sido por vezes apresentadas à autoridade superior”, “o governo de S. Majestade, pesando na sua sabedoria toda a gravidade deste objecto, ordenou que se procedesse às investigações necessárias para descobrir alguns terrenos próximos da Capital, que pudessem prestar-se àquele fim.” Da inexistência de um apropriado campo de trabalhos práticos, resultavam reflexões sobre a interdependência entre os estudos teóricos e a sua aplicação prática, concluindo-se por indispensável à formação integral dos alunos: “Uma ilustrada experiência tem demonstrado que a prática que desdenha a teoria é cega e miserável, e a teoria que repele a prática é vã e temerária”, e, por tal, solicitava eloquentemente: “Deixai que estas duas irmãs se estreitem n’um amplexo íntimo, e esperai com fé e com paciência pelos proveitosos resultados de tal união”.²⁶² ²⁶³

No ano lectivo de 1857-1858, carreando as lógicas apresentadas²⁶⁴, o segundo director-geral do Instituto, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, Visconde de Vila Maior²⁶⁵, nomeado²⁶⁶ após o falecimento de José Maria Grande, em 1857, acusava em falta os aperfeiçoamentos e melhoramentos necessários à Quinta da Bemposta: “Carece aquela quinta, entre outras cousas; de um estabulo modelo, construído segundo os melhores

²⁶² Idem, *ibidem*, pp. 40-41; 43;

²⁶³ No mesmo sentido se referiria João Ferreira Lapa, em 1859, compreendendo que sem o aprofundamento da componente prática, e não se unindo esta com a teoria professada no Instituto “a ciência agrícola será uma habilitação para falar ou para escrever melhor ou pior nas coisas rurais, mas não a principal para obrar e industrializar nelas.” Cf., João Ignacio Ferreira Lapa, “Chronica Agrícola”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1859, p. 159.

²⁶⁴ Para Júlio Oliveira Pimentel a inexistência de uma quinta onde os alunos colocassem em prática as teorias apreendidas, equivaleria, comparativamente, a “uma faculdade de medicina sem hospitais para exercício de clínica, seria como uma escola de engenharia sem obras públicas.” Cf. Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, “Relatório dos trabalhos escolares e ruraes do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa, referido ao anno lectivo de 1857 a 1858 e lido na sessão solenne da abertura das aulas do mesmo estabelecimento”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1859, p. 228.

²⁶⁵ Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (1809-1884), 2.º Visconde de Vila Maior, foi militar e professor. Matriculou-se na Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, tendo interrompido os seus estudos devido à Guerra Civil (1828-1834), na qual participou militarmente pela causa de D. Pedro IV e D. Maria II alistando-se primeiro no Batalhão de Voluntários Académicos de Coimbra e posteriormente no Batalhão Académico do Porto. Findo o conflito, reintegraria a Universidade concluindo o curso de Matemática. Em 1837 era nomeado lente de Química na Escola Politécnica de Lisboa, disciplina que leccionaria também na Escola Industrial de Lisboa. Foi director do Instituto Agrícola de Lisboa, entre 1857 e 1869, e Reitor da Universidade de Coimbra, entre 1869, cargo que desempenharia até ao seu falecimento. De ampla participação política, integrou diversas listas eleitorais do Partido Regenerador, mostrando o seu apoio ao executivo liderado pelo Duque de Saldanha, entre 1851-1856. No poder local foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Lisboa, na década de 50. Foi Deputado entre 1851 e 1856 e autor de vários projectos de lei, a título de exemplo com vista à criação de lugares de docência na Escola Politécnica, em 1853, ou à reforma de vários estabelecimentos de instrução superior, em 1854. Em 1862, foi nomeado Par do Reino, pertencendo, entre 1870 e 1880, à Comissão de Instrução Pública. Em 1878 fora nomeado presidente, em substituição, da Câmara dos Pares, lugar que ocuparia durante poucos meses. José Miguel Sardica, “PIMENTEL, Júlio Máximo de Oliveira (1809-1884)”, *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, dir. e coord. por Maria Filomena Mónica, vol. III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais-Assembleia da República, 2006, pp. 289-292.

²⁶⁶ Decreto de 23 de Dezembro de 1857, D. do G. n.º 42 de 19 de Fevereiro de 1858.

preceitos da ciência e boa pratica; de casas para abrigar e guardar a alfaia rustica, e acondicionar as palhas, forragens e outros géneros; de oficinas de leitaria, destilação, fabrico do vinho e do azeite, tudo construído segundo os melhores preceitos, não só para servirem de demonstração aos alunos, mas ainda para fazer propagar entre as pessoas curiosas ou da profissão, que visitam o Instituto, o gosto e a convicção dos melhoramentos nestes ramos da industria agrícola.”²⁶⁷ Reportava igualmente as posições do Conselho Escolar quanto à necessidade de um novo campo de trabalhos práticos, em que já se identifica alguma intransigência: “O conselho tem instado repetidas vezes pela criação deste importante estabelecimento, e continuará a instar por ele até que o governo faça esta concessão á agricultura do país ou mande fechar as portas deste instituto. Não pode haver meio termo razoável entre estes dois extremos.”²⁶⁸

Findo o ano lectivo de 1858-1859, prevaleciam as mesmas condicionantes. Além de obstarem à instalação de uma quinta exemplar, os terrenos da Quinta da Bemposta, definiam-se insuficientes nas restantes aplicações: “está muito longe de satisfazer às condições de uma quinta experimental e demonstrativa. (...) A escassez dos meios actualmente autorizados para a manutenção da quinta experimental, não só não permite que nela se continuem os melhoramentos requeridos, mas até obstará ao mínimo progresso”. Apesar de enumeradas as consequências graves de se conservar o ensino prático nas referidas condições, nada era alterado, referindo Oliveira Pimentel, o desalento pela continuidade: “Passam-se os anos uns após outros, gasta-se o tempo em pedir e esperar; temos ânsia de progredir, mas parece que em vez de nos auxiliarem para avançar nos compelem a retrogradar.”²⁶⁹ A insistência nas reivindicações do Conselho Escolar explicavam-se por serem consentâneas com a recusa obstinada do poder político em aceder à concretização do que se entendia ser um acréscimo indispensável à Instituição, sem o qual o ensino e os objectivos a que se propunha alcançar não poderiam ser atingidos. A reivindicação era lógica, ao contrário do impasse. Se este era mantido pelo receio de novas despesas, a manutenção de um financiamento insuficiente traduzia-se na opção política de conservar deficientemente uma Escola, sem fornecer os meios necessários para que fosse realmente útil à agricultura nacional, impossibilitada de

²⁶⁷ Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, “Relatório dos trabalhos escolares e ruraes do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa, referido ao anno lectivo de 1857 a 1858 e lido na sessão solemne da abertura das aulas do mesmo estabelecimento”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1859, p. 229.

²⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 228.

²⁶⁹ Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, “Relatorio dos trabalhos escolares e ruraes do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa referido ao anno lectivo de 1858 a 1859 lido na sessão solemne da abertura das aulas no mesmo estabelecimento”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1859, p. 257.

rentabilizar ou reproduzir pela formação dos alunos o investimento realizado: “Esta insistência da nossa parte poderá parecer importuna por já ser muito repetida, mas também é inexplicável a resistência que se tem encontrado em dar-lhe satisfação. Recua-se diante das despesas inerentes à criação de um estabelecimento que é indispensável para tornar uma realidade o ensino agrícola? Não se acredita na utilidade deste ensino, ou não se tem fé nesta escola? (...) mas nesse caso o que é lógico, é fechar o Instituto, demitir os professores, e aliviar o orçamento do Estado de uma despesa inútil, a não querer contentar o país com uma falsa representação de uma coisa que não existe. Em coisas desta ordem não pode haver meio termo – ou completar o Instituto pela criação de uma quinta exemplar, ou riscá-lo da lista dos estabelecimentos de instrução.”²⁷⁰

Nesse sentido, verificando-se o aumento dos meios destinados ao ensino prático da medicina veterinária e não sendo esse reforço acompanhado pelo desenvolvimento dos estabelecimentos dedicados ao ensino agronômico, como previsto na lei, o Director-Geral sublinhava, com ironia, o desequilíbrio crescente entre as duas secções: “não nos devemos admirar se a secção veterinária acabar por absorver completamente a secção agrícola”; mas também com preocupação, em vista da assimetria nas formações entre veterinários e agrónomos: “Este estabelecimento, no estado em que se acha não poderá fazer agricultores, mas pode formar excelentes médicos e oficiais veterinários, porque, para obter esse resultado, tem quase todos os meios indispensáveis”. Por fim, afirmava, mantida a discrepância entre os recursos para o ensino prático de cada área científica, seria, pois, “indispensável mudar o nome ao Instituto”, dado que seria “um contra-senso inqualificável”, “conservar aberta uma escola, que se chama de agricultura, e que não pode fazer agricultores”.²⁷¹

No que respeitava ao segundo e terceiro estabelecimentos anexos - horto agrícola e as experiências de aclimação - o seu desenvolvimento, na Quinta da Bemposta, achava-se contraído devido ao espaço necessário à realização dos exercícios da lavoura. Para anular aquelas restrições, perspectivou-se a administração dos terrenos do Campo Grande, pelo Instituto, sem sucesso. Essa solução foi considerada ao longo de 1858, segundo o relato de Rodrigo de Moraes Soares. Em Maio era enunciada, pela primeira vez, proceder àquela anexação, pela qual o Instituto, “sem lhe alterar as condições de passeio público, pode convertê-lo em um amplo viveiro de plantas, principalmente

²⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 255.

²⁷¹ Idem, *ibidem*, pp. 255; 257-258.

frutíferas.” O “utilíssimo pensamento” havia sido propugnado pelo “Marquês de Loulé, quando foi ministro das obras públicas”²⁷², facto que Morais Soares apresentava “com o intento de testemunhar, em nome dos que militam debaixo das bandeias do progresso agrícola, o nosso reconhecimento ao nobre presidente do conselho de ministros.”²⁷³ A valência dos terrenos para a instalação de um horto agrícola era confirmada pelos “ensaios”, a que Aires de Sá Nogueira, na qualidade de Vereador do Pelouro dos Passeios, havia procedido, de modo que “Muitos milhares de plantas já ali se têm criado e distribuído anualmente. Estamos certos, de que passando a administração do Campo Grande para o Instituto se há-de desenvolver e aperfeiçoar o pensamento do sr. Aires de Sá”.²⁷⁴ A Câmara Municipal de Lisboa, à altura detentora dos terrenos, demonstrava-se disponível a cedê-los ao Instituto, desde que conservando os direitos de propriedade sobre os citados²⁷⁵, pelo que a questão resolver-se-ia, em finais de 1858, “mandando-se entregar a administração ao instituto agrícola.”^{276 277}

Os planos iniciais para o Campo Grande, passavam, segundo descreve Silvestre Bernardo Lima, lente da secção veterinária, em 1863, pelo estabelecimento de “um jardim de aclimatização pela norma, com os fins, e como delegação do jardim estabelecido no Bosque de Bologne pela sociedade zoológica de aclimação de Paris”. No entanto, afirmava-o, a tentativa havia malogrado, referindo que “Há seguramente três anos”, ou seja, em 1860, havia o Instituto proposto naquele sentido, mas a proposta “ficou também *adiada* para tempos de melhor fortuna”.²⁷⁸ As razões do insucesso seriam explicitadas, mais tarde, em 1869, quando a elas ainda se referia João Ferreira Lapa. Explicava que a proposta enunciada pelo Professor Bernardo Lima havia antecedido semelhante iniciativa no sentido “de o tornar em Jardim de plantas e zoológico de aclimação”, quando os

²⁷² Nuno Moura Barreto acumulou, com a Presidência do Conselho, entre outras pastas, a pasta das Obras Públicas entre 25 de Junho de 1856 e 14 de Março de 1857, período no qual deverá ter proposto aquela aquisição. Manuel Pinto dos Santos, *Monarquia Constitucional: organização e relações do poder governamental com a Câmara dos Deputados: 1834-1910*, Lisboa, Assembleia da República, 1986, pp. 74-75.

²⁷³ Rodrigo de Morais Soares, “Chronica Agrícola da 1.^a Quinzena de Setembro”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. I, 1858, p. 274.

²⁷⁴ Idem, “Chronica Agrícola da 2.^a Quinzena de Maio”, *ibidem*, vol. I, 1858, p. 73.

²⁷⁵ Idem, “Chronica Agrícola da 1.^a Quinzena de Junho”, *ibidem*, vol. I, 1858, p. 103.

²⁷⁶ Idem, “Chronica Agrícola da 1.^a Quinzena de Setembro”, *ibidem*, vol. I, 1858, p. 274.

²⁷⁷ O mesmo o confirma o segundo Director-Geral, Júlio Pimentel, que a entendeu, enquanto “Uma nova e importante aquisição para este instituto”, cuja utilização seria discernida por “Uma comissão nomeada pelo conselho [que se ocupa] incessantemente de lhe conservar o carácter de passeio público, utilizando-o ao mesmo tempo para instrução dos alunos e progresso da ciência”. Cf., Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, “Relatório dos trabalhos escolares e ruraes do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa, referido ao anno lectivo de 1857 a 1858 e lido na sessão solemne da abertura das aulas do mesmo estabelecimento”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1859, pp. 229-230.

²⁷⁸ Silvestre Bernardo Lima, “Chronica Agrícola, Lisboa, 20 de Novembro”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. V, 1862, p. 275.

terrenos ainda estavam sob a gerência da Câmara, sendo comum a ambas o motivo do malogro, a “falta de meios pecuniários do município”. À altura, o Campo Grande constituía para a Câmara de Lisboa “um encargo oneroso e difícil, rendendo sempre muito pouco, e despendendo grandes verbas no seu custeio”, razões que para Ferreira Lapa haviam facilitado a sua transição entre administrações. Contudo, a questão pecuniária não seria o único obstáculo. A administração do Campo Grande pelo Instituto Agrícola esbarraria nos “mesmos embaraços para fazer dele alguma coisa de mais útil”, traduzidos na resistência dos habitantes e feirantes às modificações a realizarem-se nos terrenos para o novo fim. Por forma a instituir um “campo de cultura regular” seria “necessário abater os belos renques de arvoredo que separam as ruas do trânsito” e “cortar a parte consagrada à mata e aos viveiros”. O Instituto procuraria ainda aperfeiçoar os viveiros iniciados por Aires de Sá Nogueira²⁷⁹ e ainda instalar “alguns tractos de terreno que podiam ser furtados ao transito, sem violência aos hábitos dos moradores e frequentadores do Campo”. No entanto, em vista das “inúmeras exigências” e “queixas” impossibilitava-se qualquer modificação estrutural ao “plano de arborização ou de ajardinamento”, que era recebida “como ataque ao domínio público”. A administração do Campo Grande pelo Instituto Agrícola, “assinalado o poder da ciência”, onde alguns aspiravam a ver constituída “uma escola prática de agricultura”, afinal seria “impossível de conciliar” com os interesses públicos, obrigava “o Instituto a desistir da administração do Campo”. Malograda a tentativa, o Campo Grande seria entregue à “d direcção geral das Matas, a cargo da qual se acha agora”.²⁸⁰

Entre 1858 e 1862, sucederam-se várias tentativas para debelar aquelas carências, a maioria, porém, sem sucesso. Em 1856, após a queda do primeiro executivo Regenerador, fundador do ensino agrícola, em Portugal, pela falta de apoio na Câmara dos Pares, entrou em funções o executivo liderado pelo Marquês de Loulé, Nuno Moura Barreto, mantido entre 1856 e 1859. Em Novembro de 1856, assistindo-se a uma primeira reformulação governamental, Carlos Bento da Silva era incumbindo do Ministério das

²⁷⁹ Refere-se a esta tentativa o segundo director-geral, no Relatório dos trabalhos rurais relativo ao ano de 1858-1859. Atente-se, “No Campo Grande o nosso subchefe de trabalhos, director interino daquela propriedade, applicou todos os seus esforços para melhorar as plantações dos viveiros de árvores silvestres e frutíferas (...)” Cf., Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, “Relatorio dos trabalhos escolares e ruraes do Instituto Agricola e Escóla Regional de Lisboa referido ao anno lectivo de 1858 a 1859 lido na sessão solemne da abertura das aulas no mesmo estabelecimento”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1859, p. 257.

²⁸⁰ João Ignacio Ferreira Lapa, “Chronica Agricola”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. XII, 1869, pp. 187-188.

Obras Públicas, Comércio e Indústria.²⁸¹ A resposta do novo executivo aos problemas estruturais enunciados pelos representantes do ensino agrícola, consistiu na reformulação integral do sistema de ensino agrícola, para o qual, em Julho de 1858, Carlos Bento da Silva procurou requerer, junto da Câmara dos Deputados, autorização, salvaguardando, que aquela se realizaria “sem aumentar a despesa”.²⁸² O *Diário da Câmara dos Deputados* não confirma aquela autorização²⁸³; porém, o jornal *O Futuro*, cuja redacção estava a cargo de Manuel José Ribeiro, lente substituto do Instituto²⁸⁴, que apreciou a proposta de lei, referia: “a ideia da autorização já está sancionada, [pelo que] não nos deteremos mais em combatê-la”. Não obstante, o projecto não teria qualquer aplicação, e apesar de o desconhecemos, o referido periódico deixava transcrito nas suas páginas o parecer favorável da Comissão de Agricultura, de 14 de Agosto de 1858, juntamente com o prospecto do projecto de lei.²⁸⁵ É sobre ele que nos baseamos para caracterizar o projecto de reforma, tendo em conta que, como afirmava *O Futuro*, “O relatório do ministro, e o parecer da comissão, são ambos concordes”, ainda que não para a totalidade das proposições.

O projecto instituíva quatro grandes transformações sobre um sistema de ensino que a comissão principiava por definir “não satisfaz às necessidades do tempo e indicações da ciência”. Atendia às principais reclamações e reivindicações do corpo docente do Instituto Agrícola de Lisboa sobre a falta de condições para a concretização da vertente prática do ensino: “Considerando que o ensino agrológico, para se aperfeiçoar, carece de que a instrução teórica seja acompanhada e seguida da conveniente pratica”. Para efeito, propunha-se a substituição do Instituto e “todos os mais estabelecimentos teóricos e práticos”, por dois únicos estabelecimentos: um “Instituto Agrológico”, a que era anexada “uma *Escola Prática de Agrologia*”, que, posteriormente especifica, “ou quinta exemplar”, e “um *Estabelecimento Zootécnico*”, com vista “a melhorar as raças dos nosso mais úteis animais domésticos e aclimatar algumas estrangeiras, como

²⁸¹ Vide, Maria Manuela Tavares Ribeiro, “A Regeneração e o seu significado”, *História de Portugal*, dir. por José Mattoso, vol. V – O Liberalismo (1807-1890), [s.l.], Círculo dos Leitores, 1993, p. 123.

²⁸² *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Sessão nº 24, de 27 de Julho de 1858.

²⁸³ De resto, não encontramos nos Diários da referida Câmara qualquer outra referência ao projecto de lei apresentado por aquele executivo para a reforma do ensino agrícola.

²⁸⁴ Por altura do seu falecimento, em artigo necrológico, o *Diário de Notícias* refere, “Era homem de altos dotes científicos e de carácter integríssimo. (...) fundou uma folha política, de ideias democráticas, moderadas, sob o título *O Futuro*, que viveu de 1859 para 1860, e depois passou a denominar-se *Política Liberal* mas, depois que esta última suspendeu a publicação em Agosto de 1862 não nos conta que colaborasse em qualquer outro periódico político. Afastou-se inteiramente na imprensa diária.” Cf., “O general reformado Manuel José Ribeiro”, *Diário de Notícias*, ano 31.º, nº 11133, 1896, p. 1; “RIBEIRO (Manuel José)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXV, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Ilimitada, [s.d.], p. 606.

²⁸⁵ Vide, “Lisboa, 15 de Novembro”, *O Futuro*, nº 191, 1858, p. 1.

actualmente se pratica nas nações mais adiantadas na escala da civilização”. A medida procurava resolver a inexistência de estabelecimentos práticos e as limitações que sobrevinham àqueles que, de facto, haviam sido fundados. Reclamações continuamente expressas, desde 1853, como observámos, e que *O Futuro*, na apreciação à proposta resumia, concluindo pela insuficiência das instituições criadas derivada de uma errada aplicação do princípio da economia: “Qualquer destes decretos [16 de Dezembro e 5 de Dezembro] criava um complexo de instituições (...) A falta porém de alguns elementos essenciais, e, principalmente uma economia mal entendida, fizeram com que aquelas disposições, não se executassem, pela maior parte, e, o que é pior, as que levaram á pratica foram tão mesquinhamente contempladas, que falharam quase completamente.”²⁸⁶

Mantinhm-se reunidos os estudos agrológicos e veterinários, mas acrescia, à oferta formativa do Instituto, um terceiro curso, “um de engenharia rural”, criado por forma a suprir uma necessidade da agricultura nacional, “cada dia mais instante”, ou seja, a premência em “habilitar alunos para engenharia rural, que possam dirigir os melhoramentos em grande escala e todos os estabelecimentos que reclama a nossa agricultura, primeira fonte da nossa riqueza nacional”. Os três cursos durariam, cada um, quatro anos, dois de teoria, no Instituto Agrológico, e dois de prática, na Escola Prática de Agrologia, onde receberiam “os conhecimentos práticos especiais”. No que refere à concretização dos graus inferiores do designado ensino agrológico, estabelecia-se que na Quinta se desse uma “instrução elementar” a “uma classe de alunos inferiores”, os “operários agrológicos”; e no ensino veterinário a “uma classe de alunos veterinários inferiores” ou “*veterinários administrantes*”. Por fim, no âmbito do ensino agrícola português atender-se-ia a outra contradição, à semelhança do ocorrido com a incongruência entre o ensino teórico e prático do Instituto. Na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra era regida uma cadeira de agricultura e tecnologia, sem que, para efeitos do ensino prático, tivesse anexos quaisquer estabelecimentos. A reforma procurava resolver o que considerava ser um “verdadeiro contra-senso ou uma falsa posição científica” criando, na cidade de Coimbra, “um jardim agrológico e um museu ou gabinete agrológico e tecnológico, o primeiro na cerca dos extintos Beneditinos e o segundo no colégio dos mesmos”, que “pertencerão à cadeira de agricultura e tecnologia”.²⁸⁷

²⁸⁶ Idem, *ibidem*.

²⁸⁷ Idem, *ibidem*.

Para *O Futuro*, ciente das resistências suscitadas perante a nova reforma, o principal argumento, o da despesa, anular-se-ia perante as vantagens resultantes dos novos estabelecimentos, acaso fossem devidamente acondicionados nas respectivas missão pelo investimento a realizar e pela escolha das respectivas direcções: “Quaisquer criações, uma vez que sejam amplamente dotadas, e sabiamente dirigidas, hão de, em poucos anos, fazer uma completa revolução nas nossas praticas culturais, e o país há de então agradecer a despesa que com elas vai fazer-se; pois que, por agora, não serão poucos os que hão de lamentar os dinheiros despendidos com estas *perigosas modas*.”²⁸⁸

Paralelamente à caracterização da proposta de reforma, em face dos problemas suscitados pelas organizações de 1852 e 1855, a criação do curso de engenheiros agrícolas era amplamente comentada, o que sugere a autoria de Manuel José Ribeiro, então lente da quarta cadeira que, paralelamente às Noções de Matemática aplicada à agricultura e Artes Agrícolas Vegetais, se compunha da disciplina de Engenharia Rural. A proposta de lei estabelecia que os preparatórios deveriam ser fixados pelo Conselho Escolar, “equiparando às habilitações recebidas nas três faculdades de filosofia, matemática e na escola politécnica e médico-cirúrgica de Lisboa e do Porto.” No que respeita, em particular, àquele curso os preparatórios exigidos seriam insuficientes, impossíveis de darem o “suficiente desenvolvimento aos conhecimentos gerais da ciência das construções, sem os quais mal poderia dar entendidas as altas questões de engenharia agrícola”, pelo que se antevia a nulidade da formação prevista para o Instituto Agrológico nas matérias de engenharia agrícola.²⁸⁹

Idealmente, admitia, apesar das dificuldades intrínsecas importava a formação daquele corpo especializado de técnicos: “Nós queríamos um corpo especial de engenheiros agrícolas, assim como desejávamos que houvesse homens que exclusivamente estudassem outros ramos não menos importantes de engenharia, tais como artes de minas, e construções dos portos do mar.” Porém, resultando esse desejo incongruente com a realidade nacional e concluindo que a escola de estudos superiores agrícolas não daria o conhecimento necessário, por exemplo, aos grandes projectos de hidráulica agrícola de resultados profícuos em vários países europeus, a solução passaria por “habilitar os nossos engenheiros como os estudantes particulares daquele ramo, e criando na escola do exército uma cadeira de hidráulica agrícola”; ou estabelecendo no curso de engenharia civil, onde se delegava a preparação indispensável, a especialização

²⁸⁸ Idem, *ibidem*.

²⁸⁹ Idem, *ibidem*.

na área da engenharia agrícola: “Queremos também que se estudem as questões de engenharia agrícola, mas entregando esse capítulo aos engenheiros civis; e dando-lhe essa instrução na escola especial de engenharia. Deste modo a ciência poderá ser estudada com o necessário desenvolvimento, e na sua maior altura.”²⁹⁰

O pensamento do executivo expresso no relatório, que precedia o pedido de autorização ao Parlamento, deixava, segundo o Periódico, “transparecer a ideia de que os engenheiros agrícolas, hão-de ser os reformadores da agricultura, que pensa, hão de defender-lhe os interesses”. Porém, no entender d’*O Futuro*, os engenheiros não configuravam agrónomos nem agricultores e por tal, não tomariam em si a defesa de uma indústria que não era a sua, pelo que seria inconcebível o protagonismo que o governo procurava delegar-lhes na dinamização da agricultura nacional. Esse objectivo seria objecto da acção de uma classe, a dos agrónomos: “Pela nossa parte julgamos que o país e a agricultura, muito hão-de dever, aquela classe, tal qual a imaginámos: mas não nos parece, que ela tome à especialidade agrícola um amor tão decidido, e dedicado, como se quer significar. Os indivíduos que estudarem engenharia agrícola, hão-de fazê-lo considerando-a, como um ramo da ciência geral da engenharia, é desta que hão de ser particulares cultores, por mais que façam nunca hão de ser *agrónomos* nem *agricultores*; hão de ser sempre engenheiros”.²⁹¹

A primeira tentativa com vista ao estabelecimento da quinta exemplar, experimental ou prática, e demonstrativa, para uso do Instituto, em terrenos mais apropriados foi noticiada por João Ignacio Ferreira Lapa, n’*O Archivo Rural*, em 1859. Protagonizavam-na Aires de Sá Nogueira, propugnador, na década de 50, pelo estabelecimento de um instituto agronómico, já referido na introdução, e Estevão António de Oliveira Júnior. A sua proposta, apresentada ao governo, recaía sobre “vastíssimas propriedades situadas junto a Alter do Chão e a sul do Tejo”, para aí se instalar a “quinta exemplar” e “estabelecimentos zootécnicos e de potris de recreação cavalar”²⁹² Apreciada pelo Conselho Geral do Instituto, cujo parecer fora “o mais favorável possível”, o documento não conheceria aplicação. Comprova-o a notícia de Rodrigo de Moraes Soares, dois anos depois, em 1861, sobre uma visita, em comissão, dos lentes do Instituto, Silvestre Bernardo Lima, João Ferreira Lapa e Manuel José Ribeiro, às “Quintas do sr. Marquês de Pombal, situadas no conselho de Cintra”, com vista ao estabelecimento do

²⁹⁰ “Lisboa, 15 de Novembro”, *O Futuro*, nº 191, 1858, p. 1.

²⁹¹ “Lisboa, 16 de Novembro”, *O Futuro*, nº 192, 1858, p. 1.

²⁹² João Ignacio Ferreira Lapa, “Chronica Agrícola”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1859, p. 159.

“ensino prático de agricultura”.²⁹³ O lente João de Andrade Corvo integrava inicialmente a comissão tendo sido substituído, por motivos de saúde, por Ferreira Lapa. A missão realizava-se depois de ter dado “entrada na repartição de agricultura, uma proposta do sr. marquês de Pombal, oferecendo ao governo mediante certas bases de arrendamento, as suas propriedades denominadas Granja do Marquês, e Quinta das Mercês, para nelas se fundar uma quinta de ensino prático de agricultura”. As explicações de Morais Soares compunham uma resposta à oposição levantada contra as referidas aquisições por Sebastião Bethamio de Almeida, lente do Instituto Industrial de Lisboa, em artigo publicado no jornal *A Revolução de Setembro*.^{294 295}

Consentâneo com as conclusões da “Comissão encarregada de inspeccionar a Granja do Marquês, Tapada das Mercês, e quinta de S. Bento”²⁹⁶, sobre as condições dos terrenos, Morais Soares considerava não haver “propriedade, que melhor possa satisfazer a este fim, porque reúne todas as condições necessárias para estabelecimentos desta ordem”. Na perspectiva agronómica, sinalizava-se a extensão, qualidade e natureza dos terrenos apresentados pela Granja, vantajosos para o estabelecimento de culturas de grande extensão e aplicação nacional, como a cerealífera.²⁹⁷ A extensão daquela suscitava iguais vantagens quanto à utilização dos instrumentos agrícolas aperfeiçoados pelos alunos, possibilitando-se, inclusive, a “lavoura a vapor”: “Muito apropriada para a produção de todos os cereais, apresenta uma extensão tal, que se presta ao exercício dos melhores, e mais aperfeiçoados instrumentos agrários, e mesmo á lavoura a vapor, que na Inglaterra é um facto consumado, e já muito vulgar. Além dos cereais, o terreno produz magnificamente as principais leguminosas, as batatas, e os nabos, com que se podem

²⁹³ Rodrigo de Morais Soares, “Chronica Agricola, Lisboa, 5 de Maio”, *ibidem*, vol. III, 1860, p. 642.

²⁹⁴ Idem, “Chronica Agricola, Lisboa, 20 de Junho”, *ibidem*, vol. IV, 1862, p. 51.

²⁹⁵ Referindo-se ao conteúdo das críticas publicadas por Betâmio de Almeida, Morais Soares, considerou-as pessoais, mais do que relativas àquelas aquisições. Veja-se: “por isso que o respeitamos, e temos na maior consideração, é que vamos ocupar-nos rapidamente, pois que não temos tempo, nem espaço para larguezas de pena, do que o distinto professor do Instituto Industrial, escreve mais a nosso respeito, do que acerca do ensino prático de agricultura (...)” Infelizmente, não nos foi possível encontrar o referido artigo publicado n’ *A Revolução de Setembro*, sob o título “Parece deplorável”, apesar das pesquisas, que nesse sentido, realizámos junto daquela fonte. Cf. Idem, “Chronica Agricola, Lisboa, 5 de Junho”, *ibidem*, vol. IV, 1862, pp. 21-22; Idem, “Chronica Agricola, Lisboa, 20 de Junho”, *ibidem*, vol. IV, 1862, p. 51.

²⁹⁶ A súmula apresentada por Morais Soares acha-se em conformidade com as informações que a comissão dispõe na primeira parte do seu Relatório, sob o título “Discrição das propriedades, condições que oferecem para uma exploração lucrativa”. As análises realizadas seguiram os parâmetros, seguintes: Para a Granja do Marquês, “Situação, extensão e divisão da propriedade”, “Natureza do terreno”, “Águas” e “Casal”; e para a Quinta das Mercês, “Natureza do terreno e águas”, “Pinhal”, e “Matos e largueza dos gados”. O Relatório data de 22 de Maio de 1861. Cf., “Relatorio da Comissão encarregada de inspeccionar a Granja do Marquez, Tapada das Mercês, e quinta de S. Bento”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. IV, 1862, pp. 119-128; 150-158.

²⁹⁷ O Relatório da comissão precisa que o terreno da Granja do Marquês, com uma extensão total de “cento e setenta e cinco hectares” dispunha de “cento e sessenta hectares, actualmente cultivados de milho, e trigo, em cultura alternada”, encontrando-se este dividido em cinco grandes talhões de cultivo. Idem, *ibidem*, pp. 119-220.

estabelecer os diversos afolhamentos, e as culturas intercalares. Como o solo abunda nos elementos calcários²⁹⁸ deve ali prosperar a beterraba. Tem água suficiente para ensaiar os diferentes sistemas de prados.” Contendo ainda uma vinha que “pode ser aumentada”, à qual acrescia a existência de “oliveiras, pomares de espinho, caroço e pevide; assim como (...) uma grande horta”, a Granja demonstrava-se apta a desenvolver “A Viticultura, horticultura, e arboricultura [que eram] indispensáveis em uma quinta exemplar, e podem ali ter o necessário desenvolvimento, para o efeito que se requer”.

Relativamente à produção pecuária, os terrenos da Granja do Marquês, também considerados profícuos na criação e engorda do gado, eram complementados pelas condições vantajosas da Quinta das Mercês, que lhes ficava contígua. Apresentando “uma superfície de perto de cem hectares, bem muradas com habitações, e outros cómodos”, esperava-se estabelecer naquela tapada “um grande deposito de cavalos pais; uma vacaria para leite, e manteiga; porcos, e aves domésticas; um rebanho lanar de mais de duzentas cabeças; oito a dez éguas de criação; e trinta a quarenta bois de trabalho, como tem o actual rendeiro. Para tudo isto há excelentes estábulos, e as outras acomodações precisas.” A Quinta das Mercês dispunha também de “uma extensa, e bem povoada floresta de pinheiros, castanheiros, azinhos, e carvalhos; tem bastantes matos, pastagens, várias nascentes de água, um forno de cal, e outro de telha. Esta circunstância é de grande valor, porque é ali que se devem preparar os tubos da drenagem, para as obras desta natureza, que tem de se fazer na Granja do Marquês, e mesmo para se fornecerem aos particulares (...)”. Para Rodrigo de Moraes Soares, a proximidade da Quinta Exemplar às explorações agrícolas privadas incitaria os agricultores, “logo que virem os resultados obtidos na quinta exemplar”, a procederem à imitação dos processos observados nas suas próprias propriedades.²⁹⁹

No mesmo sentido concluiria o relatório da comissão convindo que “Um bom exemplo é sempre fecundo”, uma vez que demonstrados os resultados vantajosos daquela e “que obteve mais e melhor, do que os seus vizinhos, hão de todos querer indagar os meios de que se serviu, e não tardará quem se arrisque a ensaios semelhantes.” Não obstante, a localização seria “um problema árduo, por qualquer lado, que se encare a

²⁹⁸ Premissa determinada pela “análise a que a simples inspecção indica, pois que dão 36 p. % de cal, como se reconheceu no laboratório do Instituto Agrícola. Não é porém uniforme a composição do solo arável, em todos os talhões” Cf., Idem, *ibidem*, p. 120.

²⁹⁹ Rodrigo de Moraes Soares, “Chronica Agricola, Lisboa, 20 de Julho”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. IV, 1862, pp. 107-108.

questão”. Atendendo que a melhor aplicação do exemplo de uma produção agrícola moderna seria mais frutífera junto de uma agricultura que “tem vida mesquinha e atribulada, (...) para ajudá-la a levantar-se da prostração em que se acha, e ensinar-lhe como a ciência pode suprir até certo ponto as más condições naturais e económicas”, haveria que considerar a outras condicionantes, mormente sociais. No caso português, caracterizadas pela descrença da população agrícola face ao conhecimento científico e a sua impreparação cultural e social para o apreender e aplicar. Assim, o malogro do exemplo científico redundaria no descrédito da “ideia, e por muito tempo”, na manutenção dos métodos tradicionais, bem como na contínua estagnação da produção agrícola. Por outro lado, ainda que vingando, “o exemplo seria improdutivo, porque poucos quereriam abalançar-se a encetar semelhantes lutas”. Nesse sentido, o sucesso do exemplo estaria dependente da qualidade dos terrenos onde se assentassem as referidas quintas, “por um lado para que a empresa dê pronto resultado, por outro, para que o exemplo seja imediatamente profícuo”. O caso de Lisboa seria, então paradigmático, apresentando “no raio da sua influência, terrenos em grande quantidade admiráveis pela fecundidade”, mas também, porque próximos da capital, se possibilitava a existência de um mercado com absorção suficiente para tornar o produto aperfeiçoado remunerável, apresentando-se igualmente os “meios de ensino, que indispensavelmente tem de ser aproveitados para aquele fim.”³⁰⁰

Segundo a comissão, a carência da vertente prática na formação dos alunos, no Instituto, e a consciência que deste facto tinham os próprios industriais obstava ao emprego dos futuros técnicos nas explorações agrícolas e, por consequente, à difusão das técnicas agrícolas junto dos primeiros: “Têm saído inegavelmente do instituto alunos de muito préstimo, que mesmo já têm dado provas da sua aptidão; com tudo estão eles sempre sujeitos à censura da falta de prática, e por isso a indústria particular tem hesitado em utilizar os seus serviços”. A aquisição daquelas propriedades demonstrava-se, por isso, de suma importância, assinalando-se as vantagens reconhecidas à concretização plena da vertente prática do ensino das diversas disciplinas ministradas no Instituto: “Assim a lavoura propriamente dita seria a primeira a receber um amplo campo em que até aos seus mínimos detalhes achassem aplicação (...) A zootecnia tiraria de certo vantagem dos gados existentes para exemplificar os seus princípios. As artes agrícolas

³⁰⁰ Cf., “Relatorio da Comissão encarregada de inspecionar a Granja do Marquez, Tapada das Mercês, e quinta de S. Bento”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. IV, 1862, p. 120.

teriam mais ou menos também muitos factos que observar, nos vinhos que se fabricassem, nos lagares de azeite (...) nas destilações (...) em fim no fabrico dos queijos e da manteiga (...) A engenharia teria algumas ocasiões de executar extensas drenagens, e trabalhos de pesquisa de águas, (...) além de uma ou outra construção rural. Finalmente o adicionamento da Tapada daria ocasião a que se utilizassem alguns exemplos da prática silvícola e do aproveitamento industrial dos produtos florestais.”

Não obstante, a realização da componente prática dos cursos em Sintra obrigava à separação física dos estudos teóricos sediados no centro de Lisboa. Dessa forma obstava-se ao desenvolvimento do ideal pedagógico propugnado pelos professores do Instituto, segundo o qual seria necessário a convergência no mesmo local de ambas as vertentes do ensino, por forma a que “os alunos fizessem o seu tirocínio prático completo, enquanto se entregavam aos estudos da teoria, e onde desde o princípio da sua carreira fossem educados nas práticas rurais”. Assim, ambientar-se-iam também ao meio rural, para que “ao depois lhes não repugnasse encetá-las, nem viver fora dos atractivos que oferecem as grandes povoações.” Admitindo a problemática como “defeito”, “que dificilmente se poderia hoje remediar radicalmente”, delineava-se atenuar os obstáculos interpostos por soluções alternativas: “A principal ideia que voga a este respeito”, e com a qual a comissão não concordava inteiramente, era a de estabelecer um tirocínio prático de “um ou dois anos, depois de terminado o seu curso teórico”. Aceitando o “estágio” sugerido, ainda assim, no entendimento da comissão, no decurso dos cursos, “convinha que os alunos ali pudessem ir em certas épocas do ano pelo menos, assistir aos grandes trabalhos”. Esse era o “único meio profícuo de habituar os alunos à labutação agrícola, dispondo-os a terem, no fim do curso teórico, menos repugnância em ir estacionar na quinta, obstáculo com que de certo haveria a lutar.”

No cômputo dos obstáculos haveria ainda a considerar a distância a transpor, entre Lisboa e Sintra, alongada em vista da “pouca rapidez dos meios de transporte” e da qual resultariam certas as “irregularidades consideráveis ao serviço das aulas”, dado que se deslocariam tanto alunos, como professores.³⁰¹

Após o parecer favorável daquela comissão, Rodrigo de Moraes Soares referia, em meados de 1862, a apresentação de “uma proposta de lei, afim de se incluir no orçamento a verba, que se julga indispensável para a fundação da quinta exemplar de agricultura”

³⁰¹ Cf., Idem, *ibidem*, pp. 156-157.

nas Câmaras, pelo Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Nuno Moura Barreto, Marquês de Loulé, também Presidente do Conselho, e por Joaquim Tomás Lobo de Ávila, Ministro da Fazenda.^{302 303} Seguir-se-ia, por fim, a conclusão do processo e o cumprimento, porém, mais teórico do que prático, da primeira alínea do artigo 32.º do decreto de 16 de Dezembro de 1852, que instituía, como primeiro estabelecimento anexo ao Instituto recém-fundado, uma Quinta Exemplar. Por alvará de 10 de Setembro de 1862, as propriedades do Marquês de Pombal, situadas no Conselho Sintra eram, por contracto, arrendadas ao Estado português para os fins enunciados.^{304 305}

Predisposta na peça legislativa de 1855, a propriedade das novas cadeiras, específicas do curso de medicina veterinária e compreendidas entre a sexta e a nona cadeiras, recaía sobre os quadros docentes da antiga Escola Veterinária Militar, que conservavam a respectiva graduação militar.³⁰⁶ As nomeações ocorreram em Janeiro de 1856³⁰⁷: para a sexta cadeira foi nomeado Isidoro José Machado³⁰⁸, cuja regência conservou até à sua jubilação, em 1862³⁰⁹, sendo substituído por Francisco Marques

³⁰² Referimo-nos ao 25.º Governo Constitucional, em funções entre 4 de Julho de 1860 e 17 de Abril de 1865. Manuel Pinto dos Santos, op. cit., pp. 80-81.

³⁰³ Rodrigo de Moraes Soares, “Chronica Agricola, Lisboa, 20 de Julho”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. IV, 1862, p. 107.

³⁰⁴ Decreto de 10 de Setembro de 1862, D. de L. nº 207 de 13 de Setembro de 1862.

³⁰⁵ Reportamos o que José Silvestre Ribeiro redigiu sobre esta questão: “O artigo 32.º do decreto com força de lei de 16 de Dezembro de 1852 determinava que o Instituto Agrícola tivesse uma quinta exemplar com a necessária extensão de terreno para nele se estabelecerem os sistemas de cultura, cuja imitação mereça ser recomendada. Em desempenho d’esta determinação e solene promessa foi criada, pelo alvará de 10 de Setembro de 1862, uma quinta exemplar de agricultura nas propriedades denominadas Granja do Marquês e Quinta das Mercês, pertencentes ao Marquês de Pombal, sitas no concelho de Cintra; aprovando para esse efeito o contracto celebrado por escritura publica entre o governo e o referido marquês na mesma data de 10 de Setembro de 1862.” Cf., José Silvestre Ribeiro, op. cit., p. 185.

³⁰⁶ Art.º 6.º, Decreto de 5 de Dezembro de 1855, D. do G. nº 303, de 24 de Dezembro de 1855.

³⁰⁷ Decretos de 8 de Janeiro de 1856, D. do G. nº 15 de 17 de Janeiro de 1856.

³⁰⁸ Não nos deparamos com quaisquer elementos biográficos relativos ao Professor Isidoro José Machado.

³⁰⁹ Decreto de 18 de Julho de 1862, D. do G. nº 166 de 26 de Julho de 1862.

Cardoso^{310 311}; José Maria Teixeira³¹² foi nomeado para a sétima cadeira; João Ignacio Ferreira Lapa³¹³ para a oitava cadeira; e Silvestre Bernardo Lima³¹⁴, para a nona cadeira.

As cadeiras da secção de agronomia mantiveram-se inalteradas até 1864, data da primeira reorganização do ensino superior de agricultura, observando-se poucas alterações nas suas propriedades. A terceira cadeira vagou pelo falecimento do seu lente proprietário, o Doutor António Joaquim de Figueiredo e Silva³¹⁵, tendo sido substituído por Lucas José de Sá e Vasconcelos, lente substituto nomeado em 1852.³¹⁶ Em 1858, a quinta cadeira achava-se vaga pela exoneração concedida a pedido de José Vicente

³¹⁰ Não nos deparamos com quaisquer elementos biográficos relativos ao Professor Francisco Marques Cardoso.

³¹¹ Decreto de 9 de Agosto de 1862, D. do G. n.º 187 de 21 de Agosto de 1862.

³¹² José Maria Teixeira (1824-1883). Foi veterinário militar, tendo leccionado na Escola Veterinária Militar. Em 1858, juntamente com o Professor João Ignacio Ferreira Lapa foi encarregado de visitar e estudar a administração científica, clínica e económica das escolas veterinárias de diversas nações europeias, nomeadamente, Espanha, França, Bélgica e Inglaterra. Segundo Ferreira Lapa, José Maria Teixeira “foi sem disputa o primeiro e mais ilustre mestre da veterinária portuguesa.”. “TEIXEIRA (José Maria)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXXI, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Ilimitada, [s.d.], p. 37; João Ignacio Ferreira Lapa, “José Maria Teixeira”, *Gazeta dos Lavradores*, Novembro, 1883, p. 162.

³¹³ João Ignacio Ferreira Lapa (1823-1892). Concluídos os estudos básicos na Casa Pia de Lisboa, ingressou, com o auxílio financeiro daquela na Escola Veterinária Militar, onde, em 1845, foi nomeado lente da cadeira de Anatomia. Em 1855 com a incorporação de Medicina Veterinária no Instituto Agrícola leccionará engenharia agrícola, física, meteorologia e com especial “paixão” para a química agrícola e tecnologia rural e florestal. Em 1864 toma propriedade da cadeira de Tecnologia Rural e Química Agrícola. Foi Director-geral do Instituto Geral d’Agricultura entre 1876 e 1891. Publicados pela Imprensa Nacional, os seus discursos constituem fontes importantes para a História daquela instituição. Agrónomo por excelência colaborou na Exposição de Londres de 1862, de Paris em 1878, entre outras. Por diversas vezes visitou o país, em missões agrícolas, no sentido de o retractar e analisar as suas dificuldades técnicas, integrando também diversas comissões para o efeito. Foi periodista activo, antecedendo com Sebastião Bernardo Lima a Veríssimo de Almeida nas crónicas do *Jornal Oficial de Agricultura* e no *Arquivo Rural*. Colaborou também no *Comércio do Porto*, *Comércio Português* e *Gazeta dos Lavradores*. É autor de inúmeros obras e artigos científicos sobre física, química, processos de vinificação, estudos sobre as diferentes espécies de trigo, assim como tratados sobre educação, entre outros. Foi membro do Conselho do Rei e Par do Reino, nomeado em 1881, em cuja Câmara pertenceu às Comissões de Agricultura e Instrução Pública. Nas palavras de José Veríssimo d’Almeida, Ferreira Lapa “mestre e amigo» começou naquele Instituto “a sua propaganda de mais de trinta anos em favor da nossa regeneração social pelo progresso das ciências agrónomicas”. “Foi professor e deixou discípulos; fez escola. Foi propagandista e apóstolo pelo jornal, pela conferencia e pelo livro”, destacando-se “o grande papel que o ilustre finado representou a nossa regeneração agrícola.” Vide, “LAPA (João Ignacio Ferreira)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XIV, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Ilimitada, [s.d.], pp. 680-681; Ana Cardoso de Matos, “LAPA, João Ignacio Ferreira (1823-1892)”, *Dicionário Biográfico Paramentar, 1834-1910*, dir. e coord. por Maria Filomena Mónica, vol. II, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais-Assembleia da República, 2005, pp. 491-492; José Veríssimo de Almeida, “João Ignacio Ferreira Lapa”, *A Vinha Portuguesa*, vol. VII, n.º 8, Agosto, 1892, pp. 225-234.

³¹⁴ Silvestre Bernardo Lima (1824-1893). Formado pela Escola Veterinária Militar, leccionou nesta a cadeira de Higiene, Matéria Médica e Farmácia, sendo considerado por Filipe Figueiredo como “o criador da Zootecnia portuguesa”. Escreveu inúmeras obras relativas a várias áreas da agricultura, nomeadamente, adubos e forragens, e principalmente, pecuária. Em 1865, foi nomeado Inspector geral da Pecuária, tendo dirigido, em 1870, o recenseamento geral dos gados. Participou como vogal da secção agrícola do Conselho Geral do Comércio, Agricultura e Manufacturas, e entre 1881-1886, desempenhou o cargo de Director-Geral do Comércio e Indústria. Foi Deputado na legislatura de 1865-1868, tendo pertencido às Comissões de Agricultura, Saúde Pública e Vinhos. Em 1887, foi eleito Par do Reino, em substituição, tendo pertencido na qualidade de vogal e relator à Comissão de Agricultura. Vide, Maria José Marinho, “LIMA, Silvestre Bernardo (1824-1893)”, *Dicionário Biográfico Paramentar, 1834-1910*, dir. e coord. por Maria Filomena Mónica, vol. II, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais-Assembleia da República, 2005, pp. 587-588; Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo, op. cit., pp. 46-47.

³¹⁵ Refere o lente do Instituto Filipe Almeida Figueiredo que o Doutor Joaquim de Figueiredo e Silva quando “Em 1856 saiu em missão de estudo a França e à Alemanha, e sendo acometido de um ataque de alienação mental, suicidou-se, afogando-se, em Wiesbaden a 14 de Agosto de 1857”. Vide, Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo, op. cit., p. 29.

³¹⁶ Decreto de 23 de Fevereiro de 1858, D. do G. n.º 59 de 11 de Março de 1858.

Barbosa du Bocage; esta disciplina passava a ser assegurada pelo lente substituto, Joaquim Eleutério Gaspar Gomes.^{317 318}

Relativamente às nomeações ou exonerações dos lugares vagos de lentes substitutos dão-se múltiplas modificações até 1864.³¹⁹ Não nos é possível traçar de forma clara e sucinta as suas alterações nestes quadros, dado que a grande parte dos decretos não indica a que cadeiras se referem; por outro lado acresce a dificuldade de não nos ser possível saber que lugares se achavam vagos, nem o momento de vacatura, optamos por apresentar a informação e os factos recolhidos nas fontes de forma diacrónica. Em 14 de Novembro de 1855³²⁰ foram exonerados, a seu pedido³²¹, dos lugares de lente substituto, Tomás de Carvalho, nomeado em 1853, e Isidoro Emílio Batista³²², nomeado, em 14 de Junho de 1855, para lente Substituto da cadeira suplementar de Engenharia Rural e Artes Agrícolas.³²³ Em Janeiro de 1856, José Joaquim Ferreira³²⁴, antigo lente substituto da E. V. M., era nomeado lente substituto da sexta e sétima cadeiras. Já em 11 de Fevereiro de 1856, Joaquim Eleutério Gaspar Gomes era nomeado “para o provimento de uma substituição que se acha vaga no Instituto”, que sugerimos, sem confirmação ter sido a quinta cadeira, uma vez que veio a tomar a propriedade daquela após a aposentação de Barbosa du Bocage.³²⁵ Em Setembro de 1856³²⁶, era aberto novo concurso para o

³¹⁷ Decreto de 24 de Novembro de 1858, D. do G.º 301 de 22 de Dezembro de 1858.

³¹⁸ Joaquim Eleutério Gaspar Gomes (1824-1896). Realizou o curso preparatório no Liceu Central de Lisboa e obteve diploma, em 1846, pela Escola Médico-Cirúrgica da mesma cidade. Entre 1847 e 1854 foi médico municipal em Belas, e, em 1855, alcança o grau de Doutor em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Bruxelas. Foi encarregado de diversas comissões de serviço público, entre as quais, relativa à sanidade pecuária durante a febre aftosa descoberta em animais de consumo, e ao delineamento dos esgotos da cidade de Lisboa. “GOMES (Joaquim Eleutério Gaspar)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XII, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Ilimitada, [s.d.], p. 522.

³¹⁹ Até 1864, data da primeira reorganização do Instituto Agrícola de Lisboa, foram várias as modificações no quadro dos docentes, regulamentadas pelo artigo 7.º do Decreto de 5 de Dezembro de 1855, que estabelecia que no caso das “vagas da propriedade das cadeiras [estas seriam] preenchidas pelos respectivos substitutos”. Por sua vez, o lugar vago dos substitutos seria provido por nomeação governamental, precedendo “concurso documental, e provas públicas ao qual o Conselho geral mandará proceder”.

³²⁰ Decreto de 14 de Novembro de 1855, D. do G.º 281 de 28 de Novembro de 1855.

³²¹ Arquivo Histórico de Economia. Acervo Infra-estruturas, transportes e comunicações. Processo individual de Tomás de Carvalho, PI-Cx. 35.

³²² Isidoro Emílio Baptista (1815-?). Natural de Goa, veio para Portugal em 1839. Frequentou as Faculdades de Filosofia e Medicina da Universidade de Coimbra, tendo obtido o grau de Doutor em Medicina e a licenciatura em Ciências Naturais, “pelas Faculdades de Paris”. Foi também discípulo do Museu de Paris, onde frequentou o curso de História Natural, entre 1847 e 1853. Foi lente da Escola Politécnica de Lisboa. Membro do Conselho Geral das Obras Públicas e Minas, foi Inspector de Minas, tendo sido incumbido de várias comissões de serviço público. Realizou colaborações em diversos jornais literários e científicos, tais como o *Archivo Rural*. Vide, Inocêncio Francisco da Silva, “Isidoro Emilio Baptista”, *Diccionario Bibliographico Portuguez, Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*, t. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, pp. 235-236; Cf., Rodrigo de Moraes Soares, “Chronica Agricola, Lisboa, 20 de Dezembro”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. VI, 1864, p. 332.

³²³ Arquivo Histórico de Economia. Acervo Infra-estruturas, transportes e comunicações. Processo individual de Isidoro Emílio Baptista, PI-Cx. 17.

³²⁴ Não nos deparámos com quaisquer elementos biográficos relativos ao Professor José Joaquim Ferreira.

³²⁵ Decreto de 11 de Fevereiro de 1856, D. do G.º 53 de 3 de Março de 1856.

³²⁶ Portaria de 22 de Setembro de 1856, D. do G.º 226 de 24 de Setembro de 1856.

provimento do lugar de lente substituto da sexta e sétima cadeiras, e da oitava e nona cadeiras. Observa-se que o primeiro lugar se encontrava ocupado por José Joaquim Ferreira, sendo que não deparámos com um decreto de exoneração. Em resultado daquele, em 22 de Dezembro de 1856, foram nomeados para aqueles lugares, respectivamente, Francisco Marques Cardozo e Francisco Joaquim de Almeida Figueiredo.³²⁷ No início de 1857, Manuel José Ribeiro era nomeado lente substituto da quarta cadeira.³²⁸ Em Março de 1858³²⁹ era aberto concurso para os lugares de lentes substitutos para a primeira, segunda, cujo lugar nunca havia sido preenchido, e para a terceira e quinta cadeiras, cujos lentes substitutos haviam alcançado a propriedade das mesmas. Este concurso seria suspenso em vista do “projecto de reforma, para que o ilustre ministro das obras públicas pediu autorização ao corpo legislativo, [que por tal] fez demorar ainda os concursos para o provimento dos lugares vagos de substitutos”³³⁰, o referido projecto de lei de 1858. O concurso era reaberto, segundo o anúncio publicado no *Diário do Governo*, nº 237 de 20 de Outubro de 1862, mas para os lugares de lentes substitutos da primeira, segunda, terceira, sexta, sétima e oitava cadeiras. Em Fevereiro de 1863³³¹ procedia-se às seguintes nomeações: José Veríssimo de Almeida para o primeiro lugar, relativo à primeira e oitava cadeiras; Francisco António Alvares Pereira, para o segundo lugar, relativo à segunda e terceira cadeiras; e Joaquim Sabino Eleutério de Sousa, para o terceiro lugar, relativo à sexta e sétima cadeiras. Em Junho de 1863, o lente substituto, Francisco Joaquim de Almeida Figueiredo, da oitava e nona cadeiras, era transferido para a quinta e nona cadeiras, as duas cadeiras cuja substituição se encontrava em falta.³³²

A subsidiação governamental, totalizando dez bolsas, era mantida aos alunos que, “com aplicação e aproveitamento”, frequentassem o curso superior ou elementar de medicina veterinária; ficavam posteriormente obrigados “a servir nos corpos de cavalaria e artilharia do exército.”³³³ Durante o curso permaneceriam em regime de internato, no Colégio do Instituto Agrícola, composto “pelos alunos pensionistas do Estado, e particulares, que seguirem algum dos cursos do mesmo Instituto.” Determinava-se que aquela instituição fosse regida pelo regimento do “colégio da extinta escola veterinária

³²⁷ Decreto de 22 de Dezembro de 1856, D. do G. nº 45 de 21 de Fevereiro de 1857.

³²⁸ Decreto de 7 de Fevereiro de 1857, D. do G. nº 43 de 19 de Fevereiro de 1857.

³²⁹ Decreto de 16 de Março de 1858, D. do G. nº 68 de 22 de Março de 1858.

³³⁰ Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, “Relatório dos trabalhos escolares e ruraes do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa, referido ao anno lectivo de 1857 a 1858 e lido na sessão solemne da abertura das aulas do mesmo estabelecimento”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1859, p. 230.

³³¹ Decretos de 18 de Fevereiro de 1863, D. de L. nº 41 de 23 de Fevereiro de 1863.

³³² Decreto de 8 de Junho de 1863, D. de L. nº 146 de 6 de Julho de 1863.

³³³ Art.º 13.º, Decreto de 5 de Dezembro de 1855, D. do G. nº 303 de 24 de Dezembro de 1855.

militar”, sendo o cargo de regente ocupado por um oficial do exército, com preferência aos que pertenceram à antiga Escola Veterinária Militar.³³⁴³³⁵

Para o Visconde de Vila Maior, Júlio Pimentel, segundo director-geral do Instituto Agrícola, o préstimo de uma instituição de ensino demonstrar-se-ia pelo trabalho realizado pelos alunos formados: “O valor e utilidade das escolas manifesta-se mais pelo préstimo dos alunos que elas produzem, do que pelo talento e saber dos professores que as regem.” Ao final de seis anos, procurando reflectir sobre o contributo do Instituto Agrícola para o progresso da agricultura nacional, concluía: “Não creio que a resposta, quando conscienciosa, seja extremamente lisonjeia. O que indubitavelmente se prova á vista dos documentos oficiais, é que o Instituto agrícola não tem produzido muitos alunos em estado de aplicar à lavoura os conhecimentos teóricos adquiridos nesta escola, podendo dirigir com proficiência e segurança os mais importantes trabalhos rurais.” Se, como observámos, para José Maria Grande e João Ferreira Lapa, a razão da escassa capacidade profissional dos diplomados pelo Instituto resultava maioritariamente da impossibilidade da Instituição provir um ensino prático efectivo, Júlio Oliveira Pimentel, ponderaria que, na origem daquela incapacidade, estaria a condição dos alunos que frequentavam o Instituto, o qual resultava da falta de incentivo ao estudo agrícola junto dos filhos dos lavradores. Numa perspectiva de âmbito geral, considerava que isso se devia à “organização deste ensino em Portugal [que] é actualmente viciosa, ou está incompleta”, mas, de igual forma, à “falta de um bom sistema de instrução geral.”

Para o Director-geral, a primeira falha no sistema geral de ensino radicava no desvio da “agricultura [das] inteligências, que se elevam um pouco acima da esfera comum. [pois] Com bem raras excepções, a mocidade talentosa começa logo desde as escolas de ensino primário a afastar-se, ou para melhor dizer, a ser afastada com desdém e até com desprezo, dos trabalhos e ocupações do campo.” Aliciados os talentos para “carreiras mais brilhantes, menos trabalhosas, mais lucrativas ou férteis de emoções aventurosas”, e divorciando-se “os filhos do campo” das artes agrícolas, perdia “a agricultura as inteligências e os braços que a deviam engrandecer”. “Tudo tende a desviar do campo as inteligências juvenis.”, ou seja, apartavam-se do ensino agrícola os futuros

³³⁴ Artigos 14.º e 15.º, *ibidem*.

³³⁵ O cargo de regente do Colégio veio a recair, a partir de Janeiro de 1856, no Capitão de Cavalaria Francisco Pedro de Arbués Moreira. A partir de Março de 1859, após ter sido concedida exoneração, por pedido de Francisco Moreira, seria nomeado para o cargo, o alferes de Cavalaria e Guarda municipal de Lisboa, Joaquim António Vito Moreira. Arquivo Histórico de Economia. Acervo Infra-estruturas, transportes e comunicações. Processo individual de Francisco Pedro de Arbués Moreira, PI-Cx. 111; Processo individual de Joaquim António Vito Moreira, PI-Cx. 111.

proprietários, e, dessa feita, restaria para o ensino agrícola, segundo a sua opinião, “Aqueles com quem a natureza foi menos pródiga de inteligência e de animo, à falta de capacidade para outro emprego, [que] ficam presos à rabiça do arado, como em castigo do seu pouco préstimo, e podem reputar-se felizes quando, ao sair da escola, sabem ler e assinar o seu nome.” Sobrevinha desta assunção que, “a maior parte dos alunos trazidos ao Instituto [era-o] por meio de um recrutamento quase forçado, ou captados por uma módica pensão que lhes garante no colégio durante alguns anos uma subsistência modesta”. Acrescia que a influência respectiva no desenvolvimento da agricultura era nula, dado que para cultivar não estariam “habilitados, pela falta de aptidão prática”, mas, principalmente, por não terem nem “propriedade sua ou alheia” para o efeito. Concluía, que “o maior obstáculo à propagação da instrução agrícola”, era o afastamento da classe agrícola portuguesa do ensino que lhe era destinado pela sua condição, e só seria resolvido quando “o campo lhe confie [às “escolas especiais de agricultura”] essas jovens inteligências, esses futuros agricultores”.

A solução, ou “O primeiro passo para o aperfeiçoamento agrícola” partiria das “escolas primárias e no seio das próprias famílias dos lavradores”. Na alteração do estigma social face à agricultura, importava concretizar na plenitude as medidas legisladas em Dezembro de 1852, decreto “que criou este ramo de instrução em Portugal [e que] encerra os principais elementos para o tornar profícuo e eficaz.” A realidade traduzia o oposto: “Nenhuma direcção das escolas primárias à mocidade dos campos que lhe faça conhecer as vantagens e a necessidade do estudo e prática da agricultura. Privação absoluta das modestas quintas de ensino (...) que deviam (...) servir de exemplo ao trabalho racional do campo nos centros rurais. Nulidade das escolas regionais [e] finalmente ausência completa de uma quinta modelo, único estabelecimento que podia dar valor prático ao ensino altamente teórico do Instituto.” Em suma, a materialização das orientações prognosticadas pelo Conselho de Aperfeiçoamento do Instituto, que, em 1856, devido à inexistência das restantes estruturas de ensino agrícola, previa a consequente carência de formandos para o terceiro grau. Confirmando-a, nas palavras do director-geral, o Instituto estaria “sem discípulos naturais e legítimos, atraídos pela convicção própria, sem força nem meios para se desenvolver, aperfeiçoar e progredir.”

As afirmações de Oliveira Pimentel radicavam na assunção de que sendo Portugal um “país essencialmente agrícola, que vive quase exclusivamente dos produtos da terra”; logo era lógica a necessidade de orientar “a educação e instrução do maior número no

sentido do aperfeiçoamento da agricultura”, ainda que aparentemente, concluía, “nunca se pensou deste modo”. Autorizadas as soluções apontadas, concluía: “Se metade dos bacharéis em Direito, que a universidade despede anualmente, saíssem das escolas especiais suficientemente instruídos nos princípios e práticas da ciência agronómica, estariam hoje os nossos campos cultivados com mais esmero e inteligência”. Alcançar-se-iam os objectivos para fomento dos quais, em 1852, o ensino agrícola havia sido fundado, “os produtos da terra seriam mais perfeitos, mais abundantes e mais baratos; a riqueza pública teria consideravelmente aumentado”. Contudo, assumia, “nada disto acontece”.³³⁶

Contrariamente, as conclusões de Rodrigo de Moraes Soares, sobre a frequência quantitativa e qualitativa no Instituto, relevavam-se mais optimistas. Em 1862, referia que a afluência ao Instituto “aumenta progressivamente”, e que às matrículas haviam concorrido alunos “alguns muito qualificados em habilitações literárias”, não sem relembrar “lamentável” o facto de “que se não complete, com estabelecimentos práticos o ensino, que tanta proficiência se professa no Instituto agrícola, com relação à parte teórica.”³³⁷ No ano seguinte, reafirmava, “Aumenta de ano para ano a concorrência ao Instituto agrícola”, e precisava qualitativamente, “entre os alunos do Instituto figuram muitos filhos de titulares e de proprietários ricos.”³³⁸

Eram também integrados no Instituto Agrícola de Lisboa os “empregados menores” da antiga Escola Veterinária, nomeadamente, o seu farmacêutico e o seu mestre de ferrar e forjar³³⁹, substituindo este último, o mestre veterinário do Instituto. Ficava também integrado o “destacamento de veteranos da extinta Escola veterinária militar [que] passará a exercer, no Instituto agrícola, os mesmos serviços que dantes prestara na dita Escola”. Dos “empregados menores provisórios, que existem actualmente no

³³⁶ Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, “Relatorio dos trabalhos escolares e ruraes do Instituto Agricola e Escóla Regional de Lisboa referido ao anno lectivo de 1858 a 1859 lido na sessão solemne da abertura das aulas no mesmo estabelecimento”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1859, pp. 254-256.

³³⁷ Rodrigo de Moraes Soares, “Chronica Agricola, Lisboa, 5 de Setembro”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. IV, 1862, pp. 245-246.

³³⁸ Idem, “Chronica Agricola, Lisboa, 20 de Outubro”, *ibidem*, vol. VI, 1863, pp. 220-221.

³³⁹ Cargo para que estava nomeado João Patrício Marques. Arquivo Histórico de Economia. Acervo Infra-estruturas, transportes e comunicações. Processo individual de Luís de Melo Breyner, PI-Cx. 29.

Instituto”, permaneceriam efectivos o lugar “de um mordomo”³⁴⁰, e dois amanuenses”³⁴¹, nomeados pelo governo, sob proposta do director-geral. Especificava-se, segundo o decreto de 1855, que o vencimento destes funcionários deveria ser garantido, segundo uma lógica de auto-sustentação, a partir da receita criada pelos serviços prestados pela Instituição.³⁴² Foi também mantido o lugar de construtor rural para o qual, em 7 de Outubro de 1856, era nomeado João Eduardo do Rego.³⁴³ A pedido, João e Higino Gagliardi seriam exonerados dos cargos de director chefe e subdirector chefe dos trabalhos da quinta exemplar, em Setembro de 1856.³⁴⁴ A partir de Janeiro de 1857 o cargo de director chefe era exercido interinamente por Diogo Manuel Ribeiro de Araújo^{345 346}, confirmado em Abril de 1858.³⁴⁷ No cargo de subdirector chefe era colocado interinamente, em Maio de 1858, João Folgado Moreno, aluno do Instituto, diplomado no curso de lavrador.³⁴⁸

Por forma a atender à necessidade de um repetidor, sinalizada por José Maria Grande, criou-se aquele lugar, também responsável pela regência da cadeira auxiliar de Desenho e por auxiliar o serviço químico do Hospital Veterinário.³⁴⁹ A primeira nomeação, em 11 de Fevereiro de 1856, recaiu em António da Costa Viegas.³⁵⁰ Não obstante, no seu *Relatório*, o Conselho de Aperfeiçoamento, considerava “impossível que um único repetidor explique as variadas doutrinas das nove cadeiras do Instituto n’um mesmo dia e a diferentes alunos, maiormente quando tem que cumprir outros serviços

³⁴⁰ Foi nomeado para o cargo de Mordomo do Instituto Agrícola de Lisboa, Joaquim Inácio Bastos. Previamente, participara na Guerra Civil tomando o partido de D. Maria II, enquanto Capitão do Batalhão de Caçadores de Alhandra, sendo condecorado com o Grau de Cavaleiro da antiga e muito nobre Ordem da Torre e Espada. Finda a guerra, ficou colocado no cargo de Apontador de 1.^a classe do M. O. P. C. I. Transitaria, posteriormente, para o cargo de porteiro da Secretaria do mesmo Ministério, em Setembro de 1852. Aquando da fundação do Instituto é nomeado provisoriamente para o lugar de mordomo do Instituto, e pelo “bom serviço prestado” passa a efectivo em Janeiro de 1856. Arquivo Histórico de Economia. Acervo Infra-estruturas, transportes e comunicações. Processo individual de Joaquim Inácio Bastos, PI-Cx. 16.

³⁴¹ Os dois cargos de amanuenses foram primeiramente ocupados por António Simeão de Carvalho e Joaquim Gregório Bastos. Respectivamente, foram substituídos, por Luís de Melo Breyner, em Março de 1857, que permaneceu no cargo até à sua exoneração, por pedido, em Novembro de 1858; e Henrique de Figueiredo nomeado para o lugar em Dezembro de 1857. Arquivo Histórico de Economia. Acervo Infra-estruturas, transportes e comunicações. Processo individual de Luís de Melo Breyner, PI-Cx. 29; Processo individual de Henrique de Figueiredo, PI-Cx. 64.

³⁴² Art.º 10.º, Decreto de 5 de Dezembro de 1855, D. do G. nº 303 de 24 de Dezembro de 1855.

³⁴³ Arquivo Histórico de Economia. Acervo Infra-estruturas, transportes e comunicações. Processo individual de João Eduardo do Rego, PI-Cx. 138.

³⁴⁴ Decreto de 30 de Setembro de 1856, D. do G. nº 238 de 8 de Outubro de 1856.

³⁴⁵ Decreto de 28 de Janeiro de 1857, D. do G. nº 43 de 19 de Fevereiro de 1857.

³⁴⁶ Apesar de nomeado, em Setembro de 1853, para director chefe dos Trabalhos da Escola Regional de Évora, logo, a partir de Outubro do mesmo ano, Diogo Araújo seria transferido para o Instituto enquanto empregado temporário, sem indicação precisa das funções a exercer. Arquivo Histórico de Economia. Acervo Infra-estruturas, transportes e comunicações. Processo individual de Diogo Manuel Ribeiro de Araújo, PI-Cx. 9; Processo individual de João Gagliardi, PI-Cx. 72.

³⁴⁷ Decreto de 17 de Abril de 1858, D. do G. nº 108 de 10 de Maio de 1858.

³⁴⁸ Decreto de 10 de Maio de 1858, D. do G. nº 130 de 5 de Junho de 1858.

³⁴⁹ Art.º 17.º, Decreto de 5 de Dezembro de 1855, D. do G. nº 303 de 24 de Dezembro de 1855.

³⁵⁰ Decreto de 11 de Fevereiro de 1856, D. do G. nº 74 de 29 de Março de 1856.

não menos importantes.” Preferivelmente, concebia-se um repetidor para cada cadeira. Contudo, atendendo ao princípio da economia, o Conselho de Aperfeiçoamento deixava sugerida a criação de um lugar por cada duas cadeiras, ou seja, sugeria que “se criassem mais três lugares de repetidores, os quais (...) poderiam ser retribuídos com um menor ordenado.” Propunham-no, não apenas com vista a suprir as carências pedagógicas demonstradas pelos alunos, e para as quais Maria Grande havia chamado à atenção, em finais de 1855, mas porque se antevia poderem traduzir-se num “tirocínio do magistério”, dado entender-se que aquele lugar “prepara e educa para o professorado os alunos mais distintos [sendo por isso] uma oposição de longo prazo, mais fiel e recomendável que as oposições por concurso público.”³⁵¹

Apesar de integradas na mesma Instituição, nem por isso se deixou de considerar a autonomia e independência de cada uma das áreas de saber, consignadas a diferentes secções, a saber, a secção agronómica e a secção de medicina veterinária. Os novos lentes, quer catedráticos, quer substitutos, nomeados para as novas cadeiras de veterinária pertenceriam, em igualdade de direito, ao Conselho Geral ou Escolar. O segundo órgão de gestão, a Junta Administrativa, mantinha a presidência respectiva no director do Instituto; os vogais, eleitos anualmente pelo Conselho Escolar, acresciam de três para seis lentes. As deliberações do órgão eram executadas pelo Intendente do Instituto, igualmente responsável pela administração de todos os estabelecimentos anexos à Instituição, cargo instituído a partir de 1855. Ambos os órgãos de administração se subdividiam pelas duas secções.³⁵² Por decreto de 15 de Janeiro de 1864, era concedida a exoneração a Júlio Pimentel do cargo de director-geral do Instituto Agrícola de Lisboa, sendo substituído por Francisco Manuel de Melo Breyner, quarto Conde de Ficalho.^{353 354}

³⁵¹ *Relatório do Conselho de Aperfeiçoamento do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa*, de 18 de Janeiro de 1856, D. do G. n.º 62 de 13 de Março de 1856.

³⁵² Art.º 5.º do Decreto de 5 de Dezembro de 1855, D. do G. n.º 303 de 24 de Dezembro de 1855.

³⁵³ Decreto de 15 de Janeiro de 1864, D. de L. n.º 18 de 25 de Janeiro de 1864.

³⁵⁴ Francisco Manuel de Melo Breyner (1837-1903). Matriculou-se na Escola Politécnica de Lisboa onde concluir o seu curso preparatório e concluiu o seu curso, em 1860. Em 1861 era nomeado lente substituto da Cadeira de Botânica da Escola Politécnica, alcançando a propriedade da mesma, em 1890, pelo falecimento do seu lente catedrático, João de Andrade Corvo. Desenvolveu os estudos sobre a flora portuguesa e, entre 1864 e 1877, na qualidade de director do Instituto Geral de Agricultura, impulsionou o desenvolvimento do Jardim Botânico da Ajuda. Foi Gentil-homem da Câmara de D. Luís e Camarista de D. Carlos, bem como mordomo-mor da Casa Real. A partir de 1893 foi membro efectivo do Conselho de Estado. Apoiou o Partido Regenerador e pertenceu ao grupo político dos “Vencidos da Vida”, ao qual presidiu. Em 1881 foi nomeado Par do Reino, em cuja Câmara pertenceria a diversas Comissões, entre as quais, a de Agricultura (1882-1892), Instrução Pública (1885-1886, 1890-1894) ou Obras Públicas (1885-1886, 1890-1892). Em 1903, em artigo necrológico, o Professor Veríssimo de Almeida descrevia Francisco de Melo Breyner como “Intimamente envolvido na política, cultor dedicado e feliz da literatura, artista, homem de ciência, professor (...) A inteligência superior do falecido, a sua profunda cultura intelectual facilitavam-lhe a execução de trabalhos que se tornariam impossíveis, se fosse menos dotado pela natureza e pela educação. Zélia Pereira, “BREYNER, Francisco Manuel de Melo (1837-1903), 4.º Conde de Ficalho”, *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, dir. e coord. por

Nove anos passados sobre o decreto da “fusão”, a confluência dos dois ensinos no Instituto Agrícola de Lisboa viria a ser celebrada por João Crisóstomo Abreu e Sousa, no preâmbulo, que precede a reforma de 1864, reconhecendo o sucesso, e compreendendo-a como indispensável para a própria sobrevivência de ambas as estruturas de ensino: “Sem duvida a incorporação da antiga escola de veterinária militar no instituto agrícola de Lisboa, decretada pela carta de lei de 17 de Julho de 1855, foi uma providencia reconhecidamente salutar para os dois estabelecimentos, que continuando a viver separados, talvez já hoje nenhum deles subsistisse; enquanto que, amparados um pelo outro, ganharam posses e brios, e actualmente justificam e compensam com largueza os sacrificios exigidos pela sua manutenção.”³⁵⁵

Maria Filomena Mónica, vol. I, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais-Assembleia da República, 2004, pp. 462-463; José Veríssimo de Almeida, “Necrologia. Conde de Ficalho”, *Revista Agronomica, Publicação da Sociedade de Sciencias Agronomicas de Portugal*, ano I, vol. I, n.º 6, Junho de 1903, p. 199-200.

³⁵⁴ Decreto de 20 de Agosto de 1864, D. de L. n.º 186 de 22 de Agosto de 1864.

³⁵⁵ Decreto de 29 de Dezembro de 1864, D. de L. n.º 1 de 2 de Janeiro de 1865.

III Capítulo - O Instituto Geral de Agricultura: 29 de Dezembro de 1864 e 8 de Abril de 1869

A reforma do ensino agrícola, de 29 de Dezembro de 1864, constituiu a primeira reorganização do Instituto Agrícola de Lisboa, após a integração dos estudos veterinários, em 1855. Antecedeu-a uma comissão constituída, em Agosto de 1864, no ensejo da reestruturação dos serviços técnicos do M.O.P.C.I, para que o executivo fora autorizado por carta de lei de Julho de 1864, com vista a estudar a futura estrutura do ensino agrícola, “propondo ao governo um projecto de reforma do ensino agrícola, não só considerando em todas as suas diversas relações com a indústria rural, mas também em harmonia com os progressos da ciência neste interessante ramo de serviço público.” Pertenciam à referida comissão, a par do director do Instituto, cargo então exercido por Francisco Manuel de Melo Breyner, 4.º Conde de Ficalho, os lentes do Instituto, Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão, João de Andrade Corvo, João Inácio Ferreira Lapa e Silvestre Bernardo Lima; ainda, Agostinho Vicente Lourenço, lente da Escola Politécnica de Lisboa, e Matias de Carvalho Coutinho de Vasconcelos, lente da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra.³⁵⁶ Apesar de desconhecermos o projecto de reforma apresentado, parece-nos lógico aferir que esse expressava uma séria tentativa de resolução das principais carências do ensino agrícola português, originadas em 1852, e, às quais, a inconsequente proposta de 1858 procurou dar resolução.

Observa-se que algumas alterações estruturais patentes na reforma de 1864 já tinham sido apresentadas em 1858. Longe de coincidente ou simples aproveitamento do antigo projecto de lei, esta iniciativa inscrevia-se na política de continuidade ao desenvolvimento do ensino agrícola, após a sua criação pelo primeiro executivo regenerador (1851-1856). Antes, porém, importa efectuar a devida contextualização. Deve atender-se a que a pacificação da política nacional, suscitada na década de 50, não teve uma concretização absoluta. De facto, a proeminência do desenvolvimento nacional era comum aos vários sectores da política liberal, contudo, contundentemente, abriam-se divergências perante o significado desse desenvolvimento ou *progresso*, bipolarizado entre as fórmulas materiais, ou sociais e políticas. A esta última perspectiva estavam afectas personalidades, referidas como *radicais*, algumas identificadas com a vanguarda

³⁵⁶ Decreto de 20 de Agosto de 1864, D. de L. n.º 186 de 22 de Agosto de 1864.

do antigo Setembrismo, e que formaram o Partido Histórico, ou Progressista Histórico, o qual, agrupando-se “em volta do Duque de Loulé (...) coloca o problema da Regeneração num ponto de vista diferente recusando, logo de início, a identificação automática entre progresso material e progresso social e político.”³⁵⁷ O Ministério Histórico empossado em 1856 caracterizou-se pela congregação, reunindo personalidades afectas a cada uma daquelas perspectivas. A continuidade das políticas regeneradoras por aquele executivo, de que o desenvolvimento do ensino agrícola fez parte, resultava da convivência da presidência com aquelas políticas, explicada, por Maria de Fátima Bonifácio, em vista da “fractura desde sempre existente no Partido Histórico entre uma tendência representada por Loulé, que se inclinava para a colaboração com os regeneradores, e uma tendência *radical* que apostava, pelo contrário, na afirmação da autonomia da esquerda (...)”. Em suma, “Não se renegava a importância decisiva do progresso material da nação, mas pretendia-se que ele se realizasse com “moralidade” e “economia” e sem descuidar o progresso espiritual: queriam-se estradas e caminhos de ferro, mas com escolas”.³⁵⁸

Assim, a par das opções de investimento estratégico, propugnadas pelo Partido Histórico, é na óptica da continuidade entre executivos, no que respeita às políticas sobre o ensino agrícola, após a fundação fontista, e tendo em conta a presidência de Nuno Moura Barreto, Marquês e, posteriormente, Duque de Loulé, que se entendem o projecto de reforma de 1858, e a transferência do Campo Grande para a administração do Instituto, sancionados pelo Ministério Histórico; bem como, no âmbito do segundo executivo liderado pelo Duque de Loulé, entre 4 de Julho de 1860 e 17 de Abril de 1865³⁵⁹, o arrendamento das propriedades do Marquês de Pombal, em Sintra, em 1862, e a reforma de 1864, de que nesta parte nos ocuparemos.

Relativo aos dois primeiros graus do ensino agrícola, na sua relação com o grau superior, o preâmbulo ao decreto de 1864 concluía que o insucesso da concretização prática havia impedido a propagação de um movimento que se havia iniciado no topo, com o Instituto Agrícola de Lisboa, a única Instituição fundada por aquela peça legislativa, deixando-a, porém, incompleta e infrutífera na influência possível no desenvolvimento agrícola. Portanto, a reestruturação do Instituto Agrícola decorria

³⁵⁷ Júlio Rodrigues da Silva, “O rotativismo monárquico-constitucional. Eleições, caciquismo e sufrágio”, *História de Portugal, Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, dir. por João Medina, vol. IX – A Monarquia Constitucional, Alfragide, Ediclube, 1993, p. 48.

³⁵⁸ Maria de Fátima Bonifácio, “História de um nado-morto: o primeiro ministério histórico (1856-1859)”, *Análise Social*, vol. XXXV, nº 157, 2001, p. 991.

³⁵⁹ Manuel Pinto dos Santos, op. cit., pp. 80-81.

também do estabelecimento efectivo dos restantes graus de instrução: “Convém que eles ressurgam debaixo de outra forma, porque as necessidades da instrução não estão de todo satisfeitas com a reforma do instituto agrícola; bem pelo contrario o novo instituto geral de agricultura perderia a sua maior importância se mais alguns estabelecimentos não fossem atar a outro extremo a cadeira que dele deve partir.” Isto porque, à semelhança do ocorrido com a realidade intrínseca à actividade agrícola, em que “O engenheiro, o agrónomo, o regente e o operário formam entre si uma serie de agentes, que mutuamente se auxiliam na aplicação do ensino que receberam”, era necessário proceder à criação dos vários graus de ensino agrícola, para promover a complementaridade enunciada, por forma a criar “um sistema harmónico da instrução agrícola e das suas aplicações [no qual] o instituto, as quintas regionais e especiais formam outra serie, cujas entidades se auxiliam também reciprocamente na missão do ensino que professam.”³⁶⁰

À semelhança da proposta de 1858, o decreto de Dezembro de 1864 dividia o “ensino profissional de agricultura” em dois graus: elementar e superior. O primeiro seria ministrado nas quintas de ensino ou quintas regionais, prevendo-se criar quatro escolas, com a possibilidade de fundar quintas especiais. O grau superior passaria a ser “professado no instituto geral de agricultura”, substituto do antigo Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa.

Não obstante, menos de cinco anos sobre a última reorganização, o Instituto Geral de Agricultura seria objecto de reforma pelo decreto de 8 de Abril de 1869. Ao contrário da reorganização estrutural de 1864, a reforma de 1869 definindo a primeira como “a lei orgânica do ensino oficial de agricultura” não configurava uma profunda alteração da rede de ensino público agrícola, por entender como “pouco acertado alterar agora essencialmente o sistema de ensino estabelecido por aquele decreto, sem tempo ainda de aprender em novas experiências a reforma que o pode melhorar”. O ímpeto da lei de 1869 fora “reduzir os encargos que custam ao tesouro estas utilíssimas fundações”, ainda que “sem alterar os planos do ensino nem retrair o desenvolvimento dos conhecimentos agronómicos e das artes correlativas a que pode chegar a sua actual organização”.³⁶¹

As medidas de restrição financeira aplicadas não parecem ser demonstrativas da descrença política quanto à manutenção do Instituto Agrícola de Lisboa, apesar dos resultados diminutos alcançados pela Instituição, nos primeiros anos de funcionamento.

³⁶⁰ Preâmbulo do Decreto de 29 de Dezembro de 1864, D. do L. nº 1 de 2 de Janeiro de 1865.

³⁶¹ Preâmbulo do Decreto de 8 de Abril de 1869, D. do G. nº 80 de 12 de Abril de 1869.

Falta de proficiência reconhecida pela própria direcção, originadas pelas condições pobres relativas ao espaço, capacidade técnica e verba orçamental afectas a este ensino. Eram aplicadas medidas idênticas a outras escolas de ensino técnico superior. São possíveis exemplos, o ensino comercial que, apesar de se constituir, a partir de 1866, como escola própria, a Escola de Comércio de Lisboa, era integrado no Instituto Industrial de Lisboa, alterando a sua designação para Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Também ao ensino superior industrial seriam aplicados, em Dezembro de 1869, cortes financeiros, à semelhança dos que em Abril, do mesmo ano, eram aduzidos ao Instituto Geral de Agricultura.³⁶²

A restrição financeira aplicada às principais estruturas do ensino técnico português resultava da necessidade de diminuir o investimento público ou a despesa realizada pelo Estado. Na década de 50, o fomento nas estruturas nacionais de comunicação, bem como a modernização da indústria portuguesa, havia sido suportados pelo acesso ao crédito externo, através da contracção de múltiplos empréstimos, e pelo investimento em dívida pública portuguesa pelos emigrantes nacionais, localizados no Brasil, através da aquisição de títulos. A crise financeira prevalecente ao longo da década de 60 resultava quer de factores internos, quer externos. Do ponto de vista interno, a reprodução das despesas estruturais efectuadas não correspondia aos montantes previstos resultando no desequilíbrio orçamental devido à falta de receita, mas também à incapacidade do Estado em alargar as colectas fiscais. Acumulavam-se os sucessivos déficits, gerando uma situação in comportável para o pagamento da dívida externa. Atente-se, nesse sentido, às conclusões de António José Telo: “A longo prazo, porém, o modelo criado não se aguenta só por estes meios. Antes do mais, há que ter em conta que – como acontece em regra nestas ocasiões – muitos créditos externos são desviados para aplicações não produtivas e, mesmo as produtivas, não produzem as taxas de retorno esperadas. O resultado é uma série de crises a partir de meados da década de sessenta, provocada pelas dificuldades de arranjar moeda forte para pagar a dívida externa e assegurar a repatriação dos lucros, o que se conjuga com a dificuldade de financiar os *deficits* do Estado.”³⁶³

³⁶² Pelo Decreto de 30 de Dezembro de 1869, realizou-se, na estrutura orgânica do Instituto Industrial de Lisboa a supressão de um curso, com vista à criação de uma cadeira, a integrar o curso de comércio. Suprimiram-se os lugares de “professores auxiliares permanentes” e reduziram-se as verbas destinadas a vários estabelecimentos anexos, tais como, a “oficina de instrumentos de precisão”, os Museus Industriais e o Laboratório de Química e Física. Cf., *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1869*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870, p. 865.

³⁶³ António José Telo, op. cit., p. 16; António Sousa Franco, “As finanças públicas no liberalismo monárquico: o desequilíbrio crónico”, *História de Portugal, Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, dir. por João Medina, vol. IX – A Monarquia Constitucional, Alfragide, Ediclube, 1993, pp. 40-41.

Do ponto de vista externo, a guerra entre o Brasil e o Paraguai, entre 1865 e 1870, dificultava o investimento, crescente desde meados da década de 50, dos emigrantes portugueses, radicados no Brasil. Por outro lado, observa-se uma conjuntura internacional recessiva e “o envolvimento daquele país sul-americano na guerra com o Paraguai (...) abriu uma das mais graves crises financeiras de que havia memória. O Estado perdia os seus melhores compradores de título de dívida, passando a saldar as suas contas à custa da importação de ouro. A febre do fomento iria atenuar-se neste momento.”³⁶⁴ A gravidade da situação financeira portuguesa fazia retomar a importância do equilíbrio orçamental através de medidas de contenção financeira, que Fontes Pereira de Melo, através do recurso ao crédito externo havia conseguido amenizar. As “economias” realizadas na orgânica do Instituto Geral de Agricultura inserem-se no quadro de contenção orçamental levado a cabo, nos finais da década de 60, pelos executivos afectos ao Partido Reformista, dos quais o governo do Visconde de Sá da Bandeira, amplamente influenciado pelo Bispo de Viseu, seria expressão maior.

A partir de 1864, a oferta formativa do Instituto Geral de Agricultura alargou-se passando a incluir quatro cursos superiores, a saber, os cursos de agrónomos e veterinários, a que acresciam os silvicultores e os engenheiros agrícolas³⁶⁵. O incremento representava a capacidade da Instituição em traduzir nos seus planos de estudo, a totalidade da realidade rural, mobilizando-se para o desenvolvimento completo e integrado das indústrias a ela respeitantes, nomeadamente as indústrias agrícola, pecuária e florestal.

Os antigos cursos pertencentes ao grau secundário, abegão, lavrador e mestre veterinário ficavam omissos, o que confirma a separação da Escola Regional de Lisboa. O Instituto Geral de Agricultura passava, então, a reger em exclusivo o ensino superior agrícola, no que Rodrigo de Moraes Soares considerava ser, à semelhança da organização do ensino agrícola espanhol, “a resolução do problema daquele ensino”. Ou seja, uma definição clara entre dois tipos de ensino, o “ensino da ciência agrícola” e o “ensino profissional de agricultura”, discriminando que: “O ensino superior de agricultura deve constituir uma faculdade de ciências com aplicação especial; enquanto nas escolas regionais, e quintas modelos se deve aliar o ensino teórico, com as práticas agrícolas”.

³⁶⁴ Paulo Jorge Fernandes, “Política económica”, *História Económica de Portugal, 1700-2000*, org. por Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, vol. II-O Século XIX, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012, p. 412.

³⁶⁵ Art.º 3.º, Decreto de 29 de Dezembro de 1864, D. do L. nº 1 de 2 de Janeiro de 1865.

Para Morais Soares, a organização estabelecida, em 1864, ao ensino agrícola português encontrava-se conforme o modelo em voga nos principais países europeus, sendo dessa forma que o concebiam “os mais distintos agrónomos de França, [e sendo] assim que na Itália está organizado o ensino agrícola” e, no mesmo sentido, apesar de não existirem escolas superiores exclusivas ao ensino das ciências agronómicas: “Na Alemanha e na Inglaterra (...) nas universidades e academias há cadeiras especiais destas ciências”.³⁶⁶ O ensino, a partir de então, professado na escola superior de agricultura tornava-se fundamentalmente científico, determinando uma pequena parcela dos planos de estudo para as práticas essencialmente agrícolas.

O curso de agrónomos adquiria uma duração total de quatro anos e dividia-se nas vertentes teórica e prática. O curso teórico era leccionado durante três anos no Instituto Geral de Agricultura e complementado por exercícios práticos científicos, e não agrícolas, predispostos ao longo dos três anos e relativos às matérias professadas. O último ano, exclusivamente dedicado componente prática, configurava o curso prático, traduzindo-se na “consagração objectiva e prática do curso teórico que receberam [os alunos] no Instituto”. Simultaneamente, para João Ferreira Lapa, o tirocínio promovia a aproximação dos alunos às práticas rurais, reconhecendo-lhe as vantagens na disciplina dos alunos e para a própria saúde.³⁶⁷ Esse objectivo poderá ter sido gorado devido às dificuldades em manter os alunos finalistas no complexo da Granja do Marquês; a comissão de avaliação havia observado tal lacuna nas propriedades sintenses, o que era relatado por Veríssimo de Almeida, em 1880: “Mas, diga-se em boa parte, os discípulos do nosso instituto durante o curso teórico limitam as suas excursões até às longínquas regiões das aulas, e quando vão passar na quinta regional de Cintra o ano de tirocínio prático, as suas excursões tomam um carácter avesso às praticas francesas: deixam a agricultura para virem à capital visitar as exposições dos passeios e teatros, que se não são igualmente instrutivas, são incontestavelmente mais atraentes para os jovens agrónomos.”³⁶⁸

A aquisição da Granja do Marquês e a subsequente deslocação do campo de trabalhos agrícolas do Instituto para aquelas, confirmava a impossibilidade de complementar quotidianamente a vertente científica e a prática desejável ao curso de

³⁶⁶ Rodrigo de Morais Soares, “Chronica Agricola, Lisboa, 5 de Agosto”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. IX, 1866, p. 77.

³⁶⁷ João Ignacio Ferreira Lapa, “Chronica Agricola, Lisboa, 15 de Novembro”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. XIII, 1871, p. 547.

³⁶⁸ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola, Lisboa, 13 de Junho”, *Jornal Official de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1880, p. 1004.

agronomia. Para suprir a impossibilidade assinalada pela comissão de avaliação àquelas propriedades, previa-se o ano estágio legislado em 1864, no plano de estudos dos agrónomos.

Seria justamente Ferreira Lapa, vogal daquela comissão, a reconsiderar a capacidade da Granja Regional de Sintra em ministrar uma formação completa da prática agrícola e económica agrária aos alunos do Instituto. Ressalvava não querer afirmar “que a Granja Regional de Cintra não satisfaça perfeitamente aos exercícios práticos dos alunos do Instituto”; a problemática assemelhava-se às contradições assinaladas pelo Conselho de Aperfeiçoamento do Instituto, em 1856, sobre a valência da Quinta da Bemposta para dois necessários e distintos fins, ou seja, o do ensino prático e o exemplo da exploração económica de uma propriedade rural, naturalmente inconciliáveis: “A Granja Regional de Cintra que se organizou sob os dois planos incompatíveis de quinta de exercício e de quinta exemplar tem como as de todos os países nestas condições, estado sempre numa alternativa cruel, ora procurando satisfazer às necessidades do ensino dos alunos, ora querendo corresponder às exigências públicas.” Nesse sentido, apesar de garantir um espaço à aprendizagem, as propriedades em Sintra não poderiam dar “o exemplo, o modelo da agricultura lucrativa, e [sic] consoantemente o da boa administração, contabilidade e economia rural”.

Para Ferreira Lapa, esse exemplo apenas poderia advir da observação sobre a propriedade privada, onde a decisão e execução das operações teriam o único fim de rentabilizar e maximizar o lucro a retirar da exploração. Assim propunha que no fim do tirocínio prático na Granja, se possibilitasse aos alunos que “passassem seis meses, três meses sequer, em excursões e viagens pelo país, dirigidos por um professor nomeado por turno, [para que] no fim deste período ambulante, [se achassem] não só mais familiarizados com as práticas rurais, mas conhecendo muito melhor a agricultura portuguesa”.³⁶⁹ Veríssimo de Almeida partilhava destas soluções, ainda que concedesse à Granja Regional de Sintra um papel mais restrito na formação dos alunos tirocinantes. Em 1880 considerava que o tirocínio dos alunos do curso de agronomia não deveria realizar-se na Granja Regional onde, até então, havia decorrido de forma “deficiente”. Uma vez que “o conselho escolar não tem ingerência alguma directa”³⁷⁰ na Granja,

³⁶⁹ João Ignacio Ferreira Lapa, “Chronica Agricola, Lisboa, 31 de Outubro”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativa*, vol. XIV, 1872, pp. 187-188.

³⁷⁰ A não administração da Quinta Regional de Sintra pelo Instituto aparece também confirmada pelo lente Jaime Batalha Reis que refere, “Apesar de ser um estabelecimento de ensino complementar dos estudos do Instituto Geral de

poderia disso resultar não serem consentâneos os “exercícios práticos, [e] a direcção dos trabalhos (...) com a doutrina exposta pelo professor na cadeira”. Dessa “antinomia”, concluía, “só podem resultar inconvenientes”, os quais apenas poderiam achar resolução quando se encontrasse contíguo ao Instituto “um campo apropriado para exemplificação e exercícios práticos de cultura, e ainda para experiências análogas às que hoje se executam nas estações agrícolas.” Ou seja, para Veríssimo de Almeida, se a problemática do ano prático dos alunos tinha origem na errada organização do Instituto, aquela apenas ser solucionada pela reformulação do último, admitindo: “E afinal, pode dizer-se que este meu modo de ver está relacionado estreitamente com a maneira, por que eu entendo que se devia reformar a organização do nosso ensino agrícola.”

Para ser profícuo, o Instituto Geral de Agricultura deveria “por si só formar, com os estabelecimentos anexos, um todo harmónico e independente, de modo que os alunos agrónomos não tenham que ir receber a estabelecimento quase estranho o baptismo prático, nem sempre completo e em harmonia com a doutrina científica professada nas aulas.”³⁷¹ A mesma perspectiva era partilhada pelos alunos de engenharia rural no relatório de visita à “granja exemplar” de Sintra. Reconheciam a “fortuna de ser, entre os alunos do Instituto Agrícola, os primeiros a encetar os estudos práticos”. Contudo, criticavam “a grande lacuna que existe no ensino agrícola”, ou seja, a não revisão da teoria pela prática, pelo que concluía como “absolutamente indispensável” que fosse anexa ao Instituto uma “quinta modelo”. Asseveravam que enquanto tal não ocorresse “a ciência agrícola entre nós pouco mais poderá ser que uma pura distracção, que um simples passatempo do espírito”.³⁷²

Não obstante as críticas exaradas, Veríssimo de Almeida contemplava a utilidade da Granja Regional, à semelhança de “outra propriedade bem ordenada”, para que, findo o curso, os alunos pudessem “instruir-se praticamente na administração rural”, ou seja, “aferir a exploração ou granjeio de uma exploração pelo critério da boa contabilidade (...)

Agricultura (...) a Quinta de Cintra nunca esteve de facto sob a direcção, nem debaixo da influência do sistema de instrução da nossa escola superior de agricultura. A direcção geral do ministério das obras públicas, era quem directa e efectivamente a dirigia (...)” Jaime Batalha Reis, “A Comissão de Reformas Agrícolas”, *Gazeta dos Lavradores*, Fevereiro, 1880, pp. 17-19.

³⁷¹ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agrícola, Lisboa, 12 de Outubro”, *Jornal Oficial de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1879, pp. 297-298.

³⁷² “Relatorio dos alumnos da cadeira d’engenharia rural sobre a sua visita á Granja exemplar”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. VII, 1864, p. 33.

conhecer, em presença da escrituração agrícola, a cultura que mais convém a uma dada região, o sistema agrícola mais consentâneo com o clima e os mercados”.³⁷³

Corroborando as concepções dos dois professores, o chefe de serviço do Instituto, João Viegas Paula Nogueira considerava, em finais de 1886, que a “experiência” das últimas reformas havia demonstrado “a ineficácia do ensino prático assim administrado”, acusando “um grande desequilíbrio entre as duas partes que constituem os dois pólos do ensino agrícola – a teoria e a prática”. Explicava que, apesar do reforço do ensino teórico, sendo “grande o número de cadeiras, todas elas indispensáveis”, e pela actualização científica garantida pelos docentes, aquele se tornava infrutífero, pela inexistência da aplicação respectiva, uma vez que as cadeiras se encontravam “na maioria desacompanhadas da prática necessária para fazer frutificar, e segurar na maioria os dados da teoria”. Assinalada a divisão entre as duas vertentes do ensino, o ano prático convencionado na Granja Regional de Sintra tornava-se igualmente improdutivo devido ao “grande desacordo entre as práticas culturais da quinta (...) e as doutrinas professadas na escola de Lisboa (...) desacordo proveniente de não estar aquela quinta sob a dependência do conselho escolar do instituto”. Por outro lado, a composição orgânica entre teoria e prática não reforçava a consentaneidade entre as duas vertentes, pelo que “Decorridos os três anos teóricos no Instituto, passa o aluno-agrônomo para a quinta regional de Sintra, onde deve ver e observar os trabalhos rurais. Vai nisto um grande erro; porque a memória já tem, a esse tempo, deixado perder muitos dos conhecimentos mal gravados por falta de observação prática, e na quinta o aluno não tem os seus mestres que o ensinem a *ver*.”

Para Paula Nogueira a solução mais eficaz para tornar completo o ensino dos alunos do curso de agronomia, passaria por aproveitar quer as potencialidades das estruturas científicas, pedagógicas e industriais localizadas em Lisboa, assim como das quintas distritais, promovendo a regionalização dos estudos agronómicos, segundo as especificidades da agricultura regional: “Lisboa possui jardins botânicos, museus de mineralogia, depósitos de máquinas agrícolas, moagens, fabricas de panificação, de vinificação, de alcoolização, de azeite, de manteiga e de queijos, armazéns de lotação de vinhos, e muitos outros estabelecimentos estreitamente ligados à agricultura, onde os alunos podem, acompanhados dos seus professores e demonstradores, fazer visitas

³⁷³ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agrícola, Lisboa, 12 de Outubro”, *Jornal Oficial de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1879, pp. 297-298.

frequentes para observarem e compararem todos os processos, cujas noções teóricas receberem nas aulas. Não basta porém isto: o país tem a quinta regional de Sintra e as quintas distritais onde praticamente se estuda a agricultura de cada região: aí devem ir os alunos do Instituto estudar com os seus lentes os trabalhos rurais, habilitando-se a avaliar a agricultura de todo o país, comparando os processos de cada região, as causas que implantaram tais processos, as resistências a vencer para os modificar, mil questões enfim que só a observação pratica, e não o estudo teórico no gabinete ou na aula, podem resolver.”³⁷⁴

O Hospital Veterinário pelo contrário, conservando-se anexo ao Instituto, facultava aos alunos do curso de medicina veterinária o ano de tirocínio, a que se sujeitavam os alunos de agronomia. O curso de veterinária tinha a duração total de cinco anos e era regido exclusivamente no Instituto. Ao longo daquela formação, os alunos eram obrigados quer aos exercícios práticos respectivos de cada cadeira, quer à prática clínica, exercitada naquele Hospital e nos estabelecimentos que lhe eram anexos.

O estabelecimento do curso de silvicultores reflectiu a importância dada ao desenvolvimento dos activos florestais nacionais, tendo por objectivo a criação de um corpo de técnicos especializado, os agentes florestais, capazes de prestar auxílio a particulares e de capacitar o Estado na gestão da floresta nacional: “A arborização do país é outra questão importantíssima, da sua solução está dependente grande soma de interesses públicos. A reforma do instituto agrícola ficaria por certo incompleta se não atendesse á necessidade de criar agentes florestais que pudessem auxiliar os esforços do governo e dos particulares n’este elevado intuito de economia nacional”. O curso tinha a duração de três anos e, à semelhança dos agrónomos, os alunos silvicultores estavam obrigados a um ano de tirocínio prático a exercer, com “o tempo de prática, que se determinar”, numa quinta florestal.

Porém, a indefinição sobre o último ano do curso de silvicultura parece ter-se mantido, obstando à concretização prática nos anos seguintes à legislação e, pelo menos, até à década de 80, quase vinte anos passados do estabelecimento na orgânica do Instituto. Nos finais de 1875, João Ferreira Lapa indicava que o tirocínio dos silvicultores ainda não tinha sido realizado, afirmando, com alguma certeza: “Vai-se estabelecer definitivamente o ensino prático da silvicultura”. Fazia-o expondo alguns dos contornos

³⁷⁴ João Viegas Paula Nogueira, “Agricultura e Veterinária. O Ensino Agrícola em Portugal”, *Revista de Educação e Ensino*, t. I, 1886, pp. 331- 335.

sobre o último ano prático do curso, nomeadamente, a decorrer durante um ano, nas “matas do estado” e “com um subsídio do governo”. Concluído o curso teórico no Instituto Geral de Agricultura, os alunos deveriam estacionar sucessivamente nas três divisões florestais do Reino, “sendo em cada divisão ensinados e dirigidos pelo respectivo chefe engenheiro florestal” permitindo, desta forma, “habilitar os alunos silvicultores em todas as práticas florestais fazendo-os assistir sucessivamente a todos os serviços que se executarem nas diferentes matas do reino”.³⁷⁵ Contudo, também a esta iniciativa terá faltado continuidade. Em Maio de 1880, Veríssimo de Almeida, esclarecendo que esse plano de tirocínio havia sido proposto pelo Conselho escolar, denunciava a não concretização, explicando que o malogro se devia à rejeição do Ministério tutelar, “com a habitual frase de falta de meios”. As consequências eram óbvias, sem o ano prático, “condição indispensável para a sua terminação”, “ficou o curso de silvicultura completamente anulado”.³⁷⁶

A criação do curso especial de engenheiros agrícolas respeitava à especialização da engenharia face às necessidades do meio agrícola e rural português a que, em 1858, se havia procurado dar resposta no projecto de reforma inconsequente, então apresentado. Com a criação daquele curso esperava-se fornecer “ao corpo de engenharia civil condutores aptos nas especialidades agrícolas”, desenvolvendo, no plano de estudos do Instituto, aquela área de especialização, antes contraída “em limites que não podiam abranger mais que os princípios elementares”. Em suma, perspectivava-se impulsionar o aperfeiçoamento das construções rurais, uma das principais deficiências do meio rural português, assim como o uso de maquinaria agrícola, onde se sinalizavam dificuldade na montagem e arranjo das mesmas, e as operações de drenagem e secagem de pântanos e terras. Tratavam-se de objectivos com decisivo e directo impacto no aumento extensivo e intensivo da produção agrícola: “A necessidade de um curso de engenharia agrícola não se demonstra, é intuitiva em um país como o nosso, onde a mecânica agrícola é apenas conhecida, onde as construções rurais são geralmente defeituosas, onde finalmente o dessecamento dos pântanos, o esgoto e o enxugamento das terras é uma questão de vida ou morte.” O curso possuía a duração de dois anos e seria professado unicamente no Instituto Geral de Agricultura.

³⁷⁵ João Ignacio Ferreira Lapa, “Chronica Agricola, Lisboa, 20 de Novembro”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. XV, 1875, p. 358.

³⁷⁶ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola, Lisboa, 29 de Maio”, *Jornal Official de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1880, p. 962.

A avaliação respeitante a cada cadeira consistia em dois exames de frequência, ao longo do ano lectivo, e um exame final, realizado no final do ano.³⁷⁷ Para os alunos de agronomia e silvicultura, assim como os alunos pensionistas, obrigados ao tirocínio prático, o acesso a este só era possível quando “tiverem concluído no instituto o respectivo curso teórico”.³⁷⁸ Durante o curso prático deveriam produzir “quatro relatórios, pelo menos, acerca dos trabalhos que tenham executado, exercícios que tenham feito, experiências e demonstrações a que tenham assistido”.³⁷⁹ No final do mesmo e no local onde se realizara, proceder-se-ia a um exame final, “perante um júri composto do director do instituto, de três lentes do mesmo instituto, nomeados pelo conselho e do director da quinta ou mata, que serviu de ensino prático.”³⁸⁰ Por fim, o acesso à carta de curso seria facultado àqueles que provassem o acto grande, o qual, inerente a todos os cursos professados no Instituto, e a realizar duplamente pelos alunos pensionistas, “versa na argumentação feita ao candidato sobre uma tese por este escrita”, escolhida pelo mesmo com aprovação do Conselho Escolar.³⁸¹

A distribuição das disciplinas, estabelecida pelo decreto de 5 de Dezembro de 1855, havia originado alguma controvérsia que, no geral, respeitava à excessiva concentração de matérias, quer estruturais, quer auxiliares, numa dada cadeira, impossibilitando o necessário aprofundamento. A reorganização das matérias a que se procedeu, em 1864, procurou resolver essas dificuldades impondo uma clara distinção entre as disciplinas estruturais e auxiliares. Para esse efeito criava-se um curso de desenho e três cursos auxiliares. O curso de desenho, que anteriormente se achava contraído numa cadeira auxiliar, era disposto em três anos, a que correspondiam, por ordem, o desenho linear e de figura; desenho topográfico e o desenho de animais e de plantas. A frequência deste curso era partilhada pelos alunos de agronomia, silvicultura e medicina veterinária, estando distribuído pelos três primeiros anos de cada curso, com excepção de medicina veterinária, apenas até ao segundo ano. Os restantes três cursos auxiliares correspondiam às “ciências preparatórias com aplicação à agricultura”. Criam-se o curso auxiliar de Matemáticas elementares, cujas matérias eram anteriormente leccionadas na antiga quarta cadeira, juntamente com as disciplinas de Artes Agrícolas Vegetais e Engenharia Rural;

³⁷⁷ Capítulo XIV, “Dos exames de frequência”, e Capítulo XVI, “Dos exames finais”, *Regulamento do Instituto Geral de Agricultura e Estabelecimentos Anexos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

³⁷⁸ Art.º 161.º, *Regulamento do Instituto Geral de Agricultura e Estabelecimentos Anexos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

³⁷⁹ Art.º 167.º, *ibidem*.

³⁸⁰ Art.º 168.º, *ibidem*.

³⁸¹ Artigos 176.º e 177.º, *ibidem*.

o de Física e Meteorologia elementares, Química Orgânica e Inorgânica e Mineralogia elementares, antes integrado na antiga oitava cadeira, completada pela disciplina de Fisiologia Veterinária; e o de Botânica, Zoologia e Geologia elementares, que formavam a primeira cadeira, com Agricultura geral e Cultura de cereais.

A frequência dos três cursos configurava o primeiro ano, que possamos designar de preparatório, de todos os cursos do Instituto, com excepção do curso de engenheiros agrícolas.³⁸² No início da década de 80, devido aos preparatórios exigidos aos alunos no acto da matrícula, sugeria-se que os programas dos cursos auxiliares fossem “profundamente modificados, pois há a retirar deles todos os princípios elementares da matemática, da física e da química, que se compreendem nos novos preparatórios para a matrícula”. Segundo Ferreira Lapa, essa alteração permitiria não apenas tornar mais desenvolvido as disciplinas remanescentes, mas aliviar algumas cadeiras do quadro de “Ciências Técnicas”, fazendo figurar nos Cursos Auxiliares algumas das matérias leccionadas ao longo dos cursos. Exemplificava, “Por exemplo, na cadeira de matemática será possível, em troca da matemática elementar (...) dar algumas lições de agrimensura e de estereometria. Na cadeira de química geral poder-se-á fazer umas lições de princípios de análise química, em substituição dos primeiros rudimentos (...) Na física será possível expor algumas doutrinas mais amplas de mecânica sobre forças, movimentos, máquinas simples, etc., alguns teoremas de hidráulica agrícola nas aplicações da hidrostática e da hidrodinâmica, o que será um bom serviço à cadeira de engenharia (...)”³⁸³

Relativamente ao quadro de disciplinas pertencentes às “Ciências Técnicas”, a reforma de 1864 instituiu algumas mudanças pontuais, verificando-se a maioria na secção de ciências agronómicas. Nesta, procedeu-se ao aprofundamento das matérias de Química, no que respeitava à sua aplicação particular à agricultura, assim como da análise laboratorial química, resolvendo a carência assinalada por João Ferreira Lapa. A disciplina de Engenharia Rural, compreendida na antiga quarta cadeira, era aprofundada em duas cadeiras distintas, cujo desenvolvimento seria indispensável no curso que se inaugurava. No mesmo sentido, relativo à formação dos silvicultores, integravam-se, pela primeira vez, no quadro das matérias leccionadas no Instituto, as matérias referentes à silvicultura, ou seja, a Economia, Administração, Legislação, Contabilidade e Artes

³⁸² Art.º 83.º, *ibidem*.

³⁸³ João Ignacio Ferreira Lapa, *Relatorio do Instituto Geral de Agricultura no anno de 1883*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 6.

Florestais. Já na secção veterinária, ainda que “a bem pouco se limitaram as suas exigências”, como refere o preâmbulo à reforma de 1864, procedia-se ao acréscimo de uma cadeira, totalizando cinco cadeiras, e realizava-se a redistribuição das disciplinas, às quais acrescia a obstetrícia veterinária.

No total, o decreto de 29 de Dezembro de 1864 estabeleceu doze disciplinas, sem indicação do número de cadeiras pelas quais seriam distribuídas. “Art.º 18.º O ensino teórico dado no instituto geral de agricultura consta da seguintes disciplinas: (...) §2.º *Ciências técnicas*: 1.º Princípios de agrologia, culturas arvenses, arboricultura e epifitias; 2.º Princípios gerais de silvicultura, topografia florestal e artes florestais; 3.º Química agrícola e artes agrícolas; 4.º Engenharia rural (1.ª parte), compreendendo mecânica, topografia agrícola e princípios gerais de construção; 5.º Engenharia rural (2.ª parte), compreendendo hidráulica agrícola e construções rurais; 6.º Economia agrícola e florestal, legislação agrícola e florestal; 7.º Princípios de higiene pecuária e zootecnia; 8.º Anatomia geral e descritiva e exterior de animais domésticos; 9.º Fisiologia e farmacologia veterinária; 10.º Patologia veterinária especial e geral; 11.º Cirurgia, obstetrícia, siderotecnia veterinária e clínica cirúrgica; 12.º Clínica médica veterinária e direito veterinário”.

Simultaneamente, não se encontra para consulta qualquer documento que tenha regulamentado as disposições daquela reforma, demonstrativo da distribuição das disciplinas leccionadas, a partir de 1864. O único Regulamento encontrado data de 1873, e, ainda que respeite fundamentalmente à primeira reforma, integrava as disposições aplicadas em 1869. Quanto ao quadro de cadeiras das “ciências técnicas”, o regulamento de 1873 apresenta a distribuição das doze disciplinas por dez cadeiras, dividindo as matérias por três partes, por forma a melhor reparti-las pelos anos curriculares. Atente-se, “1.ª cadeira. – Agronomia e culturas arvenses; 2.ª cadeira. – Primeira parte, topografia; segunda, arboricultura; terceira, silvicultura; 3.ª cadeira (em curso bienal). – Primeira parte (comum aos dois anos) princípios de economia política; Segunda parte (um ano) economia, administração, legislação e contabilidade rurais; Terceira parte (um ano) economia, administração, legislação e contabilidade florestais; 4.ª cadeira. – Primeira parte, mecânica e máquinas agrícolas; Segunda parte, construções rurais; Terceira parte, hidráulica agrícola; 5.ª cadeira. – Primeira parte, artes agrícolas e florestais; Segunda parte, química agrícola e análise química; 6.ª cadeira. – Primeira parte, anatomia veterinária; Segunda parte, clínica cirúrgica veterinária; terceira, exterior dos animais

domésticos; 7.^a cadeira. – Primeira parte, cirurgia, obstetrícia veterinária; segunda, clínica médica veterinária; terceira, siderotecnia teórica; 8.^a cadeira. – Primeira parte, patologia geral veterinária; segunda, patologia especial veterinária; terceira, direito veterinário; 9.^a cadeira. – Primeira parte, fisiologia veterinária; segunda, farmacologia veterinária; 10.^a cadeira. – Primeira parte, higiene veterinária; segunda, zootecnia.”³⁸⁴

Julgamos, porém, que possam corresponder às disciplinas apresentadas no texto legislativo de 1864, um igual número de cadeiras, e segundo a distribuição apresentada no artigo 18.º. A nossa premissa decorre do número de lentes proprietários estabelecido ser consentâneo com aquele número de cadeiras. Neste domínio a principal modificação imputada pela reforma de 1869 fora a supressão de duas cadeiras, confirmando um total anterior de 12 e a decorrente reunião “em uma só cadeira” de matérias antes leccionadas em separado. As supressões respeitavam a uma cadeira em cada secção científica. Na secção agronómica extinguiu-se uma cadeira que, com uma segunda, ou seja, a quarta e quinta cadeiras estabelecidas pelo artigo 18.º, perfaziam as duas partes de Engenharia Rural. De igual forma, na secção veterinária reuniam-se numa só cadeira as matérias leccionadas pela oitava e décima primeira cadeiras, ou seja, Anatomia e Exterior dos Animais Domésticos, e Cirurgia, Obstetrícia, Siderotecnia Veterinária e Clínica Cirúrgica. Não obstante, verifica-se, em particular para o caso das matérias de veterinária, segundo a distribuição do Regulamento de 1873, a dispersão daquelas disciplinas por diversas cadeiras, e não a sua reunião numa só cadeira. Tal explica-se em vista da liberdade concedida pelo artigo 3.º, que determina a supressão, mas delegava no Conselho Escolar “deliberar e propor ao governo outra distribuição de matérias pelas cadeiras que ficam subsistindo, como julgar mais proveitoso à instrução dos cursos.”³⁸⁵ Repare-se na acumulação excessiva de matérias na terceira cadeira, razão pela qual se tornou o seu ensino bienal.

A distribuição das disciplinas estabelecida a partir de 1869 demonstrar-se-ia insustentável. Volvidos dez anos desde aquela reforma, constituía-se uma comissão, por proposta de Augusto Saraiva de Carvalho, Ministro do M.O.P.C.I., para “estudar as causas da crise agrícola no país, e propor com a possível brevidade as providências que entender mais acertadas para as debelar e prevenir”. Como refere o relatório que precede

³⁸⁴ Art.º 83.º, *Regulamento do Instituto Geral de Agricultura e Estabelecimentos Anexos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

³⁸⁵ Art.º 3.º, Decreto de 8 de Abril de 1869, D. do G. nº 80 de 12 de Abril de 1869.

o decreto de constituição, a crise subsistia: "Uma serie de colheitas más (...) as profundas perturbações produzidas nos mercados europeus pelo assombroso progresso das culturas, e a enorme produção das terras virgens nos Estados Unidos da América, o sobressalto e os prejuízos causados pelas doenças que rapidamente invadiram vinhedos, os pomares de espinho, os castanheiros e ainda outros vegetais cultivados (...)".

Observando previamente as condicionantes obstantes à reacção do sector, a par da escassez de capital e da “carestia de instrumentos económicos do trabalho”, o relatório referia “o diminuto derramamento da instrução profissional” apesar de reconhecidos os trabalhos do Instituto Agrícola, principalmente na criação de quadros técnicos. No entanto, observava a limitação dos mesmos, dado que “conquanto possa considerar-se modelo o instituto geral de agricultura pelo zelo e proficiência do seu professorado, não se pode negar quanto é limitada a área da sua acção, ainda quando se atenda aos efeitos indirectos dela na educação dos agrónomos e veterinários para os distritos (...)”.³⁸⁶ A comissão era presidida pelo Conde de Casal Ribeiro, tendo por vice-presidente o Conde de Rio Maior, Secretário Geral o lente João Ferreira Lapa e, por vice-secretários, Jaime Batalha Reis, chefe de trabalhos, na secção agrícola do Instituto, e Francisco Simões Margiochi. Na condição de vogal da mesma figurava ainda o lente do Instituto, Silvestre Bernardo Lima. Os trabalhos subdividiram-se entre cinco secções, com especial atenção para a segunda, a saber: “1.^a Pautas, legislação tributária e fiscal; 2.^a Ensino agrícola; 3.^a Viação rural ordinária e acelerada; 4.^a Regime e aproveitamento de águas, arborização, máquinas e adubos; 5.^a Constituição da propriedade, crédito rural e agrícola, população, sua distribuição e movimento”.³⁸⁷

As conclusões da segunda secção seriam transcritas entre os meses de Janeiro e Fevereiro de 1880, na *Gazeta dos Lavradores*, por Jaime Batalha Reis. Longe de remeterem para o número exíguo de cadeiras estabelecidas nos planos de estudo do Instituto, as conclusões respeitavam a múltiplas problemáticas suscitadas, principalmente, pelas disposições aplicadas a partir de 1869. Apenas as primeiras parecem ter sido apreciadas e aplicadas à instituição antes da segunda reorganização do ensino superior de agricultura, em 1886. O objecto da proposta tinha em vista a criação de três cadeiras, duas na secção de agronomia e uma na secção veterinária. O ímpeto da reforma proposta parece ir além na mudança sobre a distribuição das disciplinas; com as

³⁸⁶ Decreto de 10 de Julho de 1879, D. do G. n.º 154 de 12 de Julho de 1879.

³⁸⁷ Anúncio em D. do G. n.º 163 de 23 de Julho de 1879.

novas cadeiras e a recuperação do plano estabelecido em 1864, “poderão assim distribuir-se e agrupar-se mais convenientemente.”

Procurava atender-se à mais proeminente necessidade do sector relativa às doenças surgidas nos vários géneros da flora e fauna da agricultura portuguesa. Assim, na secção agrícola, paralelamente ao incitar aos estudos sobre estatística agrícola e história agrícola comparada, “tão notável, tão instrutiva, tão fértil em lições”, esperava resolver-se um vazio, ao nível pedagógico e da investigação científica, sobre as “doenças dos vegetais que hoje infelizmente ocupam um lugar tão extenso nas preocupações públicas, [as quais] não são objecto de nenhum estudo especial na nossa única escola de agricultura.”

De igual forma, através do acréscimo de uma cadeira ao plano de estudos veterinários estimulava-se a “estudar-se desenvolvidamente as Epizootias, as pestes dos animais domésticos que tantos prejuízos causam às vezes aos lavradores.”³⁸⁸ A criação de estudos patológicos no Instituto Geral de Agricultura e, em particular, na secção agrícola resultava da necessidade de se desenvolverem estudos na área da patologia vegetal por forma a capacitar uma resposta às várias epidemias que, desde meados da centúria, afectavam importantes géneros agrícolas portugueses.

Entre esses situava-se o vinho atingido por duas doenças, o oídio e a filoxera vastatrix, entre as décadas de 50 e 80, com grave diminuição da produção vinícola portuguesa.³⁸⁹ A acção desta última patologia, de origem norte-americana, foi notada em meados da década de 60, mas só obteve reconhecimento oficial na década seguinte, a partir de 1872. Durante a década de 70 assiste-se à invasão primeiro pelas vinhas do Douro e, posteriormente, já nos anos 80 pelas restantes produções vinícolas do Continente.

A criação de estudos especializados contra as referidas patologias, entre finais da década de 70 e inícios da década de 80, complementou os esforços fitopatológicos contra aquelas epidemias, a par de outros mecanismos de acção estatal como a criação de comissões de inspecção e averiguação, constituídas por quadros técnicos distritais e do próprio Instituto, ou a importação e distribuição de sulfureto de carbono.³⁹⁰

³⁸⁸ Jaime Batalha Reis, “A Comissão de Reformas Agrícolas”, *Gazeta dos Lavradores*, Janeiro, 1880, pp. 3-4.

³⁸⁹ Miriam Halpern Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, [...], pp. 151-154.

³⁹⁰ Irene Maria Vaquinhas, Margarida Neto, op. cit., pp. 110-119., p. 333.

Para Veríssimo, a fundação dos estudos propostos representava uma necessidade urgente. Considerando a “singular multiplicidade nas doenças que atacam os vegetais cultivados”, as quais “frequentes vezes constituem verdadeiras calamidades públicas”, e atendendo ao sucesso das investigações científicas, que “conseguiriam apontar muitas das causas determinantes das epifitias reinantes [sendo] quase sempre os vegetais criptogâmicos ou os insectos, os causadores das doenças”, urgia criar um centro de estudos científicos português dotado de capacidade técnica suficiente - “o microscópio e os exemplares de micrografia necessárias para a comparação” – e instruir e habilitar os alunos nessas matérias para constituir um corpo de técnicos altamente qualificados e capacitados “para mais tarde responder a tantas consultas que os agricultores frequentemente dirigem aos agrónomos oficiais”.³⁹¹ Para propiciar essas condições, o Conselho Escolar oficiou por duas vezes, no sentido da criação aquele curso. A primeira ocorreu, em 1879, por ofício enviado pelo Professor Silvestre Bernardo Lima, o qual, segundo Veríssimo de Almeida, realizado “em nome do conselho, ponderava a necessidade instantânea de fundar-se um laboratório de micrografia, com os instrumentos precisos para observações microscópicas, com os exemplares de micologia necessários (...)”, ficou sem resposta.³⁹² A segunda decorreu em 1881 pelo professor João Ferreira Lapa, na qualidade de director do Instituto Geral de Agricultura.³⁹³

Oficialmente, procedeu-se à criação das “cadeiras especiais” por carta de lei de 1 de Junho de 1882, que sancionava o decreto das cortes gerais de 29 de Maio de 1881. A par da cadeira de “Nosologia vegetal e microscopia, aplicadas ao estudo da patologia vegetal”, acrescia uma segunda cadeira à secção agrícola, denominada “Silvicultura e economia florestal”, devida à excessiva concentração das matérias na segunda cadeira. Na secção veterinária fundava-se a cadeira de “Epizootias, direito e polícia sanitária veterinária”, introduzindo as matérias de epizootias e polícia sanitária, a que se juntava a de direito veterinário anteriormente disposta na oitava cadeira.³⁹⁴

Contudo, no que respeita à primeira cadeira e ao gabinete anexo à mesma, as restantes fontes sugerem que esse curso se encontrava criado, pelo menos, desde 1879.

³⁹¹ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola, Lisboa, 30 de Setembro”, *Jornal Official de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. IV, 1881, pp. 89-90.

³⁹² José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola, Lisboa, 12 de Outubro”, *Jornal Official de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1879, pp. 295-296.

³⁹³ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola, Lisboa, 30 de Setembro”, *Jornal Official de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. IV, 1881, pp. 89-90.

³⁹⁴ Carta de Lei de 1 de Junho de 1882, D. do G. n.º 125 de 3 de Junho de 1882.

Embora, em Setembro de 1881, Veríssimo de Almeida referisse que “por despacho de 18 do corrente [Setembro] o sr. ministro das obras públicas aprovou aquela proposta, habilitando o conselho com os meios necessários para a organização imediata de um gabinete de trabalhos de microscopia com especial aplicação às epifitias”.³⁹⁵ Em 22 de Junho de 1881 constituía-se uma comissão técnica para a inspecção de vinhedos em Lisboa, suspeitos de contaminação por diversas enfermidades, entre as quais a Filoxera. Jaime Batalha Reis era nomeado vogal da comissão na qualidade de “chefe de serviço agrícola regendo a cadeira de nosografia vegetal e microscopia no instituto geral de agricultura”, com Manuel do Carmo Rodrigues de Moraes, inspector do serviço filoxérico e Luís de Andrade Corvo, agrónomo do distrito de Lisboa.³⁹⁶

No *Relatorio do Instituto Geral de Agricultura no anno de 1883* referia-se a criação das três cadeiras; Ferreira Lapa, esclarecia, quanto às matérias de patologia vegetal, ter-se procedido à “legislação de um curso já estabelecido havia dois anos”.³⁹⁷ Por outro lado, a existência de um gabinete dedicado à investigação em Microscopia anterior a 1881 é sugerida por dois ofícios internos do Instituto enviados a Jaime Batalha Reis. No primeiro, de 15 de Março de 1878, Ferreira Lapa requeria ao destinatário que se reunisse “em comissão neste Instituto com o Ex. Lente da 2.^a cadeira Francisco António Alvares Pereira no dia 17 do corrente, afim de procederem em presença do ofício do Governador Civil de Beja ao exame de uns insectos encontrados em Cuba numa videira doente e que por isso aquele funcionário suspeita pudesse ser filoxera.” No segundo ofício, de 4 de Abril de 1879, repetindo o pedido para uma “Nova consulta sobre caso suspeito de Filoxera”, Ferreira Lapa solicitava a Batalha Reis que se encontrasse com António Alvares Pereira no “Gabinete de Microscopia”.³⁹⁸ No mesmo sentido, num outro documento constante no espólio de Jaime Batalha Reis vem comprovar a existência daquele Gabinete; referindo um ofício datado de 1880 com referência das verbas dispostas para a constituição daquele espaço: “Por ordem de S. Ex. ^a o Ministro de Obras Públicas, [sic] constasse de um ofício da Direcção geral de Comércio e Indústria datado de 17 de Agosto de 1880, foi o conselho autorizado a gastar 1:999\$500 réis na criação de um gabinete de estudos microscópicos e no ensino da patologia vegetal. Por despacho

³⁹⁵ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola, Lisboa, 30 de Setembro”, *Jornal Official de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. IV, 1881, pp. 89-90.

³⁹⁶ Decreto de 22 de Junho de 1881, D. do G. nº 138 de 23 de Julho de 1881.

³⁹⁷ João Ignacio Ferreira Lapa, *Relatorio do Instituto Geral de Agricultura no anno de 1883*, [...], p. 4.

³⁹⁸ Biblioteca Nacional de Portugal. Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea. Espólio de Jaime Batalha Reis. BNP/ Esp. E4/ Cx. 9/ Doc. 41 (1), (2), (3).

ministerial de 4 de Julho de 1881 foi aprovada a tabela de despesas do Instituto geral de agricultura onde estava consignada a verba dos estudos mencionados.”³⁹⁹

A proposta de criação das três “cadeiras especiais” era criticada pelo Conselho Escolar. Antes, em 1881, José Veríssimo de Almeida criticava a forma como fora criada a primeira cadeira, em detrimento de uma reforma geral, tão necessária, para atender aos desfasamentos entre as várias cadeiras leccionadas; um “sistema de reforma a retalho, sem método, nem harmonia, atendendo apenas às exigências de momento, e deixando que o ensino continue acanhado, desconexo às vezes e desequilibrado na intensidade com que as diferentes disciplinas são estudadas no instituto agrícola.”⁴⁰⁰ Concomitantemente, o Conselho Escolar do Instituto em representação à Câmara dos Pares, segundo relato da comissão de agricultura no parecer ao projecto de lei para criação das referidas cadeiras, posicionava-se contra “a designação das disciplinas que constituem as cadeiras especiais criadas por este projecto, entendendo que da inscrição delas resultará o facto de haver na mesma escola professores, cujas cadeiras não possam ser modificadas, e outros, ao contrário, cujas cadeiras o poderão ser”.⁴⁰¹ Porém, exemplificando com a redistribuição das matérias remanescentes operada pelo Conselho Escolar após a supressão dos dois lugares de lentes, em 1869, a comissão entendia que “o que se deu então poder-se-á dar de futuro, e sem que para isso, como o conselho parece recluir, seja necessária a intervenção do poder legislativo, e sem que a inscrição das cadeiras, ou a designação das disciplinas que nelas devem ser lidas contrarie esse facto.” O Parlamento não podia criar cadeiras “anónimas sem designação de disciplinas”, à semelhança do que era decidido para as restantes escolas superiores do Reino. A comissão mencionou ainda um segundo e último ponto na representação do Conselho Escolar. Em causa estava a preferência dos chefes de serviço do Instituto no acesso àquelas cadeiras, defendida pelo Conselho, “sem que todavia tenham os cursos de silvicultura e economia florestal.” A comissão arguia segundo o princípio da injustiça dado que o seria se, não tendo o “curso das disciplinas das cadeiras”, os agrónomos chefes de serviço fossem “preferidos no seu provimento aos indivíduos completamente habilitados com o curso”.⁴⁰²

³⁹⁹ Biblioteca Nacional de Portugal. Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea. Espólio de Jaime Batalha Reis. BNP/ Esp. E4/ Cx. 1/ Doc. 91.

⁴⁰⁰ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola, Lisboa, 30 de Setembro”, *Jornal Official de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. IV, 1881, pp. 89-90.

⁴⁰¹ Parecer nº 52 da Comissão de Agricultura, *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, Sessão nº 64, de 20 de Maio de 1882.

⁴⁰² Idem, *ibidem*.

Outras cadeiras eram contraídas em vista do tempo exíguo dedicado ao ensino das várias matérias que as constituíam. Esta era a conclusão expressa por Ferreira Lapa, em 1883, indicando exemplos concretos em ambas as secções científicas do Instituto. Na secção agrícola, a cadeira engenharia rural, correspondendo à quarta cadeira, onde se “compreende a mecânica, as construções rurais e a hidráulica agrícola”, era designada como sendo “realmente uma cadeira sumamente carregada”, em vista do “desenvolvimento que estes três ramos da ciência precisam ter para se acharem à altura da sua actualidade e poderem produzir toda a utilidade prática que se tem direito a esperar do seu ensino”.⁴⁰³ Em igual circunstância encontrava-se a quinta cadeira sobre as matérias de “tecnologia rural” ou artes agrícolas e florestais, a que se juntavam as de química agrícola e análise química, uma opção contrária à aplicada nos institutos de ciências agronómicas.

Confirmando a restrição do tempo para o ensino daquelas matérias, Ferreira Lapa dava como exemplo os estudos sobre “produtos fermentados”, os quais “compreendendo os vinhos, álcool, cerveja, vinagre, cujo estudo e demonstrações, por muito aligeiradas que sejam, não levam neste instituto menos de trinta lições”, demonstravam, “quão limitadíssimo é o número de lições que ficam para descrever as muitas outras artes agrícolas, e para expor ainda por cima a análise química e a química agrícola.”⁴⁰⁴ Na secção veterinária, a acumulação recaía nas cadeiras de “anatomia e cirurgia”, matérias dispersas pela sexta e sétima cadeiras. Ferreira Lapa considerava “de inquestionável vantagem constituir numa só cadeira privativa as duas clínicas médica e cirúrgica (...) que têm entre si tantas relações doutrinárias e tantos pontos de contacto ou de dependência no seu exercício prático”. Propunha ainda a junção daquelas disciplinas com as matérias de exterior dos animais e siderotecnia, dado “que entre aquelas disciplinas, cujo fundo é essencialmente prático, e as clínicas, há o mais íntimo parentesco”, para desafogo da cadeira de cirurgia.⁴⁰⁵ Sugeria-se que as cadeiras mais preenchidas fossem “aliviadas, ou por desdobramento, ou por passagem de algumas disciplinas para outras cadeiras”, conforme proposta do Conselho Escolar ao governo. Nada que não fosse já aplicado no curso de Microscopia e Nosologia Vegetal: “Enquanto esse desdobramento não fosse autorizado por uma lei, propôs ainda o conselho que ele fosse provisoriamente permitido por despacho ministerial, como sucedeu a respeito da cadeira de microscopia e de

⁴⁰³ João Ignacio Ferreira Lapa, *Relatorio do Instituto Geral de Agricultura no anno de 1883*, [...], p. 4.

⁴⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 6.

⁴⁰⁵ Idem, *ibidem*, pp. 4; 6.

nosologia vegetal, e como por vezes tem sucedido em outras escolas em casos análogos.” A cadeira de engenharia rural merecia atenção especial; segundo a proposta do Conselho Escolar, o seu desdobramento seria exequível ao incumbir-se o chefe de serviço de engenharia da regência de uma segunda cadeira para confluência das matérias “de mecânica e de topografia, acumulando estes dois ensinos com o de matemática.”⁴⁰⁶

A frequência das cadeiras distribuía-se da seguinte forma, a partir de 1869; no curso de agrónomos: no segundo ano, frequentavam-se a 4.^a cadeira, 1.^a parte da 2.^a cadeira, a 5.^a cadeira. Os exercícios práticos ou demonstrações recaíam sobre as últimas quatro disciplinas, com excepção da Arte Florestal; no terceiro ano, frequentavam-se as matérias da 2.^a parte da 2.^a cadeira e da 1.^a cadeira, e realizavam-se os “exercícios práticos de construção e de hidráulica.” Devido ao carácter bienal da terceira cadeira, estabelecia-se a possibilidade no segundo e terceiro anos, entre a primeira e segunda partes ou a primeira e terceira partes, alternando sempre com as matérias da 10.^a cadeira. Repare-se que as matérias de Silvicultura, correspondentes à terceira parte da segunda cadeira, não eram frequentadas pelos alunos de agronomia. No curso de silvicultores, no segundo ano, frequentavam-se as matérias da 4.^a e 5.^a cadeiras, com os “exercícios práticos respectivos”; no terceiro ano, as matérias da 1.^a cadeira, sendo que nos dois últimos anos podiam variar as matérias da terceira cadeira, primeira e terceira partes, apenas, ou a 2.^a cadeira. Por fim, os alunos de silvicultura não frequentavam a segunda parte da terceira cadeira de Economia, Administração, Legislação e Contabilidade Rurais. No curso de engenheiros agrícolas não era obrigatória a frequência do curso de desenho, nem dos restantes cursos auxiliares. No primeiro ano frequentavam-se as matérias da 4.^a e 5.^a cadeiras, recaindo os exercícios práticos na última; no segundo ano, as matérias da 1.^a cadeira, e da 2.^a e 3.^a partes da 2.^a cadeira. Os exercícios práticos recaíam sobre as matérias da quarta e quinta cadeiras, leccionadas no primeiro ano. Nos dois anos variavam a 2.^a e 3.^a partes da 3.^a cadeira; No curso de veterinários: no segundo ano frequentavam-se as matérias da 1.^a parte da 5.^a, 6.^a e 9.^a cadeiras; no terceiro ano, a 1.^a cadeira, a repetição da 1.^a parte da 6.^a cadeira, assim como, a 3.^a parte, que lhe era específica, a 2.^a parte da 9.^a cadeira, e a 1.^a parte da 8.^a cadeira. Nos três primeiros anos os alunos deveriam realizar os respectivos exercícios práticos e os de Siderotecnia. No quarto, frequentavam a 2.^a e 3.^a partes da 8.^a cadeira, a 7.^a cadeira e a 2.^a parte da 6.^a cadeira; no quinto e último ano, repetia-se as 2.^{as} partes da 6.^a e 7.^a cadeiras. No quarto e quinto anos variava a leccionação

⁴⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 5.

da 1.^a e 2.^a parte da 3.^a cadeira e a 10.^a cadeira. Os dois últimos anos seriam acompanhados pelos exercícios práticos respectivos a cada cadeira.⁴⁰⁷

Ao Instituto Geral de Agricultura consideravam-se anexos oito estabelecimentos, que, na maioria, transitavam dos anos anteriores. O nono estabelecimento, o depósito de animais reprodutores, tinha a realização pendente, a materializar “quando o governo o julgar conveniente”.⁴⁰⁸ O primeiro estabelecimento anexo correspondia ao Hospital Veterinário; era dirigido por dois directores, correspondendo aos lentes de clínica médica e clínica cirúrgica. Compunham os seus quadros, também, um inspector, que recaía no vice-presidente do Conselho Especial de Veterinária, um chefe de clínica, nomeado por concurso, um enfermeiro, nomeado pelo governo, sob proposta do director, sustentada na indicação do inspector, um amanuense, e o “número suficiente de tratadores e guardas”, nomeados pelo inspector. O serviço do Hospital dividia-se em técnico e económico, regulado pelo inspector e da responsabilidade dos directores.⁴⁰⁹ Estabelecia-se que como anexos ao Hospital duas estruturas correspondentes aos segundo e terceiro estabelecimentos anexos ao Instituto. A oficina siderotécnica, destinada às ferragem dos animais, servia para o ensino prático siderotécnico dos alunos de medicina veterinária e dos aprendizes colocados na oficina. Eram seus funcionários o chefe de serviço siderotécnico, um mestre de ferrar e forjar, e oficiais e aprendizes de ferrador, em número não especificado.⁴¹⁰ A botica, veterinária ou farmacêutica, fornecia o receituário do Hospital e procedia ao fabrico dos medicamentos. Eram seus funcionários, o director, um oficial farmacêutico⁴¹¹ e o “número de serventes que se julgar necessário”.⁴¹² Funcionava, ainda, junto ao Hospital, um banco onde se recebiam os animais de particulares para um primeiro exame, realizado, alternadamente, pelo chefe de serviço clínico e o chefe de serviço siderotécnico.^{413 414}

⁴⁰⁷ Art.º 84.º, *Regulamento do Instituto Geral de Agricultura e Estabelecimentos Anexos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

⁴⁰⁸ Art.º 31.º, Decreto de 29 de Dezembro de 1864, D. de L. nº 1 de 2 de Janeiro de 1865.

⁴⁰⁹ Artigos 19.º, 20.º, 22.º, 25.º, 28.º, 30.º, 42.º e 44.º, *Regulamento do Instituto Geral de Agricultura e Estabelecimentos Anexos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

⁴¹⁰ Artigos 97.º e 110.º, *Regulamento para o serviço veterinário do Instituto Geral de Agricultura*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

⁴¹¹ Augusto de Oliveira Abreu foi nomeado, provisoriamente, para o lugar de Oficial Farmacêutico em 3 de Julho de 1880, sendo confirmado no lugar, em 10 de Novembro de 1880. Arquivo Histórico de Economia. Acervo Infra-estruturas, transportes e comunicações. Processo individual de Augusto de Oliveira Abreu. PI-Cx. 1.

⁴¹² Artigos 85.º, 86.º, 93.º e 94.º, *Regulamento para o serviço veterinário do Instituto Geral de Agricultura*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

⁴¹³ Artigos 75.º e 77.º, *ibidem*.

⁴¹⁴ Indicamos, nesta parte, os funcionários indicados para o serviço daqueles estabelecimentos uma vez que, pela consulta do Regulamento de 1873, nos foi possível associá-los àqueles espaços. A organização deste capítulo difere, portanto, dos que o antecedem, nos quais indicamos os funcionários existentes, no Instituto, no final do texto. Isto

Ao quarto estabelecimento anexo respeitava o laboratório químico, com o repositório das artes agrícolas. Ao quinto, os terrenos para demonstrações agrícolas e botânicas. Ao sexto, o museu de máquinas, modelos, instrumentos e produtos agrícolas. Ao oitavo, a biblioteca e a sala de estudo. Quanto à vertente prática de cada cadeira, as demonstrações e exercícios práticos realizavam-se nos “Gabinetes de colecções, modelos e utensílios para serviço e demonstração das diferentes aulas”, correspondentes ao sétimo estabelecimento anexo. O Regulamento de 1873 precisava a existência de dez gabinetes, porém, repetia, na listagem apresentada, o quarto, quinto e sexto estabelecimentos, acima enunciados. A par destes, foram criados o “Gabinete de física”, o “Gabinete de zoologia e geologia”, o “Gabinete de engenharia rural”, o “Gabinete de anatomia normal e patológica”, o “Gabinete de cirurgia”, o “Gabinete de matéria médica”, e o “Gabinete de desenho”.⁴¹⁵ Estas estruturas eram reguladas por regimentos especiais.⁴¹⁶

O tirocínio, antes referido, seria realizado em “Uma das quintas regionais, que estiver situada mais convenientemente”, sendo considerada “Como quinta de ensino prático para os alunos do Instituto”, mais precisamente, para os alunos de agronomia.⁴¹⁷

No geral, as conclusões de João Inácio Ferreira Lapa, em 1883, na condição de director da Instituição, depreciavam o estado material do Instituto Geral de Agricultura. Apontava, em primeiro lugar, a insuficiência do edificio principal que “não tem nem extensão, nem na sua distribuição interna as boas condições que requerem os estabelecimentos de ensino desta ordem.” Acusava-lhe a construção “muito defeituosamente” realizada com “um grande número de divisões”, mas “todas acanhadas”, havendo “algumas subterradas a meia altura, que tem sido preciso romper e desenterrar para as converter em saldas de maior capacidade com mais ar e luz, mais próprias assim para o serviço das aulas e dos gabinetes.” Em segundo, o Instituto Geral de Agricultura assemelhava-se a “uma pequena povoação”, por ter “todos os seus estabelecimentos desmembrados em edificações descontínuas, e alguns bastante distanciados”, com impacto no número de serventes exigido e na dificuldade da fiscalização dos edificios. Exceptuava-se a essa realidade a “secção veterinária, cujos

porque, pelo Decreto de 1852, apenas são indicados e o Regulamento de 1853 não os associa aos estabelecimentos existentes, e porque, no que concerne à reforma da fusão de 1855, não nos foi dado a conhecer qualquer documento que tenha regulamentado esta última.

⁴¹⁵ Art.º 77.º, *Regulamento do Instituto Geral de Agricultura e Estabelecimentos Anexos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

⁴¹⁶ Art.º 80.º, *ibidem*.

⁴¹⁷ Art.º 32.º, Decreto de 29 de Dezembro de 1864, D. de L. nº 1 de 2 de Janeiro de 1865.

estabelecimentos foram expressamente construídos para o seu destino e formam pela maior parte um corpo contínuo”. Considerava-o, no global, “mal alojado”. E se, pelo “número e variedade de suas diversas funções e trabalhos”⁴¹⁸ realizados naquela pequena aldeia, o Instituto poderia “prestar as aparências pelo menos de uma certa grandeza”, essa ficava debelada por um exame de pormenor às condições materiais dos serviços, assinalando-se a discrepância entre estes: “Mas quando por partes se estabelece esta comparação, ou sobretudo quando se vê o que há em cada repartição posto em paralelo com o que deveria existir de melhor, e com mais vasto material em relação à actualidade das ciências agronómicas e das que lhes são auxiliares, então a impressão lisonjeira do todo sofre uma dolorosa redução. É como se passássemos de uma casa bem alfaiada e mobilada, para outra que, embora fosse igual em perspectiva e ornamentação externa, tivesse contudo algumas salas em vazio e todas as outras com grandes vãos de parede nua.”⁴¹⁹

As propriedades situadas em Sintra assumiam-se os únicos terrenos dispostos aos trabalhos práticos do Instituto. A partir de 1866, a Quinta da Bemposta deixava de estar sob a administração do Instituto, dado que, como nos relata Rodrigo de Moraes Soares: “O governo resolveu que o instituto geral de agricultura entregasse à vedoria da casa-real a parte, que ainda restava da Quinta (...)”. A alteração parece não ter tido grande influência no ensino prático do Instituto, por a Quinta ser anteriormente considerada insuficiente para aquele fim; era “aquele local o mais apropriado para construir, com o legado, que deixou sua majestade, a senhora D. Estefânia, um hospital de crianças”, pelo que, reafirma Moraes Soares, “Os [espaços] que restaram eram de tão exígua extensão, que sendo inúteis para os fins do Instituto, se entregaram, à vedoria da casa-real, a quem pertenciam.”⁴²⁰

Em 1865, Moraes Soares noticiava a “construção, já muito adiantada” de um “estabulo-modelo” para albergar os cavalos reprodutores, “pertencentes ao depósito

⁴¹⁸ No total, Ferreira Lapa contabilizou 22 “estabelecimentos ou repartições do instituto”, a saber, “1 Laboratório de Química. 2 Gabinete de microscopia. 3 Gabinete de zoologia, de geologia e de botânica. 4 Gabinete de física. 5 Museu de produtos agrícolas e florestal, e de máquinas. 6 Museu de engenharia rural. 7 Gabinete de anatomia normal, de patologia e histologia. 8 Gabinete de cirurgia. 9 Gabinete de agronomia. 10 Gabinete de matéria médica. 11 Sala de desenho. 12 Jardim experimental de química agrícola. 13 Jardim demonstrativo de arboricultura. 14 Farmácia veterinária, e dispensatório. 15 Hospital veterinário com seis enfermarias. 16 Oficina siderotécnica. 17 Biblioteca. 18 Secretaria. 19 Depósito de cavalos-pais. 20 Oficina de carpinteiro. 21 Arrecadação. 22. Aulas e gabinetes particulares.” João Ignacio Ferreira Lapa, *Relatório do Instituto Geral de Agricultura no anno de 1883*, [...], p. 9.

⁴¹⁹ Idem, *ibidem*, pp. 8-9.

⁴²⁰ Rodrigo de Moraes Soares, “Chronica Agricola, Lisboa, 20 de Fevereiro”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. VIII, 1866, p. 445.

hípico daquele estabelecimento.”⁴²¹ Em 1876, Ferreira Lapa noticiava como “definitivamente fundado (...) o novo ramo de demonstrações experimentais intitulado *Química Agrícola* viva”, relativo à prática das matérias leccionadas por aquele lente na quinta cadeira, mas também para promover os estudos científicos cujos resultados “esclarecerão e resolverão muitos dos problemas da ciência e da prática cultural”. Simultaneamente, vislumbrava-se o reforço dos estudos químicos do Instituto; segundo referia: “O laboratório químico foi também fornecido de muitos e variados instrumentos”. Quanto às restantes matérias professadas na quinta cadeira, as Artes Agrícolas e Florestais, e principalmente, as primeiras, Ferreira Lapa anunciava: “Um começo igual de demonstrações vivas se operou também no ensino da tecnologia rural”. Destacando o ensejo de “adquirir alguns aparelhos de artes agrícolas”, deixava uma relação dos instrumentos em pronto funcionamento: “Acha-se já montada uma machina de vapor fixa e vertical do sistema *La Chapelle*, que toca já um modelo do limpador de *Hygnette*. Na mesma sala onde está esta machina acham-se colocados: 1.º Um modelo de aparelho de destilação contínua, do sistema *Egrot*. 2.º Um aparelho para aquecer vinhos do sistema de *Terrel des Chéne*. 3.º Uma bomba de *Gailhot* operando alternativamente os trabalhos da trasfega, da sulfuração dos vinhos, e da filtração acelerada, tanto destes como dos azeites, e outros líquidos. 4.º Um aparelho de concentração no vácuo, para o trabalho da extracção do assucar.”⁴²²

Contudo, o desenvolvimento dos estudos de Química e Artes Agrícolas não integrava um movimento mais amplo para dotar as demonstrações de todas as matérias professadas no Instituto. Em 1878, Veríssimo de Almeida acusava justamente a desigualdade prevalecente no serviço de demonstração do Instituto, relacionado com a falta de verba orçamental, numa óptica de continuidade, na maioria dos serviços práticos: “Com falta de dotação suficiente luta há muitos anos o Instituto. Se exceptuarmos o laboratório químico que tem dotação especial, posso afirmar que não há na secção agrícola do Instituto uma só verba destinada ao ensino demonstrativo tão importante e eficaz em uma escola de aplicação de ciência exactas e naturais. (...) É lastimoso que exceptuando a química se não possa fazer a demonstração prática, mas o facto é exacto; não data de ontem, mas de muitos anos atrás.”

⁴²¹ Rodrigo de Moraes Soares, “Chronica Agrícola, Lisboa, 20 de Julho”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. VIII, 1865, p. 54.

⁴²² João Ignacio Ferreira Lapa, “Chronica Agrícola, Lisboa, 15 de Junho”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. XV, 1876, pp. 575-578.

A dotação do Instituto era definida pelo lente como “mesquinha”, pela qual “todas e quaisquer experiências e trabalhos práticos se tornam impossíveis”. A falta de investimento efectivo traduzia-se, para Veríssimo, num contra senso, por impedir a rentabilização da despesa realizada com o Instituto, obstando aos “legítimos resultados que de direito se deveriam esperar em benefício da ciência e da indústria agrícolas”, e de “corresponder às exigências e necessidades de uma agricultura progressiva”.⁴²³ As carências demonstravam-se nas duas valências da Instituição, quer no ensino prático, quer no desenvolvimento da investigação científica. Lastimosamente, admitia em oposição ao exemplo francês: “A criação do Instituto agronómico em Paris foi acompanhada do estabelecimento de excelentes laboratórios para investigações científicas e para exercício dos alunos”; “A fundação de laboratórios para estudos e investigações científicas, não está nos nosso hábitos, nem é permitida pelo acanhado orçamento do Instituto geral d’agricultura”, muito apesar das missões atribuídas à Instituição.⁴²⁴ Desta insuficiência de meios e verbas sobrevinha a incapacidade da Instituição de acompanhar a actualização científica europeia, impossibilitando o contributo científico português. Exemplificava-o com a alusão aos novos estudos práticos sobre os processos industriais de lacticínios, desenvolvidos em França: “As últimas experiências do ilustre sábio confirmam as suas primeiras observações acerca da temperatura mais favorável à separação perfeita da manteiga. (...) É este o resumo do último boletim da escola do Jura (...) não seria todavia sem utilidade, não o verificar, mas repetir em Portugal as experiências do sr. Bousson: o clima e a qualidade do leite poderiam talvez influir nos resultados. No Instituto geral d’agricultura não há laboratório para estudos deste género, nem o seu orçamento é para tais larguezas. É portanto possível e mesmo provável que estes trabalhos venham a ser executados na quinta distrital do Porto, se por ventura se realizar o projecto de estabelecer ali uma escola pratica de lacticínios. O que a escola superior d’agricultura não pode estudar, consegui-lo-á uma quinta subsidiada pelo orçamento distrital!”⁴²⁵

Em 1883, Ferreira Lapa corroborava as conclusões de Veríssimo, sobre as condições do ensino prático do Instituto, quer pelas carências, quer pelas discrepâncias entre as cadeiras da secção agrícola. Considerava ser “A falta mais grave e profunda que

⁴²³ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola, Lisboa, 26 de Junho”, *Jornal Official de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. I, 1878, pp. 863-865.

⁴²⁴ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola, Lisboa, 12 de Outubro”, *Jornal Official de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1879, pp. 295-296.

⁴²⁵ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola, Lisboa, 26 de Setembro”, *Jornal Official de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1879, pp. 257-258.

afecta o ensino facultado neste instituto (...) a que se refere às demonstrações das lições e aos exercícios práticos dos alunos.” O relato apresentado era demonstrativo da manutenção de uma disparidade de meios entre as secções, matéria de ponderação do segundo director, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel nos anos 50: “A maior parte das cadeiras da secção agrícola está privada das condições e recursos próprios para esta parte exemplificativa e de verificação prática (...) Pondo de parte o ensino veterinário, que felizmente, depois que foi incorporado neste instituto, adquiriu as condições e meios de se completar (...) a ponto de já, como se acha, poder comparar-se (...) ao de muitas escolas estrangeiras de nomeada, é certo que na secção agrícola-florestal apenas as disciplinas de engenharia rural e topografia, de tecnologia e química agrícola, e agora a de microscopia e nosologia vegetal, dispõem dos principais elementos para o mais indispensável das suas demonstrações e exercícios práticos. (...) Nem a engenharia, nem a tecnologia rural, nem a agronomia e cultura, nem arboricultura, nem a silvicultura podem passar além de limitadíssimas demonstrações, figuradas com modelos e estampas, pois quanto a exercícios práticos dos alunos, por excepção um ou outro tem lugar nestas matérias”.⁴²⁶ Em suma, quanto ao ensino prático, a falta de condições materiais, do quadro de pessoal necessário, e ainda a falta de verbas, observada nos relatos dos professores do Instituto, obstava à concretização plena no ensino. Apesar de instituído o curso prático na Quinta Regional de Sintra, a destituição da Quinta da Bemposta, enquanto campo de trabalhos ao serviço do Instituto Geral de Agricultura, mantinha a divisão incongruente entre o ensino teórico e prático. Como referia Ferreira Lapa, “para a compreensão e eficácia geral do ensino não é a mesma coisa soldar a parte teórica com a demonstrativa, em corpos separados, por assim dizer, ou fundidos em toda a duração do curso, de maneira que, a cada doutrina ou teorema, se ligue imediatamente e como que em uma certa compenetração, o seu testemunho representativo”.

Nesse sentido, delineavam-se duas opções estratégicas para a resolução da problemática. A primeira, mais dispendiosa, consistia em “dotar o instituto com uma quinta experimental próxima ao seu estabelecimento, onde cada cadeira possa fundar o seu teatro de demonstração”. A segunda, operacionalizada pelos lentes, deveria “facilitar os meios de lentes e alunos poderem a miúdo frequentar a quinta regional de Cintra, onde poderão encontrar em acção os elementos práticos e experimentais de que há mister para

⁴²⁶ João Ignacio Ferreira Lapa, *Relatorio do Instituto Geral de Agricultura no anno de 1883*, [...], pp. 6-7.

robustecer o ensino com a solidez que o torna verdadeiramente útil.”⁴²⁷ À falta de condições internas para o ensino prático, procurar-se-iam, no exterior, a sua compensação.

O quadro do corpo docente legislado, em 1864, não auferiu grandes modificações comparativamente ao quadro instituído pela reforma de 1855, o qual atendia apenas à instrução teórica, composto por duas classes de docência. Os lentes catedráticos, passavam, então, a designar-se lentes ordinários ou de 1.^a Classe, e correspondiam, em número, ao total das primeiras doze cadeiras estabelecidas, ficando incumbidos da regência das cadeiras teóricas. Os antigos lentes substitutos, configuravam a segunda classe da docência e eram designados lentes auxiliares. Em número de seis, equitativamente distribuídos pelas duas secções científicas, competia-lhe a substituição dos lentes ordinários, nas faltas justificadas dos primeiros, bem como da regência dos três cursos de “Ciências preparatórias com aplicação à agricultura”, ou “qualquer outro serviço que lhes for competentemente incumbido”.⁴²⁸ Para o curso de desenho eram ainda criados dois lugares de lente, ordinário e auxiliar.

A nomeação dos lentes e a manutenção respectiva nos lugares de docência alterava-se. A admissão passava a processar-se por concurso de prova documental, ao contrário do estabelecido em 1852, em que os proponentes estavam obrigados a exame e provas públicas.⁴²⁹ Simultaneamente, estabelecia-se a transitoriedade do lugar da docência, definindo-se “Os provimentos dos lugares dos referidos lentes serão temporários”, com duração inferior a cinco anos e possibilitando-se a “prorrogar a comissão pelo tempo que julgar conveniente, se a utilidade do ensino assim o exigir, e os professores tiverem dado provas de bom e efectivo serviço.”⁴³⁰ Ambas as disposições seriam consideradas como “incidente de alguma importância”, na rememoração elaborada por Veríssimo de Almeida em 1903. Acusava a sua influência nefasta sobre o regular funcionamento pedagógico do Instituto, por “quebrar a monotonia das lições de todos os dias e exames de todos os anos”. Não tardava a oposição do corpo docente, exemplificada na reacção de Caetano da Silva Beirão, qual “apreciador severo, por excepção”. Segundo Veríssimo, o professor Beirão havia declarado “em plena sessão do

⁴²⁷ Idem, *ibidem*, p. 7.

⁴²⁸ Artigos 21.º e 24.º, Decreto de 29 de Dezembro de 1864, D. de L. n.º 1 de 2 de Janeiro de 1865.

⁴²⁹ Refere o artigo 37.º do Decreto de 16 de Dezembro de 1852, que após as primeiras nomeações, a que nos referimos na parte referente a esta reforma, “nenhum dos lugares de lente será provido sem concurso de exames e provas públicas”. Vide, art.º 37.º, Decreto de 16 de Dezembro de 1852, D. do G. n.º 300 de 30 de Dezembro de 1852.

⁴³⁰ Art.º 24.º, Decreto de 29 de Dezembro de 1864, D. de L. n.º 1 de 2 de Janeiro de 1865.

Conselho escolar”, ser a reforma de 1864, um “*matagal d’absurdos*”, um veredicto excessivo para Veríssimo, favorável a “algumas coisas boas” contidas no documento, ainda que não as singularizasse. Não obstante, a disposição relativa ao concurso não teria efeito prático. Conforme Veríssimo de Almeida, o primeiro concurso por provas documentais, com vista à nomeação de cinco lentes de segunda classe, foi concorrido: “apareceram 40 e tantos candidatos [e em que] os documentos foram conduzidos a pau e corda para o Instituto”, “Felizmente (...) não foi por diante”.⁴³¹ Os preceitos do concurso de acesso ao magistério seriam alterados por carta de lei de 2 de Julho de 1867, aplicáveis ao Instituto Geral de Agricultura e aos institutos industriais. Os concursos realizavam-se através de “provas públicas, e nos termos por que se regulam os concursos das outras escolas superiores do reino”. A alteração resultava dos esforços movidos por João de Andrade Corvo, lente do Instituto, que na condição de Ministro das Obras Públicas⁴³², havia proposto “às Câmaras, que aprovaram a proposta, o restabelecimento do concurso por provas públicas mandando aplicar a legislação do ministério do reino relativo ao provimento dos lentes nas escolas superiores do país.” Não obstante, a transitoriedade das primeiras nomeações tornara-se, como havia apelidado Veríssimo de Almeida, “vulgar na vida do Instituto”. A peça legislativa mantinha o carácter “temporário e de tirocínio” das primeiras nomeações, definindo a sua duração total em dois anos, findos os quais “os conselhos dos respectivos institutos consultarão ao governo, ou para ao provimento definitivo ou para se proceder a novo concurso.”⁴³³

Devido à inexistência de uma relação dos professores em funções, a partir de 1864, e às alterações introduzidas entre 1855, 1864 e 1869, na distribuição das disciplinas optamos por não apresentar uma correlação entre os docentes e as várias cadeiras, por não dispormos de prova documental, evitando assim incorrer em erros graves e falta de rigor científico. Nesse sentido, assumimos a manutenção dos membros do anterior corpo docente, auferindo e expondo as vacaturas de lugares de lente devido a aposentações, jubilações ou falecimentos, a abertura de concurso e respectivas nomeações, ocorridas entre 1864 e 1886. Em Dezembro de 1865, o lente catedrático Lucas José de Sá e Vasconcelos aposentava-se, vagando a propriedade sobre a antiga terceira cadeira,

⁴³¹ José Veríssimo de Almeida, “Necrologia. Conde de Ficalho”, *Revista Agronomica, Publicação da Sociedade de Sciencias Agronomicas de Portugal*, ano I, vol. I, n.º 6, Junho de 1903, p. 199.

⁴³² João de Andrade Corvo foi Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria entre 6 de Junho de 1866 e 4 de Janeiro de 1868 no 27.º Governo Constitucional. Executivo regenerador, esteve em funções entre 4 de Setembro de 1865 e 4 de Janeiro de 1868, ao qual também pertenceu Fontes Pereira de Melo. Manuel Pinto dos Santos, op. cit., pp. 84-85.

⁴³³ Carta de Lei de 2 de Julho de 1867, D. de L. nº 148 de 6 de Julho de 1867.

“Economia e legislação agrícola. Administração e contabilidade rural”, que talvez possa corresponder à primeira parte da terceira cadeira estabelecida, em 1864.⁴³⁴ Em 10 de Julho de 1866, Francisco António Alvares Pereira⁴³⁵, lente substituto da segunda e terceira cadeiras, do quadro de 1855, era nomeado lente ordinário ocupando o lugar “que estava vago pela aposentação de Lucas José de Sá e Vasconcelos.”⁴³⁶ Ainda naquele ano, em Outubro, foi aberto um concurso para cinco lugares, a saber, para a secção agrícola, dois lentes auxiliares e, para a secção veterinária, um lente ordinário e dois lentes auxiliares.⁴³⁷ Este parece ser o concurso referido por Veríssimo de Almeida, em 1903, como inconcluso, devido à inexistência de nomeações decorrentes do mesmo. No mesmo sentido, em Novembro, seria aberto concurso para provimento da cadeira de professor auxiliar de desenho⁴³⁸, para o qual não se decretaria nenhuma nomeação, eventualmente por idêntica razão; não seria ocupado e posteriormente eliminado pela reforma de Abril de 1869. Após esta reforma, verifica-se a aposentação de Joaquim Estevão Rodrigues de Oliveira, um dos primeiros lentes a integrarem, em 1852, o corpo docente do Instituto, com a propriedade da antiga cadeira de Culturas Especiais.⁴³⁹ Em 31 de Janeiro de 1872, José Veríssimo de Almeida⁴⁴⁰, lente substituto em 1863, era nomeado lente ordinário,

⁴³⁴ Decreto de 20 de Novembro de 1865, D. de L. n.º 274 de 2 de Dezembro de 1865.

⁴³⁵ Francisco António Alvares Pereira (1827-1904). Matriculou-se no Instituto Agrícola de Lisboa concluindo o seu curso de agronomia em 1860, o qual realizou em simultâneo com o curso de engenharia militar que concluiu, pela Escola do Exército, em 1856. Foi lente e Director do mesmo Instituto, leccionou também a cadeira de Geodesia na Escola do Exército, e foi repetidor da cadeira de Matemática na Escola Politécnica de Lisboa. Fez parte do Conselho Superior de Agricultura. Assim o descrevia Veríssimo de Almeida, no artigo necrológico que sobre ele escrevera: “Foi um bom Alvares; curava às vezes mais dos outros do que si. Indiferente ao próprio conforto, superiormente inteligente e perspicaz, mas pouco feliz na exposição do pensamento, atravessou a vida deixando de si, para os que pouco o conheciam, a reputação de uma inteligência vulgar, reputação amplamente desmentida pela forma por que frequentou os seus cursos e se desempenhou de várias comissões de serviço público.” Vide, “PEREIRA (Francisco António Alvares)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXI, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Ilimitada, [s.d.], p. 136; José Veríssimo de Almeida, “Conselheiro Francisco António Alvares Pereira. Lente e Director do Instituto de Agronomia e Veterinaria”, *Revista Agronomica, Publicação da Sociedade de Sciencias Agronomicas de Portugal*, ano II, vol. II, n.º 9, Setembro de 1904, pp. 258-259.

⁴³⁶ Decreto de 10 de Julho de 1866, D. de L. n.º 173 de 3 de Agosto de 1866.

⁴³⁷ Anúncio de 9 de Outubro de 1866, D. do L. n.º 230 de 10 de Outubro de 1866.

⁴³⁸ Anúncio de 17 de Novembro de 1866, D. de L. n.º 263 de 19 de Novembro de 1866.

⁴³⁹ Decreto de 13 de Abril de 1869, D. do G. n.º 86 de 19 de Abril de 1869.

⁴⁴⁰ José Veríssimo de Almeida (1834-1915). Matriculou-se, em 1855, no Instituto Agrícola de Lisboa, no curso de agronomia, o qual veio a concluir em 1859. Antigo oficial da Administração Correios e Postas de Faro, sua terra natal, iniciou a sua carreira científica como preparador do Laboratório de Química do Instituto. Afora a sua actividade enquanto lente, desenvolveu larga investigação científica no Laboratório de Microscopia do Instituto, conjuntamente com Manuel de Sousa da Câmara. Após a Implantação da República, foi Director do Instituto, inclusive após a divisão do mesmo no Instituto Superior de Agronomia e Escola Superior de Medicina Veterinária, até 1912, ano em que pede a exoneração da direcção da segunda. Teve ampla participação periodista, nomeadamente através da redacção de Crónicas Agrícolas, no *Jornal Oficial de Agricultura*, nas quais sucedeu aos seus Mestres, João Ferreira Lapa e Silvestre Bernardo Lima, no *Jornal do Commercio*, de Lisboa, e na *Agricultura Contemporanea*, jornal também por si fundado em 1886. Nestes e outros periódicos da especialidade desenvolveu uma larga análise ao estado evolutivo do sector agrícola, das suas carências e problemáticas, de que fez acompanhar por um amplo leque de soluções económicas, sociais e políticas por si sugeridas. Foi sócio da Real Associação Central de Agricultura Portuguesa e um dos fundadores da Sociedade de Ciências Agronómicas de Portugal, compondo a primeira comissão redactora do seu órgão periódico, *Revista Agronomica*. Pertenceu a várias comissões de serviço público. Politicamente, foi defensor intransigente dos princípios liberais e republicanos, tendo enfileirado precocemente o movimento republicano lisboeta. Pertenceu ao Grupo Republicano de Estudos Sociais e ao Directório do Partido Republicano Português 1897 e 1899.

ocupando o lugar “que estava vago pelo óbito do dr. Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão”.⁴⁴¹ Em Outubro de 1876, foi aberto concurso para o provimento da sétima cadeira relativa a Cirurgia, Obstetrícia, Siderotecnia, Clínica cirúrgica e Exterior dos animais domésticos⁴⁴², sem que o mesmo resultasse em nomeação de que tenhamos conhecimento.

Em Outubro de 1881, Veríssimo de Almeida referia que Jaime Batalha Reis era indicado, pelo Conselho Escolar, para o lugar de regente da cadeira de Microscopia e Nosologia Vegetal, o que se explicava por “Há já anos que aquele professor se dedicava aos estudos micrográficos, e em especial a trabalhos microscópicos, acerca dos fungos que habitualmente atacam os vegetais”. Garantia que a incumbência revestia menos a figura de um “prémio”, antes de duro trabalho dado convir em “assunto tão importante como vasto, tão útil como difícil.”⁴⁴³ De facto, além dos trabalhos realizados no Instituto, desde a década de 1870, Batalha Reis esteve comprometido nas estruturas estatais contra os avanços do filoxera. Em 29 de Julho de 1872, por ofício enviado por Rodrigo de Moraes Soares, na qualidade de director da Direcção Geral do Comércio e Indústria, era nomeado presidente da delegação enviada a Vila Real, para estudar os nódulos filoxerados aí existentes. Integrava assim a “Comissão Central, encarregada de estudar a nova moléstia dos vinhos”, à qual pertenciam outros três delegados, António Batalha Reis, Ramiro Larcher Marçal e José Duarte de Oliveira Júnior.⁴⁴⁴ De igual forma, encontrando-se nos Estados Unidos da América, Batalha Reis era incumbido por portaria de 23 de Outubro de 1876, para se instruir segundo os “estudos e observações” ali realizados sobre o filoxera, devendo tomar em especial atenção prevenções para “o caso eventual de termos de substituir alguns dos nossos vinhedos”.⁴⁴⁵

Em 11 de Dezembro de 1882, quanto às “cadeiras especiais” criadas naquele ano, precedendo concurso, Jaime Batalha Reis⁴⁴⁶ era confirmado, no lugar de lente da cadeira

Vide, Teresa Nunes, et al., *José Veríssimo de Almeida, Percursos de agronomia e política portuguesa (1870-1912)*, Lisboa, ISAPress-Instituto Superior de Agronomia, 2017.

⁴⁴¹ Decreto de 31 de Janeiro de 1872, D. do G. nº 26 de 3 de Fevereiro de 1872.

⁴⁴² Anúncio de 25 de Outubro de 1876, D. do G. nº 243 de 27 de Outubro de 1876.

⁴⁴³ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agrícola, Lisboa, 31 de Outubro”, *Jornal Official de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. IV, 1881, p. 181.

⁴⁴⁴ Biblioteca Nacional de Portugal. Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea. Espólio de Jaime Batalha Reis. BNP/ Esp. E4/ Cx. 1/ Doc. 5.

⁴⁴⁵ Biblioteca Nacional de Portugal. Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea. Espólio de Jaime Batalha Reis. BNP/ Esp. E4/ Cx. 1/ Doc. 107.

⁴⁴⁶ Jaime Batalha Reis (1847-1935). Formou-se em agronomia, em 1866, pelo Instituto Geral de Agricultura. A par da sua actividade enquanto professor daquela Instituição, teve ampla participação na Real Associação Central de Agricultura Portuguesa, bem como no periodismo agrícola e político, onde se destaca a sua participação na *Revista Agrícola* e *Gazeta dos Lavradores*, de que foi um dos fundadores, no *Diário de Notícias*, no *Jornal da Noite* ou no

de Nosologia Vegetal e Microscopia, aplicadas ao estudo da patologia vegetal, e Joaquim Inácio Ribeiro⁴⁴⁷ era nomeado para lente da cadeira de Epizootias, Direito e Polícia Sanitária Veterinária.⁴⁴⁸ A nomeação para a terceira cadeira, Silvicultura e Economia Florestal, ocorreria em 17 de Fevereiro do ano seguinte, sendo atribuída a António Xavier Pereira Coutinho.⁴⁴⁹ ⁴⁵⁰ Em 1883, com o falecimento de José Maria Teixeira, lente da cadeira de Patologia Geral e Especial, e Clínica Médica, eventualmente correspondente à oitava cadeira, embora remodelada após o acréscimo de uma cadeira à secção veterinária, em 1882, foi nomeado Francisco Joaquim de Almeida Figueiredo.⁴⁵¹ ⁴⁵² Este último lente ocuparia aquela cadeira até meados de 1884, dado que em Agosto desse ano era aberto novo concurso para o provimento da mesma;⁴⁵³ a sua regência era atribuída a José Antunes Pinto⁴⁵⁴, em 20 de Dezembro.⁴⁵⁵ Em Julho de 1885, era lançado o concurso para o provimento da sétima cadeira, Cirurgia, Obstetrícia, Siderotecnia, Clínica cirúrgica e Exterior dos animais⁴⁵⁶, sendo nomeado, em 23 de Dezembro de 1885, João Ferreira da

Commercio de Portugal, entre outros. Foi um dos organizadores das Conferências Democráticas do Casino. Ocupou diversos cargos de representação diplomática, nomeadamente Cônsul geral de 1.ª classe em Londres, em 1897, Adido comercial junto da legação, naquela mesma cidade, em 1902, Ministro plenipotenciário em Haia, em 1911, e Ministro de Portugal na Rússia, em 1912. Vide, “BATALHA RÉIS (Jaime)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. IV, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Ilimitada, [s.d.], pp. 367-368.

⁴⁴⁷ Não nos deparamos com quaisquer elementos biográficos relativos ao Professor Joaquim Inácio Ribeiro. Refere o professor Ferreira Lapa que aquele lente se formou, pelo Instituto, no antigo curso de médico-veterinário lavrador. Foi director da Quinta Regional de Cintra, e ocupou diversos cargos municipais. Terá participado em comissões ao estrangeiro por forma a estudar a organização de escolas agrícolas e veterinárias. Cf., João Ignacio Ferreira Lapa, *Discurso Inaugural recitado na Sessão Solemne da Abertura das Aulas e da Distribuição dos Prémios aos Alunos do Instituto de Agronomia e Veterinaria no Anno Lectivo de 1889-1890 por J. I. Ferreira Lapa Lente Jubilado e Director do mesmo Instituto*, [...], p. 42.

⁴⁴⁸ Decreto de 11 de Dezembro de 1882, D. do G. nº 295 de 12 de Dezembro de 1882.

⁴⁴⁹ António Xavier Pereira Coutinho (1851-1939). Inicialmente matriculado na Escola Politécnica de Lisboa, abandonaria o curso para se matricular no Instituto Geral de Agricultura, cujo curso terminou em 1874. No ano seguinte, e até 1878, foi nomeado agrónomo distrital em Bragança, realizando estudos sobre a flora daquela região. Por proposta do Conde de Ficalho, ocupou o lugar de naturalista adjunto na secção Botânica do Museu Nacional, entre 1890 e 1921. Em 1891 foi nomeado lente Substituto, na Escola Politécnica de Lisboa, onde ascenderia à posição de lente catedrático em 1903. Vide, “PEREIRA COUTINHO (António Xavier)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXI, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Ilimitada, [s.d.], pp. 193-195.

⁴⁵⁰ Decreto de 17 de Fevereiro de 1883, D. do G. nº 38 de 19 de Fevereiro de 1883.

⁴⁵¹ Francisco Joaquim de Almeida Figueiredo (1821-1903). Formado pela Escola Médica de Lisboa, em 1844, exerceu clínica em Benfica, onde teve preponderância na luta contra a epidemia de cólera, em 1856. Segundo o artigo necrológico publicado pelo *Diário de Notícias* terá colaborado em diversos jornais de medicina, entre outros, tendo sido Director da Companhia das Lezírias. Vide, “FIGUEIREDO (Francisco Joaquim de Almeida)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XI, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Ilimitada, [s.d.], p. 308; [s.a.], “Dr. Almeida Figueiredo”, *Diário de Notícias*, ano 39.º, nº 13369, 1903, p. 1.

⁴⁵² Decreto de 14 de Dezembro de 1883, D. do G. nº 292 de 24 de Dezembro de 1883.

⁴⁵³ Anúncio de 14 de Agosto de 1884, D. do G. nº 189 de 22 de Agosto de 1884.

⁴⁵⁴ José Antunes Pinto (?-1925). Foi médico veterinário e afora a sua actividade no Instituto Geral de Agricultura, foi superintendente dos serviços municipais de limpeza e rega da cidade de Lisboa, tendo composto a Comissão que procedera à reorganização dos mesmos serviços, em 1885. Após a constituição da Escola Superior de Medicina Veterinária, em 1911, e mantendo a sua regência naquela Escola, foi eleito seu Director pelo Conselho Escolar da mesma, em 1912. Politicamente identificado com os ideais republicanos, filiou-se no Centro Republicano Democrático, presidido por Elías Garcia, tendo participado no período de propaganda republicana com grande intensidade, pelo que tomaria parte activa na preparação da Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910, colaborando com Correia Barreto, Sá Cardoso, Pereira Bastos, entre outros. Vide, “PINTO (José Antunes)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXI, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Ilimitada, [s.d.], p. 813.

⁴⁵⁵ Decreto de 20 de Dezembro de 1884, D. do G. nº 291 de 22 de Dezembro de 1884.

⁴⁵⁶ Anúncio de 28 de Julho de 1885, D. do G. nº 191 de 28 de Agosto de 1885.

Silva⁴⁵⁷, antigo chefe de serviço siderotécnico do Instituto.⁴⁵⁸ Por fim, em Outubro de 1886, era aberto um concurso para prover os lugares de lentes ordinários nas cadeiras de Agronomia e Culturas Arvenses, e Silvicultura e Economia florestal, da secção agrícola, e da cadeira de Farmácia, Matéria Médica, Fisiologia e Toxicologia Veterinárias, da secção veterinária, sem que tenham ocorrido quaisquer nomeações, o que se explica pela proximidade à nova organização de que, em Dezembro de 1886, o Instituto Geral de Agricultura foi dotado.⁴⁵⁹

Os quadros referentes à instrução prática científica foram os mais avolumados, atendendo à necessidade de a reforçar; por outro lado, até então, existia apenas um lugar de repetidor para todas as cadeiras, que acumulava com outros serviços. Eram criados quatro lugares de chefe de serviço incumbidos da demonstração das matérias leccionadas, bem como da direcção e conservação dos gabinetes e museus pertencentes a cada secção. No entanto, não se verificou uma distribuição equitativa entre aquelas. Para a secção agrícola ou agronómica era criado um lugar de “repetidor para as cadeiras de engenharia agrícola” e um lugar de chefe de serviço agrícola. O último seria também incumbido das demonstrações nas cadeiras de “agronomia e silvicultura” e da “direcção das hortas e jardins, e da conservação dos museus pertencentes à secção agrícola”. Na secção veterinária instituíam-se três lugares de chefes de serviço, a saber, um chefe de serviço clínico, demonstrador de patologia e clínica médica, e encarregue dos “gabinetes de anatomia patológica”; um chefe de serviço siderotécnico, demonstrador de anatomia e clínica cirúrgica, assim como de “cirurgia”, responsável pela manutenção do gabinete de cirurgia e a direcção da oficina siderotécnica; e um chefe de serviço químico, demonstrador de farmácia e “de artes agrícolas, química agrícola, matéria médica (...)”. Deveria, simultaneamente, acompanhar os alunos nos exercícios práticos sobre análise química, “repetindo e fazendo repetir os métodos e processos seguidos nas lições teóricas” e “nas operações mais importantes de farmácia, fazendo com que eles mesmos

⁴⁵⁷ Não nos deparamos com quaisquer elementos biográficos relativos ao Professor João Ferreira da Silva. O Professor Ferreira Lapa refere aquele Professor se formou, pelo Instituto, no curso de medicina veterinária, tendo ocupado o posto de alferes veterinário do exército, antes de integrar o Instituto na posição de chefe de serviço. Cf., João Ignacio Ferreira Lapa, *Discurso Inaugural recitado na Sessão Solemne da Abertura das Aulas e da Distribuição dos Prémios aos Alunos do Instituto de Agronomia e Veterinaria no Anno Lectivo de 1889-1890 por J. I. Ferreira Lapa Lente Jubilado e Director do mesmo Instituto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, p. 36.

⁴⁵⁸ Decreto de 23 de Dezembro de 1885, D. do G. n.º 294 de 29 de Dezembro de 1885.

⁴⁵⁹ Anúncio de 26 de Outubro de 1886, D. do G. n.º 246 de 28 de Outubro de 1886.

as pratiquem no laboratório farmacêutico”. Estava também incumbido da direcção da botica, estabelecimento anexo ao Hospital veterinário, ao qual nos referimos atrás.^{460 461}

O primeiro concurso para o provimento dos lugares de chefe de serviço, em ambas as secções, datou de Agosto de 1865, mais precisamente, para os lugares de chefe de serviço agrícola, repetidor das cadeiras de engenharia, e chefe de serviço químico.⁴⁶² Nestes lugares seriam providos, em 30 de Outubro daquele ano, provisoriamente “por tempo de cinco anos”, Francisco Maria da Veiga, Augusto José da Cunha e Pedro José da Silva, respectivamente.⁴⁶³ Em 28 de Janeiro de 1871, os dois chefes de serviço referidos seriam nomeados definitivamente, em cujo decreto, igualmente, se nomeavam “definitivamente”, os restantes chefes de serviço da secção veterinária em falta, ou seja, de Clínica e Siderotecnia, nos quais foram providos, António Maria dos Santos e João Pedro Correia.⁴⁶⁴ Não obstante, e sem que conheçamos os motivos da vacatura, em Novembro de 1871, era aberto novamente o concurso para prover ao lugar de chefe de serviço agrícola⁴⁶⁵, para o qual Jaime Batalha Reis seria indigitado em 1 de Fevereiro de 1872.⁴⁶⁶

Em Março de 1877 era aberto concurso para chefe de serviço clínico⁴⁶⁷, do qual não resultava qualquer nomeação, sendo repetido em Agosto do mesmo ano⁴⁶⁸, novamente irresoluto. O concurso sucedia uma terceira vez, em Agosto de 1879⁴⁶⁹, sendo nomeado para o lugar José Antunes Pinto, em 4 de Novembro seguinte.⁴⁷⁰ Em Agosto de 1878 era concedida a aposentação a João Pedro Correia, do lugar de chefe de serviço siderotécnico, cuja nomeação viria a recair em Joaquim Inácio Ribeiro, antigo director da Quinta Regional de Sintra, em 8 de Agosto de 1879.⁴⁷¹ Em Dezembro de 1878 era aberto concurso para o lugar de chefe de serviço químico⁴⁷², para o qual foi nomeado António Xavier Pereira Coutinho, em 30 de Maio de 1879.⁴⁷³

⁴⁶⁰ Art.º 22.º, Decreto de 29 de Dezembro de 1864, D. de L. nº 1 de 2 de Janeiro de 1865.

⁴⁶¹ Artigo 22.º, 23.º e 24.º, *Regulamento do Instituto Geral de Agricultura e Estabelecimentos Anexos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

⁴⁶² Anúncio de 19 de Agosto de 1865, D. de L. nº 186 de 21 de Agosto de 1865.

⁴⁶³ Decretos de 23 de Outubro de 1865, D. de L. nº 246 de 30 de Outubro de 1865.

⁴⁶⁴ Decreto de 28 de Janeiro de 1871, D. do G. nº 28 de 4 de Fevereiro de 1871.

⁴⁶⁵ Anúncio de 28 de Novembro de 1871, D. do G. nº 271 de 29 de Novembro de 1871.

⁴⁶⁶ Decreto de 1 de Fevereiro de 1872, D. do G. nº 49 de 3 de Fevereiro de 1872.

⁴⁶⁷ Anúncio de 22 de Março de 1877, D. do G. nº 66 de 23 de Março de 1877.

⁴⁶⁸ Anúncio de 17 de Agosto de 1877, D. do G. nº 185 de 18 de Agosto de 1877.

⁴⁶⁹ Anúncio de 4 de Agosto de 1879, D. do G. nº 173 de 4 de Agosto de 1879.

⁴⁷⁰ Decreto de 4 de Novembro de 1879, D. do G. nº 251 de 5 de Novembro de 1879.

⁴⁷¹ Decreto de 8 de Agosto de 1879, D. do G. nº 178 de 9 de Agosto de 1879.

⁴⁷² Anúncio de 21 de Dezembro de 1878, D. do G. nº 291 de 23 de Dezembro de 1878.

⁴⁷³ Decreto de 30 de Maio de 1879, D. do G. nº 122 de 31 de Maio de 1879.

Após a nomeação dos chefes de serviço, agrícola, siderotécnico e químico para os lugares de lentes ordinários das três cadeiras criadas em 1882, em Fevereiro de 1883, procedeu-se à abertura de novo concurso para prover as novas vacaturas.⁴⁷⁴ Apenas os dois primeiros lugares seriam imediatamente providos: foram nomeados Henrique da Cunha Matos de Mendia e João Ferreira da Silva, respectivamente, em 8 de Junho de 1883.⁴⁷⁵ O lugar de chefe de serviço químico seria objecto de um segundo concurso em Maio de 1884⁴⁷⁶, sendo provido no lugar Luís António Rebelo da Silva, em 20 de Agosto daquele ano.⁴⁷⁷ Com a nomeação de José Antunes Pinto para lente ordinário da cadeira de Patologia Geral e Especial, e Clínica Médica, era instaurado novo concurso para chefe de serviço clínico, em Janeiro de 1885⁴⁷⁸, pelo qual é nomeado António Augusto dos Santos, em 5 de Dezembro de 1885.⁴⁷⁹ Após a nomeação do antigo chefe de serviço siderotécnico para lente Ordinário, em Dezembro de 1885, era promovido um concurso em Janeiro do ano seguinte⁴⁸⁰, para cuja vacatura João Viegas Paula Nogueira era provido, em 17 de Abril de 1886.⁴⁸¹

Relativamente ao pessoal auxiliar empregado no Instituto, a par dos que integravam os estabelecimentos específicos da secção veterinária, acima descritos, constavam ainda do decreto de 29 de Dezembro de 1864, um construtor de máquinas e instrumentos rurais, integrado na secção agrícola, e, para “o serviço administrativo e da secretaria”, um oficial de contabilidade, responsável pela contabilidade do Instituto, assim como dos “exercícios práticos da contabilidade” dos alunos, um secretário e dois amanuenses, “sendo um especialmente encarregado da escrituração do hospital”, e um tesoureiro. Predispunha-se ainda a existência de “porteiros, guardas, tratadores e outros empregados menores, que forem necessários para os diversos serviços do instituto e estabelecimentos anexos.”⁴⁸²

Contudo, os quadros do pessoal incumbido da instrução, quer teórica, quer prática, no Instituto Geral de Agricultura sofreriam profundas alterações, em 1869, com reflexo na redução das despesas inerentes. No que respeita aos lentes ordinários, o seu número

⁴⁷⁴ Anúncio de 23 de Fevereiro de 1883, D. do G. nº 44 de 26 de Fevereiro de 1883.

⁴⁷⁵ Decreto de 8 de Junho de 1883, D. do G. nº 128 de 9 de Junho de 1883.

⁴⁷⁶ Anúncio de 2 de Maio de 1884, D. do G. nº 104 de 8 de Maio de 1884.

⁴⁷⁷ Decreto de 19 de Agosto de 1884, D. do G. nº 187 de 20 de Agosto de 1884.

⁴⁷⁸ Anúncio de 28 de Janeiro de 1885, D. do G. nº 24 de 31 de Janeiro de 1885.

⁴⁷⁹ Decreto de 4 Dezembro de 1885, D. do G. nº 276 de 5 de Dezembro de 1885.

⁴⁸⁰ Anúncio de 5 de Janeiro de 1886, D. do G. nº 7 de 11 de Janeiro de 1886.

⁴⁸¹ Decreto de 17 de Abril de 1886, D. do G. nº 87 de 19 de Abril de 1886.

⁴⁸² Artigos 22.º e 23.º, Decreto de 29 de Dezembro de 1864, D. do L. nº 1 de 2 de Janeiro de 1865.

era reduzido de doze para dez em vista da supressão das duas cadeiras, em cada secção, resultando na poupança de 1.400\$000 réis. Considerando o lugar de lente auxiliar da cadeira de desenho, eram suprimidos as sete posições de lentes auxiliares, criados quatro anos antes, registando-se uma poupança de 3.000\$000 réis. Ainda assim, os antigos lentes de 2.^a classe mantinham as garantias ou direitos de promoção no magistério, ficando, apesar da supressão dos lugares, e “enquanto não forem promovidos”, “obrigados ao serviço da sua classe, segundo a lei anterior, e continuam a ter lugar nos conselhos da escola”. Continuariam a ser “abonados dos ordenados que deles percebiam (...) enquanto não tiverem nova colocação no serviço público ou outra coisa não for legislada”, o que torna difícil aferir o montante da redução de despesa com aquelas supressões.⁴⁸³ As responsabilidades destes lentes eram oficialmente transferidas para os chefes de serviço, que então, “constituem o pessoal auxiliar do corpo docente”.⁴⁸⁴ Apesar da acumulação destes serviços o preâmbulo à reforma de 1869 era contundente na afirmação do “zelo ou competência”, uma vez convir-se que “por virtude das suas habilitações escolares e obrigações de seus cargos de chefes de serviço e demonstradores dos cursos superiores, têm tracto assíduo com as ciências da vocação do instituto e exercício diário das suas aplicações”.

Em 1869, suprimir-se-ia ainda o cargo de repetidor de Engenharia Rural, ora a cargo de um chefe de serviço da mesma qualidade, encarregue da demonstração da respectiva cadeira e, em particular, do curso de ciências preparatórias de Matemáticas elementares. Por decreto de 22 de Abril de 1869, Augusto José da Cunha transitava do cargo de repetidor para o de chefe de serviço de engenharia.⁴⁸⁵ Os restantes cursos seriam regidos pelos restantes quatro chefes de serviço, “como for determinado pelo conselho escolar”.⁴⁸⁶ Ainda sobre as funções do chefe de serviço de engenharia e agrícola, cumpria-lhes acompanhar os alunos nas visitas periódicas à quinta experimental. No caso do primeiro e dos alunos do curso de engenharia rural, com vista ao “estudo de máquinas e aparelhos, de trabalhos de drenagem e de irrigações ou outros de engenharia em via de execução”; no caso do segundo, e dos alunos de Agricultura e Arboricultura, “auxiliando-os e dirigindo-os nos seus estudos, fazendo ou mandando executar as experiências e

⁴⁸³ Artigos 9.º e 18.º, Decreto de 8 de Abril de 1869, D. do G. nº 80 de 12 de Abril de 1869.

⁴⁸⁴ Art.º 5.º, Decreto de 8 de Abril de 1869, D. do G. nº 80 de 12 de Abril de 1869.

⁴⁸⁵ Decreto de 22 de Abril de 1869, D. do G. nº 92 de 26 de Abril de 1869.

⁴⁸⁶ Artigos 4.º e 6.º, Decreto de 8 de Abril de 1869, D. do G. nº 80 de 12 de Abril de 1869.

demonstrações práticas necessárias”.⁴⁸⁷ Estas excursões de ensino concretizavam o alvitre da comissão, criada em 1861, para averiguar as condições das propriedades localizadas em Sintra, sobre a necessidade de estabelecer o contacto periódico entre os alunos e as práticas agrícolas aperfeiçoadas na quinta experimental ou prática, e exemplar.

Os objectivos de reforço do ensino prático e demonstrativo no Instituto, que presidiam à criação dos lugares de chefes de serviço, não se concretizaram dada a acumulação de tarefas de que passavam a estar responsabilizados. Assim, a normalidade que o texto legislativo de 1869 pretendia assegurar, apesar dos cortes e despedimentos efectuados nos quadros do magistério, não era confirmada pelos relatos do corpo docente. Como referia Veríssimo de Almeida, a situação piorava quando considerando as constantes ausências dos professores ordinários, incumbidos de serviços técnicos externos ao Instituto. Eis o que aludia para o ano lectivo de 1878-1879: “O corpo docente do Instituto, já de si reduzido em número, vê as suas fileiras cada vez mais rareadas. Aumentam as dificuldades de poder satisfazer-se a todo o serviço de ensino, achando-se impedidos dois lentes proprietários, e faltando agora um chefe de serviço que regia simultaneamente duas cadeiras. Este estado é ainda agravado pela obrigação imposta aos chefes de serviço de regerem as cadeiras auxiliares, de substituírem os lentes proprietários nos seus impedimentos legais, e dirigirem os trabalhos práticos de demonstração aos alunos. No passado ano lectivo, três dos demonstradores tiveram de acumular o serviço de regência das cadeiras auxiliares com as lições nas cadeiras técnicas em substituição dos respectivos lentes ausentes do Instituto em serviço publico (...) Esta situação de parte do magistério do Instituto chega a ser inverosímil, tão singular é a posição d’um homem que exerce três empregos, de um dos quais apenas recebe um ridículo minerval”.⁴⁸⁸

Dessa acumulação de serviços resultava comum a docência sobrepor-se ao propósito inicial para o qual o cargo havia sido criado, ou seja, a demonstração e o ensino prático dos alunos. Em 1886, rememorando os efeitos da “poda” de 1869, Veríssimo de Almeida afirmava ter aquela “resultado [em] ficar quase de todo anulado o serviço das demonstrações. O demonstrador transformara-se em lente catedrático, e tão sobrecarregado se considerava com o serviço, com o enorme ordenado de 400\$000 réis anuais, que, no maior número de vezes, não havia a possibilidade de o obrigar aos

⁴⁸⁷ Artigos 20.º e 21.º, *Regulamento do Instituto Geral de Agricultura e Estabelecimentos Anexos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

⁴⁸⁸ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola, Lisboa, 12 de Novembro”, *Jornal Official de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1879, pp. 384-385.

exercícios de demonstração.”⁴⁸⁹ Confirmava, dessa feita, a assunção que havia exposto, em 1879, de que “o professor anula o demonstrador”.⁴⁹⁰ A questão não era de somenos importância porquanto, a par da parca dotação orçamental e da inexistência de condições materiais para os exercícios práticos, impedia uma verdadeira aplicação da ciência à prática agrícola, destoando da verdadeira natureza da Instituição: a de dotar os seus formandos com conhecimento útil à agricultura: “Os estudos de aplicação das ciências às indústrias fazem-se pelo exercício pratico, pelas experiencias científicas, pelas manipulações nos laboratórios, pelas observações nos gabinetes, pelos trabalhos no campo, pelas excursões no país e fora do país. Escolas industriais, sobretudo as de agricultura, que não tenham simultaneamente a feição científica e o carácter pratico em todas quantas experiências e demonstrações seja possível executar, poderão ser excelentes para formar indivíduos conhecedores das altas teóricas científicas, mas cerceia-se-lhes uma das suas principais utilidades – os conhecimentos práticos de aplicação dos princípios das ciências agrícolas aos factos da agricultura.”⁴⁹¹

As consequências desta carência do complemento práctico tornavam-se patentes nas conclusões redigidas por Jaime Batalha Reis, em 1883, na *Gazeta dos Lavradores*, sobre as excursões científicas que havia dirigido, com alunos finalistas dos cursos de agronomia e silvicultura, aos distritos de Leiria e Santarém, com o objectivo de visitarem e observarem alguns nódulos filoxerados naquelas vinhas. No decurso da excursão, o lente havia notado a falta geral de proficiência prática do estudante, concluindo que aquele “não sabe observar, não sabe ver”. Para Batalha Reis, “a deficiência de instrução positiva” derivava da “directão completamente errada dos nosso métodos de ensino”, ou seja, a preponderância da teoria, devido à qual o aluno achava “entre o que ouviu ou leu e o que se lhe apresenta vivo (...) um grande abismo que ele tem dificuldade em preencher. Passando três anos entre livros e discursos, o ar livre, a verdade palpável das coisas parece atordoá-lo, colocá-lo num mundo novo que pouca relação se lhe afigura ter com o mundo que até então o rodeou.” Ou seja, “As lições do Instituto agrícola, e as suas aplicações às condições práticas que os alunos viam, apareciam porém raras vezes: em face da realidade mostrava-se pouco profunda a influência da escola, como se os alunos não se houvessem

⁴⁸⁹ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola”, *A Agricultura Contemporanea, Revista Agricola e Agronomica*, ano I, t. I, n.º 9, 1 de Setembro de 1886, p. 97.

⁴⁹⁰ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola, Lisboa, 12 de Novembro”, *Jornal Official de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1879, p. 385.

⁴⁹¹ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola, Lisboa, 30 de Setembro”, *Jornal Official de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. IV, 1881, pp. 90-91.

habituação a ver uma estreita união entre as lições da Agronomia científica e a realidade prática da Agricultura.”

Notava, em particular, as dificuldades do aluno nos exercícios de memória sobre as “formas, das cousas visíveis, dos nomes dos objectos”, o que concluía ser resultante da “falta de observação no campo”. Tendência que observava contrária à educação dada nas restantes ciências naturais, pois “os botânicos, os zoólogos, os mineralogistas têm uma memória especialmente educada”. Para a resolução dessas debilidades, Jaime Batalha Reis, assumia como “indispensáveis” as excursões científicas, sem prejuízo de lançar um novo repto para o incremento efectivo da vertente prática no Instituto: o ensino teórico deveria ser “acompanhado sempre de exemplificação prática, da observação directa de tudo o que se estudar e de excursões repetidas nos arredores da escola.”⁴⁹² A excursão realizada por Batalha Reis integrava o que Ferreira Lapa consideraria o esforço do corpo docente, oferecendo-se “por mais de uma vez para irem com os seus discípulos uma ou outra vez à quinta regional ou a qualquer outro local mostrar-lhes trabalhos ou ensaios relativos a doutrinas dos seus respectivos cursos, mais necessitados de confirmação visual.” As excursões colmatavam as carências pedagógicas do ensino prático do Instituto, sendo que a par da excursão a Leiria, realizara-se uma outra, “à quinta regional, sob a direcção do lente de agronomia”.⁴⁹³

A frequência nos cursos do Instituto poderia ser prosseguida por duas classes de alunos, os ordinários e os voluntários. A primeira classe era obrigada à inscrição em todas as cadeiras que configurassem um ano de qualquer curso e à aprovação em todas as cadeiras para a inscrição no ano seguinte. À segunda classe de alunos pertenciam “os que se matriculam livremente em quaisquer cadeiras”, atendendo que poderiam requerer a carta de curso caso apresentassem aprovação em todas as cadeiras e cumprissem os restantes elementos de avaliação que, em cima, assinalámos. Na destrição dos concorrentes a primeira condição avaliada seria a “superioridade de habilitações”, contudo, em igualdade de circunstâncias, seriam preferidos os alunos cujas famílias “façam profissão de agricultura ou de arte veterinária”, disposição resultante das considerações que o segundo director-geral, Júlio Oliveira Pimentel havia exarado sobre a origem dos alunos e a proficiência da Instituição; em segundo, os alunos órfãos de pai

⁴⁹² Jaime Batalha Reis, “Excursão dos alumnos do Instituto geral de agricultura aos arredores de Leiria”, *Gazeta dos Lavradores*, Julho, 1883, p. 108-112; Jaime Batalha Reis, “Excursão dos alumnos do Instituto geral de agricultura aos arredores de Leiria”, *Gazeta dos Lavradores*, Agosto, 1883, p. 119.

⁴⁹³ João Ignacio Ferreira Lapa, *Relatorio do Instituto Geral de Agricultura no anno de 1883*, [...], p. 7.

e de mãe; em terceiro, os alunos filhos de viúvas; em quarto, os alunos filhos de militares reformados ou empregados aposentados; e, em quinto, os alunos que não tivessem qualquer parente próximo subsidiado pelo Estado.⁴⁹⁴ À semelhança do disposto nas organizações anteriores do Instituto, dispunham-se bolsas de estudo concedidas pelo Estado. Inicialmente, em 1864, estabeleceram-se dez bolsas de estudo, distinguindo-se entre seis bolsas para a frequência no curso de veterinária, e quatro, no curso de agrónomos; previa-se também o envio de dois alunos para a frequência de cursos análogos em escolas estrangeiros. Segundo o Regulamento de 1873, os dez alunos pensionistas deveriam frequentar simultaneamente o curso de medicina veterinária e de agronomia, precisando que aquela frequência deveria decorrer no espaço de seis anos, considerado o último “de prática na quinta regional de Cintra”.⁴⁹⁵

No acto da primeira matrícula os alunos ordinários eram obrigados aos preparatórios requeridos pelo Conselho Geral, publicados no início de todos os anos lectivos⁴⁹⁶ no *Diário do Governo*. Estabelecia-se o acesso condicionado a determinadas cadeiras consoante a aprovação nos cursos de “ciências preparatórias”, a par de aprovação em disciplinas específicas, a saber, “para a matrícula em construções rurais ou em hidráulica agrícola, aprovação em mecânica e em topografia; para a matrícula em [sic] exterior, patologia geral e cirurgia, aprovação no 1.º ano de anatomia; para a matrícula em farmacologia, aprovação em fisiologia; para a matrícula em patologia especial e clínicas, aprovação em patologia geral e farmacologia; para a matrícula no 2.º ou 3.º anos de desenho ou em siderotecnia, aprovação nos anos anteriores.”⁴⁹⁷

A administração do Instituto Geral de Agricultura continuava a realizar-se pelos mesmos trâmites estabelecidos pelas reformas anteriores. O regime científico e económico era regulado através do Conselho Escolar e da Junta Administrativa, respectivamente, conquanto neste último órgão se observasse uma diminuição dos seus vogais, de seis para quatro lentes, três eleitos anualmente, e um, por triénios, por forma a servir de Intendente. O Conselho Escolar ou Geral era composto pelo director do Instituto, com funções de presidente, e de todos os lentes, podendo ser autorizados a assistir às

⁴⁹⁴ Art.º 48.º, *Regulamento do Instituto Geral de Agricultura e Estabelecimentos Anexos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

⁴⁹⁵ Art.º 47.º, Decreto de 29 de Dezembro de 1864, D. de L. nº 1 de 2 de Janeiro de 1865; Artigos 45.º e 82.º, *Regulamento do Instituto Geral de Agricultura e Estabelecimentos Anexos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

⁴⁹⁶ Art.º 30.º, Decreto de 29 de Dezembro de 1864, D. de L. nº 1 de 2 de Janeiro de 1865; Art.º 11.º, Decreto de 8 de Abril de 1869, D. do G. nº 80 de 12 de Abril de 1869; Artigos 97.º e 101.º, *Regulamento do Instituto Geral de Agricultura e Estabelecimentos Anexos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

⁴⁹⁷ Art.º 101.º, *ibidem*.

sessões o professor de desenho e os chefes de serviço “quando se tratar de assunto relativo às matérias, cujo ensino ou demonstração lhes estiver confiado”.⁴⁹⁸ Adicionalmente, foi criado um terceiro órgão de administração, o Conselho Especial de Veterinária, incumbido da regulação de todos os estabelecimentos veterinários e pecuários do Instituto Geral de Agricultura, assim como, do seu serviço prático, a que acresciam outras funções de inspecção, externas ao ensino. O Conselho, igualmente presidido pelo director, compunha-se de todos lentes da secção veterinária, independentemente da classe, especificando-se, “em que se inclui o lente de princípios de higiene e zootecnia”, uma vez ser a cadeira partilhada pelos alunos do curso de agronomia. Dentre os lentes deveria ser eleito um vice-presidente responsável pela execução das deliberações do Conselho, a inspecção de todos os estabelecimentos veterinários e pecuários do Instituto, e, quando criado, da direcção do depósito de animais reprodutores.⁴⁹⁹

Em 7 de Março de 1877, o director geral da Direcção Geral do Comércio e Indústria, Rodrigo de Moraes Soares, informava João Gualberto Barros e Cunha, Ministro do M.O.P.C.I., que o Conde de Ficalho havia requerido a exoneração do lugar de director do Instituto Geral de Agricultura, em 26 de Fevereiro. O pedido resultava do aumento do volume de trabalho na cadeira de Botânica da Escola Politécnica de Lisboa, da qual era lente substituto, em vista da ausência do regente, o lente João de Andrade Corvo, assim como, pelas necessidades administrativas suscitadas pelo desenvolvimento do Jardim e Gabinete associados àquela cadeira. Moraes Soares referia igualmente que o cargo vinha sendo exercido interinamente por João Inácio Ferreira Lapa na condição de lente com mais antiguidade. Nesse sentido, afirmava: “eu atraiçoaria o meu dever, se não propusesse o referido lente, João Inácio Ferreira Lapa, para substituir o Conde de Ficalho no lugar de Director do Instituto Geral de Agricultura. Nesta conformidade tenho a honra de propor a V. Ex.: 1.º Que se aceite a exoneração, que pede o Conde de Ficalho de Director do Instituto Geral de Agricultura. 2.º Que se nomeie para o substituir, no dito cargo, o lente, do mesmo Instituto, João Inácio Ferreira Lapa. Este é o meu parecer, para V. Ex. resolver o que julgar mais conveniente.”⁵⁰⁰ Por decreto de 14 de Março de 1877 João Ferreira Lapa

⁴⁹⁸ Art.º 1.º, *ibidem*.

⁴⁹⁹ Artigos 34.º, 35.º, 36.º, 37.º, 38.º, Decreto de 29 de Dezembro de 1864, D. de L. nº 1 de 2 de Janeiro de 1865.

⁵⁰⁰ Arquivo Histórico de Economia. Acervo Infra-estruturas, transportes e comunicações. Processo individual de Francisco Manuel de Melo Breyner. PI-Cx. 23.

era nomeado director do Instituto Geral de Agricultura, o quarto no exercício das referidas funções.⁵⁰¹

Depois de termos procedido à exposição das disposições que, a partir de 1869, alteraram profundamente a vivência pedagógica do Instituto Geral de Agricultura, julgamos necessário retomar as principais conclusões apresentadas pela segunda secção da comissão de estudo às causas da crise agrícola, constituída em 1879. Fazemo-lo, neste espaço, com vista a não comprometer a coerência do nosso texto, contudo atendendo à importância das informações vertentes e premissas. Num total de 22 propostas, seis resultavam, segundo Jaime Batalha Reis, sugeridas “pelos professores do mesmo Instituto que pertencem à Comissão de Agricultura e aprovadas unanimemente por esta”. Ainda que as restantes 16 não partilhassem esse cunho, julgamos poder pressupor o apoio de alguns lentes, dado que nelas se incluíam, a título de exemplo, as disposições que propunham o acréscimo de três cadeiras aos cursos de agronomia, silvicultura e medicina veterinária, objecto de representação por parte do Conselho Escolar.

Apesar da maioria não ter sido materializada, julgamos de transcrição relevante para compreender as percepções do corpo docente sobre a forma de debelar os efeitos nefastos da reforma de 1869 na vivência pedagógica da Instituição. As seis propostas, que particularizámos, referiam-se aos alunos pensionistas e aos chefes de serviço. No caso dos primeiros, propunha-se o fim da obrigatoriedade dos alunos pensionistas do estado seguirem o curso simultâneo de agronomia e medicina veterinária e a fixação das pensões em número de vinte, sendo distribuídas da seguinte forma: “dez aplicadas à criação de médicos veterinários, sete à de Agrónomos e três à de Silvicultores.” Quanto aos chefes de serviço propunham a equiparação do ordenado ao dos antigos lentes auxiliares, cujas funções ora desempenhavam, uma vez que conservado o seu salário inicial, apenas auferiam o valor de cada lição dada em substituição. A admissão deveria ser realizada por provas públicas e a progressão para o lugar de lente deveria decorrer por “simples votação do conselho escolar, quando os chefes de serviço depois de um tirocínio de dois anos houverem sido confirmados nos seus lugares por nova votação do conselho.” Aos chefes de serviço deveria ser permitido tomar presença e deliberação nas sessões do Conselho Escolar, sugerindo, ainda, a criação de mais um lugar “o qual para além de outras funções será o substituto especial do professor de desenho.”

⁵⁰¹ Arquivo Histórico de Economia. Acervo Infra-estruturas, transportes e comunicações. Processo individual de João Ignacio Ferreira Lapa. PI-Cx. 86.

As restantes propostas, resultantes do trabalho da segunda secção, remetiam para a resolução das antigas carências pedagógicas do Instituto, mas igualmente sugeriam a implementação de novas valências. Paralelamente ao aumento da verba destinada à Instituição, propunha-se a dotação de uma quinta “junto à escola, onde possam fazer-se ensaios experimentais e demonstrações dos cursos”, podendo esta servir de Estação Agronómica do distrito de Lisboa. Garantindo a “imediata expressão prática” da lição teórica, o último ano de tirocínio deveria ser suprimido, com vista à sua substituição por “excursões às regiões agrícolas do país”. Assim os alunos finalistas apreciariam “a indústria em acção efectiva nos diversíssimos casos que se dão as explorações espalhadas pelas regiões do país: onde se cultiva bem irão receber a lição resultante; onde se cultiva mal, virão porque e compreenderão a reforma a introduzir”. Porém, predispunha-se a conservação da Quinta Regional de Sintra, “pelo tempo que ainda falta para concluir o arrendamento”, devendo esta ficar sob “a direcção directa e efectiva do Instituto Geral de Agricultura, como se fosse uma repartição do mesmo Instituto.” Nesse espaço proceder-se-ia à formação de primeiro grau de ensino agrícola e à “habilitação de alunos para o Instituto Geral de Agricultura”. Propunha-se a reunião, publicada em *Anais*, dos trabalhos desenvolvidos pelos Professores, assim como, a apresentação e publicação dos compêndios, os quais deveriam versar também sobre estudos relativos à agricultura nacional, financiados pelo governo.⁵⁰²

⁵⁰² Jaime Batalha Reis, “A Comissão de Reformas Agrícolas”, *Gazeta dos Lavradores*, Janeiro, 1880, pp. 3-4; Idem, “A Comissão de Reformas Agrícolas”, *ibidem*, Fevereiro, 1880, pp. 17-19.

IV Capítulo - O Instituto de Agronomia e Veterinária: 2 de Dezembro de 1886

A segunda reorganização do ensino superior agrícola português datou de 2 de Dezembro de 1886 e foi exarada do 41.º governo da Monarquia Constitucional, o primeiro executivo liderado por José Luciano de Castro Pereira Corte Real, líder do Partido Progressista, sucessor de Anselmo Braamcamp, falecido em 1885.⁵⁰³ Na pasta das Obras Públicas, Comércio e Indústria figurava Emídio Júlio Navarro que, em 10 de Agosto de 1886, em ofício dirigido ao Director Geral de Agricultura, requeria ao Conselho Escolar do Instituto Geral de Agricultura “um plano de organização completo do ensino superior de agricultura, assim na parte teórica, como na parte prática e complementar dos diversos cursos em que ele haja de ser desdobrado”. O ofício indicava quais os pontos que, na organização daquele Instituto, urgia alterar, por forma a que atingisse “a importante missão que lhe cumpre desempenhar” e se aproximasse das suas congéneres estrangeiras.

Na vertente teórica, quanto às cadeiras preparatórias ou cursos auxiliares, criados pela reforma de 1864, importava reformá-los tornando-os consentâneos com as matérias ministradas nos Liceus do Reino e requeridas pelos preparatórios exigidos no acto da matrícula. Alterações que já haviam sido perspectivadas por João Ferreira Lapa, em 1883, atendendo inclusive às vantagens para o desenvolvimento das matérias no antigo quadro de cadeiras técnicas. O parecer do Conselho deveria ainda atender ao aprofundamento de determinadas disciplinas, “mormente a química e a botânica, na parte prática; a viticultura e a vinificação”. Na vertente prática seria necessário precaver às debilidades na realização da mesma, assegurando a correspondência entre as aulas teóricas e os exercícios de demonstração. Para estas o corpo docente havia chamado à atenção, desde a fundação do Instituto; o próprio ofício reconhecia-o, referindo “como instantemente tem ponderado ao governo o conselho escolar.” Por fim, relativamente aos quadros do magistério, importava ter em conta a situação dos professores auxiliares que conservavam as incumbências e regalias, como o salário, apesar dos lugares terem sido suprimidos, em 1869.⁵⁰⁴

Segundo o Professor Veríssimo de Almeida, o pedido era inédito, sendo aquela “a primeira vez que se consulta o conselho da nossa única escola agrícola por ocasião da sua

⁵⁰³ Amadeu Carvalho Homem, “José Luciano de Castro”, *História de Portugal*, dir. por João Medina, vol. IX – A Monarquia Constitucional, Alfragide, Ediclube, 1993, p. 79.

⁵⁰⁴ Ofício de 10 de Agosto de 1886 do Ministro do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria ao Director-Geral de Agricultura, D. do G. nº 179 de 11 de Agosto de 1886.

reforma”, pelo que se escusava de atender a “algumas inexactidões dos considerandos da portaria, em atenção à ideia que presidiu à sua redacção.”⁵⁰⁵ Não nos foi possível localizar o projecto apresentado pelo Conselho Escolar; porém, sabemos pelo testemunho do Professor Veríssimo de Almeida que “Procurou quanto possível o conselho escolar limitar as suas exigências ao imediatamente indispensável para alargar o ensino teórico, e sobretudo a parte demonstrativa e experimental”.⁵⁰⁶ A proposta do Conselho Escolar não foi tida em consideração pelo Ministério, não obstante alguns autores afirmam a influência grada do director João Ferreira Lapa na composição da nova organização, assinalada no reforço dado às disciplinas de Química.⁵⁰⁷ Referia-o Veríssimo de Almeida, logo após a promulgação do decreto, em Janeiro de 1887: “É porém necessário declarar que o plano publicado e aprovado não é obra do conselho escolar; a proposta de reforma organizada pelos lentes do Instituto foi posta de lado e de tal modo *considerada* que nem um só dos seus artigos se encontra no plano oficial”.⁵⁰⁸

Isso mesmo o confirmava um artigo referente à reforma, publicado no jornal *A Granja*, onde se assinalava, “com pesar”, ter sido “desatendido em parte o parecer do conselho escolar encarregado pelo governo de apresentar o novo plano de reforma.” Esta posição de Emídio Navarro parecia, ao autor do artigo, cuja identidade desconhecemos, uma incongruência, uma vez que dotado de conhecimento e experiência sobre a vivência da Instituição, aquele órgão poderia apresentar soluções mais profícuas à resolução daquelas questões: “Segundo a nossa humilde opinião, era ele o único à altura de o fazer de uma maneira completa, porque não basta saber como são constituídos os outros estabelecimentos análogos estrangeiros, embora do mais subido mérito, para decretar uma reforma capaz de frutificar; é necessário que o estudo auxiliado pela experiencia de anos, tornem conhecidos os defeitos de uma velha organização, ensinando assim a corrigi-los ou evita-los na nova.”⁵⁰⁹ Veríssimo imputava a desconsideração pelo corpo docente do Instituto e da reforma resultante ao director geral de Agricultura. Ironicamente referia, Elvino de Brito, “que nascera na véspera ainda para as questões agrícolas”, - havia sido nomeado para o cargo após a entrega da representação do Conselho – e ousava vir “ensinar como se organiza uma escola superior de agricultura!”. Aquele, tendo “estudado

⁵⁰⁵ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola”, *A Agricultura Contemporanea, Revista Agricola e Agronomica*, ano I, t. I, n.º 9 de 1 de Setembro de 1886, p.97.

⁵⁰⁶ Idem, “Chronica Agricola”, *ibidem*, ano I, t. I, n.º 12, 16 de Outubro de 1886, p. 135.

⁵⁰⁷ Cf., Cincinato da Costa, D. Luís Filipe de Castro, op. cit., p. 16; Mário de Azevedo Gomes, op. cit., p. 34.

⁵⁰⁸ José Veríssimo de Almeida, “Plano de Organização do Ensino Agricola e Veterinario”, *Gazeta das Aldeias*, ano III, n.º 2, 9 de Janeiro de 1887, pp. 2-4.

⁵⁰⁹ [S.A.], [Edital], *A Granja*, n.º 2, 1887, p. 1.

tanta coisa, nacional e estrangeira, desmanchou a obra do conselho, tornou depois a colocar as peças mas em outra posição, suprimiu umas, acrescentou outras, e saiu-lhe essa reforma que s. ex. reputa benéfica e de grande alcance.”⁵¹⁰ Perante as críticas do Conselho Escolar e a improficuidade da resposta dada pela reforma ao Instituto, segundo Veríssimo de Almeida, em Agosto de 1887, aquele órgão representaria ao governo para que este “modificasse o decreto ditatorial que reorganizara o ensino agrícola e veterinário.” Contudo, o desfecho não era favorável argumentando o Ministro Emídio Navarro “que não podia ou não devia ir propor a modificação de uma reforma que havia pouco tinha sido decretada; prometeu porém que na próxima sessão legislativa havia de propor as modificações que julgasse convenientes em harmonia com a consulta do conselho”. Veríssimo de Almeida concluía que o Conselho fora “Ingénuo”, uma vez que na sessão legislativa realizar-se-iam “emendas nos decretos da ditadura, aceites pelo governo e aprovadas em ambas as casas do parlamento, como era de supor”.⁵¹¹

O primeiro e principal âmbito da reforma de 1886 era, segundo o Relatório que precede o decreto, dotar a Instituição dos meios para reforçar a vertente prática do ensino para corresponder ao impacto desejado da ciência agronómica no plano industrial. Tornava-se imprescindível garantir a formação plena dos alunos, provendo, para o efeito, à instituição formadora todos os recursos o que, por sua vez, configurava a missão do legislador: “o principal empenho do reformador deve de ser dotar o respectivo ensino com os recursos indispensáveis para o tornar útil por meio de experiências ou análises, e pela frequência de exercícios que aclarem e evidenciem as doutrinas lidas nas aulas.” Descrevendo uma “geral (...) tendência para limitar o ensino a prelecções meramente teóricas”, comum aos estabelecimentos do ensino superior português, o Instituto Geral de Agricultura, cujos “os professores quase se limitam ao ensino teórico, sendo a prática, por modo deficientíssimo, incumbida a professores auxiliares que, por seu turno, pouco exercitam nela os alunos”, incluir-se-ia nesse espectro. Simultaneamente, concedendo que “hoje pode dar-se como triunfante a tendência oposta em todas as ciências”, conforme a reacção de “todos ou quase todos esses estabelecimentos”. Nessa tendência inscrevia-se apesar das reivindicações infrutíferas movidas, desde a fundação, pelo corpo docente, quer pela através dos discursos e relatórios dos seus directores, quer pelos testemunhos

⁵¹⁰ José Veríssimo de Almeida, “Plano de Organização do Ensino Agrícola e Veterinário”, *Gazeta das Aldeias*, n.º 2, 9 de Janeiro, ano III, 1887, pp. 2-4.

⁵¹¹ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agrícola”, *A Agricultura Contemporanea, Revista Agrícola e Agronomica*, ano II, t. II, n.º 6, 16 de Agosto de 1887, pp. 63-64.

de alguns dos membros na imprensa periódica, acusando a falta de condições à concretização prática do ensino, quer inclusive pelas representações sucessivas do Conselho Escolar. O Legislador reconhecia justamente esses esforços, admitindo que se o Instituto “pressentira e reconheceria a necessidade de subordinar o seu ensino a esta orientação”, porém não a teria podido concretizar “porque para isso o contrariava a sua organização”.⁵¹²

Ainda assim, não ficava expresso, de forma clara que a teorização excessiva do ensino se devesse à falta de condições, mormente meios e verbas. Antes, segundo o Preâmbulo à reforma de 1886, a tendência resultava de “uma falsa compreensão das funções científicas e da aristocracia da ciência”, colocando o ónus da responsabilidade no corpo docente. Isso mesmo, observava-se, para o caso do Instituto, nas afirmações contidas no Preâmbulo, em que se afirma, “nada pode justificar que os professores das cadeiras técnicas de agronomia não completem as suas lições, esclarecendo os alunos na prática da ciência que professam.” O Preâmbulo não justificava a orientação pedagógica do Instituto pela insuficiência das condições, mas pelo facto do corpo docente obstar ao cumprimento do dever pedagógico. Acrescia que, como julgamos poder verificar-se adiante, as grandes alterações impostas à pedagogia do ensino agrícola superior, por esta reforma não vinham no sentido de reforçar a vertente prática, mas para a alteração substancial das responsabilidades do corpo docente, procurando regulamentá-las, no que alguns lentes consideraram um controlo excessivo sobre a corporação científica.

Em 2 de Dezembro de 1886, o Instituto Geral de Agricultura alterava a sua designação para Instituto de Agronomia e Veterinária. Cumpria-se o terceiro de três graus em que, de novo, se propunha reorganizar o ensino agrícola, em Portugal, sendo os remanescentes, o grau secundário e elementar. A oferta dos cursos reduzia-se, mantendo-se os três cursos principais, agronomia, silvicultura e medicina veterinária, e eliminando-se o de engenheiros agrícolas. A supressão deste último justificava-se uma vez que “no espaço de vinte e dois anos não tivera uma única matrícula!”⁵¹³ Simultaneamente, efectuava-se um reforço das cadeiras que respeitavam às matérias específicas daquele domínio, por forma a que “os agrónomos ou silvicultores devem sair suficientemente habilitados na parte da ciência de engenheiro, que mais perto lhes diz respeito.”

⁵¹² Preâmbulo do Decreto de 2 de Dezembro de 1886, D. do G. nº 276 de 3 de Dezembro de 1886.

⁵¹³ Artigos 1.º e 2.º, Decreto de 2 de Dezembro de 1886, D. do G. nº 276 de 3 de Dezembro de 1886.

Em vista do “maior desenvolvimento [dado] ao ensino, tanto na parte teórica como na parte prática” elevava-se a duração dos cursos de agronomia e silvicultura de três para quatro anos a frequentar no Instituto.⁵¹⁴ No terceiro e quarto anos daqueles dois cursos estabeleciam-se excursões e visitas científicas. Externas ao Instituto, “nos dias e pela forma que no regulamento se determinar”, estas realizar-se-iam junto “às fábricas e oficinas de indústrias rurais da capital e seus subúrbios”, especificando-se “as de destilação, vinificação, extracção de óleos, lacticínios, moagem e panificação”, “aos jardins e hortos botânicos, aos museus e gabinetes dos estabelecimentos científicos da capital” e, ainda, “às explorações agrícolas e florestais nas proximidades da capital”.⁵¹⁵

Para além do reforço do ensino prático, as excursões às indústrias rurais configuravam “o único meio de que se usa em outras nações” para a realização de demonstração de algumas cadeiras, uma vez que, como explicava Ferreira Lapa, a exemplificação no espaço da escola obrigaria a “muitas e diversas oficinas, que ainda que montadas modestamente, exigiriam grandes somas para a sua fundação e custeio.” As visitas aos restantes estabelecimentos pretendiam completar “a demonstração em ciências naturais, e em vários trabalhos de cultura, que o Instituto, por enquanto, não está habilitado a ministrar com a devida grandeza”.⁵¹⁶ No entanto, a realização das excursões não se verificou no ano lectivo de 1888-1889, devido à falta de regulamento e à inexistência “dos ajudantes dos lentes, que determinou o adiamento deste efficacíssimo elemento de demonstração do nosso ensino, que aliás é o mais difícil de cumprir por falta de tempo disponível.”⁵¹⁷ No ano lectivo seguinte, as excursões científicas concretizavam-se no âmbito das “cadeiras de tecnologia rural, (...) de culturas arvenses e (...) de botânica pelos seus respectivos professores”.⁵¹⁸

Findos os quatro anos de formação no Instituto, os alunos finalistas, de ambos os cursos, deveriam cumprir oito meses de tirocínio “nos estabelecimentos ou estações oficiais”, por forma a acederem à carta de curso. No caso do curso de agronomia, os

⁵¹⁴ Art.º 5.º, *ibidem*.

⁵¹⁵ Art.º 10.º, *ibidem*.

⁵¹⁶ João Ignacio Ferreira Lapa, *Discurso Inaugural recitado na sessão solemne de abertura das aulas do Instituto de Agronomia e Veterinária no anno lectivo de 1887-1888 por J. I. Ferreira Lapa, Director e Lente Jubilado do mesmo Instituto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887, p. 27.

⁵¹⁷ João Ignacio Ferreira Lapa, *Discurso Inaugural recitado na Sessão Solemne da abertura das Aulas e da distribuição de premios aos alunos do Instituto de Agronomia e Veterinaria no anno Lectivo de 1888-1889 por J. I. Ferreira Lapa, Lente jubilado e Director do mesmo Instituto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, pp. 10-11.

⁵¹⁸ João Ignacio Ferreira Lapa, *Discurso Inaugural recitado na Sessão Solemne da Abertura das Aulas e da Distribuição dos Prémios aos Alunos do Instituto de Agronomia e Veterinaria no Anno Lecctivo de 1889-1890 por J. I. Ferreira Lapa Lente jubilado e Director do mesmo Instituto*, [...], pp. 12; 32-33.

estudantes deveriam estacionar “nas escolas práticas de agricultura ou nas estações agronómicas, que para o efeito se decretariam, estando “subordinados ao respectivo director”. Para o tirocínio em silvicultura determinava-se que os alunos o realizassem “na circunscrição florestal do centro”, em idêntica tutela científica. Na duração dos mesmos os alunos estavam incumbidos de diversos serviços nos referidos estabelecimentos, devendo “segundo a sua especialidade elaborar uma memória sobre a economia agrícola ou florestal da região em que estacionarem.” O “acto grande e final do curso” consistia na defesa da referida memória perante um júri constituído por seis lentes da secção agronómica, sendo “presidido pelo director” do estabelecimento oficial se realizara o tirocínio.⁵¹⁹

O Conselho Escolar revelou-se favorável ao fim do estágio, segundo Veríssimo de Almeida, em 1888, o qual, considerava, “não dá resultado algum”. Procurava substituí-lo por formas que atendessem à principal carência pedagógica dos alunos, a “de conhecer o país, as suas práticas agrícolas, as suas formas de cultura, as suas indústrias rurais, os seus arvoredos, os seus gados, os seus lavradores e os trabalhadores rurais. Era isto que o conselho queria e propunha”.⁵²⁰ Requeria-se que o estágio prático não fosse “empregado em os alunos se fixarem num ou noutro ponto, mas em percorrer o maior número de localidades, em que possam abranger as formas mais diversas da vida rural”; assim, deveria observar “a devida minúcia técnica” sob a supervisão de um “professor prático”, “em vez de encarregar esse ofício aos directores das escolas práticas e das estações químico-agrícolas, que mal podendo excursionar com os alunos além das suas residenciais pelos muitos serviços que os sobrecarregam, obrigam a que o tirocínio seja forçosamente estante ou localizado”.⁵²¹

Porém, em 1889, o mesmo Professor reconhecia que o tirocínio proposto na reorganização do Instituto de 1886 não poderia ser “sensatamente condenado, uma vez que se introduza pequena modificação, ou pelo menos se aplique uma interpretação mais restrita”. Sugeria que não fosse exigido ao aluno a realização de “um estudo tão lato e tão complexo e variado como seria o de uma das actuais regiões agrícolas”, o que entendia como um “absurdo”, fazendo delimitar o objecto de análise a um “concelho ou um grupo

⁵¹⁹ Artigos 11.º e 12.º, Decreto de 2 de Dezembro de 1886, D. do G. nº 276 de 3 de Dezembro de 1886.

⁵²⁰ José Veríssimo de Almeida, “A reforma do ensino superior da agricultura”, *A Agricultura Contemporanea, Revista Agrícola e Agronomica*, ano II, t. II, n.º 20, 16 de Março de 1888, pp. 238-240.

⁵²¹ João Ignacio Ferreira Lapa, *Discurso Inaugural recitado na Sessão Solemne da Abertura das Aulas e da Distribuição dos Prémios aos Alunos do Instituto de Agronomia e Veterinária no Anno Lectivo de 1889-1890 por J. I. Ferreira Lapa Lente Jubilado e Director do mesmo Instituto*, Lisboa, [...], pp. 12-13.

de freguesias”, que “ao futuro agrónomo, seria o bastante para desenvolver e aperfeiçoar as suas faculdades de analista, de crítico, de homem de ciência agronómica que estuda a organização das culturas”. Acrescentava ainda, “o que a lei diz tem sido, por enquanto quase letra morta”, enfatizando o incumprimento dos estágios quer nas escolas práticas, quer nas estações agrícolas, as quais, por seu turno, não estavam ainda constituídas. Por último questionava se as referidas memórias eram efectivamente redigidas pelos alunos: “Não me consta que qualquer dos alunos tenha ido fazer tirocínio em escola prática; e não havendo, ainda há pouco, estação agrícola regulamente organizada, também aí não tem sido possível facultar a necessária prática aos alunos que, neste ponto, tão mal preparados saíram da escola superior de agronomia. Aplicaram eles, pelo menos, os conhecimentos adquiridos ao estudo económico-agrícola de uma limitadíssima parte do país? Não sei responder a esta pergunta, mas se realmente tal estudo se executou, alguma coisa se terá feito de útil.”⁵²²

Por sua vez, o curso de medicina veterinária conservava a duração de cinco anos, sem aplicação do tempo de tirocínio uma vez que era simultâneo com o curso teórico. Com esta reforma seria aliás reforçado compreendendo-se um tempo específico de prática no último ano. O acto grande do curso de médico-veterinário consistia na realização de uma dissertação sobre “um assunto da especialidade”, defendida perante um júri constituído por “seis lentes da respectiva secção, presidido pelo director do instituto.”⁵²³

Pela primeira vez, desde a fundação do Instituto, o ensino teórico e prático era regulamentado quanto à forma e duração, segundo um programa e horário, redigido pelos lentes, para posterior aprovação do Conselho Escolar, um procedimento a observar para cada ano lectivo. Tais documentos eram remetidos à Direcção Geral de Agricultura, e sancionados pelo governo.⁵²⁴ Partindo de uma premissa primordial, “O ensino em cada uma das cadeiras do instituto será teórico e prático”, a nova regulamentação previa a constituição de duas classes de aulas, as “lições teóricas” e as “lições práticas. As primeiras, com uma duração de “menos de uma hora e meia”, consistiam “da prelecção feita pelo lente durante uma hora, sendo a meia hora restante destinada a ouvir a lição ao aluno”; poderiam ser acompanhadas, ou não, de demonstração. As segundas decorreriam nos estabelecimentos anexos, ou seja, “gabinetes, laboratórios, museu e outros anexos do

⁵²² José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola”, *Revista dos Campos*, 2.ª série, t. IV, 1889, pp. 68-69.

⁵²³ Artigos 199.º e 200.º, Regulamento do Instituto de Agronomia e Veterinária, Decreto de 8 de Novembro de 1888, D. do G. nº 263 de 16 de Novembro de 1888.

⁵²⁴ Artigos 118.º e 121.º, Decreto de 8 de Novembro de 1888, D. do G. nº 263 de 16 de Novembro de 1888.

instituto”, caracterizavam-se por “demonstrações e exercícios” e não poderiam ter uma duração inferior a “menos de duas horas”.⁵²⁵

A regulamentação dos programas teóricos e dos horários das aulas não era questão menor, porquanto fora entendida como um ataque centralista e cerceador das antigas competências e direitos do corpo docente, representado no órgão de administração científica da Instituição, o Conselho Escolar. Referindo-se a essas disposições, no início do ano lectivo de 1889-1890, o director do Instituto, João Ignacio Ferreira Lapa, relatava “o desgosto que semelhante prisão origina no espírito dos lentes, esbulhados de direitos e imunidades, que em todo o tempo lhes foram sempre respeitadas, tanto em consideração especial, como para não pear liberdades académicas”.⁵²⁶ Nas crónicas de Veríssimo de Almeida surgiria a crítica mais acérrima à intromissão da esfera governativa na vida científica da Instituição. A ingerência sugeria, a Veríssimo de Almeida, a existência de uma “*mesa censória* da ortodoxia das doutrinas ensinadas”, na Direcção-Geral de Agricultura, ironicamente composta por “sábios de grande formato e encadernação rica, armados em superior critério”, que se achavam na condição de “chapotar, acrescentar, corrigir e completar os programas aprovados pelo conselho escolar.” A mais, observava o controlo que o director geral pretendia impor sobre o corpo docente do Instituto de Agronomia e Veterinária. Ironizando com a ideia de uma “biografia cadastral” para cada lente, Veríssimo de Almeida adiantava que além das “exigências da direcção geral acrescentava mais a remessa dos retractos fotográficos dos lentes do Instituto para serem colocados no alto da página (...) Creio que no comissariado de polícia se faz uma coisa assim parecia”.

A concepção de um cadastro era suscitada pela “exigência dos mapas de faltas dos professores às aulas”, um documento para apreciação da direcção geral, além do envio “todos os meses [de] um mapa do número de vezes que o conselho foi convocado, e das vezes que se reuniu, e os nomes dos lentes que compareceram ou faltaram”. Apesar de reconhecer à esfera governativa “o direito e também a obrigação de fiscalizar o serviço do funcionalismo”, considerava que tal operação poderia ser realizada “sem necessidade de afrontar uma corporação”. Na sua opinião, os lentes do Instituto inspiravam opções distintas das previstas para os docentes de outras escolas superiores, sob tutela do

⁵²⁵ Art.º 9.º, Decreto de 2 de Dezembro de 1886, D. do G. nº 276 de 3 de Dezembro de 1886.

⁵²⁶ João Ignacio Ferreira Lapa, *Discurso Inaugural recitado na Sessão Solemne da Abertura das Aulas e da Distribuição dos Prémios aos Alunos do Instituto de Agronomia e Veterinaria no Anno Lecctivo de 1889-1890 por J. I. Ferreira Lapa Lente Jubilado e Director do mesmo Instituto*, [...], p. 10.

Ministério, a saber, o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, superintendido pela Direcção-Geral do Comércio e Indústria.

Do ponto de vista pessoal, independentemente da “enormíssima influência e autoridade” imposta por Elvino de Brito, José Veríssimo de Almeida não abdicava de intervenção crítica no espaço público: “s. ex. não consegue (...) é impedir que, na *Agricultura Contemporanea* ou em qualquer outro jornal – eu, enquanto não me falecer a vontade, continue a apreciar os actos e documentos oficiais da direcção geral de agricultura, tomando por norma invariável a justiça e a verdade – ou o que eu suponha ser tal – sem curar dos homens, aos quais as minhas apreciações possam agradar ou desagradar.”⁵²⁷

O caso adquiria maiores proporções quando, em Dezembro de 1886, após uma tentativa de “impor aos catedráticos de também fazerem os exercícios da sua cadeira em dias alternados com as lições teóricas”, alvo de críticas do Conselho Escolar, perante as quais o Ministro apresentava desculpas pelo “excesso de zelo do seu alto funcionário deu razão ao Conselho”⁵²⁸, os vencimentos do corpo docente eram suspensos por não terem sido enviadas as notas das aulas práticas à Direcção-Geral de Agricultura. Tal procedimento, segundo a portaria governamental, era crucial para desbloqueio dos mesmos.⁵²⁹ Veríssimo descreveu a situação comparando-a com uma operação militar de cerco: “O sr. ministro das Obras Públicas não se esqueceu dos seus subordinados do corpo catedrático do instituto de agronomia e veterinária, e na véspera do Natal brindou-os com as broas, embrulhadas na portaria que lhes suspendeu a gratificação de exercício (...) Quando as praças investidas não podem ser tomadas á viva força, o sitiante fica reduzido a pôr cerco rigoroso à praça para render a guarnição pela forme. Parece que é este processo o que se pretende seguir na investida contra o magistério do instituto”.⁵³⁰

Para cada cadeira, a avaliação consistia em dois exames “de frequência”, relativos às lições teóricas, a realizar ao longo do ano lectivo. A aprovação de cada cadeira processava-se através de um exame final, composto por “uma prova oral e outra prática”, ao qual os alunos seriam admitidos se apresentassem as provas de frequência em ambas as lições. A obtenção dependia da assiduidade: “não houver dado mais de dezasseis faltas

⁵²⁷ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola”, *A Agricultura Contemporanea, Revista Agricola e Agronomica*, ano II, t. II, n.º 16, 16 de Janeiro de 1888, pp. 183-185.

⁵²⁸ Idem, “Chronica Agricola”, *ibidem*, ano III, t. III, n.º 12, 16 de Dezembro de 1888, pp. 134-135.

⁵²⁹ Portaria de 22 de Dezembro de 1888, D. do G. n.º 294 de 24 de Dezembro de 1888.

⁵³⁰ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola”, *A Agricultura Contemporanea, Revista Agricola e Agronomica*, ano III, t. III, n.º 13, 1 de Janeiro de 1889, pp. 147-148.

nas lições teóricas de uma cadeira” e “não der mais faltas que a quarta parte do número das lições práticas”.⁵³¹

O quadro de cadeiras oferecidas pelo Instituto modificava-se profundamente com a reforma de 1886. O quadro de cadeiras de “Ciências Preparatórias”, criado em 1864, era suprimido para evitar “uma duplicação, que nenhuma razão justificava”; era substituído pelos preparatórios exigidos no acto da matrícula, adquiridos nos liceus nacionais. O curso auxiliar de desenho era dado “por inútil” e extinto, estabelecendo-se que “o professor da cadeira de mecânica exercite os alunos no desenho de máquinas e topográfico”. Segundo Veríssimo de Almeida, a eliminação desta cadeira, considerada “uma disciplina hoje indispensável em todos os cursos de aplicação científica e industrial”, traduzia a “fúria das economias” realizada “à custa do professorado”. Sublinha-se, o Conselho Escolar havia representado não só pela manutenção do desenho, como pelo acréscimo de uma cadeira de fotografia, que “está hoje prestando grandes serviços ao estudo das ciências”. O objectivo de ambas as disposições propugnadas pelo Conselho, esclarecia Veríssimo de Almeida, com arreigada ironia, não era tornar os alunos do Instituto em “artistas fotográficos”; mas prover aos estudantes instrumentos para “representar fotograficamente qualquer machina, animal, forma especial d’uma planta, uma construção importante, um modelo, a ampliação d’uma preparação microscópica”. Concluía, porém, em vista da reforma, que “agora, nada se poderá reproduzir nem pela fotografia nem pelo desenho, declarado inútil.”⁵³²

A oferta pedagógica do Instituto de Agronomia e Veterinária aumentava “elevando o número de cadeiras, que actualmente era de dezanove”, segundo o Legislador⁵³³, para 21. Apesar do acréscimo, o número de cadeiras era entendido como diminuto por alguns membros do corpo docente. Quer o Professor Veríssimo de Almeida⁵³⁴, como o director João Ferreira Lapa, defendiam essa asserção por confronto com o quadro de

⁵³¹ Capítulo XVI “Dos exames de frequência”, Capítulo XVII “Das provas de frequência e encerramento das matrículas” e Capítulo XVIII “Dos exames finais e dos prémios”, Decreto de 8 de Novembro de 1888, D. do G. n.º 263 de 16 de Novembro de 1888.

⁵³² José Veríssimo de Almeida, “Plano de Organização do Ensino Agrícola e Veterinário”, *Gazeta das Aldeias*, ano III, n.º 2, 9 de Janeiro de 1887, pp. 2-4.

⁵³³ Não obstante, julgamos que o total de cadeiras apresentado, no Relatório, possa não corresponder à realidade uma vez que, pela reforma de 1869, o número das mesmas havia sido diminuído de 12 para 10 cadeiras. Ainda que, em 1882, tivessem acrescido três novas cadeiras e, ainda que, contabilizássemos os três cursos especiais e o curso de desenho, o total de cadeiras apresentadas pelo Instituto Geral de Agricultura seria de dezassete. Porém, não descartamos a possibilidade de terem sido criadas, de forma provisória e por despacho ministerial, novas cadeiras, em resposta a representações do Conselho Escolar, que possamos desconhecer.

⁵³⁴ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agrícola”, *A Agricultura Contemporanea, Revista Agrícola e Agronomica*, ano I, t. I, n.º 12, 16 de Outubro de 1886, p. 135.

cadeiras do Instituto Agronômico de Paris. Essa instituição, exclusivamente dedicada aos estudos agronômicos, possuía um elenco de cadeiras superior a 25. Contudo, referia Ferreira Lapa, “aquela lisonja aproximação é apenas aparente”, porque, no caso do Instituto de Agronomia e Veterinária, eram leccionados “três cursos reunidos correspondentes a três escolas, o de agronomia, o de silvicultura e o de veterinária, cabendo aos dois primeiros cursos nove cadeiras privativas, e cinco que são comuns a todos os três cursos [pelo que] A nossa escola agronômica tem, quanto muito, quatorze cadeiras, menos doze que o instituto de Paris.”⁵³⁵

O elenco de cadeiras legislado em 1886 era o seguinte: “1.^a Cadeira. Física e meteorologia, mineralogia e geologia; 2.^a Cadeira. Química geral e análise química; 3.^a Cadeira. Botânica e fisiologia vegetal; 4.^a Cadeira. Zoologia e exterior dos animais domésticos; 5.^a Química agrícola; análises de terras, adubos e plantas; 6.^a Culturas arvenses e horticultura; 7.^a Cadeira Mecânica geral e suas aplicações às máquinas agrícolas; topografia; 8.^a Cadeira. Construções rurais e hidráulica agrícola; 9.^a Cadeira. Economia, direito administrativo, legislação e contabilidade, rurais e florestais; 10.^a Cadeira. Microscopia, nosologia vegetal e entomologia; 11.^a Cadeira. Tecnologia rural e florestal; análise de produtos tecnológicos; 12.^a Cadeira. Silvicultura; 13.^a Cadeira. Viticultura e arboricultura; 14.^a Cadeira. Zootecnia geral e especial, e higiene pecuária. 15.^a Cadeira. Anatomia descritiva e teratologia; 16.^a Cadeira. Histologia e fisiologia comparada dos animais; 17.^a Cadeira. Matéria médica, farmácia, toxicologia e química médica; 18.^a Cadeira. Patologia geral e anatomia patológica geral; 19.^a Cadeira. Cirurgia, obstetrícia veterinária, siderotecnia e clínica cirúrgica; 20.^a Cadeira. Patologia especial (interna e externa), terapêutica geral e clínica médica; 21.^a Cadeira. Direito veterinário; epizootias, polícia sanitária, direito comercial veterinário e medicina legal.”⁵³⁶

Suprimidos os cursos auxiliares, verificava-se, com exceção das Matemáticas elementares, a reintegração das antigas “ciências preparatórias”, cuja leccionação deveria atender à especialização científica dos cursos oferecidos no Instituto. As antigas disciplinas de Física e Meteorologia elementares, Química Orgânica e Inorgânica, e Mineralogia elementares, e de Botânica e Geologia elementares figuravam agora distribuídas pela primeira, terceira e quartas cadeiras. A frequência dessas, juntamente

⁵³⁵ João Ignacio Ferreira Lapa, *Discurso Inaugural recitado na sessão solenne de abertura das aulas do Instituto de Agronomia e Veterinária no anno lectivo de 1887-1888 por J. I. Ferreira Lapa, Director e Lente Jubilado do mesmo Instituto*, [...], pp. 25-26.

⁵³⁶ Art.º 3.º, Decreto de 2 de Dezembro de 1886, D. do G. nº 276 de 3 de Dezembro de 1886.

com a segunda e décima quarta cadeiras, mantinha-se comum aos cursos de agronomia, silvicultura e medicina veterinária.⁵³⁷ Na secção agrícola realizavam-se vários desdobramentos, respondendo-se afirmativamente às propostas do Conselho, relembradas no relatório de 1883. As disciplinas de Engenharia Agrícola antes reunidas na antiga quarta cadeira, figuravam divididas entre a sétima e oitava cadeiras; as disciplinas de Artes Agrícolas e Florestais, Química Agrícola e Análise Química, anteriormente inscritas na antiga quinta cadeira, distribuíam-se pela décima primeira, segunda e quinta cadeiras. Atendendo às disciplinas compreendidas nas duas últimas cadeiras, e considerando a disciplina de “química médica”, inclusa na décima sétima cadeira, parece poder concluir-se por um reforço dos estudos relativos à Química, e da respectiva aplicação à agronomia e à veterinária. A disciplina Silvicultura constituía-se como cadeira única, a décima segunda, e a matéria de Economia Florestal era deslocada para a nona cadeira. Particularizaram-se os estudos sobre a produção vinícola, numa cadeira específica, a décima terceira cadeira, figurando juntamente com a disciplina de arboricultura. Na secção veterinária, eram criadas “duas novas cadeiras no curso de veterinária, passando de cinco a sete”, introduzindo novas áreas do conhecimento, nomeadamente Direito Comercial Veterinário e Medicina Legal, inclusas na vigésima primeira cadeira, Toxicologia e Química Médica, na décima sétima cadeira, Teratologia e Histologia, na décima quinta e décima sexta cadeiras, respectivamente.

As cadeiras compreendidas entre a 5.^a e a 13.^a constituíam a “secção agronómica” e, juntamente com as cadeiras comuns, configuravam ambos os cursos de agronomia e silvicultura. Observava-se igual distribuição de disciplinas pelos anos lectivos, logo os dois cursos apenas se distinguiam pelo tirocínio a realizar pelos alunos finalistas: No primeiro ano frequentavam-se a primeira, segunda e terceira cadeiras; no segundo ano, a quarta, quinta e sétima cadeiras; no terceiro ano, a sexta, oitava, décima segunda e décima terceira; e no quarto, e último ano, a nona, décima, décima primeira e décima quarta cadeiras.⁵³⁸ A união dos dois cursos resultava de uma questão prática, por proposta do Conselho Escolar. Segundo Veríssimo de Almeida, em razão do parque florestal português ser diminuto, havendo dificuldades em “formar grandes maciços florestais submetidos a exploração regular”; assim, não se verificava “incentivo para a concorrência

⁵³⁷ Idem, *ibidem*.

⁵³⁸ Art.º 3.º, Decreto de 2 de Dezembro de 1886, D. do G. nº 276 de 3 de Dezembro de 1886; Distribuição das disciplinas pelas cursos professados no Instituto de Agronomia e Veterinária, Portaria de 23 de Setembro de 1887, D. do G. nº 220 de 1 de Outubro de 1887.

de alunos ao curso florestal.” Contudo, a administração e manutenção das matas nacionais, a cargo do Estado, exigia técnicos instruídos em silvicultura. Logo a solução residia na formação dos agrónomos naquela área, conservando-se as cadeiras específicas de silvicultura, ou seja, “a reunião em um só, dos dois cursos de agronomia e silvicultura.”

539

A secção veterinária era constituída pelas disciplinas compreendidas entre a 15.^a e a 21.^a cadeiras, a par das cadeiras comuns. A distribuição das cadeiras pelos cinco anos lectivos seria a seguinte: No primeiro ano, a primeira, segunda e décima quinta cadeiras; no segundo ano, a terceira, novamente a décima quinta, e a décima sexta cadeiras; no terceiro ano, a quarta, décima sétima e décima oitava cadeiras; no quarto ano, a décima nona, vigésima e vigésima primeira cadeiras; estabelecendo-se para o último, e quinto ano, a frequência da décima quarta cadeira, e de “prática de clínica médica e cirúrgica”, ou seja, as anteriores décima nona e vigésima cadeiras, o que se traduzia no reforço da prática realizada ao longo do curso no Hospital Veterinário.⁵⁴⁰

Os estabelecimentos científicos agregados ao Instituto de Agronomia e Veterinária eram em número de 17, segundo o decreto de 2 de Dezembro. Dispunham-se para a vertente prática do ensino, mas deveriam atender também ao serviço público prestado pelo Instituto. Nessa medida, era requerido ao Conselho Escolar a formulação de um plano de actividades, permitindo “tornar realizáveis nos laboratórios do instituto, sem prejuízo do ensino dos alunos, as análises e os ensaios requisitados pelos agricultores ou industriais agrícolas”. Especificava “as condições a que esses ensaios ou análises deverão satisfazer e os encargos a que terão de ficar sujeitos”.⁵⁴¹

Para “o custeio e manutenção” dos estabelecimentos seria inscrita, anualmente, uma verba no orçamento do estado, devendo o conselho de administração e o conselho escolar, organizar e aprovar, respectivamente, os “orçamentos especiais dos diversos estabelecimentos do instituto”, os quais deveriam ser remetidos ao governo.⁵⁴² Por outro lado, a biblioteca foi “enriquecida com novas obras, muitas das quais foram preencher as

⁵³⁹ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola”, *A Agricultura Contemporanea, Revista Agricola e Agronomica*, ano II, t. II, n.º 17, 1 de Fevereiro de 1888, pp. 194-195.

⁵⁴⁰ Art.º 3.º, Decreto de 2 de Dezembro de 1886, D. do G. n.º 276 de 3 de Dezembro de 1886; Portaria de 23 de Setembro de 1887, D. do G. n.º 220 de 1 de Outubro de 1887.

⁵⁴¹ Art.º 9.º, Decreto de 2 de Dezembro de 1886, D. do G. n.º 276 de 3 de Dezembro de 1886.

⁵⁴² Art.º 103.º, Decreto de 8 de Novembro de 1888, D. do G. n.º 263 de 16 de Novembro de 1888.

bibliotecas especiais dos lentes, que assim podem pôr-se à altura das últimas inovações da ciência, sem o sacrifício de despendarem grandes somas em compra de livros.”⁵⁴³

Instituíam-se quatro Gabinetes, a saber, de Física e História Natural, de Botânica, de Anatomia e Cirurgia, e de Patologia, verificando-se remanescentes da reforma anterior.⁵⁴⁴ Em oposição, verificava-se a supressão dos antigos Gabinetes de desenho, Zoologia e Geologia, a que haviam acrescido a Botânica, e o de Matéria Médica. A componente laboratorial era constituída por quatro instalações; na secção agrícola, o Laboratório de Química Agrícola e o Laboratório de Microscopia, criados na década de 70; na secção veterinária eram fundados os Laboratórios de Química Médica e Análises Toxicológicas, e o de Bacteriologia e Histologia.

O Instituto dispunha de dois museus: o Museu de plantas, sementes e produtos agrícolas e florestais e o Museu de Engenharia Agrícola, a par de um campo de experiências e os hortos agrícola e médico-pecuário. No entanto, segundo o testemunho de Veríssimo de Almeida, em 1889, estes últimos três espaços ainda não teriam sido constituídos: “O decreto com força de lei de 2 de Dezembro de 1886 (...) melhorou na forma o ensino prático, mas por enquanto ainda as disposições da lei não tiveram realidade prática. (...) Não há campo de experiências nem horto anexos ao instituto que possam servir aos exercícios práticos de cultura; e por isso os alunos saem quase alheios ao manejo dos instrumentos e máquinas agrícolas, alheios aos trabalhos culturais, à sua execução prática, à sua continuidade e rotação.”⁵⁴⁵

A supressão do curso auxiliar de desenho reflectiu a eliminação da sala de Desenho, constituindo-se um espaço de exercícios práticos de Mecânica aplicada e Topografia. Finalmente, figuravam os estabelecimentos dedicados à prática clínica e cirúrgica, ou seja, Hospital Veterinário, Farmácia, Oficina Siderotécnica, Banco ou consultório veterinário, e o Depósito de animais reprodutores.⁵⁴⁶ Sublinha-se a relevância deste último como “uma necessidade inadiável não só para esta cadeira [refere-se à quarta cadeira] como também para a cadeira de zootecnia e de higiene”, uma vez que o depósito

⁵⁴³ João Ignacio Ferreira Lapa, *Discurso Inaugural recitado na Sessão Solemne da abertura das Aulas e da distribuição de prémios aos alunos do Instituto de Agronomia e Veterinaria no anno Lectivo de 1888-1889 por J. I. Ferreira Lapa, Lente jubilado e Director do mesmo Instituto*, [...], p. 8.

⁵⁴⁴ João Ignacio Ferreira Lapa, *Discurso Inaugural recitado na sessão solemne de abertura das aulas do Instituto de Agronomia e Veterinária no anno lectivo de 1887-1888 por J. I. Ferreira Lapa, Director e Lente Jubilado do mesmo Instituto*, [...], p. 26.

⁵⁴⁵ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola”, *Revista dos Campos*, 2.^a série, t. IV, 1889, pp. 68-69.

⁵⁴⁶ Art.º 9.º, Decreto de 2 de Dezembro de 1886, D. do G. nº 276 de 3 de Dezembro de 1886.

hípico do Instituto fora suprimido e “os cavalos país distribuídos pelas duas coudelarias do norte e do sul.”⁵⁴⁷

No Discurso de abertura das aulas do ano lectivo de 1889-1890, João Ignacio Ferreira Lapa exarava um extenso e pormenorizado relatório sobre a prática de cada cadeira. Indicava simultaneamente os estabelecimentos existentes, as condições que proporcionadas para as demonstrações e exercícios práticos, bem como as carências materiais. O Gabinete de Física, utilizado no âmbito da primeira cadeira achar-se-ia “muito desguarnecido”, sendo necessário “que se lhe conceda maior dotação”, também com vista à implementação do ensino demonstrativo das matérias de meteorologia. O Gabinete de Botânica, relativo à terceira cadeira, achar-se-iam bem guarnecido “com vários instrumentos, modelos e estampas”.

Relativamente aos Gabinetes pertencentes à secção veterinária, Ferreira Lapa referia um “gabinete de anatomia patológica”, supostamente ligado à décima oitava cadeira, que “sem se poder considerar desguarnecido, tem contudo falta de colecções importantes de peças patológicas”; esta asserção não esclarecia a qual dos dois Gabinetes, previstos na lei orgânica, de Anatomia e Cirurgia, ou de Patologia, aludia. Indicava, lançando incongruências com a listagem de estabelecimentos anexos, quer a existência de estabelecimentos suprimidos, quer a existência das estruturas não designadas naquela relação. Tratava-se do Gabinete Zoológico, sobre o qual mencionava a falta geral de instrumentos e por isso “nem mesmo chega a ser simplesmente reduzido aos exemplares mais necessários à zoologia agrícola.” Este Gabinete respeitava à quarta cadeira e à décima quarta cadeiras, cujo ensino demonstrativo e prático era quase nulo devido à inexistência do depósito de animais reprodutores, apesar de previsto na lei orgânica da Escola desde 1864.

De igual forma, o “gabinete ou laboratório de higiene pecuária” estaria “ainda no limbo”; as aulas práticas eram substituídas por “excursões dos alunos ao museu zoológico da escola politécnica, à feira de cavalos, ao matadouro e [aproveitando] os exemplos dos animais que entram para serem tratados no hospital veterinário”; Aludia ainda ao Gabinete de demonstração das matérias de Mecânica e Engenharia Rural, da sétima e oitava cadeiras, “já constituído no essencial, [o qual] é um dos melhores sortidos e bem

⁵⁴⁷ João Ignacio Ferreira Lapa, *Discurso Inaugural recitado na Sessão Solemne da Abertura das Aulas e da Distribuição dos Prémios aos Alunos do Instituto de Agronomia e Veterinaria no Anno Lecctivo de 1889-1890 por J. I. Ferreira Lapa Lente Jubilado e Director do mesmo Instituto*, [...], p. 23.

dispostos deste Instituto”, acrescentando àquelas cadeiras o Museu de Engenharia Agrícola, “enriquecido com alguns aparelhos e máquinas de moderna invenção”. Ainda respeitando à décima segunda cadeira, um “gabinete de demonstração de silvicultura”, o qual “posto tenha já algumas colecções de estudo prático, está ainda longe do que precisa ser. Há ali falta quase completa de instrumentos de trabalho, de mapas e atlas figurativos de certos serviços, e de modelos de dispositivos de algumas artes florestais”, desejavelmente completado por “uma colecção viva do maior número possível de espécies florestais”, sendo suprida pelo tirocínio prático dos alunos finalistas do curso de silvicultura. Os Laboratórios, na sua generalidade, à semelhança dos Gabinetes, achavam-se constituídos com as necessidades mínimas a satisfazer as aulas práticas das cadeiras. O Laboratório Químico ou de Química Agrícola, estabelecido num novo edifício e referente à segunda cadeira, “reúne actualmente às boas condições de serviço, suficiente fornecimento de aparelhos e utensílios, que o habilitam a prestar-se não só às demonstrações e exercícios dos alunos, senão também a trabalhos extra-oficiais delicados.”

O Laboratório de Microscopia e Nosologia Vegetal, associado à décima cadeira, designado por Ferreira Lapa de “Gabinete”, apesar da falta de um auxiliar, achava-se “enriquecido com bons livros, instrumentos e colecções”. Na secção veterinária, o Laboratório de Química Médica e Toxicologia, ligado à décima nona cadeira, “tendo já o essencial para as demonstrações (...) não dispensa ainda fornecer-se de alguns mais instrumentos não menos precisos”, e o Laboratório de Bacteriologia e Histologia, ainda encontrava-se em fase de construção “no jardim do instituto [o qual] apesar das suas reduzidas proporções, promete ser um habitáculo bem acondicionado para os ensaios das culturas e vacinações microbianas”.

A estas estruturas acrescia um terceiro “laboratório de trabalhos experimentais” sobre matéria de fisiologia de apoio à décima sexta cadeira, composto por “uma selecta reunião de aparelhos desconhecidos até aqui, e várias colecções de objectos e preparações”, acusando a falta de “vários utensílios e as condições de melhor recinto”. Esta situação poderia resolver-se “reunido ao laboratório de higiene que a lei manda instituir, visto as íntimas afinidades e relações que têm as duas disciplinas”.⁵⁴⁸

⁵⁴⁸ João Ignacio Ferreira Lapa, *Discurso Inaugural recitado na Sessão Solemne da Abertura das Aulas e da Distribuição dos Prémios aos Alunos do Instituto de Agronomia e Veterinaria no Anno Lectivo de 1889-1890 por J. I. Ferreira Lapa Lente Jubilado e Director do mesmo Instituto*, [...], pp. 17-43.

No início do ano lectivo de 1890-1891 anunciava-se a fundação do “laboratório especial de fermentações e de fisiologia vegetal”, colocado na “sala do antigo laboratório químico”, sob a direcção dos professores Bernardino Cincinato da Costa e Filipe de Almeida Figueiredo.⁵⁴⁹

Por fim, Ferreira Lapa aludia à proposta “do conselho escolar para se adquirir por arrendamento ou expropriação a Quinta Nova que demora do lado norte em frente do instituto.” Este terreno deveria, quando pertença do Instituto, substituir a antiga Quinta da Bemposta, retraída à administração do Instituto na década de 60, cumprindo as necessidades de algumas cadeiras cujos exercícios práticos não se poderiam realizar pela falta de espaço, a saber, “para a de zootecnia e higiene, para a de viticultura e de arboricultura, e ainda para as de matéria médica e de botânica cada uma das quais precisa ter um campo de cultura especial, em que façam verificar aos alunos demonstrações, e realizar exercícios”. Acresciam outras necessidades à cadeira de Culturas Arvenses e Horticultura, de “terrenos acidentados que ficam a pequena distância daquela”, onde se realizassem os “exercícios de topografia, de drenagem e de irrigações, tão necessárias às cadeiras de engenharia agrícola.” Sugeria-se também a instalação de oficinas, relativas às tecnologias rurais, no prédio sito na Quinta Nova. No geral a aquisição dos terrenos procurava suprir “O que sempre faltou”, ou seja, a sincronia entre o ensino teórico e prático, “essa companhia paralela, par a passo das lições teóricas com as coisas e acções da manifestação cultural.”⁵⁵⁰ A aquisição não se confirmava, relatando Ferreira Lapa, na abertura do ano lectivo de 1890-1891, que “as circunstâncias do tesouro não prometerão as mesmas esperanças talvez, de próxima obtenção deste importantíssimo elemento do ensino agronómico”.⁵⁵¹

A direcção dos Laboratórios recaía sob os lentes da secção em que estavam integrados, sendo nomeados por decreto governamental, segundo proposta do Conselho Escolar. Em 13 de Janeiro de 1887 eram nomeados directores dos Laboratórios da secção agrícola, respectivamente, António Xavier Pereira Coutinho e José Veríssimo de

⁵⁴⁹ Idem, *Discurso Inaugural recitado no dia da Sessão Solemne da Abertura das Aulas do Instituto de Agronomia e Veterinaria para o anno lectivo de 1890-1891 e Relatorio referido ao anno lectivo de 1889-1890 por João Ignacio Ferreira Lapa, Lente Jubilado e Director do mesmo instituto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 34.

⁵⁵⁰ Idem, *Discurso Inaugural recitado na Sessão Solemne da Abertura das Aulas e da Distribuição dos Prémios aos Alunos do Instituto de Agronomia e Veterinaria no Anno Lecctivo de 1889-1890 por J. I. Ferreira Lapa Lente Jubilado e Director do mesmo Instituto*, [...], pp. 25-26; 32; 35.

⁵⁵¹ João Ignacio Ferreira Lapa, *Discurso Inaugural recitado no dia da Sessão Solemne da Abertura das Aulas do Instituto de Agronomia e Veterinaria para o anno lectivo de 1890-1891 e Relatorio referido ao anno lectivo de 1889-1890 por João Ignacio Ferreira Lapa, Lente Jubilado e Director do mesmo instituto*, [...], p. 30.

Almeida.⁵⁵² A 15 de Abril do mesmo ano, por pedido do primeiro, Pereira Coutinho foi exonerado do cargo.⁵⁵³ A razão do pedido, segundo Veríssimo de Almeida, residia na tutela ou, “a maneira única de deixar de ser subordinado do director geral de agricultura”. Após a reorganização dos serviços agrícolas oficiais, aquele cargo adquiria a obrigação de inspecionar as estações químico-agrícolas, assim como de integrar o Conselho Superior de Agricultura. Estas incumbências resultavam, em seu parecer, da “violência que leis estranhas ao ensino escolar impõem a determinados professores com prejuízo do ensino e sem vantagem para o serviço público”. Por esse motivo, foram objecto de reclamação do Conselho Escolar, sem retorno positivo.

No mesmo sentido, o lente da 21.^a cadeira, “membro da *Junta consultiva de saúde pecuária*, por disposição do plano de organização dos serviços pecuários”, solicitava “a exoneração dos cargos que tenham imediata dependência da nova direcção geral de agricultura, querendo conservar-se unicamente lente da sua cadeira.”⁵⁵⁴ Em 2 de Junho de 1887, a direcção do Laboratório de Química Agrícola recaía em Luís António Rebelo da Silva.⁵⁵⁵

Na secção veterinária, a direcção do Laboratório de Bacteriologia e Histologia ficava a cargo de Joaquim Inácio Ribeiro, nomeado em 20 de Janeiro de 1887 ⁵⁵⁶, e a direcção do Laboratório de Química Médica e Análises Toxicológicas recaiu em António Correia da Silva Rosa, em 3 de Novembro de 1887.⁵⁵⁷ A direcção dos restantes estabelecimentos incidia em lentes sob nomeação directa daquele Conselho, com excepção do depósito de animais reprodutores, cuja supervisão se definia a cargo do “lente catedrático mais antigo da secção veterinária.”⁵⁵⁸

O Hospital Veterinário era dividido em duas secções, cirúrgica e médica, sendo dirigidas pelos lentes da décima nona cadeira e vigésima cadeira, respectivamente. O Banco Veterinário era dirigido por três chefes internos de serviço clínico, correspondendo aos três lentes substitutos da secção veterinária, sob inspecção dos dois directores.⁵⁵⁹ Por forma a tornar o serviço hospitalar permanente, os três chefes de serviço seriam

⁵⁵² Decretos de 13 de Janeiro de 1887, D. do G. n.º 11 de 15 de Janeiro de 1887.

⁵⁵³ Decreto de 15 de Abril de 1887, D. do G. n.º 89 de 23 de Abril de 1887.

⁵⁵⁴ José Veríssimo de Almeida, “Os lentes substitutos e o ensino pratico”, *A Agricultura Contemporanea, Revista Agricola e Agronomica*, ano III, t. III, n.º 7, 1 de Outubro de 1888, pp. 79-82.

⁵⁵⁵ Decreto de 2 de Junho de 1887, D. do G. n.º 124 de 4 de Junho de 1887.

⁵⁵⁶ Decreto de 20 de Janeiro de 1887, D. do G. n.º 20 de 27 de Janeiro de 1887.

⁵⁵⁷ Decreto de 3 de Novembro de 1887, D. do G. n.º 251 de 8 de Novembro de 1887.

⁵⁵⁸ Art.º 9.º, Decreto de 2 de Dezembro de 1886, D. do G. n.º 276 de 3 de Dezembro de 1886.

⁵⁵⁹ Art.º 9.º, Decreto de 2 de Dezembro de 1886, D. do G. n.º 276 de 3 de Dezembro de 1886.

escalonados para garantir aquela continuidade, o que, no parecer do Legislador constituía “uma garantia para quem procura o estabelecimento de noite, o que frequentemente acontece.” Em 1887, o Hospital Veterinário era sujeito a uma reorganização; a principal alteração observava-se nos seus quadros directivos os quais constituíam uma “*Junta directora do hospital veterinário de Lisboa*” presidida, pelo director do Instituto de Agronomia e Veterinária e composta pelos lentes catedráticos da secção veterinária, além do lente da cadeira comum de Zootecnia. Este núcleo elegeria o inspector dos serviços hospitalares, considerado o órgão executivo da Junta. Simultaneamente mantinham-se na direcção clínica os lentes catedráticos da 19.^a e 20.^a cadeiras. Os funcionários do hospital, banco, farmácia e oficina siderotécnica eram considerados como pessoal auxiliar destas estruturas, não do Instituto, acrescendo a estes, dois facultativos médicos veterinários incumbidos de assegurar o serviço do banco veterinário.

No seu discurso inaugural no ano lectivo de 1888-1889, João Ferreira Lapa aludia à reforma aplicada ao Hospital Veterinário; considerava que o estabelecimento “carecia de alguns aperfeiçoamentos que a sua recente reforma procurou obter” e “uma certa autonomia e independência”, mas “sem desprender inteiramente este estabelecimento da direcção do instituto, como talvez conviesse”. No seu entender, a última reforma devia-se à extensão das funções, que se espriavam “em relação com a higiene pública, sendo chamado a auxiliar o estudo de várias questões relativas às doenças contagiosas”.⁵⁶⁰ A independência daquele estabelecimento do ensino superior de agricultura não se verificou; no plano de organização continuava a considerar-se “anexo ao Instituto”, funcionando “junto do mesmo”.⁵⁶¹

Segundo a reforma de 1886, o corpo docente do Instituto de Agronomia e Veterinária voltava a compor-se por duas classes de lentes. Os catedráticos figuravam em número de 21, em igualdade com o número de cadeiras. Pedagogicamente, observava-se um aumento das incumbências, competindo-lhes a regência teórica das cadeiras, a direcção dos “trabalhos de demonstração e os exercícios práticos da cadeira” e das excursões científicas externas ao Instituto.⁵⁶² O provimento destes lugares incidia, à excepção da sétima e oitava cadeiras, nos lentes substitutos da respectiva secção, “pela

⁵⁶⁰ João Ignacio Ferreira Lapa, *Discurso Inaugural recitado na Sessão Solemne da abertura das Aulas e da distribuição de prémios aos alunos do Instituto de Agronomia e Veterinária no anno Lectivo de 1888-1889 por J. I. Ferreira Lapa, Lente jubilado e Director do mesmo Instituto*, [...], pp. 8-9.

⁵⁶¹ Plano de organização do hospital veterinário de Lisboa, Decreto de 22 de Dezembro de 1887, D. do G. n.º 295 de 30 de Dezembro de 1887.

⁵⁶² Artigos 21.º e 22.º, Decreto de 2 de Dezembro de 1886, D. do G. n.º 276 de 3 de Dezembro de 1886.

ordem da sua antiguidade e mediante consulta favorável do conselho escolar”. Nas cadeiras comuns a progressão fazia-se independentemente da secção a que os lentes pertenciam, provendo-se na décima quarta o “substituto habilitado com o curso de médico-veterinário”.⁵⁶³ Quanto à sétima e oitava, o provimento realizava-se por “concurso por provas públicas, nos termos por que se regulam os concurso das escolas superiores do reino”, sendo admitidos, agrónomos ou silvicultores, engenheiros militares ou engenheiros civis “pela escola do exército, ou pela academia politécnica do Porto.”⁵⁶⁴

A primeira nomeação recaiu em Augusto José da Cunha⁵⁶⁵, em 9 de Dezembro de 1886, nomeado para lente catedrático da sétima cadeira de Mecânica Agrícola, concretizando a disposição transitória que garantia àquele, na qualidade de chefe de serviço de engenharia, “que por mais de vinte anos tem regido a cadeira de matemática no instituto (...) o provimento definitivo na 7.^a cadeira, agora criada.”⁵⁶⁶

Por decretos de 13 de Janeiro de 1887⁵⁶⁷ realizou-se a nomeação dos lentes catedráticos, confirmando no lugar ou transferindo para uma outra cadeira os antigos lentes ordinários, segundo as disposições do decreto de 1886 que garantia “os seus respectivos lugar nos quadros fixados por este decreto”, bem como a possibilidade de serem transferidos entre cadeiras, segundo grupos pré-definidos.⁵⁶⁸ As nomeações foram as seguintes: na quinta cadeira era provido António Xavier Pereira Coutinho, nomeado lente ordinário em 1882; na oitava cadeira era provido Manuel José Ribeiro⁵⁶⁹, nomeado

⁵⁶³ Artigos 27.º, 28.º e 29.º, Decreto de 8 de Novembro de 1888, D. do G. nº 263 de 16 de Novembro de 1888.

⁵⁶⁴ Art.º 30.º, Decreto de 8 de Novembro de 1888, D. do G. nº 263 de 16 de Novembro de 1888.

⁵⁶⁵ Augusto José da Cunha (1834-1919). Formou-se na Escola Politécnica de Lisboa e na Escola do exército, tendo sido nomeado, em 1855, um ano após a conclusão da sua formação, lente substituto daquela primeira Escola. Foi Director do Instituto de Agronomia e Veterinária, onde também leccionou, bem como da Escola do Exército. Foi considerado “uma das personalidades científicas mais notáveis do seu tempo”, tendo sido um dos preceptores do príncipe D. Carlos I. Politicamente activo, foi membro do Partido Progressista, transitando, em 1907, para o Partido Republicano Português. Eleito Par do Reino, em representação dos estabelecimentos científicos, em 1887, 1890 e 1894, pertenceu a diversas Comissões, entre as quais a de Agricultura (1889). Em 1905 foi nomeado par vitalício na Câmara dos Pares, a qual viria a presidir. Foi membro da Câmara dos Deputados entre 1897 e 1904. Integrou ainda vários executivos, tendo sido Ministro da Fazenda no Governo progressista, entre 1889 e 1890, e no governo suprapartidário de João Crisóstomo, entre 1890 e 1891. Ocupou ainda a pasta do Ministério das Obras Públicas, entre 1897 e 1898, em que promoveu a constituição de uma companhia vinícola do sul do reino, a realização de obras de irrigação e colmatagem de terrenos ao sul do tejo e a repressão à fraude no comércio de adubos. Foi ainda vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Vide, Jaime Reis, “CUNHA, Augusto José da (1834-1919), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, dir. e coord. por Maria Filomena Mónica, vol. I, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais–Assembleia da República, 2004, pp. 935-936.

⁵⁶⁶ Art.º 59.º, Decreto de 2 de Dezembro de 1886, D. do G. nº 276 de 3 de Dezembro de 1886.

⁵⁶⁷ Decretos de 13 de Janeiro de 1887, D. do G. nº 11 de 15 de Janeiro de 1887.

⁵⁶⁸ Artigos 29.º e 56.º, Decreto de 2 de Dezembro de 1886, D. do G. nº 276 de 3 de Dezembro de 1886. Segundo o artigo 29.º poderia efectuar-se a transferência recíproca de dois lentes entre as cadeiras dos seguintes grupos: No primeiro grupo entre as cadeiras comuns; no segundo grupo, entre a quinta, sexta, e da nona à décima terceira; no terceiro grupo, entre a sétima e oitava; e, no quarto grupo, entre as cadeiras da secção veterinária, décima quinta e vigésima primeira.

⁵⁶⁹ Manuel José Ribeiro (1829-1896). Formou-se pelo curso de Engenharia da Escola do Exército, após o qual foi integrado ao serviço do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria e encarregue dos estudos relativos à

lente substituto em 1857; na nona cadeira era provido João de Andrade Corvo, nomeado lente catedrático em 1853; na décima cadeira era provido José Veríssimo de Almeida, nomeado lente ordinário em 1872; na décima terceira cadeira era provido Francisco António Alvares Pereira, nomeado lente ordinário em 1866; na décima quarta cadeira era provido António Maria dos Santos Viegas, cuja nomeação no Instituto apenas conhecemos por relatos indirectos⁵⁷⁰; na décima quinta cadeira era provido Joaquim Sabino Eleutério de Sousa⁵⁷¹, nomeado lente substituto em 1863; na décima nona cadeira era provido João Ferreira da Silva, nomeado lente ordinário em 1885; na vigésima cadeira era provido José Antunes Pinto, nomeado lente ordinário em 1884; e na vigésima primeira cadeira era provido Joaquim Inácio Ribeiro, nomeado lente ordinário em 1882.

Simultaneamente, eram providos aos lugares de lentes catedráticos os antigos chefes de serviço. Para a primeira cadeira era nomeado João Viegas Paula Nogueira⁵⁷², chefe de serviço siderotécnico, desde 1886; para a segunda cadeira, Luís António Rebelo

construção das linhas férreas do Norte e do Leste, tendo-se distinguido pela sua actividade na construção dos ramais do Alentejo. Desempenhou diversas comissões de serviço público, nomeadamente, para o estudo da cultura do arroz, em Portugal, em 1859, e na preparação das representações portuguesas em várias Exposições estrangeiras e nacionais, destacando-se a sua participação na Exposição Agrícola, em 1864. Foi professor do Instituto Industrial, em 1868, e pertenceu ao Conselho Superior do Comércio e Indústria. Teve ampla participação no jornalismo político. Foi redactor do jornal *O Futuro*, em 1860, ao qual se sucedeu o jornal *Política Liberal*, e um dos fundadores, conjuntamente com Elias Garcia, do jornal *A Democracia*, em 1873. Colaborou ainda no *Arquivo Pitoresco* e no *Archivo Rural*. Vide, “RIBEIRO (Manuel José)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXV, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Ilimitada, [s.d.], p. 606; Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo, op. cit., pp. 49-50.

⁵⁷⁰ Ainda assim, podemos avançar que António Maria dos Santos Viegas ocuparia lugar de lente, pelo menos, desde 1882, dado que o seu nome consta do júri do concurso para o provimento das três cadeiras especiais criadas naquele ano, que se compunha dos membros do Conselho Escolar, ou seja, os lentes em efectividade de serviço. Cf., Anúncio de 11 de Outubro de 1882, D. do G. nº 232 de 13 de Outubro de 1882. A mais, refere João Ferreira Lapa que o Professor Santos Viegas, depois de ter ocupado o cargo de Intendente de Pecuária, viria a ser “admitido em seguida por concurso público chefe de serviço clínico, regendo então várias cadeiras de ciências auxiliares, como foram a de botânica e a de física e meteorologia agrícola, passando mais tarde a lente catedrático da cadeira de cirurgia” Cf., João Ignacio Ferreira Lapa, *Discurso Inaugural recitado na Sessão Solemne da Abertura das Aulas e da Distribuição dos Prémios aos Alunos do Instituto de Agronomia e Veterinária no Anno Lectivo de 1889-1890 por J. I. Ferreira Lapa Lente Jubilado e Director do mesmo Instituto*, [...] p. 35.

⁵⁷¹ Ainda que não nos tenhamos deparado com dados biográficos substanciais sobre o Professor Joaquim Sabino Eleutério de Sousa, segundo a resenha biográfica que sobre o seu filho, João Sabino de Sousa, publicaram, os autores Cristina Joanaz de Melo e Fernando Moreira, este terá sido inspector dos matadouros municipais, sendo identificado como um dos “lunáticos” do Pátio do Salema, e, politicamente afecto aos ideias republicanos, militante do Partido Republicano Português. Vide, Cristina Joanaz de Melo, Fernando Moreira, “SOUSA, João Sabino de (?-1913)”, *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, dir. e coord. por Maria Filomena Mónica, vol. III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais-Assembleia da República, 2006, p. 824.

⁵⁷² João Viegas Paula Nogueira (1859-1944). Prosseguiu os estudos no Instituto de Agronomia e Veterinária no curso simultâneo de agronomia e medicina veterinária. Foi fiscal sanitário da Câmara Municipal de Lisboa e inspector sanitário do Mercado Geral de Gados. Em 1893, foi lhe comissionado um estudo sobre a situação pecuária no arquipélago dos Açores. Teve ampla participação em congressos nacionais e internacionais, nomeadamente, no primeiro Congresso da Tuberculose, em 1895, em Coimbra, e os congressos internacionais de veterinária de Berna, em 1885, Baden Baden, em 1899 e de Londres, em 1914, bem como o Congresso de Patologia Comparada, de Paris, em 1912 e o Comité Internacional das Epizootias, igualmente em Paris, em 1921. A sua área de especialidade recaiu particularmente nas matérias de bacteriologia veterinária. Em 1918, seria nomeado director da Instrução Agrícola nos Ministérios da Instrução e da Agricultura e Director da Escola Superior de Medicina Veterinária. Foi Senador da República em 1918. Destaca-se a colaboração com diversos periódicos de especialidade e outros, nomeadamente, *A Vanguarda*, *O Século*, *Gazeta das Aldeias* ou *O Lavrador*. “PAULA NOGUEIRA (João Viegas)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XX, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Ilimitada, [s.d.], pp. 664-665.

da Silva⁵⁷³, chefe de serviço químico, desde 1884; para a quarta cadeira, António Augusto dos Santos⁵⁷⁴, chefe de serviço clínico, desde 1885; e para a décima segunda cadeira, Henrique da Cunha Matos de Mendia⁵⁷⁵, chefe de serviço agrícola, desde 1883.

No entanto, nem todos os lugares foram providos; ficavam por preencher a terceira, décima primeira, décima sexta, décima sétima e décima oitava cadeiras. O concurso aberto em Março de 1887⁵⁷⁶, respeitava ao provimento das primeira, sexta, décima primeira, décima sétima e décima oitava cadeiras, uma vez que estava definida a nomeação de Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo⁵⁷⁷ para lente catedrático da terceira

⁵⁷³ Luís António Rebelo da Silva (1855-1946). Matriculou-se no curso de agronomia, pelo Instituto Geral de Agricultura, o qual concluiu em 1878. Em 1880, foi nomeado agrónomo distrital em Viseu, em cujo distrito procedeu à instalação dos serviços filoxéricos, e, em 1882, ocuparia o mesmo cargo, no distrito de Leiria. Foi ainda condutor de obras públicas, no distrito de Santarém, onde dirigiu obras de hidráulica. Teve participação na análise de vinhos portugueses a apresentar a diversas Exposições nacionais e internacionais. Ainda relacionado com a área da química, foi químico analista e consultor da Companhia Real Promotora da Agricultura Portuguesa, fez parte da Comissão Técnica dos Métodos Químico-Analíticos e dirigiu, em Portugal, entre 1904 e 1914 os campos experimentais do Permanent Nitrate Committee. Foi inspector das Estações Químico-Agrícolas. Realizou diversas conferências na Real Associação Central de Agricultura Portuguesa e na Sociedade de Ciências Agronómicas de Portugal, e publicou vários artigos em jornais de especialidade, tais como *Revista Agronomica*, *Portugal Agricola*, *Agricultura Contemporanea* ou *Vinha Portuguesa*. Politicamente foi filiado no Partido Progressista, sendo amigo de José Luciano de Castro, líder daquela agremiação. Foi Par do Reino, hereditário, tendo sido vice-presidente da Câmara dos Pares, entre 1897 e 1901, e pertencido a várias comissões, entre as quais, a de Agricultura, Comércio e Indústria, Instrução Pública e Obras Públicas. Vide, Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo, op. cit., pp. 81-85; Margarida Rodrigues, “SILVA, Luís António Rebelo da (1855-1946)”, *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, dir. e coord. por Maria Filomena Mónica, vol. III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais-Assembleia da República, 2006, pp. 715-717.

⁵⁷⁴ Não nos deparamos, em obras de consulta, com quaisquer elementos biográficos relativos ao Professor António Augusto dos Santos. Refere Ferreira Lapa que o Professor se formou pelo Instituto, médico-veterinário lavrador, findo o qual foi nomeado Intendente de Pecuária do distrito de Viseu, cargo que exerceu igualmente no distrito de Lisboa. Sublinhou a sua participação em comissões de higiene pública e de pecuária. Cf., João Ignacio Ferreira Lapa, *Discurso Inaugural recitado na Sessão Solemne da Abertura das Aulas e da Distribuição dos Prémios aos Alunos do Instituto de Agronomia e Veterinaria no Anno Lectivo de 1889-1890 por J. I. Ferreira Lapa Lente Jubilado e Director do mesmo Instituto*, [...], p. 22.

⁵⁷⁵ Henrique da Cunha Matos de Mendia (1858-1901). Inicialmente matriculado na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, transitaria para o Instituto Geral de Agricultura, em 1877, onde concluiria o curso de silvicultura em 1880. Entre 1881 e 1883 foi subchefe da Divisão Florestal do Sul e dedicou-se, particularmente, ao estudo da viticultura e ao combate à filoxera, o que motivou a sua presença na Comissão Anti filoxérica do Sul. Em 1882, foi comissionado para estudar a salubridade dos arrozais em Coimbra. Teve ampla participação no associativismo agrícola e, entre 1893 e 1899 foi eleito vice-presidente da Real Associação Central de Agricultura. Colaborou em diversos títulos periódicos de especialidade, nomeadamente, *Jornal Oficial de Agricultura*, *Gazeta dos Lavradores*, *Vinha Portuguesa*, *Agricultura Contemporanea*, entre outros. Foi também eleito Director do Banco de Portugal, cuja crise financeira de 1891 o levou a abandonar o lugar. Politicamente afecto ao Partido Regenerador, foi convidado por Ernesto Hintze Ribeiro a integrar o executivo pela pasta das Obras Públicas, serviço que não aceitaria. Foi Deputado em diversas Legislaturas, nomeadamente, 1884-1887, 1887-1889, 1890-1892, 1896-1897, 1897-1899 e 1900-1901, durante as quais tratou extensamente dos problemas da agricultura nacional. Nesse longo período integrou diversas comissões, nomeadamente, a de Agricultura, em 1885, 1896 e 1897, a de Instrução Primária e Secundária, em 1885 e 1886 e a de Instrução Superior Especial em 1886, 1896 e 1897. Foi ainda Par do Reino, eleito, em 1893 e 1894. Vide, Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo, op. cit., pp. 76-79; Jaime Reis, “MENDIA, Henrique da Cunha Matos de (1858-1901)”, *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, dir. e coord. por Maria Filomena Mónica, vol. III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais-Assembleia da República, 2006, pp. 241-243;

⁵⁷⁶ Anúncio de 5 de Março de 1887, D. do G. n.º 53 de 9 de Março de 1887.

⁵⁷⁷ Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo (1858-1930). Concluiu o curso de agronomia, pelo Instituto Geral de Agricultura, em 1882. Antes de ser nomeado lente catedrático, permaneceu entre 1884 e 1887 como auxiliar no Laboratório de Patologia Vegetal, regido pelo Professor José Veríssimo de Almeida. Autor de diversas obras de especialidade, principalmente sobre botânica e física agrícola, publicou igualmente em vários periódicos de especialidade, nomeadamente, *Agricultura Contemporanea*, *Portugal Agricola* ou *Boletim da Associação Central de Agricultura*. Foi sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e sócio do Instituto de Coimbra. Foi o representante português na Comissão Internacional de Meteorologia Agrícola e membro nomeado da Comissão Central de Meteorologia. Vide, “FIGUEIREDO (Filipe Eduardo de Almeida)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*,

cadeira e a transferência de João Viegas Paula Nogueira da primeira para a décima sexta cadeira. Tal ocorria por decreto de 10 de Março de 1887: o primeiro lente era nomeado “mediante voto unânime do Conselho Escolar do Instituto de Agronomia e Veterinária”.⁵⁷⁸ As nomeações das cinco cadeiras decorreram entre Setembro e Dezembro de 1887. Em 15 de Setembro, eram nomeados para as quatro últimas Sertório do Monte Pereira⁵⁷⁹, Bernardino Camilo Cincinato da Costa⁵⁸⁰, António Correia da Silva Rosa⁵⁸¹ e

vol. II, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Ilimitada, [s.d.], pp. 307-308; Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo, op. cit., pp. 117-123.

⁵⁷⁸ Decreto de 10 de Março de 1887, D. do G. n.º 58 de 15 de Março de 1887.

⁵⁷⁹ Sertório do Monte Pereira (1858-1915). Formou-se em agronomia, pelo Instituto Geral de Agricultura, em 1885. Integrou diversos serviços estatais direccionados para a gestão agrícola, sendo chefe da secção dos Serviços Agronómicos e Coloniais do Ministério da Maria e Ultramar, Presidente do Mercado Central dos Produtos Agrícolas, entre 1887 e 1889, e secretário particular do Ministro das Obras Públicas, em 1909. Foi sócio e Director da Real Associação Central de Agricultura entre 1893 e 1897, na qual promoveu a organização do 1.º Congresso Vitícola Nacional, em 1895, e onde realizou várias conferências relacionadas com política agrícola, dada igualmente na Associação de Estudos Livres e na Sociedade de Geografia de Portugal. Colaborou em diversos jornais da especialidade. Politicamente foi Deputado, nas Legislativas de 1897-1899 e 1905, durante as quais integrou várias comissões nomeadamente de Agricultura, Fazenda, Instrução Pública Superior e Especial, e Ultramar. Vide, “PEREIRA (Sertório do Monte)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXI, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Ilimitada, [s.d.], p. 184; Conceição Andrade Martins, “PEREIRA, Sertório do Monte (1858-1915), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, dir. e coord. por Maria Filomena Mónica, vol. III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais-Assembleia da República, 2006, pp. 241-243.

⁵⁸⁰ Bernardino Camilo Cincinato da Costa (1866-1917). Matriculou-se, em 1880, no curso simultâneo de agronomia e medicina veterinária do Instituto Geral de Agricultura, concluindo-o em 1886. Publicou importantes obras como *Le Portugal Vinicole* ou *O Ensino Superior da Agricultura em França*, resultante da comissão de que foi incumbido para o estudo da evolução do ensino agrícola francês. Foi também encarregado de diversas outras missões ao estrangeiro, nomeadamente, em 1894, à América do Sul com vista à colocação dos excessos da produção vinícola nacional, ou às Exposições Universais de Paris, em 1900, de S. Luís, nos Estados Unidos, em 1904, e do Rio de Janeiro, em 1908. Participou ainda em múltiplos congressos de especialidade, particularmente vinícolas e oleícolas. Foi Director da Companhia das Lezírias, da Real Associação Central de Agricultura Portuguesa e da Sociedade de Ciências Agronómicas de Portugal. Apesar de eleito deputado em duas legislaturas não teve grande participação naquela Câmara. Vide, “CINCINATO DA COSTA (Bernardino Camilo)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VI, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Ilimitada, [s.d.], pp. 786-787; Conceição Andrade Martins, “COSTA, Bernardino Camilo Cincinato da (1866-1917), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, dir. e coord. por Maria Filomena Mónica, vol. I, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais-Assembleia da República, 2004, pp. 864-866; Filipe Figueiredo, op. cit., pp. 88-91.

⁵⁸¹ Não nos deparámos, em obras de consulta, com elementos biográficos relativos ao Professor António Correia da Silva Rosa. Porém, refere o Professor Filipe Figueiredo, que aquele Professor se matriculou no Instituto Geral de Agricultura para a frequência do curso simultâneo de agronomia e medicina veterinária, o qual concluiu em 1886, formando-se, posteriormente, em Medicina pela Escola Médico-cirúrgica de Lisboa. Terá colaborado em diversos periódicos, não se especificando quais. A actividade científica e de docência do Professor António Silva Rosa, no Instituto, foi também sublinhada por Figueiredo, em resultado das múltiplas excursões científicas que realizou com os seus alunos, da realização de diversas experiências relativas a culturas forraginosas e cerealíferas, ou da direcção e reorganização da Biblioteca. Terá tido papel grado no melhoramento e aperfeiçoamento dos vários estabelecimentos científicos anexos ao Instituto, tais como a Leitaria Experimental ou o Museu de máquinas agrícolas. Foi ainda Director da Escola Nacional de Agricultura, em Coimbra, por escolha do Conselho Escolar. Vide, Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo, op. cit., pp. 102-104.

José Maria Alves Torgo⁵⁸², respectivamente.⁵⁸³ O provimento da primeira cadeira recairia em Augusto de Figueiredo⁵⁸⁴, a partir de 22 de Dezembro.⁵⁸⁵

Até 1891, data da quarta reorganização do Instituto não seria nomeado mais nenhum lente catedrático observando-se apenas duas transferências entre cadeiras. Em 22 de Novembro de 1888, a transferência de João Ferreira da Silva, da décima nona cadeira para a décima quinta ⁵⁸⁶, devido ao falecimento de Joaquim Sabino Eleutério de Sousa, naquele ano⁵⁸⁷, e em 27 de Fevereiro de 1890, a transferência de Francisco António Alvares Pereira da décima terceira para a nona cadeira⁵⁸⁸, pela morte do Professor João de Andrade Corvo, em 15 de Fevereiro de 1890.⁵⁸⁹

O lugar de lente substituto era restituído após a supressão, em 1869, e substituição pelos chefes de serviço. A estes membros auxiliares do Instituto, em 1886, era “garantido o acesso aos lugares de lente catedrático (...) sem concurso e mediante proposta do conselho escolar, ficando contudo sujeitos à confirmação (...) no fim de dois anos de tirocínio”.⁵⁹⁰ Estabeleceram-se seis lugares divididos em número igual pelas duas secções científicas; cada lente ficava afecto a três cadeiras, com excepção da sétima e oitava, preenchidas por nomeação temporária de professores, segundo proposta do Conselho Escolar ou do director. Aos lentes substitutos cumpria a substituição dos lentes catedráticos e a coadjuvação daqueles nas lições práticas.

⁵⁸² Não nos deparámos, em obras de consulta, com quaisquer elementos biográficos relativos ao Professor José Maria Alves Torgo. O professor Ferreira Lapa refere que Alves Torgo se formou, pelo Instituto, no curso simultâneo de agronomia e medicina veterinária, tendo posteriormente sido nomeado facultativo militar. Destaca a ampla participação literária de especialidade, quer por obras próprias, quer em artigos publicados, por exemplo, nos periódicos *Agricultor do Norte* e *Agricultor português*. Cf., João Ignacio Ferreira Lapa, *Discurso Inaugural recitado na Sessão Solemne da Abertura das Aulas e da Distribuição dos Prémios aos Alunos do Instituto de Agronomia e Veterinaria no Anno Lectivo de 1889-1890 por J. I. Ferreira Lapa Lente Jubilado e Director do mesmo Instituto*, [...], pp. 39-40.

⁵⁸³ Decreto de 15 de Setembro, D. do G. nº 210 de 20 de Setembro de 1887.

⁵⁸⁴ Não nos deparámos, em obras de consulta, com elementos biográficos relativos ao Professor Augusto de Figueiredo. O professor Filipe Figueiredo refere que se formou, tardiamente, em 1884, pelo Instituto Geral de Agricultura, no curso de agronomia. Foi nomeado chefe de serviço da Quinta Regional de Sintra e professor do Colégio de Regentes Agrícolas, cargos que ocupou até 1887, até ser nomeado para o lugar de agrónomo distrital em Leiria. Além da publicação de obras de especialidade, terá colaborado em vários periódicos de especialidade, nomeadamente no *Portugal Agricola* e n.º *Agricultura Contemporanea*. Cf., Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo, op. cit., pp. 99-101.

⁵⁸⁵ Decreto de 22 de Dezembro de 1887, D. do G. nº 292 de 27 de Dezembro de 1887.

⁵⁸⁶ Decreto de 22 de Novembro de 1888, D. do G. nº 280 de 6 de Dezembro de 1888.

⁵⁸⁷ Cristina Joanaz de Melo, Fernando Moreira, “SOUSA, João Sabino de (? – 1913)”, *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, dir. e coord. por Maria Filomena Mónica, vol. III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – Assembleia da República, 2006, p. 824.

⁵⁸⁸ Decreto de 27 de Fevereiro de 1890, D. do G. nº 50 de 4 de Março de 1890.

⁵⁸⁹ Valentim Alexandre, “CORVO, João de Andrade (1824-1890)”, *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, dir. e coord. por Maria Filomena Mónica, vol. I, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – Assembleia da República, 2004, p. 841.

⁵⁹⁰ Art.º 59.º, Decreto de 2 de Dezembro de 1886, D. do G. nº 276 de 3 de Dezembro de 1886.

Retomavam as competências dos chefes de serviço e asseguravam a fiscalização dos terrenos contíguos ao Instituto para fins pedagógicos e pela vigia e conservação dos laboratórios, gabinetes e museus, e dos objectos e colecções neles integradas. Findos dois anos de exercício, era permitido aos lentes substitutos figurar como júris nos exames da respectiva secção e das cadeiras comuns.⁵⁹¹ O provimento dos lugares de lente substituto realizava-se mediante concurso de provas públicas, perante um júri composto dos membros do Conselho Escolar. As condições de admissão implicavam a titularidade da carta de curso em agronomia, silvicultura e medicina veterinária, segundo a secção a que pertenciam as cadeiras.

A primeira nomeação numa cadeira mantinha a sua natureza provisória e seria “válida por dois anos”, findos os quais o lente tirocinante poderia ser ou não confirmado no lugar, segundo autorização governamental, baseada nos pareceres do Conselho Escolar, do director, bem como da Direcção-Geral de Agricultura.⁵⁹² No entanto, os lugares de lentes substitutos não foram providos, motivo que figurou como um dos principais argumentos para a supressão dos mesmos, disposta na reforma de 1891. Segundo o relatório: “os quais ainda não foram providos, sem que o ensino sofresse, tendo até prescindindo o respectivo conselho escolar de usar da faculdade, pela lei conferida, de propor indivíduos habilitados para temporariamente (...) auxiliarem os lentes na regência das aulas.”⁵⁹³

Ao todo entre 1887 e 1889 foram abertos três concursos para prover àqueles lugares, sem nomeação subsequente, apesar do último ter sido prorrogado.⁵⁹⁴ Segundo Veríssimo de Almeida, a ausência de proponentes aos concursos era consequência do volume de encargos subjacentes às funções e à forma adoptada pelo concurso: “sendo a promoção por antiguidade, segue-se que cada candidato terá que fazer um concurso que abranja as doze cadeiras, tanto nas provas orais como nas provas praticas. Assim o determina a lei; assim o regula o programa do concurso. O programa é uma consequência da lei; a lei é o produto de um cérebro que parece ignorar o que seja um professor, e o que

⁵⁹¹ Artigos 21.º, 22.º e 23.º, Decreto de 2 de Dezembro de 1886, D. do G. nº 276 de 3 de Dezembro de 1886; Artigos 18.º e 19.º, Decreto de 8 de Novembro de 1888, D. do G. nº 263 de 16 de Novembro de 1888.

⁵⁹² Artigos 32.º, 43.º, 72.º, 74.º e 75.º, Decreto de 8 de Novembro de 1888, D. do G. nº 263 de 16 de Novembro de 1888.

⁵⁹³ Preâmbulo do Decreto de 8 de Outubro de 1891, D. do G. nº 227 de 9 de Outubro de 1891.

⁵⁹⁴ Anúncios de 5 de Março de 1887, D. do G. nº 53 de 9 de Março de 1887; 11 de Agosto de 1888, D. do G. nº 195 de 28 de Agosto de 1888; 29 de Julho de 1889, D. do G. nº 170 de 1 de Agosto de 1889; e 31 de Agosto de 1889, D. do G. nº 196 de 2 de Setembro de 1889.

vale e custa um concurso para o magistério superior.”⁵⁹⁵ Em 1889, Ferreira Lapa referindo-se à diminuta afluência de candidatos aos concursos reconhecia duas principais causas. Em primeiro, a “insuficiente remuneração destes lugares (...) diante das exigências que tais lugares impõem”, mas também à diferença do salário oferecido quando comparado com as remunerações alcançadas em “outros empregos profissionais das ciências agronómicas”. Em segundo, “a dificuldade das provas que até agora os programas dos concurso lhes têm exigido”, já que no concurso para cada uma das secções, não se discriminavam “as cadeiras ao serviço das quais cada um deles será obrigado” e eram introduzidos “nos pontos das provas em cada secção, assuntos tirados de todas as cadeiras que nela se compreendem”, porque a progressão para lente catedrático pertenceria ao lente substituto com mais antiguidade.⁵⁹⁶

A restituição dos lugares de lente substituto não logrou o apoio do Conselho Escolar do Instituto; aliás não constava do projecto apresentado por aquele órgão. A doutrina do Conselho Escolar assentava na necessidade da divisão clara entre os titulares do ensino teórico e os responsáveis pelo ensino prático. Nas palavras de Veríssimo de Almeida: “Temos a experiência de muitos anos. Para que seja proficuo o ensino prático é necessário que os técnicos encarregados de tal ensino, sejam única e exclusivamente professores práticos, que acompanhem e dirijam os alunos em todos os trabalhos, sob as indicações e com o auxílio do catedrático.”⁵⁹⁷ Na perspectiva de Ferreira Lapa, “os lentes substitutos não se subordinam ao papel de demonstradores e auxiliares dos lentes catedráticos, pois que, sendo chamados a reger cadeiras, consideram-se por esse facto iguais aos lentes catedráticos e fogem por isso de quaisquer funções subalternas”. Esta situação resultava de lacuna no Regulamento que não precisava as funções daquele corpo.⁵⁹⁸

Nesse sentido, o Conselho havia proposto, não a restituição dos lugares de lente substituto, mas “a transformação dos chefes de serviço em *simples demonstradores*; (...)”

⁵⁹⁵ José Veríssimo de Almeida, “Os lentes substitutos e o ensino pratico”, *A Agricultura Contemporanea, Revista Agricola e Agronomica*, ano III, t. III, n.º 7, 1 de Outubro de 1888, pp. 79-82.

⁵⁹⁶ João Ignacio Ferreira Lapa, *Discurso Inaugural recitado na Sessão Solemne da Abertura das Aulas e da Distribuição dos Prémios aos Alunos do Instituto de Agronomia e Veterinaria no Anno Lectivo de 1889-1890 por J. I. Ferreira Lapa Lente Jubilado e Director do mesmo Instituto*, [...], pp. 9-10.

⁵⁹⁷ José Veríssimo de Almeida, “A reforma do ensino superior da agricultura”, *A Agricultura Contemporanea, Revista Agricola e Agronomica*, t. II, n.º 20, 16 de Março de 1888, pp. 238-240.

⁵⁹⁸ João Ignacio Ferreira Lapa, *Discurso Inaugural recitado na Sessão Solemne da abertura das Aulas e da distribuição de premios aos alunos do Instituto de Agronomia e Veterinaria no anno Lectivo de 1888-1889 por J. I. Ferreira Lapa, Lente jubilado e Director do mesmo Instituto*, [...] p. 9.

elevando o seu número a oito, quatro para cada secção”.⁵⁹⁹ Pelo contrário, segundo a reforma, a vertente prática do ensino passava também à incumbência dos lentes catedráticos, em acumulação com a regência teórica das cadeiras. Para Veríssimo de Almeida traduzia-se numa “certa preocupação em impor absurda e violentamente maior trabalho e responsabilidade aos lentes catedráticos, sacrificando-se a esta ideia o ensino prático”.⁶⁰⁰

Com o auxílio dos lentes substitutos nas aulas práticas e substituídos por estes na regência das cadeiras, prevalecia o mesmo problema suscitado pelos chefes de serviço, após a supressão dos lugares de lente substituto, em 1869. Assim, concluía Veríssimo de Almeida, em 1888, “na reforma em vigor, aqueles demonstradores foram substituídos por seis lentes substitutos com tal multiplicidade de funções que anula completamente o seu serviço.”⁶⁰¹ A questão foi, sem sucesso, objecto de uma representação por parte do Conselho Escolar.

Após ter sido incumbido de organizar o programa para o concurso dos lentes substitutos, “o conselho resolveu (...) representar contra o concurso”, formando uma comissão que, “em nome do conselho, [fosse] pedir ao senhor ministro das obras públicas que não mandasse publicar o programa do concurso, programa já elaborado e entregue na repartição respectiva; e que, em vez de substitutos nos desse professores de prática”. Veríssimo de Almeida relatava “*a desconfiança no espírito do sr. ministro*”, uma vez ter aquele procurado inferir junto daquela comissão “se no pedido haveria uma preocupação de aristocracia científica por parte dos catedráticos, que julgariam descer da sua dignidade, se os lentes se ocupassem do ensino prático.” A resposta incluía a lembrança a Emídio Navarro “que não só as demonstrações práticas são executadas pelos catedráticos, sempre que para isso há possibilidade, mas que até no último ano muitos lentes catedráticos se tinham encarregado do ensino prático, sem remuneração alguma, e para remediar a falta dos lentes substitutos ou de demonstradores”, evidenciando novamente “que muitos anos de experiência tinham mostrado que o ensino prático é deficiente, improfícuo e às vezes nulo sempre que o funcionário encarregado de ministrá-lo aos alunos era simultaneamente obrigado a ensino teórico”. O desfecho da questão não

⁵⁹⁹ José Veríssimo de Almeida, “Plano de Organização do Ensino Agrícola e Veterinário”, *Gazeta das Aldeias*, n.º 2, 9 de Janeiro, ano III, 1887, pp. 2-4.

⁶⁰⁰ Idem, *ibidem*.

⁶⁰¹ José Veríssimo de Almeida, “A reforma do ensino superior da agricultura”, *A Agricultura Contemporanea, Revista Agrícola e Agronomica*, t. II, n.º 20, 16 de Março de 1888, pp. 238-240.

terá sido favorável aos requisitos do Conselho Escolar. Após algumas hesitações, o Ministro prevalecia na posição inicial: “Dias depois era publicado o programa, antes da vinda do director geral de agricultura”. Veríssimo de Almeida concluía amargamente: “Fica-se pois sabendo que, quem menos entende de ensino agrícola e veterinário, é o conselho de professores que desse ensino fazem profissão.”⁶⁰² Devido à dificuldade em nomear lentes substituto e não terem sido adquiridos os materiais necessários à realização dos exercícios práticos, por portaria de 9 de Novembro de 1888, permitia-se que a frequência das aulas práticas fosse reduzida a uma vez por semana, por cada cadeira, admitindo-se a possível contratação extraordinária de professores temporários para a realização daquelas.⁶⁰³

Para o auxílio das lições práticas instituía-se a figura do preparador, criando três lugares, nomeados por concurso documental. Geralmente, os preparadores estavam incumbidos da disposição e preparação dos “utensílios e aparelhos para as demonstrações das lições práticas”. Deveriam assistir os lentes catedráticos e substitutos naquelas e atender às especificidades do espaço onde aquelas se desenvolveriam. O preparador de química agrícola, affecto ao Laboratório de Química Agrícola, onde se realizavam as lições práticas da segunda, quinta e décima cadeiras, coadjuvava nos trabalhos desenvolvidos no Laboratório, elaborando o inventário e “cuidando da sua guarda e conservação”. O preparador de Química Médica e Bacteriologia, affecto aos Laboratórios de Química Médica e Análise Toxicológicas, e de Bacteriologia e Histologia, local dos exercícios práticos da décima sétima e vigésima primeira, “e ainda das cadeiras 18.^a e 20.^a”, deviam ainda executar “todos os serviços de especialidade que estes [os lentes] lhe ordenarem”, assim como da inventariação, guarda e conservação dos estabelecimentos. O terceiro preparador “de anatomia e teratologia” estava affecto ao Gabinete de Anatomia e de Cirurgia. Realizava as “preparações anatómicas para as lições de anatomia normal e patológica”, ficando igualmente responsável pela conservação daquele espaço.⁶⁰⁴

O primeiro lugar era acessível àqueles que se apresentassem habilitações no curso de regentes agrícolas ou florestais, ou com o curso de agronomia ou silvicultura, factores de preferência. Aos dois últimos lugares poderiam os titulares da carta do “curso de

⁶⁰² José Veríssimo de Almeida, “Os lentes substitutos e o ensino pratico”, *A Agricultura Contemporanea, Revista Agricola e Agronomica*, t. III, n.º 7, 1 de Outubro de 1888, pp. 79-82.

⁶⁰³ Portaria de 9 de Novembro de 1888, D. do G. n.º 258 de 10 de Novembro de 1888.

⁶⁰⁴ Artigos 22.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º e 77.º, Decreto de 8 de Novembro de 1888, D. do G. n.º 263 de 16 de Novembro de 1888.

monitores pecuários pela escola prática central de agricultura”, ou com formação em medicina veterinária, que lhes daria preferência. Em 22 de Dezembro de 1886, seriam nomeados para o lugar de preparador de química agrícola, César Justino de Lima Alves, e para o lugar de preparador de anatomia e teratologia, José Augusto Ramos, sem que tenhamos conhecimento de ter sido efectuada qualquer nomeação relativa ao preparador de química médica e bacteriologia.⁶⁰⁵

Ao Instituto de Agronomia e Veterinária acresciam ainda outros funcionários auxiliares.⁶⁰⁶ Na secção veterinária, integrados no Hospital Veterinário e nos estabelecimentos anexos, eram empregues: um enfermeiro e um fiel do hospital, sendo nomeado e confirmado, respectivamente, Aureliano Frederico Goes e Augusto Mendes Barata; um chefe de serviço farmacêutico, função exercida por Augusto de Oliveira Abreu, um praticante de farmácia e um mestre da oficina siderotécnica, sendo confirmado no lugar, António Pedro Correia. Na secção agronómica, era empregado um jardineiro-horticultor, sendo confirmado no lugar, Bernardo Venâncio de Figueiredo.

O serviço administrativo, de secretaria e contabilidade era realizado por um secretário, recaindo em Augusto José Henriques Gonzaga, dois amanuenses, dos quais apenas conhecemos a nomeação de Teotónio Júlio Pimenta para o lugar de primeiro amanuense, e dois oficiais, a saber, Henrique de Figueiredo no lugar de oficial de contabilidade, e José Augusto de Melo. A estes acresciam ainda o conservador da biblioteca, lugar desempenhado por Higino Gonçalves Pontes, um picador, um porteiro, recaindo em António José Ribeiro, três guardas, nomeados Francisco António dos Reis, Jacinto Augusto da Costa Guilherme e António Dionísio, e seis serventes, sendo confirmados, José António, José Maria de Carvalho e Silva, Joaquim António Nazaré e Luís Pinto de Almeida, e nomeados José Martins e Augusto Pereira.⁶⁰⁷

A determinação do curso preparatório exigido no acesso à primeira matrícula deixava de estar na alçada do Conselho Escolar, sendo previamente determinado por decreto governamental. O Regulamento de 1888 estabelecia que “Para a matrícula no primeiro ano de qualquer dos cursos são documento obrigado as certidões de aprovação em todas as disciplinas de 1.^a, 2.^a e 3.^a classe (secção de ciências) e certidão de aprovação em desenho, dos liceus, em conformidade com o decreto regulamentar de 12 de Agosto

⁶⁰⁵ Decretos de 22 de Dezembro de 1886, D. do G. n.º 294 de 27 de Dezembro de 1886.

⁶⁰⁶ Art.º 36.º, Decreto de 2 de Dezembro de 1886, D. do G. n.º 276 de 3 de Dezembro de 1886.

⁶⁰⁷ As nomeações de pessoal auxiliar realizaram-se em 22 e 24 de Dezembro de 1886. Decretos de 22 de Dezembro e portarias de 24 de Dezembro de 1886, D. do G. n.º 294 de 27 de Dezembro de 1886.

de 1886”.⁶⁰⁸ Antes o Conselho Escolar exigia a apresentação do quarto ano dos liceus e os novos preparatórios exigidos eram considerados factor de “influência na matrícula”⁶⁰⁹, configurando um entrave à entrada de novos alunos.⁶¹⁰ Segundo Veríssimo de Almeida, a dificuldade no acesso à matrícula nos cursos do Instituto resultava, através de “*portarias especiais*”, na dispensa a “alguns candidatos da apresentação do documento de aprovação nos 5.º e 6.º anos do curso de ciências nos liceus: houve até um ou dois dispensados de cadeiras de 3.º e 4.º anos do curso geral! Neste ano, até esta data em que escrevo, já apareceram três ou quatro portarias, dispensando parte do curso preparatório.”⁶¹¹ João Ferreira Lapa corroborava este retracto referindo que apesar de as dispensas, os alunos ficariam obrigados apresentar as respectivas certidões “no acto de passagem da carta do curso.”⁶¹² As bolsas dispostas para os alunos pensionistas mantinham-se em número de dez, quatro para a frequência do curso de agronomia ou silvicultura, e seis para o curso de medicina veterinária.⁶¹³

A gestão científica do Instituto de Agronomia e Veterinária recaía no Conselho Escolar, à semelhança dos modelos anteriores, o qual seria composto exclusivamente pelos lentes catedráticos. O regime administrativo e económico anteriormente incumbido à Junta Administrativa passava a ser da atribuição do Conselho de Administração, criado para efeito pela reforma de 1886. Este órgão era presidido pelo director do Instituto, tendo por vice-presidente o director do depósito de animais reprodutores, ou seja, o lente catedrático com mais antiguidade da secção veterinária, e por vogais, dois lentes eleitos anualmente pelo Conselho Escolar.⁶¹⁴ De entre as várias competências de que era incumbido sinalizam-se a organização dos orçamentos gerais e especiais da Instituição, sendo aprovados pelo Conselho Escolar, a distribuição de verbas sem aplicação específica, bem como a fiscalização sobre a aplicação de todas as verbas aos vários

⁶⁰⁸ Art.º 113.º, Decreto de 8 de Novembro de 1888, D. do G. nº 263 de 16 de Novembro de 1888.

⁶⁰⁹ João Ignacio Ferreira Lapa, *Discurso Inaugural recitado na Sessão Solemne da abertura das Aulas e da distribuição de prémios aos alunos do Instituto de Agronomia e Veterinaria no anno Lectivo de 1888-1889 por J. I. Ferreira Lapa, Lente jubilado e Director do mesmo Instituto*, [...] p. 10.

⁶¹⁰ José Verissimo de Almeida, “Chronica Agricola”, *A Agricultura Contemporanea, Revista Agricola e Agronomica*, t. III, n.º 11, 1 de Dezembro de 1888, pp. 122-123.

⁶¹¹ Idem, “Chronica Agricola”, *ibidem*, ano III, t. III, n.º 11, 1 de Dezembro de 1888, pp. 122-123.

⁶¹² João Ignacio Ferreira Lapa, *Discurso Inaugural recitado na Sessão Solemne da abertura das Aulas e da distribuição de prémios aos alunos do Instituto de Agronomia e Veterinaria no anno Lectivo de 1888-1889 por J. I. Ferreira Lapa, Lente jubilado e Director do mesmo Instituto*, [...], p.10.

⁶¹³ Art.º 79.º, Decreto de 8 de Novembro de 1888, D. do G. nº 263 de 16 de Novembro de 1888.

⁶¹⁴ Art.º 53.º, Decreto de 2 de Dezembro de 1886, D. do G. nº 276 de 3 de Dezembro de 1886.

serviços integrados e os respectivos inventários, e autorizar e fiscalizar pequenas construções e reparações a realizar no edifício principal.⁶¹⁵

⁶¹⁵ Art.º 231.º, Decreto de 8 de Novembro de 1888, D. do G. nº 263 de 16 de Novembro de 1888.

V Capítulo - O Instituto de Agronomia e Veterinária: As supressões de João Franco e a reforma atenuante de Bernardino Machado: 8 de Outubro de 1891 e 6 de Outubro de 1893

O início da década de 90 do século XIX foi marcado por uma crise financeira e monetária, assim como económica identificada com a crise do próprio modelo de desenvolvimento económico, estabelecido na década de 50, alicerçado no crescente endividamento público e do déficit orçamental. Os problemas de tesouraria do Estado português, traduzidos na incapacidade de cumprir com as obrigações no pagamento do crédito externo concedido, deveram-se quer a factores internos, como externos. Ao crescente déficit orçamental impulsionado pelo aumento da despesa, principalmente, mas não apenas, efectuada na década de 80, acrescia a diminuição das exportações portuguesas, maioritariamente produtos agrícolas, que estavam na origem do agravamento do déficit comercial e de uma menor receita fiscal. Ao nível externo assistia-se a uma crise financeira geral e na esteira das opções das décadas de 60 e 70, a capacidade do Estado em sustentar o pagamento da dívida era afectada pela diminuição do valor das remessas enviadas pelos emigrados no Brasil devido à diminuição do valor do câmbio entre o Rio de Janeiro e a praça financeira londrina. A resolução da crise financeira portuguesa implicou um longo processo de renegociação da dívida externa, que permitiu ao Estado português recuperar o acesso ao crédito. Promovia-se igualmente o aumento dos impostos indirectos e a redução da despesa. Impunha-se uma mudança no paradigma financeiro do estado, principalmente ao nível da capacidade de investimento, e “após os excessos de optimismo sobre o carácter *reprodutivo* dos *melhoramentos materiais*, a nova doutrina oficial de finanças públicas primava pelo pragmatismo e apostava na redução do *deficit* não só pelo aumento da receita, mas também pela contenção da despesa, inclusive de investimento.”⁶¹⁶

O Instituto de Agronomia e Veterinária era dotado de nova organização em 8 de Outubro de 1891; inseria-se no contexto de redução da despesa pública, autorizada pela carta de lei de 30 de Junho de 1891, ao governo extraparlamentar, liderado por João Crisóstomo de Abreu e Sousa.⁶¹⁷ As reformas traduziam-se na realização de “simplificações e restrições” e aplicavam-se ao “pessoal e material dos serviços das

⁶¹⁶ Sérgio Campos Matos, “A crise da monarquia constitucional (1890-1906)”, *História de Portugal, Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, dir. por João Medina, vol. IX – A Monarquia Constitucional, Alfragide, Ediclube, 1993, pp. 164-165; Rui Pedro Esteves, op. cit., pp. 319-323.

⁶¹⁷ Manuel Pinto dos Santos, op. cit., pp. 118-119.

secretarias de estado, e nos serviços públicos dependentes de todos os ministérios”, salvaguardando a compatibilidade das disposições “com o regular funcionamento dos serviços”. Esperava-se até a promoção do “aumento do proveito e utilidade que eles são destinados a aplicar.” Segundo João Franco, responsável pela pasta das Obras Públicas, a aplicação de reformas de “redução, tão quantiosa, quanto possível, das despesas públicas” não resultava apenas das “circunstâncias financeiras do tesouro”. Assentava no princípio de administração pública, ou seja, a “missão educativa que aos governos incumbe desempenhar” para demonstrar às populações a moralização dos gastos, pelos “actos diários e isolados da administração”: “Só é verdadeiramente forte o povo que sabe trabalhar e economizar.” As primeiras iniciativas desta natureza nos serviços oficiais da pasta ministerial que tutelava incidiam no “ensino profissional, agrícola, industrial e comercial”. Apesar de versarem a diminuição dos serviços e, por extensão, a capacidade pedagógica das instituições de ensino, o legislador reconhecia a “importância, sempre indiscutível” daqueles estabelecimentos, por constituírem uma das principais ferramentas ao dispor do executivo para debelar as carências económicas e financeiras: “assume neste momento ainda maiores proporções pela necessidade que o país tem, para resolver a sua questão económica, de preparar convenientemente a educação profissional das classes trabalhadores, nas suas diversas graduações”.⁶¹⁸

A reforma de 8 de Outubro de 1891 era o reflexo das providências de contenção aplicadas à lei orgânica do Instituto de Agronomia e Veterinária, tendentes a suprir os meios da Instituição, sem expressão prática. Ressalvando o “empenho” da reforma de 1886, contudo aferia que as disposições respectivas haviam ultrapassado “até os limites do estritamente necessário, para desde logo e por uma vez se implantarem melhoramentos que, embora úteis, não correspondiam a uma necessidade urgente e instantânea”. Nesse sentido, as disposições aplicadas em 1891 reflectiram-se na redução dos quadros do magistério e, por consequente, no número de cadeiras da Instituição.

O Instituto de Agronomia e Veterinária era integrado na categoria de “ensino técnico superior”, compreendendo ainda a estrutura de ensino agrícola portuguesa o “ensino profissional”, dividido nos graus geral e especial. Os cursos oferecidos pelo Instituto mantiveram-se em número de três, agronomia, silvicultura e medicina veterinária, os quais passavam a partilhar a duração total de quatro anos. Após a conclusão

⁶¹⁸ Preâmbulo ao Decreto de organização do ensino agrícola, de 8 de Outubro de 1891, D. do G. nº 227 de 9 de Outubro de 1891.

do curso teórico, os alunos finalistas deveriam realizar um tirocínio prático, que passava a constar no curso de medicina veterinária, para aceder à carta de curso. A medida era justificada com vista a “dar um carácter mais intenso de aplicação à instrução dos alunos”, terminando com o que se considerava ser uma “desigualdade e deficiência, que até hoje se tem dado em relação a um desses cursos”. Estas reflexões preliminares, exaradas no preâmbulo à peça legislativa, contradiziam o quotidiano da Instituição uma vez que o tirocínio dos alunos de medicina veterinária realizava-se no decurso da formação, em simultâneo com a componente teórica. Esta disposição traduz uma adaptação da pedagogia ao facto do Hospital Veterinário já não ser administrado pelo Instituto de Agronomia e Veterinária, nem ser considerado estabelecimento anexo.

O tirocínio dos cursos de agronomia e silvicultura conservava-se como o principal elemento de diferenciação do curso teórico, comum às duas áreas, mantendo uma duração de oito meses. O tirocínio do curso de agronomia passava a ser dividido em quatro meses repartidos pelo Laboratório da Estação Químico-Agrícola de Lisboa e por uma escola prática de agricultura a designar posteriormente pelo Ministério. No mesmo sentido, os alunos finalistas de silvicultura encontravam-se subordinados ao “respectivo silvicultor” da Mata de Leiria, local onde realizavam o tirocínio. Em veterinária, o tirocínio decorria no Hospital Veterinário e no Laboratório Bacteriológico. A defesa da tese apresentada pelo aluno, constituía a última etapa e mantinha o formato: perante um júri composto pelo director do Instituto e quatro lentes da respectiva secção, no qual se destacava a ausência dos directores que superintendiam a realização do tirocínio.⁶¹⁹

A regulamentação das aulas era mantida com a indicação de conteúdo e frequência, indicando-se, para cada cadeira, o mínimo de quatro lições por semana. As aulas teóricas não poderiam exceder semanalmente o número de quatro, nem ser inferiores a três, em tempo previsto de uma hora e meia: uma hora à “prelecção feita pelo lente” e os trinta minutos restantes à “exposição feita pelo aluno”. As aulas práticas, com a duração de duas horas, poderiam variar entre uma e três vezes por semana, “segundo a importância da cadeira”. Para reforço da vertente prática e, segundo o preâmbulo à reforma, por forma a “suprir-se quanto possível a deficiência resultante das condições materiais do edifício onde se acha instalado o instituto”, estabelecia-se “o princípio dos trabalhos e visitas, durante o ano lectivo, às fábricas e aos estabelecimentos rurais, quer

⁶¹⁹ Art.º 8.º, Decreto de 8 de Outubro de 1891, D. do G. nº 227 de 9 de Outubro de 1891.

do estado, quer dos particulares”, ainda que essa prática se tivesse iniciado nos primeiros anos da década de 80. Quer o horário das lições, como o programa das cadeiras deveriam ser remetidos à Direcção-Geral de Agricultura, ouvido o Conselho Escolar, para aprovação superior. O método de avaliação por exame era mantido para todas as cadeiras.⁶²⁰

O quadro de cadeiras dos três cursos teóricos do Instituto de Agronomia e Veterinária foi, a par do quadro do magistério, a vertente mais afectada pelas disposições impostas em 8 de Outubro de 1891. Foram suprimidas quatro cadeiras, e consequentemente distribuídas as disciplinas “sem que, na sua essência, sob o ponto de vista científico e de utilidade prática, fique prejudicado ou amesquinhado o ensino técnico”, na visão do Ministro. Segundo João Franco os novos agrupamentos de disciplinas justificavam-se por serem “natural e logicamente, disciplinas que pela sua afinidade podem com vantagem ser lidas numa mesma cadeira.”

Na secção agronómica as supressões respeitavam às disciplinas de Química e Silvicultura. No primeiro caso extinguiu-se a antiga segunda cadeira, “Química geral e análise química”, convencionando-se que “continua o instituto convenientemente dotado” em matéria de estudos químicos por se conservarem as cadeiras de Química Agrícola, Química Médica, e de Tecnologia Agrícola e Florestal, “com as respectivas análises”. No segundo caso, as matérias de silvicultura, antes estabelecidas numa única cadeira, eram transferidas para as disciplinas de viticultura e arboricultura. A extinção justificava-se pela “afinidade desta cultura com as outras”, assim como pela “aplicação restrita, no nosso país da cultura silvícola”.

No mesmo sentido, na secção veterinária, os estudos zoológicos eram alvo de mudança. Tratando-se de uma ciência que “deve ser professada no instituto, mas quanto baste e possa utilizar directamente à agricultura” era integrada na cadeira de zootecnia e higiene. A disciplina de direito veterinário, definida como “útil”, segundo o Ministro, seria tão reduzida que considerava: “mal dá para o ensino em um ano lectivo inteiro”; era transposta para a cadeira de patologia especial, conservando “desdobradas com vantagem para o ensino” as duas matérias de patologia.

No quadro de disciplinas professadas no Instituto verificaram-se outras supressões e acréscimos. Na terceira cadeira adicionou-se a disciplina de Toxicologia das plantas e,

⁶²⁰ Art.º 7.º, *ibidem*.

na quarta cadeira, reintegrava-se a matéria de Agricultura Geral. As supressões, por sua vez, respeitaram a ambas as secções, a saber, a décima cadeira adoptava unicamente o estudo da Economia, Direito Administrativo, Legislação e Contabilidade Rurais, eliminando a vertente florestal. No mesmo sentido, as matérias de siderotecnica deixavam de elencar o quadro de disciplinas na sequência da autonomia dada ao Hospital Veterinário, o que se verificou também para Polícia Sanitária, Direito Comercial Veterinário e Medicina Legal.

As disciplinas ministradas no Instituto, antes distribuídas por 21 cadeiras, eram ora reagrupadas em 17 cadeiras: “1.^a Cadeira: Física, meteorologia e geologia agrícolas. 2.^a Cadeira: Química aplicada à agricultura. Análises de terras, águas e adubos. 3.^a Cadeira: Botânica agrícola. Fisiologia vegetal. Taxiologia das plantas. 4.^a Cadeira: Agricultura geral. Culturas arvenses e hortícolas. 5.^a Cadeira: Arboricultura. Viticultura. Silvicultura; 6.^a Cadeira: Microscopia. Nosologia Vegetal. Entomologia agrícola. 7.^a Cadeira: Mecânica e sua aplicação aos instrumentos e máquinas agrícolas. Topografia. 8.^a Cadeira: Hidráulica agrícola. Construções rurais. 9.^a Cadeira: Tecnologia agrícola e florestal. 10.^a Cadeira: Economia, direito administrativo, legislação e contabilidade rurais. 11.^a Cadeira: Zoologia agrícola. Zootecnia. Higiene e exterior dos animais domésticos. 12.^a Cadeira: Anatomia descritiva e teratologia. 13.^a Cadeira: Histologia e fisiologia comparada dos animais domésticos. 14.^a Cadeira: Matéria médica. Farmacologia. Química médica e toxicologia. 15.^a Cadeira: Anatomia patológica geral. Patologia e terapêutica gerais. 16.^a Cadeira: Patologia especial. Epizootias. Clínica médica. Direito Veterinário. 17.^a Cadeira: Cirurgia. Obstetrícia veterinária. Clínica cirúrgica.”⁶²¹

A secção agronómica configurava as matérias compreendidas entre a primeira e a décima primeira cadeira, as restantes constituíam a secção veterinária, enquanto a terceira, décima e décima primeira cadeiras eram comuns aos três cursos. A distribuição das cadeiras pelos quatro anos de cada curso era determinada por decreto governamental, ouvido o Conselho Escolar, o que ocorreu em 10 de Outubro de 1891: no curso de agronomia e silvicultura, no primeiro ano, leccionavam-se a primeira e sétima cadeiras; no segundo ano, a terceira, segunda e oitava cadeiras; no terceiro, a quarta, quinta e sexta cadeiras; e no quarto e último ano, a nona, décima e décima primeira cadeiras. No curso

⁶²¹ Art.º 2.º, Decreto de 8 de Outubro de 1891, D. do G. nº 227 de 9 de Outubro de 1891.

de medicina veterinária a distribuição apresentava-se da seguinte forma: no primeiro ano, a décima segunda e terceira cadeiras; no segundo ano, repetia-se a décima segunda cadeira a par da décima terceira; no terceiro ano, a décima quinta, décima quarta e décima primeira cadeiras; no quarto e último ano, já sem os tempos de prática, leccionavam-se a décima sexta, décima sétima e décima cadeiras.⁶²²

Os estabelecimentos anexos ao Instituto de Agronomia e Veterinária, considerados em 1891, para as aulas práticas eram três: o Laboratório Químico, um horto agrícola experimental e a biblioteca. No entanto, não julgamos poder concluir a supressão dos estabelecimentos indicados em 1886 uma vez que se especificava a existência “das salas de estudo e dos gabinetes, inerentes às diversas cadeiras”.⁶²³ O Hospital Veterinário e as estruturas anexas deixavam de constar da relação uma vez que, reorganizado por decreto, também de 8 de Outubro de 1891, deixava de estar sob a direcção do Instituto, antes colocado “imediatamente dependente da direcção geral de agricultura”. Assim a Junta Directora, bem como os lugares de inspector e de directores clínicos eram extintos e processava-se a nomeação de novos órgãos directivos por entre os quadros veterinários da Direcção Geral de Agricultura. No que respeita à relação do Hospital Veterinário de Lisboa com o ensino superior de medicina veterinária, estabelecia-se que os “animais doentes, recolhidos no hospital veterinário, deverão ser utilizados para o serviço prático dos alunos, que frequentarem as cadeiras de clínica médica e de clínica cirúrgica (...) sob a direcção técnica dos respectivos professores”. Determinava-se ainda que no Laboratório de Bacteriologia se realizasse “o tirocínio dos alunos do curso de veterinária sob a inspecção e ensino do director do hospital veterinário.” Estabelecia-se a possibilidade dos instrumentos e aparelhos constantes do Gabinete de Cirurgia, anexo ao referido Hospital, serem “utilizados para as demonstrações práticas da cadeira de cirurgia (...) mediante requisição do respectivo lente ao director do hospital”.⁶²⁴

No início da década de 90, Bernardino Cincinato da Costa, lente da cadeira de Tecnologia Agrícola e Florestal, referia a existência de uma leitaria experimental, que designada como uma “pequena oficina de trabalho, por enquanto ainda bem modesta e incompleta (...) onde, todos os anos, podem os alunos do curso agronómico exercitar-se (...) e onde, por outro lado se efectuem diferentes ensaios de pesquisa ou verificação

⁶²² Decreto de 10 de Outubro de 1891, D. do G. n.º 229 de 12 de Outubro de 1891.

⁶²³ Art.º 7.º, Decreto de 8 de Outubro de 1891, D. do G. n.º 227 de 9 de Outubro de 1891.

⁶²⁴ Artigos 1.º, 4.º e 8.º, Organização do hospital veterinário de Lisboa, Decreto de 8 de Outubro de 1891, D. do G. n.º 227 de 9 de Outubro de 1891.

científica.” Porém, em vista das “inúmeras dificuldades e com os magros recursos de que então dispunha o actual lente da cadeira de tecnologia agrícola, não pode esta instalação atingir as proporções que houvera [sic] programmisado o seu fundador”. O material “de que se compõe a *leitaria experimental* não estaria ainda completo, faltando-lhe “maquinismos e aparelhos de alto custo, que não pudemos adquirir”, apesar de possuir “preciosos elementos de estudo da mais incontestável utilidade.” Simultaneamente, o “primitivo plano” daquele lente, previa mais “instalações semelhantes”, especializadas no estudo de outras indústrias rurais, tais como “o fabrico do vinho e dos azeites e o seu correspondente estudo, completado este em um *laboratório de fermentações*”.

A concretização destes estabelecimentos fora entendida como uma possibilidade, e apesar de ser “uma empresa que, por não estar muito em harmonia com os hábitos tradicionais do nosso ensino técnico, não era contudo insuperável, nem sequer difícil”. Contudo, a tentativa resultava nula, admitindo o Professor Cincinato da Costa que a sua “nenhuma influência e pequeníssima autoridade, porém, nada puderam conseguir para arcar com os mil embaraços que sempre e imprevisivelmente se alevantam para tolher o passo a quem quer trabalhar”. Ainda assim, a *leitaria* achava-se constituída, observando ser através deste género de estabelecimento “ao mesmo tempo oficinas de trabalho para educação de alunos e laboratórios de estudo para pesquisa e investigação científica, que o nosso ensino agrícola mais há de vir a lucrar.”⁶²⁵

O quadro do corpo docente passava a ser constituído por apenas dezassete professores, em número igual ao das cadeiras oferecidas, com as incumbências da leccionação, quer teórica, quer prática, das cadeiras, bem como da direcção e fiscalização dos “gabinetes, salas de estudo e outros anexos do instituto”, “sem direito a aumento de retribuição”.⁶²⁶ Nos lugares de lentes Catedráticos eram confirmados os existentes, figurando Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo, na primeira cadeira, Luís António Rebelo da Silva, na segunda cadeira, D. António Xavier Pereira Coutinho, na terceira cadeira, Sertório do Monte Pereira, na quarta cadeira, Henrique da Cunha Matos de Mendia, na quinta cadeira, José Veríssimo de Almeida, na sexta cadeira, Conselheiro Augusto José da Cunha, na sétima cadeira, Manuel José Ribeiro, na oitava cadeira, Bernardino Camilo Cincinato da Costa, na nona cadeira, Francisco António Alvares

⁶²⁵ Bernardino Camilo Cincinato da Costa, “A *Leitaria Experimental* do Instituto de Agronomia e Veterinaria”, *Portugal Agrícola*, vol. IV, 1892-1893, pp. 14-16.

⁶²⁶ Artigos 12.º, 13.º e 39.º, Decreto de 8 de Outubro de 1891, D. do G. nº 227 de 9 de Outubro de 1891.

Pereira, na décima cadeira, António Maria dos Santos Viegas, na décima primeira cadeira, Joaquim Inácio Ribeiro, na décima segunda cadeira, João Viegas Paula Nogueira, na décima terceira cadeira, António Augusto dos Santos, na décima quarta cadeira, José Antunes Pinto, na décima quinta cadeira e João Ferreira da Silva na décima sétima cadeira.⁶²⁷ Em 29 de Outubro de 1891, José Maria Alves Torgo foi incumbido da regência da décima sexta cadeira, tendo já integrado o corpo docente em 1887.⁶²⁸

A supressão dos seis lugares de lente substituto, previstos na reforma de 1886, e definidos como dispensáveis sem prejuízo do ensino, em 1891, verificava uma diminuição drástica dos funcionários auxiliares do corpo catedrático do Instituto de Agronomia e Veterinária. Mantinham-se dois lugares de preparadores, mais precisamente de Química e de Anatomia e Cirurgia, bem um regente agrícola incumbido de auxiliar os docentes da sétima e oitava cadeiras “nos trabalhos do campo”, tomando a seu cargo a guarda do horto agrícola experimental e das máquina e instrumentos mecânicos e agrícolas “pertencentes aos gabinetes do instituto”.⁶²⁹ Não obstante, a abertura de concurso para o lugar de preparador da 12.^a e 17.^a cadeiras, em Maio de 1892⁶³⁰, o provimento das vagas não consta das fontes, por nós consultadas. No cargo de preparador de química mantinha-se César Justino de Lima Alves, nomeado em 1886. Dada a inexistência de pessoal docente auxiliar, as substituições dos lentes catedráticos seriam asseguradas por lentes adidos, em cuja categoria eram considerados, com preferência no acesso aos lugares do magistério, “o lente mais moderno dos que concorreram, no último concurso, para a secção agronómica, e o lente mais moderno dos que concorreram, também no último concurso, para a secção veterinária.” Na eventualidade da falta desses, as substituições seriam garantidas por “lentes em cadeiras iguais ou análogas, de quaisquer escolas, de preferência a indivíduos estranhos ao magistério.” Aos lentes adidos era ainda permitida, com a bonificação correspondente, e em estatuto de comissão, o acesso aos lugares de directores das escolas práticas de agricultura.⁶³¹

Os preparatórios exigidos no acto da matrícula eram reduzidos “ao absolutamente necessário”, em consequência da alteração dos requisitos, a saber, o curso completo dos liceus da secção de ciências. Assim, os alunos eram obrigados a apresentarem “alguns

⁶²⁷ Decreto de 10 de Outubro de 1891, D. do G. n.º 229 de 12 de Outubro de 1891.

⁶²⁸ Decreto de 29 de Outubro de 1891, D. do G. n.º 247 de 2 de Novembro de 1891.

⁶²⁹ Artigos 22.º, 26.º e 27.º, Decreto de 8 de Outubro de 1891, D. do G. n.º 227 de 9 de Outubro de 1891.

⁶³⁰ Anúncio de 14 de Maio de 1892, D. do G. n.º 110 de 17 de Maio de 1892.

⁶³¹ Artigos 41.º, 42.º e 43.º, Decreto de 8 de Outubro de 1891, D. do G. n.º 227 de 9 de Outubro de 1891.

títulos de capacidade perfeitamente dispensáveis para a boa compreensão das disciplinas professadas no instituto.” A partir de 1891 era exigida a apresentação de certidões de aprovação nas disciplinas de “português, francês, matemática, física, química e história natural, e desenho (cursos completos), a primeira parte do latim, a geografia e a história.”⁶³²

Em 5 de Novembro de 1891 o Conselho Escolar contestava a nova organização: apresentando uma desconstrução argumentativa dos princípios subjacentes, esgrimiou as concepções respectivas sobre a estrutura científica e pedagógica do ensino agrícola superior. Sem desatender aos “patrióticos intentos do governo” e ao seu “nobilíssimo desejo de bem servir a causa pública”, entendia que a reforma atentava para “além do fim que a determinara”, ameaçando “de graves perturbações e prejuízos a instrução que nele se professa”. Relembrava que os limites impostos, pela carta de lei de 30 de Julho de 1891, deveriam garantir a compatibilidade entre o regular funcionamento e as simplificações a adoptar, premissa não acautelada pela reforma.⁶³³

Segundo a análise do Conselho, a organização assentava em vários pressupostos falsos, “que serviram de alicerce ao edifício da novíssima remodelação!” A conclusão primordial do legislador, de que a reforma “de par com valiosa economia dos dinheiros públicos, conseguiu melhorar o ensino” traduzia um raciocínio falacioso; segundo o Conselho Escolar, o desenvolvimento do ensino não podia ser alcançado pela contracção das estruturas e recursos, mas sim pela “sua explanação, condição necessária do seu maior grau de elevação e utilidade”. No caso específico, a redução do quadro docente significava para o ensino ministrado “amesquinhá-lo, e ensino mesquinho, apoucado, incompleto, (...) de fraco proveito é para o indivíduo que o recebe e para a nação que o mantém. É coisa sabida”. Sublinhava a incongruência, patente na parca dotação da Escola, de que resultava despesas vultuosas decorrentes da concretização económica plena. Nesse sentido, se as supressões efectuadas beneficiavam “ligeirissimamente, ainda assim, o tesouro”, suscitavam um profundo efeito nefasto pesando “rudemente sobre toda a instrução e crédito da escola, traduzindo-se, afinal, pelo maior dos desserviços que, na conjuntura presente, se pudesse fazer à agricultura nacional.” Outros pressupostos considerados eram exemplificados, como o facto do Ministro afirmar que, para o reforço

⁶³² Art.º 6.º, Decreto de 10 de Outubro de 1891, D. do G. nº 229 de 12 de Outubro de 1891.

⁶³³ *Representação do Conselho Escolar do Instituto de Agronomia e Veterinária ácerca da reforma do mesmo instituto Decretada em 8 de Outubro de 1891*, Lisboa, Typ. Da Companhia Nacional Editora, 1891, pp. 3-4.

da vertente prática, a reforma estabelecia o princípio das excursões científicas, “quando esse princípio era anterior e constituía já um dever para os professores deste instituto, que o observaram.” Ou, pela opção do Conselho Escolar em não contratar professores temporários, uma decisão justificada pelo “interesse do próprio ensino (...) na expectativa em que sempre esteve do provimento regular dos substitutos”, ressaltando a posição anterior, a saber, a preferência pela contratação de demonstradores incumbidos da instrução prática dos alunos.⁶³⁴

Quanto às alterações no quadro das cadeiras, o Conselho Escolar demonstrou-se intransigente com a supressão da cadeira de Direito Veterinário, para a qual não concebia motivo plausível além da “inculcada necessidade da máxima redução das despesas públicas”, razão pela qual acedia que “sem prejuízo de maior pudessem suprimir-se as cadeiras de química geral e de zoologia, e até a de silvicultura”. Segundo o órgão, a supressão da primeira cadeira, e subsequente transferência das suas matérias para a cadeira de Patologia Especial, resultava de concepções erróneas sobre o conteúdo, bem como desatenção ao desenvolvimento científico suscitado nas disciplinas subjacentes. O argumento da exiguidade das matérias não tinha validade quando confrontado com a vastidão de disciplinas que “sob a designação genérica de *direito veterinário*, se estudavam: as epizootias, ou antes, as doenças contagiosas dos animais, e com essas, a bacteriologia, que logo ali encontrava, por semelhante forma larga e fecunda aplicação; a polícia sanitária, incluindo nesta a síntese das noções mais directamente aplicáveis à inspecção dos animais alimentares, vivos ou *post-mortem*; o direito comercial respectivo às transacções de que são objecto os gados; e, finalmente, a medicina legal no que ela mais importa ao veterinário.” Assim a exiguidade referida pelo Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria reflectiva uma noção desactualizada, considerando apenas o desenvolvimento inicial daquelas matérias: “Deslembaram, de certo, os últimos progressos da ciência, e afigurou-se que nos achávamos ainda na época em que a medicina legal e o direito comercial eram a base essencial e quase única do que continua a chamar-se direito veterinário, hoje porém transformado pela crescente preponderância da polícia sanitária. Então, sim, é que a disciplina sujeita, “embora importante e útil”, dispensava “um ano lectivo inteiro» para a sua exposição, e podia, sem prejuízo apreciável, coexistir com outra disciplina numa só cadeira.”

⁶³⁴ Idem, *ibidem*, pp. 4-5.

Reconhecendo a verdadeira extensão daquelas o Conselho Escolar afirmava a “impossibilidade de ensino medianamente profícuo das mesmas matérias”, uma vez reunidas às matérias de Patologia Especial, por si, “de campo tão extenso, na parte que propriamente lhe cabe, como o que poderá julgar-se pela variedade das espécies animais sujeitas ao seu domínio.” A supressão daquela cadeira era ainda desaconselhada devido à importância delegada, no plano formativo do médico veterinário, às competências de “polícia sanitária”, as quais, a par da prática clínica, constituíam “a mais saliente e característica das suas feições de utilidade pública”, através da qual “se afirmam e patenteiam o alto préstimo económico e valia higiénica ponderosa do diplomado”, isto é, o seu papel determinante no combate às epizootias e na própria manutenção da saúde pública.⁶³⁵

A posição do Conselho Escolar sobre os tirocínios práticos mantinha-se, traduzindo-se numa profunda “falta de confiança (...) no gabado tirocínio em estabelecimentos estranhos ao instituto e sob a direcção de pessoal não afecto às práticas do ensino”. Não creditava àquele complemento do ensino teórico qualquer “vantagem apreciável, quando não lhes traga [aos alunos] prejuízo grande, como de frequência se tem já observado.” Pelo contrário, reafirmava o princípio de que “toda a instrução técnica deve completar-se no estabelecimento em que foi iniciada”. No caso do Instituto o cumprimento dessa premissa era impossibilitado pelas condições materiais que, o legislador, assumindo a carência respectiva, procurava fazer ultrapassar por modalidades alternativas. O Conselho notava, “o próprio relatório que consideramos, parece reconhecer esse mesmo princípio (...) Se, pois, não fosse o obstáculo dessa deficiência, o reformador haveria preferido reunir no instituto todos os elementos à mais perfeita instrução, assim técnica como prática, dos alunos que o frequentam.”

Esta posição ficava comprometida com a autonomia outorgada ao Hospital Veterinário e assim o curso de medicina veterinária acompanhava as dificuldades verificadas nos cursos de agronomia e silvicultura: “Isto é: contrariamente às generosas aspirações do seu espírito lúcido, o reformador destruiu, com um traço de pena, as condições que realizam já para o curso veterinário, e a bem dizer completo, o seu próprio desiderato, substituindo-as precisamente por aquelas que parecera antes condenar”.

⁶³⁵ Idem, *ibidem*, pp. 5-8.

A mais, a concretização do tirocínio do curso veterinário, preconizado pela reforma, era tida por falaciosa, uma vez que já havia sido praticado nos anos anteriores. O Conselho Escolar questionava-se, retoricamente, se os tirocínios realizados antes haviam tido qualquer proveito pedagógico, quais as vantagens do novo modelo, e se essas resultavam do tirocínio ser dirigido pelos novos clínicos do Hospital, ao invés dos próprios lentes da Instituição: “Mas o que era então o último ano do curso veterinário, senão um período de tirocínio no hospital, em que cada aluno acompanhava regularmente o respectivo professor na sua visita às enfermarias, assistindo e tomando parte no exame e tratamento de todos os animais ali existentes, em geral, e, em particular, daqueles que expressamente lhe eram distribuídos, com respeito aos quais se observavam as suas indicações terapêuticas, verificadas antes e discutidas como mesmo professor? Pois estes trabalhos de todo um ano escolar, e depois de, já no ano anterior, haverem os alunos frequentado com a mesma regularidade, aquelas enfermarias, a título de prática nas cadeiras de patologia especial e cirurgia, (...) seriam de nenhum valor? Tê-lo-á então o tirocínio agora decretado? Por ser dirigido pelos novos clínicos e ter o director do hospital a superintendê-lo?”

No parecer do Conselho, a “melhoria de serviço”, que o legislador entendia reverter da autonomia e da nova direcção do Hospital Veterinário e o facto do tirocínio ser dirigido por elementos estranhos à Escola, logo reputado como “superior ao anterior ensino prático pelos lentes”, conduzia à acusação de “incompetência daqueles professores”. Comprovava-o também “outro facto, de significado não menos característico, - o da investidura da nova direcção”, constituída por um “funcionário estranho aos serviços do Instituto (...) parecendo pospor-se a razão económica”. A prevalência do princípio económico seria respeitado se acaso o órgão directivo fosse liderado pelo lente que, pela reforma, deixava de pertencer ao quadro do magistério e era colocado no lugar de lente adido, com remuneração, e cuja nomeação seria coerente com as suas antigas incumbências: “a mais amais, as circunstâncias já apontavam o encarregado que estava sendo dos cursos de cirurgia e clínica cirúrgica, isto é um dos directores do mesmo hospital”. Simultaneamente, a desanexação do laboratório de bacteriologia, uma vez integrado no Hospital Veterinário, figurava como “outro motivo do seu desgosto profundo pela autonomia do hospital”, dado que aquele, “dependente da

extinta cadeira de direito veterinário”, havia sido constituído “à custa de muito trabalho e dedicação, que bem mereciam dos poderes públicos menos acentuada indiferença.”⁶³⁶

Quanto à vertente prática do ensino, o Conselho Escolar enfatizava a contradição entre a importância atribuída à experiência e a exiguidade dos meios para a implementação. Não obstante, os meios materiais eram considerados “relativamente aceitáveis para o ensino prático, na verdade de muita valia em toda a instrução agrícola, médica, ou semelhante”. A principal crítica recaía nos quase nulos recursos humanos afectados àquele ensino. Tal configurava uma segunda contradição, que não poderia justificar-se por motivos financeiros e que se traduzia na diferença existente entre os estabelecimentos existentes, as incumbências intrínsecas e o pessoal auxiliar disponível à manutenção: “O estado do tesouro (...) nunca poderá justificar um conjunto de medidas, que, autorizando e pressupondo condições materiais relativamente aceitáveis para o ensino pratico (...) o deixe (...) desamparado do pessoal estritamente indispensável ao regular funcionamento desse mesmo ensino.” O Conselho ressaltava que a crítica não pretendia “advogar o restabelecimento dos lugares de lentes substitutos” cuja supressão achava apropriada, “não pelos motivos alegados no relatório, mas porque não é de uma nova categoria de lentes que o instituto mais carece, conforme sempre opinou este mesmo conselho.” Sublinhava a urgência em incumbir os exercícios práticos a funcionários desprovidos de ligação ao magistério: “De demonstradores, repetidores, ou preparadores, de auxiliares que participem um pouco de cada uma destas qualidades, e que, em qualquer caso, se mostrem idóneos na sua colaboração com os lentes (...) sem ressaibos académicos, mas instruídos e modestos (...) afim de que o ensino prático se torne uma realidade verdadeiramente útil”.

Pelo contrário, ao incumbir-se o lente do ensino prático, a poupança desejável para o tesouro era nula porque aquele pagaria “assim mais cara a instrução agronómica e veterinária, pela sua imperfeição.” A divisão entre as duas classes resultava da especificidade das “aptidões particulares” exigidas pelo ensino prático, “em muitos casos inconciliáveis com aquelas que a exposição doutrinal requer”. O ensino no seu todo deveria desejavelmente ser “confiado a duas ordens de agentes diversos, cuja acção combinada produza o efeito desejado.” Exemplificava-se com a diferença entre os trabalhos técnicos, as “operações de análise e verificação que, pela maior simplicidade

⁶³⁶ Idem, *ibidem*, pp. 9-13.

dos aparelhos que empregam ou das manobras que o funcionamento deles demanda; pela relativa brevidade da sua marcha e pronta manifestação dos seus efeitos, ou por outra circunstancia, estão, nem podiam deixar de estar, ao alcance do lente (...) quer no decurso da lição teórica (...) quer em lição prática” e os que “só podem ser entregues, com inteiro proveito do ensino, à perícia consumada e adquirida por hábitos especializados e persistentes, como os do preparador e demonstrador, obrigado a repetir e variar os processos (...) menos pelas necessidades da sua exibição ante os alunos, do que por aquelas que resultam de consultas ao gabinete ou de questões postas pelo lente, no interesse do próprio ensino.”

Reconhecendo como “primeiro dever” do lente, o magistério ou “a exposição da doutrina”, a realização dos “trabalhos preparatórios da lição prática” revertia em prejuízo da função primordial. O Conselho observava que a incongruência entre serviços era mantida pela reforma ao instituir os lugares de preparador de química e de anatomia e cirurgia. Não obstante, o mesmo princípio não era generalizado à totalidade do ensino, citando-se necessário “à anatomia patológica e nosologia vegetal, como à química médica ou à zootecnia, ou, ainda, à topografia e mecânica, sendo para estas de uma indispensabilidade evidente os exercícios de desenho”. Tal implicava que o Instituto fosse dotado de “auxiliar especial para os exercícios de desenho”, além de “mais dois preparadores, repetidores, ou como queira chamar-se-lhes, para cada uma das secções”.⁶³⁷

A par das disposições definidas como “providências que maior e mais imediato dano importam”, relativas às “condições gerais do ensino”, sinalizavam-se outras disposições “de menor alcance”, mas de relevância para a pedagogia da escola. Neste domínio, as “necessidades do tesouro” dificilmente justificavam a não inclusão da disciplina de Química no plano de estudos do curso de medicina veterinária. Na conclusão, o Conselho reiterava a posição traduzida no “parecer contrário à nova organização do ensino deste instituto, tocada, fatalmente, de mácula original, desde que fora concebida sob o desastroso influxo de uma corrente de opinião, só atenta aos efeitos próximos de determinado corte nas despesas públicas, e assim indiferente às suas remotas consequências.” Admitindo-se dotado “da exacta compreensão das circunstâncias” era da opinião que a reacção mais utilitária deveria ser a de impelir à “consolidação dos diferentes elementos da instrução que lhe está cometida [ao Instituto], refazendo uns,

⁶³⁷ Idem, *ibidem*, pp. 14-17.

desenvolvendo outros e acrescentando até alguns que não existiam”, atendendo às necessidades particulares da nação “que tem dependente o futuro, mais dos seus campos, do que das fábricas que possam circunda-los.”⁶³⁸

Anexa à representação do Conselho Escolar, constava uma representação particular de Henrique da Cunha Matos de Mendia, lente da 5.^a cadeira, sobre as consequências motivadas pela reforma naquela cadeira e cujo programa havia sido redigido para tornar “menos sensíveis os graves inconvenientes resultantes da instrução, segundo preceitua a nova lei, de tão vasto e importante quadro de estudos, como é o do ensino da Silvicultura, Viticultura e Arboricultura, em uma única cadeira.”⁶³⁹

Na concepção daquele Professor, o desenvolvimento concedido aos estudos vitícolas reflectia a importância económica da vinha, “principal capital do nosso solo agrícola”. A sua redução “às exíguas e deficientíssimas proporções de uma simples terça parte de cadeira” não oferecia uma resposta congruente com as dificuldades de uma “época eminentemente crítica (...) de verdadeira revolução em todos os antigos processos culturais”, em que os novos estudos e experiências “formam de per si uma verdadeira biblioteca destinada a esclarecer o proprietário e o agrónomo”, e cuja actividade económica “tanto trabalho, tanto capital, tanta solicitude e tanta instrução técnica representam e reclamam.”

Na vertente prática do ensino, particularmente as matérias de viticultura e arboricultura, o Professor Matos de Mendia acusava inexecutável o cumprimento das novas normativas, questionando como proceder à realização respectiva sem espaços destinados a esse fim: “Antes porém de satisfazer tão indispensável necessidade como poderei eu cumprir devidamente a lei (...) que me ordena professe aos meus alunos a prática da Viticultura, pelo menos durante duas horas por semana, sem que para este fim e satisfação de tal intuito eu disponha de um palmo de terreno nem de uma cepa que seja?” Entendia “indispensável a criação de uma vinha experimental e de ensaio, em terreno apropriado e quanto possível próximo da nossa Escola, para maior facilidade da instrução conforme a nova lei a preceitua”. Adiante, acrescentava que as mesmas premissas se aplicavam “na máxima parte igualmente ao ensino prático da Arboricultura que se não poderá, do mesmo modo, absolutamente ministrar na falta de um pomar de estudo

⁶³⁸ Idem, *ibidem*, pp. 17-18; 23.

⁶³⁹ Idem, *ibidem*, p. 26.

organizado e disposto em perfeita harmonia com o fim que deve ter em vista preencher, a exemplificação prática do ensino”.⁶⁴⁰

Quanto ao ensino da silvicultura, as dificuldades enunciadas pelo Lente não se quedavam “somente à parte prática desta disciplina mas também e muito especialmente à parte teórica”, reduzida, em 1891, a “menos de um terço” de uma cadeira. Esta contracção era incompatível com a manutenção do curso de silvicultores, uma vez que reduzido o ensino “proporções inconcebíveis” se transformava este domínio científico em simples complemento do curso de agronomia: “Ora, se a nova reforma houvesse eliminado do quadro do ensino desta Escola a habilitação de Silvicultores (...) eu poderia talvez, no escasso tempo de que poderei dispor para a leitura da parte de silvicultura ensinar uma tal ou qual Silvicultura, não para silvicultores, mas para agrónomos ou o que tanto vale, partindo do principio de que os meus alunos não teriam nunca de aplicar os seus conhecimentos florestais se não em arvoredos de extensão relativamente limitada, verdadeiras dependências apenas das explorações rurais que tivessem que dirigir”.

O Instituto mantinha a formação em silvicultura, pelo que os técnicos “que terão é certo o seu diploma de silvicultores obtido, (...) não possuirão por bagagem científica, especial ou técnica, senão os elementos adquiridos em umas quinze lições teóricas sobre Silvicultura e em um tirocínio de oito meses nas matas do Estado feito sobre ... o que não aprenderam.” Na vertente prática da silvicultura acresciam outras carências observadas nas restantes disciplinas: o Instituto não dispunha de “maciços florestais destinados à exemplificação e ao estudo.” Por forma a colmatar essa carência, Henrique de Mendia propunha a substituição das aulas práticas por maior número de lições teóricas, “acompanhadas de demonstrações práticas com o auxílio dos limitados recursos das colecções do meu gabinete”, remetendo a prática dos alunos “que no nosso Instituto, repito, não se pode professar, (...) para os oito meses de tirocínio a que os alunos silvicultores têm de satisfazer em harmonia também com a nova lei”.⁶⁴¹

Individualmente, multiplicaram-se os comentários críticos à reforma, na imprensa periódica de especialidade, geralmente consentâneos com as considerações exaradas pelo Conselho Escolar. Neste contexto, o testemunho do lente João Viegas Paula Nogueira avultava de representativo. Para o professor, a reforma de 1891 significava “o maior retrocesso a que se poderia condenar em nossos dias o ensino da agronomia, da

⁶⁴⁰ Idem, *ibidem*, pp. 27-30.

⁶⁴¹ Idem, *ibidem*, pp. 30-33.

silvicultura, e sobretudo, da medicina veterinária pois foi esta que mais perdeu”. Definindo a nova organização como “precipitadamente feita”, estimava constituir “o delírio da economia”, por inutilizar por completo o ensino prático do Instituto, concluindo que a instituição “tal como está, reduzido o número dos seus laboratórios, sem o seu antigo hospital, sem demonstradores, só com dois preparadores, e com tão escasso número de serventes (...) não serve ao fim para que foi criado”.⁶⁴²

Referindo-se ao ensino da medicina veterinária, a desanexação do Hospital Veterinário do Instituto configurava um corte abrupto no desenvolvimento contínuo na capacidade de transmissão de conhecimentos e de investigação, fazendo-o regredir às condições primordiais: “Apareceu enfim a reforma, dizíamos, e com ela se quebrou aquela cadeia que, desde 1830 - ano em que se fundou em Portugal a primeira escola veterinária – tem vindo assegurando aos diversos ramos da agricultura uma evolução nunca interrompida, melhorando-se em cada reorganização os meios doutrinários. Hoje retrogradámos, e o retrocesso foi, em alguns pontos, ainda além do que estava estabelecido na organização primitiva e rudimentar da velha escola veterinária da Luz. Sirva de prova a violenta e absurda separação do Hospital veterinário de Lisboa.”

Concluindo, o Autor lastimava que “O ensino veterinário é (...) uma sombra do que foi”, consequência da separação dos laboratórios e gabinetes, antes integrados no Instituto. Assim, o legado da reforma configurava a falta absoluta de condições para o ensino prático, imprescindível para o ensino da veterinária: “Vem o decreto de 8 de Outubro e, sem dizer porquê, separa do Instituto o hospital veterinário, deixando sem clínica as duas cadeiras de clínica, e sem instrumentos e sem gabinetes nada menos de quatro cadeiras do curso de medicina veterinária – a cadeira de histologia, a de cirurgia e as duas de patologia! (...) a verdade é que de ora avante os alunos de veterinária ficarão sem nenhuns elementos práticos que os habilitem a exercer a sua profissão.”

Em suma, o principal defeito da reforma era o carácter contraditório entre os objectivos pedagógicos e os meios dispostos para efeito, situação particularmente crítica para os cursos de medicina veterinária e silvicultura: “Hoje, com a supressão da silvicultura e do direito veterinário, retrogradámos para além de 1882, e queremos ter *técnicos* para os serviços florestais e para os serviços de polícia sanitária! Existem no Instituto um curso de silvicultores sem haver uma cadeira de silvicultura; existe um curso

⁶⁴² João Viegas Paula Nogueira, “Revista Veterinária”, *Portugal Agrícola*, vol. III, 1891-1892, p. 336.

de intendentes de polícia sanitária, sem haver uma cadeira de direito veterinário! E tudo em nome daqueles bons princípios que o relatório diz deverem presidir às reformas do ensino, para o melhorar e aperfeiçoar!”.⁶⁴³

Na imprensa periódica, a reforma de 1891 era colhida de forma diferenciada. Enquanto alguns periódicos apenas enunciavam a concretização das peças legislativas, como o *Diário de Notícias*⁶⁴⁴, outros demonstravam-se particularmente favoráveis à nova organização, criticando inclusive a prevalência do ensino agrícola tal como se apresentava. Segundo João Aquiles Ripamonti, em artigo publicado no jornal *Portugal Agrícola*, a reforma realizada de João Franco tinha por objectivo “dar golpe profundo nos serviços agrícolas” para os quais, explicava, o Ministro estaria “mal orientado como estava das vantagens que eles já traduziam”, integrando o que considerava ser “uma corrente de ideias pouco simpática aos serviços prestados pela classe agronómica e veterinária”.⁶⁴⁵

O jornal *A Época*, desenvolvia uma crítica genérica sobre a evolução das estruturas do ensino agrícola. Considerando “curiosa” a “história do ensino agrícola e suas reformas em Portugal”, observava que a criação daquelas estruturas havia sido determinada, “bem evidentemente”, pela “necessidade de estabelecer novos empregos (...) do que a necessidade de instruir os lavradores.” Nessa perspectiva, caracterizava-se pelo avolumar das despesas alicerçadas em opções estratégicas, desprovidas de continuidade e prontamente derogadas por novas iniciativas. Exemplificava com a criação dos cursos de veterinários-lavradores e engenheiros agrícolas, sucedida pela eliminação dos mesmos, apesar de apresentados imprescindíveis aquando da sua criação: “De reforma em reforma, na organização do ensino agrícola, sempre aumentando o número de cadeiras, isto é o quadro do pessoal docente e o quadro dos empregados superiores e subalternos das escolas e das quintas, chegámos à reforma de 1886”. A reforma de 1886 era caracterizada como “uma fantasia altamente dispendiosa, sem nenhuma vantagem para a agricultura, e com algum descrédito para a ciência oficial, tão encarecida.”⁶⁴⁶ Consequentemente, a mudança decretada, em 1891, mantinha o sistema de ensino na condição de “nada perder de sua acção benéfica e civilizadora”, expurgando-

⁶⁴³ Idem, “Revista Agrícola e Veterinária”, *Portugal Agrícola*, vol. III, 1891-1892, pp. 97-104.

⁶⁴⁴ “Assumptos do dia. Reformas do ensino agrícola e do ensino industrial e comercial”, *Diário de Notícias*, ano. 27.º, n.º 9.258, 1891, p. 1.

⁶⁴⁵ João Aquiles Ripamonti, “Revista Agrícola”, *Portugal Agrícola*, vol. III, 1891-1892, pp. 364-365.

⁶⁴⁶ “O Ensino Agrícola e as suas reformas”, *A Época*, ano V, n.º 1454, 1891, p. 1.

o “de todas as superficialidades que o tornam dispendioso”. Este periódico, sem indicação de autor, mostrava-se antagónico à manutenção do ensino agrícola. Considerava-o “um dos viveiros de criar empregados públicos”, premissa justificada pelo facto do emprego mais comum alcançado dos graduados do Instituto ser o funcionalismo público. Conforme explanava, “numa ou duas cadeiras de agricultura, numa de nossas escolas superiores, escolas politécnicas, ou mesmo a Universidade de Coimbra (...) bastavam para habilitar os que pretendessem obter uma carta de agrónomo.” Por fim, concluía que a nova organização podia ser “mais simples, mais modesta e mais económica”: “O luxo da ciência deve ser banido de um país encarregado de dívidas, e vivendo nas mais apuradas circunstâncias por falta de recursos para satisfazer as suas mais instantes e mais imperiosas necessidades e compromissos.”⁶⁴⁷

O Dia reconhecia “o superior critério de equidade a que o nobre ministro obedeceu” nas novas organizações dos ensinos técnicos, onde não se ostentava a “preocupação política”. Enunciando as poupanças realizadas, designava-as enquanto “resultado ornamental magnífico” e enaltecia os princípios, “incontestavelmente a boa e sã doutrina, que nos deixa absolutamente seguros da rectidão e da seriedade das intenções que animam o esclarecido ministro.”⁶⁴⁸ O *Commercio de Portugal* sublinhava a importância dos diplomas os quais corroboravam a relevância do ensino técnico, condição essencial da prosperidade das indústrias nacionais, basilar da “regeneração económica do país”. Na perspectiva do periódico as novas organizações eram “interessantes” devido às economias realizadas. Das reformas, fruto do “trabalho sério, meditadamente estudado e excelentemente orientado” de João Franco, singularizava as medidas tendentes a corrigir “o grande defeito de todo o nosso ensino”, a saber, “o seu carácter essencialmente teórico, o qual resulta já remotamente de tradição”. As mudanças previstas garantiam “um cunho essencialmente útil, prático e aplicativo”, porém, não sem “uma grande dificuldade”. Esta incidia nos professores acusados de falta de “competência para o ensino prático”, sugerindo, como “complemento natural” ao “reconhecimento da necessidade do ensino prático” realizada pela legislação, o envio dos mesmos “ao estrangeiro a *estudarem* praticamente aquilo que só conhecem de uma maneira teórica.” Esta era a forma pela qual “acabará por se criar a instrução prática em Portugal.”⁶⁴⁹

⁶⁴⁷ “Nova organização do Ensino Agrícola”, *A Epoca*, ano V, n.º 1455, 1891, p. 1.

⁶⁴⁸ “Ensino Agrícola e Industrial”, *O Dia*, n.º 1269, 1891, p. 1.

⁶⁴⁹ “Lisboa, 9 de Outubro”, *Commercio de Portugal*, ano 38.º, n.º 11356, 1891, p. 1.

Pelo contrário, Francisco de Almeida e Brito, em artigo publicado em *A Vinha Portuguesa* considerava difícil que “a reforma consiga dar maior intensidade ao ensino prático dos agrónomos”. A supressão da cadeira de viticultura era objecto de crítica, relembrando a relevância desta matéria científica num país “onde a vinha é a primeira riqueza” e “todos os estudos são poucos para a restaurar e defender de um número infinito de inimigos.”⁶⁵⁰ No ensejo dessas considerações demonstrava o seu apoio ao “ilustre professor no seu justíssimo e eloquente protesto”, referindo-se à representação de Henrique Matos de Menda.⁶⁵¹

Em 6 de Outubro de 1893, a pedido do Conselho Escolar⁶⁵², o Instituto de Agronomia e Veterinária era reformado em segmentos particulares da organização decretada em 1891. O decreto da autoria de Bernardino Machado, Ministro das Obras Públicas, seria igualmente subscrito por João Franco, último reformador do Instituto, então responsável pelo Ministério do Reino, no 47.º Governo Constitucional, presidido por Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro.⁶⁵³ As disposições desta reforma foram regulamentadas, e em alguns casos complementadas, pelo Regulamento do Instituto de Agronomia e Veterinária de 4 de Maio de 1896.⁶⁵⁴

A primeira alteração verificava-se no quadro de cadeiras; sem prejuízo de manter a composição atribuída às “disciplinas e cadeiras constantes do artigo 2.º do decreto de 8 de Outubro de 1891”, modificavam-se as designações. Abreviavam-se os títulos de várias cadeiras, principalmente na secção agronómica, nomeadamente nas cadeiras agora designadas “Física agrícola”, “Química agrícola” e “Botânica agrícola”, anteriormente intituladas, respectivamente, “Física, meteorologia e geologia agrícolas”, “Química aplicada à agricultura. Análise de terras, águas e adubos” e “Botânica agrícola. Fisiologia vegetal. Taxilogia das plantas”. O mesmo sucedia com a cadeira de “Economia, direito administrativo, legislação e contabilidade rurais”, agora com o título “Economia e administração rural”. Sublinhe-se também a omissão de disciplinas, na secção agronómica, por exemplo, a disciplina de entomologia na oitava cadeira, e, na secção veterinária, o acréscimo da matéria de embriologia na décima segunda; entre a décima

⁶⁵⁰ Francisco de Almeida e Brito, “A reforma do ensino e serviços agrícolas”, *A Vinha Portuguesa*, ano VI, n.º 11, Novembro de 1891, pp 343-346.

⁶⁵¹ Francisco de Almeida e Brito, “Chronica e Noticias. O ensino da viticultura”, *A Vinha Portuguesa*, ano VII, n.º 2, Fevereiro de 1892, pp. 36-37.

⁶⁵² João Viegas Paula Nogueira, “Revista Veterinaria”, *Portugal Agricola*, vol. V, 1893-1894, p. 100.

⁶⁵³ O 47.º Governo Constitucional vigorou entre 22 de Fevereiro de 1893 e 7 de Fevereiro de 1897. Manuel Pinto dos Santos, op. cit., pp. 126-127.

⁶⁵⁴ Decreto de 4 de Maio de 1896, D. do G. nº 106 de 12 de Maio de 1896.

quarta e décima sétima cadeira procedia-se a uma completa reorganização das disciplinas, com algumas transferências entre as mesmas.

No entanto, a remodelação mais importante consistia no desdobramento da antiga quinta cadeira, em duas partes; a primeira abarcava as matérias de “Arboricultura e viticultura” e a segunda parte versava a disciplina de Silvicultura. Possível consequência da renovação do repto de Henrique de Mendia, em 1893, junto de Bernardino Machado, chamando à atenção para a contracção do ensino de viticultura e a carência de meios para o cumprimento da vertente prática.⁶⁵⁵ O ensino da nova cadeira, a sétima, “Cultura das plantas lenhosas”, deveria realizar-se “em dois anos, devendo alternadamente ser lidas as duas partes de que a cadeira se compõe.”⁶⁵⁶ Contudo, em 1895, determinava-se que a frequência da primeira parte fosse facultativa para os alunos do curso de silvicultura, e a segunda parte, para os alunos do curso de agronomia.⁶⁵⁷

O quadro de cadeiras apresentado pela reforma de 1893 era o seguinte: “1.^a Cadeira – Botânica agrícola; 2.^a Cadeira – Mecânica agrícola e máquinas. Topografia; 3.^a Cadeira – Hidráulica agrícola e construções rurais; 4.^a Cadeira – Física agrícola; 5.^a Cadeira – Química Agrícola; 6.^a Cadeira – Agricultura geral, culturas arvenses e hortícolas; 7.^a – Cultura das plantas lenhosas: 1.^a Parte – Arboricultura e viticultura; 2.^a Parte – Silvicultura; 8.^a Cadeira – Microscopia e nosologia vegetal; 9.^a Cadeira – Tecnologia agrícola e florestal; 10.^a Cadeira – Zoologia agrícola. Zootecnia. Higiene e exterior dos animais domésticos; 11.^a Cadeira – Economia e administração rural; 12.^a Cadeira – Anatomia descritiva, embriologia e teratologia; 13.^a Cadeira – Histologia e fisiologia comparada; 14.^a Cadeira – Química médica, farmacologia e farmácia; 15.^a Cadeira – Patologia e terapêutica gerais, patologia interna e clínica médica; 16.^a Cadeira – Patologia externa, medicina operatória, obstetrícia e clínica cirúrgica; 17.^a Cadeira – Patologia e clínica das doenças contagiosas e direito veterinário.”⁶⁵⁸

A distribuição das cadeiras pelos quatro anos dos três cursos leccionados no Instituto alterava-se. Aos cursos de agronomia e silvicultura, no primeiro ano leccionavam-se a primeira e segunda cadeiras; no segundo ano, a quarta, quinta e terceira cadeiras; no terceiro ano, a sexta, sétima e décima cadeiras; no quarto ano, a oitava, a

⁶⁵⁵ Vide, Henrique da Cunha Matos de Mendia, *Breves reflexões sobre o ensino superior de viticultura*, Lisboa, Typographia Universal, 1893.

⁶⁵⁶ Art.º 1.º, Decreto de 6 de Outubro de 1893, D. do G. nº 227 de 7 de Outubro de 1893.

⁶⁵⁷ Artigos 2.º e 3.º, Decreto de 24 de Outubro de 1895, D. do G. nº 244 de 28 de Outubro de 1895.

⁶⁵⁸ Art.º 1.º, Decreto de 6 de Outubro de 1893, D. do G. nº 227 de 7 de Outubro de 1893.

segunda parte alternada da sétima cadeira, a nona e a décima primeira cadeiras. No curso de medicina veterinária, no primeiro ano frequentavam-se a primeira e décima segunda cadeiras; no segundo ano, repetia-se a décima segunda cadeira, juntamente com a décima quarta e décima terceira cadeiras; no terceiro ano, a décima quinta, décima sexta e décima cadeiras; no quarto ano, a décima sétima, a décima primeira e a prática de clínica médica e clínica cirúrgica. Segundo esta distribuição seriam comuns aos três cursos apenas as cadeiras de Botânica Agrícola, Economia e Administração Rural e Zoologia Agrícola, Zootecnia e Higiene e Exterior dos Animais Domésticos.⁶⁵⁹ Porém, a cadeira de Física Agrícola permanecia omissa do curso de medicina veterinária, cuja frequência havia sido objecto de reclamação pelo Conselho Escolar. A integração era aceite e legislada, em 1895, mas dispensada aos alunos já matriculados no curso.⁶⁶⁰ A cadeira passaria a constar da distribuição de cadeiras, no primeiro ano do curso de medicina veterinária, disposta no regulamento de 1896.⁶⁶¹

Porquanto os preparatórios exigidos no acto de matrícula se mantivessem inalterados pela reforma de 1893, em 1895, estabelecia-se um período de transição de sete anos, a partir do ano lectivo de 1895-1896, findo o qual era exigido o “curso preparatório, compreendendo os cursos geral e complementar, designados para a instrução superior no artigo 6.º do regulamento geral de ensino secundário.”⁶⁶²

Os tirocínios dos cursos eram também objecto de pequenas alterações, nomeadamente a duração – alargada, de oito meses para um ano - e os locais da realização afectos ao mesmo, sem alteração da tutela de responsabilidade do director do estabelecimento. Os tirocinantes do curso de agronomia deveriam estacionar apenas “nas escolas agrícolas”; eram obrigados a “acompanhar e a auxiliar os professores em todos os trabalhos práticos.” O tirocínio do curso de silvicultura continuava a realizar-se na Mata de Leiria e o tirocínio do curso de medicina veterinária era dividido entre o Hospital Veterinário, onde deveria “acompanhar e auxiliar todos os trabalhos do banco, assistir às lições de clínica e executar todos os ensaios e exames que lhes forem distribuídos”, e a coudelaria nacional. Os alunos deveriam apresentar uma memória relativa aos “assuntos que mais tiverem praticado”, a qual constituía o elemento de avaliação no acto grande do

⁶⁵⁹ Art.º 2.º, *ibidem*.

⁶⁶⁰ Art.º 4.º, Decreto de 24 de Outubro de 1895, D. do G. nº 244 de 28 de Outubro de 1895.

⁶⁶¹ Art.º 2.º, Decreto de 4 de Maio de 1896, D. do G. nº 106 de 12 de Maio de 1896.

⁶⁶² Art.º 2.º, Decreto de 24 de Outubro de 1895, D. do G. nº 244 de 28 de Outubro de 1895.

curso.⁶⁶³ Pelo regulamento de 1896 eram especificados os exercícios práticos que os alunos de todos os cursos deveriam realizar durante o seu tirocínio, acrescentando, especificamente para o curso de agronomia, a preferência da Escola agrícola Moraes Soares enquanto local preferencial.⁶⁶⁴

Quanto às lições teóricas era mantida a regulamentação de frequência e conteúdo em função do decreto de 1893, abrangendo o ensino prático com enumeração dos vários assuntos a analisar.⁶⁶⁵ As excursões científicas, legisladas desde 1886, como complemento ao ensino prático do Instituto, mereciam maior atenção. As “excursões ou visitas de estudo” tornavam-se obrigatórias para os alunos dos dois últimos anos de todos os cursos, devendo realizar-se “nas proximidades de Lisboa” e em “diferentes quintas do país ou a estabelecimentos do estado.” Os alunos deveriam redigir “relatórios circunstanciados” sobre as observações e a lição do lente, figurando os mesmos na classificação dos exames “como factor importante”. Por sua vez, os lentes estavam obrigados à redacção de uma nota sumária das visitas que haviam acompanhado.⁶⁶⁶

Relativamente aos estabelecimentos afectos ao ensino prático, o decreto de 6 de Outubro de 1893 apresentava uma relação mais extensa: voltavam a constar os Laboratórios de Nosologia Vegetal e de investigações Bacteriológicas, e o Museu de máquinas e produtos agrícolas, a par do Laboratório Químico, do horto agrícola experimental e da biblioteca, referidos pela reforma de 1891. Além destes incluíam-se outros estabelecimentos, a saber, a Leitaria experimental, cuja construção havia sido enunciada por Cincinato da Costa, em inícios da década de 90, as Oficinas vinícola e oleícola, bem como o Laboratório de Fermentações. Acresciam uma Oficina de destilação, uma sirgaria, para produção de bicho-da-seda, e um colmeal. Contudo, a enumeração destes estabelecimentos não garantia a existência das estruturas nem a futura concretização. Determinava-se que a instalação “dos novos anexos (...) será feita sucessivamente em harmonia com as forças do orçamento.”⁶⁶⁷

Embora não reanexasse o Hospital Veterinário, este constava, a par da Estação Químico-Agrícola de Lisboa, como “estabelecimentos auxiliares do instituto”, disponibilizando para o ensino prático os “gabinetes, laboratórios, enfermarias e campo

⁶⁶³ Art.º 9.º, Decreto de 6 de Outubro de 1893, D. do G. nº 227 de 7 de Outubro de 1893.

⁶⁶⁴ Artigos 3.º e 74.º, Decreto de 4 de Maio de 1896, D. do G. nº 106 de 12 de Maio de 1896.

⁶⁶⁵ Art.º 4.º, Decreto de 6 de Outubro de 1893, D. do G. nº 227 de 7 de Outubro de 1893.

⁶⁶⁶ Art.º 6.º, *ibidem*.

⁶⁶⁷ Art.º 7.º, *ibidem*.

experimental”. A utilização deixava de ser superintendida por elementos estranhos ao ensino, recaindo sobre o Conselho Escolar a regulamentação de todos os aspectos respeitantes ao ensino dos alunos, “sem prejuízo de outros fins daqueles estabelecimentos.”⁶⁶⁸ Àqueles, o regulamento de 1896 adicionava, em igual condição, face ao ensino do Instituto, a Coudelaria Nacional e as escolas práticas de agricultura.⁶⁶⁹

Entre 1891 e 1897 o quadro dos lentes catedráticos não observou qualquer acréscimo. Verificou-se apenas a transferência de João Viegas Paula Nogueira da 13.^a cadeira, Histologia e Fisiologia comparada, para a 17.^a cadeira, Patologia e Clínica das Doenças Contagiosas e Direito Veterinário. Aquela primeira cadeira era então ocupada por José Antunes Pinto, que transitava da 15.^a cadeira, cujo provimento nos é desconhecido, não constando nenhum decreto de nomeação relativa à mesma.⁶⁷⁰ Em 24 de Dezembro de 1896, Augusto de Figueiredo, nomeado lente catedrático em 1886, afecto à primeira cadeira, Física, Meteorologia e Geologia Agrícolas, posteriormente colocado na condição de adido, em 1891, era nomeado para a regência da terceira cadeira, Hidráulica Agrícola e Construções Rurais⁶⁷¹, vaga pelo falecimento do professor Manuel José Ribeiro, em 10 de Dezembro de 1896.⁶⁷²

Quanto às incumbências do corpo docente, a única alteração introduzida, em 1893, respeitava às realização lições práticas; deixavam de ser competência directa do lente, responsável apenas pela direcção superior, passando a ser “ministradas por pessoal auxiliar”.⁶⁷³ Contudo, pelo regulamento de 1896, incumbiam-se os lentes da realização dos exercícios práticos: “O ensino prático correspondente a cada uma das cadeiras é dirigido e fiscalizado pelo respectivo lente, que é responsável pela sua complexa execução e regularidade.”⁶⁷⁴

O corpo auxiliar do ensino era reforçado conforme a reivindicação do Conselho Escolar. Aos dois preparadores e o regente agrícola, previstos pela reforma de 1891, acresceriam dois lugares de repetidores recrutados entre elementos externos à Instituição, ou seja, “um técnico ao serviço da estação químico-agrícola e outro do hospital veterinário.” Ainda para “maior desenvolvimento da parte prática do ensino professado

⁶⁶⁸ Art.º 5.º, *ibidem*.

⁶⁶⁹ Art.º 90, Decreto de 4 de Maio de 1896, D. do G. nº 106 de 12 de Maio de 1896.

⁶⁷⁰ Decretos de 21 de Novembro de 1893, D. do G. nº 265 de 22 de Novembro de 1893.

⁶⁷¹ Decreto de 24 de Dezembro de 1896, D. do G. nº 4 de 7 de Janeiro de 1897.

⁶⁷² “RIBEIRO (Manuel José)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXV, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Ilimitada, [s.d.], p. 60.

⁶⁷³ Art.º 4.º, Decreto de 6 de Outubro de 1893, D. do G. nº 227 de 7 de Outubro de 1893.

⁶⁷⁴ Art.º 23.º, Decreto de 4 de Maio de 1896, D. do G. nº 106 de 12 de Maio de 1896.

no instituto”, era estabelecida a possibilidade de serem integrados no instituto “alguns dos funcionários adidos aos quadros” do Ministério.⁶⁷⁵ Em Novembro de 1893⁶⁷⁶ era reaberto o concurso para o lugar de preparador da 12.^a e 16.^a cadeiras, para o qual era nomeado João Sabino de Sousa, em 14 de Setembro de 1894.⁶⁷⁷ Em 24 de Outubro de 1895, segundo a “representação que o instituto de agronomia e veterinária tem dirigido ao governo sobre a conveniência de se ampliar o disposto no artigo 10.º”, dispunha-se a possibilidade de que os agrónomos e veterinários oficiais pudessem ser utilizados no reforço do ensino prático do Instituto “sempre que as necessidades de outros serviços agrícolas o permitam”.⁶⁷⁸ No caso particular da secção veterinária, por portaria de 3 de Dezembro de 1895 especificava-se: eram considerados “auxiliares do ensino prático da secção de veterinária do instituto (...) todos os médicos veterinários, que servirem no hospital, e seus anexos, e bem assim o farmacêutico, cada um na especialidade que lhe competir”.⁶⁷⁹ Os funcionários e agrónomos destacados no Instituto eram incumbidos de auxiliar os lentes “na demonstração e prática do ensino e nos seus trabalhos de investigação”, além da fiscalização dos estabelecimentos anexos. Pelo regulamento de 1896 determinavam-se as funções dos preparadores. O “preparador de química agrícola”, assistindo e coadjuvando nas lições práticas “das cadeiras de química geral, de química agrícola e de tecnologia rural”, deveria proceder à preparação e disposição do material e aparelhos, acompanhando os lentes nos trabalhos laboratoriais. O preparador de anatomia apenas era incumbido de realizar “as preparações anatómicas para as lições de anatomia normal e patológica”. Ambos deveriam garantir a conservação dos espaços, nomeadamente o laboratório químico e gabinetes de anatomia e cirurgia.⁶⁸⁰

Com o falecimento de João Inácio Ferreira Lapa, em 1892, vagava o lugar de director do Instituto de Agronomia e Veterinária, o qual era ocupado interinamente pelo professor da décima cadeira, Economia e administração rural, Francisco António Alvares Pereira, responsável pelo discurso de abertura do ano lectivo de 1893-1894, em 22 de

⁶⁷⁵ Artigos 10.º e 11.º, Decreto de 6 de Outubro de 1893, D. do G. nº 227 de 7 de Outubro de 1893.

⁶⁷⁶ Anúncio de 15 de Novembro de 1893, D. do G. nº 260 de 16 de Novembro de 1893.

⁶⁷⁷ Decreto de 14 de Setembro de 1894, D. do G. nº 209 de 15 de Setembro de 1894.

⁶⁷⁸ Art.º 1.º, Decreto de 24 de Outubro de 1895, D. do G. nº 244 de 28 de Outubro de 1895.

⁶⁷⁹ Portaria de 3 de Dezembro de 1895, D. do G. nº 276 de 5 de Dezembro de 1895.

⁶⁸⁰ Artigos 128.º, 129.º e 130.º, Decreto de 4 de Maio de 1896, D. do G. nº 106 de 12 de Maio de 1896.

Novembro de 1893.⁶⁸¹ Em 28 de Fevereiro de 1894, o lente seria indigitado oficialmente para o cargo de director.⁶⁸²

A reforma de Bernardino Machado motivou alguma apreensão de alguns lentes, motivada pela alteração diminuta no quadro do pessoal auxiliar. Considerada “mesquinha” por João Viegas Paula Nogueira, o professor entendia que, apesar da reforma não piorar o ensino, em vista do valor académico do “professor emérito”, seria “lícito esperar alguma coisa mais eficaz”. A manutenção da autonomia do Hospital Veterinário constituía um ponto central da oposição à reforma: sem o Hospital, reafirmava, “é de todo improficuo o ensino veterinário”. Questionava os motivos da não restituição deste estabelecimento à Escola, ou no limite, da ausência de uma lei para a “separação das duas partes, técnica e administrativa”. Acusava também a reforma de “inexequível” ao propor para o serviço prático de medicina veterinária um técnico “já excessivamente sobrecarregado de serviço, erigindo-o [sic] *extra-regulamentarmente* em *repetidor* de seis ou sete cadeiras?” Por fim concluía: “Não correspondeu a reforma às esperanças concebidas”.⁶⁸³

No mesmo sentido, o Professor José Veríssimo de Almeida considerava insuficiente o reforço consignado nos quadros do pessoal auxiliar, afirmando: “não é necessário ser muito lido nestas coisas de ensino para se reconhecer a impossibilidade de que fosse profícuo e igualmente eficaz o serviço de um único funcionário para seis cadeiras em uma das secções, e onze cadeiras noutra secção.” Ainda assim, aproveitando a possibilidade de serem requeridos funcionários dos quadros, o Conselho solicitara “que dois técnicos – um agrónomo e um veterinário – da direcção dos serviços agrícolas fossem também destacados para o auxílio do ensino prático no Instituto”. A primeira resposta governamental fora negativa: “Não há funcionários disponíveis, mandou responder o sr. Ministro, que ao tempo não me recordo se era ainda o sr. Conselheiro Bernardino Machado. Meses passados, apresenta-se um agrónomo mandado para o Instituto (...) Levado pela coerência, pediu o conselho também um veterinário para a respectiva secção. O sr. ministro (...) ordenou que o veterinário em serviço no laboratório bacteriológico anexo ao hospital e o farmacêutico do mesmo hospital veterinário fossem autorizados a auxiliar os respectivos professores nos exercícios das cadeiras de Farmácia e Química

⁶⁸¹ Francisco António Alvares Pereira, *Discursos Recitados nas Sessões Solenes de Abertura das Aulas do Instituto de Agronomia e Veterinária em 22 de Novembro de 1893 e 18 de Novembro de 1897*, Lisboa, 1902.

⁶⁸² Decreto de 28 de Fevereiro de 1894, D. do G. nº 47 de 1 de Março de 1894.

⁶⁸³ João Viegas Paula Nogueira, “Revista Veterinária”, *Portugal Agricola*, vol. V, 1893-1894, pp. 100-102.

médica e de Patologia das doenças contagiosas.” Terminava por descrever o ambiente vivido na Instituição e os temores de tal situação vir a ser prevalecente: “Serenó correu o ano lectivo de 1894 e 1895 com esta organização do serviço do ensino prático, procurando-se quanto possível atenuar as deficiências, e esforçando-se cada um por persuadir-se de que, se esta organização não era estável e definitiva, não seria todavia muito transitória.”⁶⁸⁴

⁶⁸⁴ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola”, *A Agricultura Contemporanea, Revista Agricola e Agronomica*, t. VI, n.º 9, Dezembro de 1895, pp. 345-346.

VI Capítulo - O Instituto de Agronomia e Veterinária: As reformas atenuantes de Augusto José da Cunha e Manuel Francisco de Vargas: 4 de Novembro de 1897 e 10 de Outubro de 1901

Em 4 de Novembro de 1897, o ensino ministrado no Instituto de Agronomia e Veterinária, era sujeito a nova reorganização; a quarta reorganização deste a sua fundação. O novo enquadramento era da lavra de um dos seus lentes, Augusto José da Cunha, então Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria. No preâmbulo à reforma inscrevia-se a importância estratégica da Instituição para o desenvolvimento da indústria agrícola nacional, em dois principais objectivos, a saber, a formação de quadros qualificados para responder às necessidades do serviço estatal afecto ao sector e a instrução dos agentes de produção. Considerando o Instituto de Agronomia e Veterinária a “base da actual organização dos serviços públicos na sua aplicação à agricultura”, a sua relevância advinha da formação garantida às estruturas públicas pelo aperfeiçoamento das próprias, dotadas de uma “educação técnica segura, fundamentalmente científica e praticamente dirigida”. Nesse espectro distinguíam-se, segundo a função, três classes de técnicos em cuja a formação do Instituto era fundamental: Os “funcionários encarregados de executar os serviços oficiais”; “os professores que vão realizar o ensino prático e profissional nas escolas secundárias e elementares de agricultura”; e, os divulgadores junto das populações rurais, ou seja, “os homens que hão de divulgar pelo país todos os processos que a ciência aplicada à indústria e a prática de outros países vão todos os dias descobrindo e aperfeiçoando”.

A instrução dos agentes produtivos na indústria agrícola constituía a segunda importante “missão” do Instituto, a qual era “de mais longo e duradouro alcance”, embora “de mais lento efeito”, atendendo às especificidades da indústria caracterizada como “tradicional, em que os costumes, os hábitos, os processos estabelecidos têm uma influência decisiva”. A necessidade de instruir a população rural, denominação genérica na qual importaria destringer entre “a população que a exerce” e “a que dirige” não advinha apenas da correlação lógica entre a instrução, a técnica científica e progresso, mas também do facto de que a ausência inviabilizava a acção dos mecanismos estatais criados para o desenvolvimento do sector: “A mais energética intervenção do governo pode esterilizar-se na indiferença da população agrícola mal preparada para aceitar os meios de acção nova que se lhe proporcionam.” Em suma, o Instituto era entendido como

“o melhor meio de intervir na educação da população agrícola dirigente”, o que justifica a diferenciação face aos restantes graus de instrução agrícola.

À semelhança da reforma de 1891, a nova lei do ensino superior de agricultura era promulgada com base na lei de 3 de Setembro de 1897 que autorizara o governo regenerador de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, à reorganização dos serviços estatais para a “mais rigorosa economia”. Essa directriz fora aplicada ao Instituto, pela reforma de 1891, mas na opinião de Augusto José da Cunha “com critério errado (...) sem lograr corrigir nenhum defeito anterior.” Não era possível alterar a dotação orçamental, antes aplicada “com manifesto prejuízo do ensino”, mas admitia encetar uma reorganização sob o objectivo de “tonar mais eficazes os serviços públicos dentro dos actuais orçamentos, quando a despesa seja de todo irredutível.” A reforma de 1886 consignava os princípios defendidos por Augusto José da Cunha no preâmbulo da sua reforma. Assim, o objectivo daquela consistia em retomar a “tradição avivada em 1886”, ainda que cónscio das limitações financeiras: “O que proponho, é uma espécie de reconstituição, feita com os destroços da reforma de 1886, sem o poder conseguir completamente por falta de recursos, que as circunstâncias financeiras não permitem despende, procurando corrigir alguns erros que por vezes foram apontados pelo conselho escolar e que a experiência mais acentuou.”⁶⁸⁵

A duração do ensino dos três cursos do Instituto de Agronomia e Veterinária era conservada em cinco anos. O tirocínio, mantendo-se obrigatório para os cursos de agronomia e silvicultura, deixava de constar como complemento do curso de medicina veterinária, por a componente prática figurar simultânea com o curso teórico: “A prática natural deste curso é a clínica, e esta [sic] exercem-a os alunos desde o terceiro ano.” As alterações preconizadas pela reforma nos tirocínios de agronomia e silvicultura reforçavam a uniformização, eliminando “a desigualdade da lei”: aos alunos tirocinantes em agronomia era prevista a faculdade de escolherem a escola onde estacionariam, complementada pela repartição da formação entre a referida escola e o laboratório da Estação Químico-Agrícola de Lisboa. Assim, o tirocínio de agronomia ficava adstrito à Escola Moraes Soares, enquanto a Mata de Leiria era eleita como local onde estacionavam os alunos de silvicultura.⁶⁸⁶

⁶⁸⁵ Preâmbulo ao Decreto de 4 de Novembro de 1897, D. do G. nº 251 de 6 de Novembro de 1897.

⁶⁸⁶ Art.º 5.º, Decreto de 4 de Novembro de 1897, D. do G. nº 251 de 6 de Novembro de 1897.

Ainda sobre o tirocínio, a reforma dispunha alterações acerca do papel dos lentes e dos directores dos respectivos estabelecimentos. O programa “do ensino prático durante o tirocínio” era elaborado pelo Conselho Escolar, medida justificada pela coerência necessária entre o ensino no Instituto e o tirocínio anual: “Ao mesmo tempo pareceu-me mais lógico e eficaz que o tirocínio se fizesse segundo um programa elaborado pelo conselho escolar. O ensino, para ser coerente e eficaz, precisa obedecer a uma direcção única e contínua, e não andar à mercê de opiniões individuais diversas e por vezes contraditórias.” No regulamento de 1898 preceituava-se que os alunos estavam obrigados “a assistir a todos os serviços e a tomar parte em todos os trabalhos, que lhes forem determinados pelos respectivos directores”, especificando-se os exercícios que, segundo o programa traçado pelo Conselho Escolar, deveriam ser realizados pelos alunos.⁶⁸⁷ Segundo Augusto José da Cunha, a disposição encontrava-se no regulamento de 1896, - asserção que não nos foi possível confirmar – mas importava harmonizar a lei orgânica do Instituto com o seu regulamento interno: “No último regulamento proposto pelo conselho escolar se preceituava do mesmo modo. É todavia conveniente que o preceito se introduza na lei, para evitar o facto anormal de preceituarem as leis uma coisa e os regulamentos outra.” Por forma a tornar efectiva a superintendência dos directores, que “pouca influência podiam exercer no aluno, não intervindo na sua classificação senão muito indirectamente”, estes integravam o júri de avaliação, com dois lentes, realizando-se no local de tirocínio.⁶⁸⁸ A avaliação consistia num relatório sobre as actividades desenvolvidas durante o ano prático no qual os alunos deveriam apresentar “os trabalhos executados, os processos seguidos na sua execução, a justificação destes e os resultados ou conclusões a que se chegou”, bem como de um exame final sobre “todos os estudos e exercícios feitos pelos alunos durante o tirocínio, à escolha do júri e sobre diversos trabalhos práticos executados na ocasião.”⁶⁸⁹

O ensino das cadeiras, independentemente dos cursos, compreendia lições teóricas e exercícios práticos, os quais abrangiam as excursões científicas. Era mantida a regulamentação das aulas teóricas e das demonstrações, definindo-se a frequência de três por semana, com a duração máxima de uma hora e meia e mínima de uma hora. A excessiva regulamentação dos exercícios práticos era apreciada criticamente pelo Ministro. Aquela vertente do ensino “que parece ter sido uma preocupação dos últimos

⁶⁸⁷ Artigos 65.º e 67.º, Decreto de 8 de Junho de 1898, D. do G. nº 128 de 11 de Junho de 1898.

⁶⁸⁸ Art.º 16.º, Decreto de 4 de Novembro de 1897, D. do G. nº 251 de 6 de Novembro de 1897.

⁶⁸⁹ Artigos 69.º e 75.º, Decreto de 8 de Junho de 1898, D. do G. nº 128 de 11 de Junho de 1898.

legisladores”, só o havia sido “realmente nas intenções, porque nas disposições da lei foi sempre prejudicado”, expondo a falta de conhecimento antecessores incapazes de distinguir a vertente demonstrativa “que todo o ensino moderno naturalmente reveste, especialmente o de aplicação” do “exercício prático dos alunos, isto é, a investigação científica realizada por eles próprios e a prática de algumas operações.” A instituição da frequência semanal e duração máxima dos exercícios práticos configuravam, a par da falta de pessoal dedicado àqueles, as “disposições legais que o contrariavam”, impossibilitado a prossecução dos exercícios: “Sucedia assim que, por exemplo, uma análise química tinha de interromper-se muitas vezes para recomeçar dias depois, sendo possível por este modo que uma análise longa e demorada nunca viesse a realizar-se por completo.” Na nova organização ficavam omissas a frequência semanal e a duração máxima daqueles exercícios, estabelecendo-se apenas a duração mínima de duas horas. Os conteúdos deixavam de ser regulamentados optando-se por não mencionar a relação dos exercícios, não obstante manter-se obrigatória a aprovação governamental dos programas pedagógicos.⁶⁹⁰ A avaliação das cadeiras consistia em dois exames teóricos parciais, realizados durante o ano lectivo, e de um exame final composto por duas provas, oral e prática.⁶⁹¹ A avaliação final do curso, ou seja, o acto grande ou final, consistia na defesa de uma dissertação, cujo tema, previamente aprovado pelo Conselho Escolar, deveria incidir no desenvolvimento de uma matéria professada em qualquer cadeira do seu curso.⁶⁹²

Na oferta pedagógica do Instituto voltavam a constar os cursos auxiliares, em número de quatro, a saber, Matemática e Desenho, Química Geral, Zoologia e Microscopia, cuja duração total não poderia exceder as 40 lições.⁶⁹³ A recuperação destes era a solução mais eficaz para reverter a falta de preparação científica dos alunos que ingressavam no Instituto. Segundo Augusto José da Cunha se, após a reforma de 1886, era previsível que o ensino se tivesse ressentido devido à ausência destas formações complementares, a mesma não se revelara devido ao número elevado de preparatórios exigidos no acto da matrícula e o alargamento do ensino teórico, o que “atenuava, embora não evitasse completamente, a influência daquela supressão.” Pelo contrário, em 1891, as supressões no quadro de cadeiras e a acumulação excessiva de “assuntos a professar

⁶⁹⁰ Artigos 9.º, 10.º e 11.º, Decreto de 4 de Novembro de 1897, D. do G. nº 251 de 6 de Novembro de 1897.

⁶⁹¹ Artigos 30.º e 42.º, Decreto de 8 de Junho de 1898, D. do G. nº 128 de 11 de Junho de 1898.

⁶⁹² Artigos 77.º e 78.º, Decreto de 8 de Junho de 1898, D. do G. nº 128 de 11 de Junho de 1898.

⁶⁹³ Art.º 3.º, Decreto de 4 de Novembro de 1897, D. do G. nº 251 de 6 de Novembro de 1897.

acentuaram “[sic] frisantemente a deficiência de preparação nos alunos”. Impossibilitado o aumento da despesa, mas atendendo ao número de preparatórios requeridos, a consequência apreciava-se na diminuição de alunos na Escola. A restituição dos cursos auxiliares consistia uma solução alcançada devido ao esforço do corpo docente que se propôs à regência daqueles sem aumento da sua remuneração respectiva: “Na impossibilidade de aumentar as despesas, o governo não poderia melhorar a organização actual sem exigir mais preparatórios, obtidos em outras escolas, o que restringiria a frequência no instituto, aumentado a duração do ensino, se não encontrasse no conselho escolar uma boa vontade, a que Vossa Majestade fará sem dúvida justiça. Criam-se os cursos auxiliares (...) que os professores do instituto se prestam a fazer sem aumento de retribuição.” A restituição das disciplinas auxiliares traduzia a vantagem na leccionação de algumas cadeiras e simultaneamente, respeitava a tendência comum na organização das “escolas de ensino especial” de se ministrarem “as ciências auxiliares, que particularmente lhes aproveitam”. Permitia-se orientar “logo o aluno no sentido da aplicação, que tem de fazer mais tarde, do que se lhe ensina”.

O quadro de cadeiras manteve-se semelhante ao estabelecido em 1893, com um total de 17 cadeiras, verificando-se a alteração de algumas designações, nomeadamente, a omissão de disciplinas regidas nos cursos auxiliares. Este foi o caso da disciplina de Microscopia, antes integrada na oitava cadeira ora designada “Nosologia vegetal”; a disciplina de Zoologia inscrita na decima cadeira, que adoptava a denominação de “Zootecnia. Exterior. Higiene pecuária.” Observam-se também algumas mudanças nas designações de outras cadeiras; precisamente, na primeira, com a omissão da vertente agrícola, passando a designar-se “Botânica”; na segunda cujo título regressava à designação da reforma de 1886; a quinta referente a Química Agrícola da qual passa a constar a análise; a décima primeira adoptava novamente a denominação de “Economia, administração, legislação e contabilidade rurais e florestais”, incluindo a vertente silvícola; e a décima quarta cadeira que reintegrava a disciplina de “Matéria médica”. Confirma-se o quadro apresentado: “1.^a Cadeira – Botânica; 2.^a Cadeira – Mecânica geral e suas aplicações às máquinas agrícolas. Topografia; 3.^a Cadeira – Hidráulica agrícola. Construções rurais; 4.^a Cadeira – Física agrícola; 5.^a Cadeira – Química Agrícola e análise; 6.^a Cadeira – Agricultura geral. Culturas arvenses. Horticultura; 7.^a – Cultura das plantas lenhosas: 1.^a Parte – Arboricultura e viticultura; 2.^a Parte – Silvicultura; 8.^a Cadeira – Nosologia vegetal; 9.^a Cadeira – Tecnologia agrícola e florestal; 10.^a Cadeira –

Zootecnia. Exterior. Higiene pecuária; 11.^a Cadeira – Economia, administração, legislação e contabilidade rurais e florestais; 12.^a Cadeira – Anatomia descritiva. Embriologia. Teratologia; 13.^a Cadeira – Histologia e fisiologia comparada dos animais; 14.^a Cadeira – Matéria médica. Química médica. Farmacologia e farmácia; 15.^a Cadeira – Patologia e terapêutica gerais. Patologia interna. Clínica médica; 16.^a Cadeira – Patologia externa. Medicina operatória. Obstetrícia. Clínica cirúrgica; 17.^a Cadeira – Patologia e clínica das doenças contagiosas. Direito veterinário.”⁶⁹⁴

Quanto à distribuição das cadeiras, o Ministro era peremptório em afirmar a validade científica da reforma através da qual “o ensino ficará sendo em todos os cursos mais metódico e racional, e sem dúvida mais útil”. Anulava-se o que se considerava ser “o absurdo de ensinar nos últimos anos matérias que começam a ter aplicação desde o primeiro ano dos cursos, como sucedida com a microscopia no curso de agronomia, e com a química no curso de veterinária.” Na organização de agronomia e silvicultura, constituídos pelas cadeiras compreendidas entre a primeira e a décima primeira, complementadas pela frequência dos cursos auxiliares⁶⁹⁵, a principal alteração respeitava à frequência da cadeira de silvicultura que voltava a inscrever-se como obrigatória para os alunos de agronomia.

As modificações na sétima cadeira, em 1891 e 1895, ora designada de “Cultura de plantas lenhosas” eram amplamente criticadas no preâmbulo à reforma de 1897. A par da concentração excessiva de matérias decidida em 1891 e “que, por nenhum princípio, poderia justificar-se”, a opção de a definir facultativa para os alunos de agronomia a segunda parte daquela cadeira, dedicada à silvicultura, por um decreto “inexplicável”, demonstrava ser “um contra-senso” atendendo à relevância dos efectivos silvícolas, “elementos dos mais importantes de exploração do solo, intimamente ligados aos sistemas agrícolas de todas as regiões”. Segundo Augusto José da Cunha, a disposição também fora criticada pelos alunos “matriculando-se quase todos na cadeira de silvicultura.”

A distribuição das cadeiras pelos quatro anos dos cursos teóricos de agronomia e silvicultura era a seguinte: “1.º ano. – Botânica – Física agrícola e os cursos auxiliares de matemática e desenho, de química geral e de microscopia. 2.º ano. – Mecânica agrícola e suas aplicações às máquinas agrícolas. Topografia. – Hidráulica agrícola e construções rurais. – Química agrícola e análise – e o curso auxiliar de zoologia. 3.º ano. – Agricultura

⁶⁹⁴ Art.º 2.º, Decreto de 4 de Novembro de 1897, D. do G. nº 251 de 6 de Novembro de 1897.

⁶⁹⁵ Art.º 4.º, *ibidem*.

geral. Culturas arvenses. Horticultura. – Cultura de plantas lenhosas. – Zootecnia. Exterior e Higiene pecuária – e o curso auxiliar de zoologia. 4.º ano. – Nosologia vegetal. – Cultura de plantas lenhosas. – Tecnologia agrícola e florestal. – Economia, administração, legislação e contabilidade rurais e florestais.”⁶⁹⁶

O curso de Medicina Veterinária compreendia as disciplinas específicas da secção veterinária, entre a décima segunda e décima sétima cadeira, a frequência apenas dos três últimos cursos auxiliares e das cadeiras em comum com os restantes cursos.⁶⁹⁷ Neste último grupo os alunos deveriam perfazer, além de Botânica, Zoologia e Física Agrícola, estabelecidas em 1891 e 1895, a cadeira de Química Agrícola e Análises, para reforço da disciplina de química leccionada na cadeira de Química médica; também a cadeira de Agricultura Geral, Culturas Arvenses e Horticultura, por faltar à Zootecnia “a indispensável precedência” desta cadeira. A cadeira de Economia Rural deixava de constar do plano do curso, considerada profícua somente “com a precedência de quase todo o curso de agronomia.” Apesar de eliminado o ano de tirocínio prático de medicina veterinária, o aumento de cadeiras constantes no plano formativo do curso preservava a duração de cinco anos, ora com uma distribuição mais alargada das cadeiras, “aliviando os anos anteriores”.

A distribuição seria a seguinte: “1.º ano. – Botânica. – Física agrícola. – Anatomia descritiva. Embriologia. Teratologia – e os cursos auxiliares de microscopia e de química geral. 2.º ano. – Anatomia descritiva. Embriologia. Teratologia. – Química agrícola e análise. – Matéria médica. Química médica. Farmacologia e farmácia – e o curso auxiliar de zoologia. 3.º ano. – Agricultura geral. Culturas arvenses. Horticultura. – Histologia e fisiologia comparada dos animais. – Patologia e terapêutica gerais. Patologia interna. Clínica médica. *Prática de clínica*. 4.º ano. – Patologia externa. Medicina operatória. Obstetrícia. Clínica cirúrgica. – Zootecnia. Exterior. Higiene pecuária. – *Práticas de clínica*. 5.º ano. – Patologia e clínica das doenças contagiosas. Direito veterinário. – *Práticas de clínica*.”⁶⁹⁸

Os estabelecimentos anexos, designados por “Instalações”, para o ensino prático do Instituto eram, a par das “Aulas”, da “Biblioteca”, dos “Gabinetes de trabalho dos lentes” e das “Salas de estudo e de exercícios práticos dos alunos”, os Laboratórios de

⁶⁹⁶ Art.º 6.º, *ibidem*.

⁶⁹⁷ Art.º 4.º, *ibidem*.

⁶⁹⁸ Art.º 6.º, *ibidem*. Sublinhado nosso por forma a destacar, naquele plano, o período correspondente ao tirocínio prático a realizar pelos alunos.

Química, de Bacteriologia, e de Fermentações, que incluía a Tecnologia Rural, estando os últimos dois afectos a serviços exteriores, nomeadamente, o “serviço de preparação de vacinas” e “a preparação de leveduras seleccionadas”, respectivamente⁶⁹⁹; um campo experimental e de demonstrações; as oficinas vinícola, oleícola e de destilação, e a leitaria; o museu de máquinas e produtos agrícolas; o hospital veterinário e a adjacente oficina siderotécnica. Omisso da relação de estabelecimentos apresentada pela reforma ficava o Laboratório de Nosologia Vegetal e os estabelecimentos preconizados, em 1893, a sirgaria e o colmeal.⁷⁰⁰ A importância da criação das instalações era reafirmada por Augusto José da Cunha, reconhecendo-os como indispensáveis “para que o ensino revista completamente o carácter experimental e prático que se lhe exige”. Por isso, no que aparenta ser uma crítica às anteriores reformas, sublinhava a importância da criação destes meios e não simples enumeração: “Não basta, porém, que a lei as indique, é indispensável que se fundem, e é o que neste momento procuro fazer. Estão em via de construção as oficinas mais indispensáveis para o ensino agronómico”.

Em 1900, os professores Bernardino Cincinato da Costa e D. Luís Filipe de Castro, também na condição de delegados agrícolas da Grande comissão organizadora da representação portuguesa à Exposição Universal, realizada em Paris naquele ano, redigiram um extenso documento sobre o ensino superior de agricultura português. Na obra desenvolvida sobre o título *L'enseignement supérieur de l'agriculture en Portugal*, os Professores apresentavam uma sumária perspectiva da evolução e da história do Instituto de Agronomia e Veterinária e uma análise das condições do exercício das capacidades pedagógicas no início da nova centúria. No âmbito dessa explanação constavam os programas das cadeiras e uma relação crítica dos estabelecimentos propostos ao ensino, de que nos socorremos para averiguar a totalidade das instalações existentes após a reforma de 1897. Ainda que o relato seja díspar nos elementos descritivos dos vários estabelecimentos, apresentava um inventário dos instrumentos com que estavam dotados.

Na vertente laboratorial indicava-se a existência de cinco laboratórios: o Laboratório Químico, instalado em anexo separado ao edifício central, cuja diminuta dotação impedia o aprofundamento de importantes trabalhos de análise dos solos, vinhos, óleos e águas, bem como o desenvolvimento de novos estudos; o Laboratório de

⁶⁹⁹ Artigos 26.º e 27.º, *ibidem*.

⁷⁰⁰ Art.º 24.º, *ibidem*.

Microscopia e Nosologia Vegetal, dirigido por José Veríssimo de Almeida, encontrava-se deficientemente instalado, acusando-se a falta de condições, bem como os meios materiais exíguos e a falta de financiamento. Díficeis condições de trabalho, que levavam os autores homenagearem o trabalho deste docente suplantadas pela actividade e entusiasmos infatigáveis daquele Professor, conforme catálogo dos estudos produzidos naquele Laboratório; o Laboratório de Fermentações e Tecnologia Agrícola, criado em 1889, encontrava-se, então, “suffisamment outillé et pourvu de tous les instruments indispensables pour assurer la rigoureuse précision des observations techniques.” Segundo o relato dos Professores, o desenvolvimento da estrutura foi patrocinada pelo Ministro das Obras Públicas Campos Henriques que, em 1894, teria designado a primeira verba ao funcionamento e fornecido ao mesmo instrumentos e materiais importados do estrangeiro. Destacavam a importância dos estudos, cuja publicação entendiam como um grande serviço ao País, e cuja continuação exigia um aumento da sua dotação; o Laboratório de Química Médica era caracterizado como um pequeno laboratório de investigações, disposto para o ensino da 14.^a cadeira; o Laboratório de Bacteriologia encontrava-se instalado em local próprio e com instrumentos aperfeiçoados;⁷⁰¹ Indicava-se a existência de cinco gabinetes enumerando os instrumentos que os compunham: o Gabinete de Física Agrícola, relativo à quarta cadeira; o Gabinete de Botânica, relativo à primeira cadeira; o Gabinete de Higiene e Zootecnia, relativo à décima cadeira; e o Gabinete de Patologia, disposto ao ensino da 15.^a cadeira, referindo-se disponíveis, para a investigação do respectivo lente da cadeira, os materiais do Gabinete de Histologia Normal e Fisiologia Comparada, o qual, porém, não era referenciado na relação dos estabelecimentos.⁷⁰²

No Museu de produtos agrícolas, instalado num vasto anexo, figuravam os principais produtos agrícolas nacionais que formavam “une petite mais instructive exposition permanente”. Contíguo a este encontrava-se a secção de engenharia agrícola composta por três museus, a saber, o Museu de máquinas, de construções rurais, e de hidráulica agrícola, e o Gabinete de Topografia, destinados ao ensino da segunda e

⁷⁰¹ Bernardino Camilo Cincinato da Costa, D. Luís Filipe de Castro, op. cit., pp. 134-137; 137-142; 142-144; 155-156; 156-157.

⁷⁰² Idem, *Ibidem*, pp. 148-150; 150-151; 156.

terceira cadeiras.⁷⁰³ O Museu de Anatomia, complementado pela sala de dissecações, destinava-se ao ensino prático e demonstrativo da 12.^a cadeira.⁷⁰⁴

A Leitaria Experimental, cujo relato das dificuldades inerentes à instalação eram consentâneas com o testemunho do Professor Cincinato da Costa, era descrita como um ateliê “bien modeste et incomplet jusqu’à présent.” Apesar de não reunir todas as condições necessárias a um estabelecimento de fabrico e conservação de produtos de leite, preenchia os requisitos indispensáveis do ponto de vista da luz, ar, humidade e temperatura para o desenvolvimento de estudos.⁷⁰⁵

Referia-se a existência das Oficinas vinícola e oleícola, o que sugere a efectiva instalação, sem que os Professores ofereçam elementos descritivos; pelo contrário, não se encontrou referência à oficina de destilação, pelo que se conclui pela não concretização.⁷⁰⁶ Por fim, o Campo de Experiências, indicado para o ensino da sexta e sétima cadeiras, era constituído pelo jardim agrícola, onde se cultivavam as espécies de plantas nacionais mais importantes, terrenos para o cultivo da vinha e uma colecção ampelográfica, bem como “tout le terrain utilisable autour des édifices de l’Instituto”.

Nestes últimos, figurava uma horta agrícola, uma colecção de árvores frutíferas, um prado artificial e um talhão de plantas forrageiras nacionais e estrangeiras. Para o ensino da viticultura, a que correspondia o reforço de meios para o ensino prático da sétima cadeira, requisitados por Henrique de Mendia, existia uma cintura de cepas enxertadas em vinhas americana, criadas em viveiro, em redor do jardim agrícola. Este viveiro era formado por castas resistentes para os trabalhos práticos e uma colecção ampelográfica onde figuravam as espécies americanas mais comuns, e as castas representativas de cada região vinícola portuguesa, enxertadas em porta-enxertos americanos.⁷⁰⁷

Em 1898, o ensino prático e a capacidade de investigação do Instituto eram alargados com a cedência da Quinta de Montalegre. O proprietário, Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos⁷⁰⁸, disponibilizava-a “a fim de ser aproveitada em ensaios culturais e

⁷⁰³ Idem, *Ibidem*, pp. 151-154.

⁷⁰⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 154-155.

⁷⁰⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 144-148.

⁷⁰⁶ Idem, *Ibidem*, p. 133.

⁷⁰⁷ Idem, *Ibidem*, p. 133.

⁷⁰⁸ Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos (1841-1908). Foi um industrial agrícola português, espalhando a sua actividade ao comércio, no qual figurou também através da firma que detinha com outros membros da sua família designada Anjos & Companhia. Foi proprietário de várias propriedades agrícolas, entre as quais, no Alentejo, a Granja do Alvito onde

exercícios práticos de alunos”; mostrava-se disponível para patrocinar financeiramente os exercícios e proceder à compra de instrumentos vantajosos.⁷⁰⁹ A concessão da propriedade, sita na Estrada da Luz, a três quilómetros do Instituto, era fruto da intervenção de D. Luís de Castro, ainda na condição de repetidor, e de Sertório do Monte Pereira. Caracterizada como uma propriedade rural de grande escopo, os terrenos cedidos para os trabalhos práticos e científicos dividiam-se em três parcelas: a primeira destinada ao cultivo em rotação bienal de trigo, milho e feijão; a segunda, à plantação de vinhas americanas e enxertos portugueses, constando uma colecção ampelográfica, complementar da existente no Instituto; e a terceira parcela vocacionada para o cultivo da oliveira, cuja produção ora tratada nas fábricas de produção a vapor da quinta. Existia ainda uma leitaria, com doze espécies bovinas, e uma fábrica de manteiga de reduzidas dimensões, mas suficiente para as demonstrações e exercícios práticos da cadeira de tecnologia rural, complementando a leitaria experimental existente no Instituto.⁷¹⁰

A reanexação do Hospital Veterinário no Instituto de Agronomia e Veterinária revelava-se indispensável ao ensino prático do curso de medicina veterinária. Segundo o preâmbulo à reforma, aquele estabelecimento não poderia ser entendido “senão como um laboratório de ensino”. A sua autonomia contrastava com as condições subjacentes aos “hospitais humanos” do Reino, desprovidos “dos mais indispensáveis recursos higiénicos”. Afigurava-se “excessiva a compaixão pelos animais domésticos, que tal facto implica.”

A reversão da autonomia concedida ao Hospital, em 1891, suportava-se na história do Instituto, no âmbito do qual era fundado, e no exemplo da organização de escolas estrangeiras. Aludia-se também às consequências nefastas originadas para o ensino no período em que o estabelecimento ficou separado do Instituto. À semelhança da problemática sobre a direcção estranha do tirocínio dos alunos de agronomia na Granja do Marquês, também a degradação da qualidade do ensino prático veterinário resultava de ser ministrado por funcionários estranhos ao corpo docente: “O hospital só pode servir eficazmente para o ensino, quando este seja exercido aí somente pelas pessoas que naturalmente o devem fazer. Diferentes entidades a ensinar ou a dirigir o ensino

dispunha de máquinas aperfeiçoadas com vista ao fabrico de azeite e vinho. Concorreu a várias exposições agrícolas nas quais obteve diversos prémios e menções honrosas. Pelos seus serviços à agricultura foi agraciado com a Grã-Cruz do Mérito Agrícola. Vide, “ANJOS (Carlos Pecquet Ferreira dos)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVI, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Ilimitada, [s.d.], pp. 739-740.

⁷⁰⁹ Decreto de 5 de Janeiro de 1898, D. do G. n.º 4 de 7 de Janeiro de 1898.

⁷¹⁰ Vide, Bernardino Camilo Cincinato da Costa, D. Luís Filipe de Castro, op. cit., pp. 133-134.

perturbam, confundem e indisciplinam o aluno.” Mais, no período de autonomia, o ensino prático no Hospital Veterinário fora descontinuo e irregular dado “que os alunos eram no mesmo ano dirigidos nos exercícios práticos por várias entidades” e os horários dos exercícios alterados por diversas vezes devido à acumulação de funções do pessoal auxiliar responsável pelo ensino prático. Simultaneamente, a autonomia do Hospital originou “uma considerável diminuição na concorrência de animais doentes, principalmente das grandes espécies pecuárias”, desvantajosa pela quebra da receita e dos efectivos patológicos, “em cujo estudo e curativo os alunos pudessem exercitar-se.”

Reinstituído o Hospital Veterinário no Instituto, os alunos do curso de medicina veterinário teciam considerações sobre a importância dos casos clínicos, “indispensáveis a um clínico”, no decorrer da formação. Observavam “a dificuldade d’um principiante ao sair d’uma escola para a vida prática”, a qual, se não podia ser suprida totalmente, era passível de ser atenuada com um “grande número de doentes” e “casos clínicos que hajam de se lhe deparar na vida prática”. Tornando-se necessária uma maior afluência de animais enfermos ao Hospital, com vista ao reforço do ensino prático, sugeriam a gratuidade das consultas e tratamentos.⁷¹¹

À semelhança das reformas anteriores, a direcção das instalações cabia aos lentes “das cadeiras a cujo ensino servirem”.⁷¹² Em 25 de Novembro de 1897 procedia-se às nomeações dos directores, através das quais se pode aferir as cadeiras a que cada estabelecimento respeitava. O Laboratório Químico era dirigido por Luís António Rebelo da Silva, lente da quinta cadeira, Química Agrícola e Análises. A direcção do Laboratório de Bacteriologia era assumida por João Viegas Paula Nogueira, lente da 17.^a cadeira, Patologia e Clínica das Doenças Contagiosas, e Direito Veterinário. O Laboratório de Fermentações era atribuído a Bernardino Camilo Cincinato da Costa, lente da nona cadeira, Tecnologia Agrícola e Florestal. O Campo experimental e de demonstrações, affecto à sexta cadeira, de Agricultura Geral, Culturas Arvenses e Horticultura, era dirigido por Sertório do Monte Pereira, e o Museu de máquinas e produtos agrícolas à responsabilidade de Augusto de Figueiredo, lente da terceira cadeira, Hidráulica Agrícola e Construções Rurais.⁷¹³ A direcção da biblioteca recairia num “lente bibliotecário”, para

⁷¹¹ Ferreira Pinto, “Variedades. A Prática”, *O Bisturi. Periodico Quinzenal, Dirigido por alumnos do Instituto de Agronomia e Veterinaria. Especialmente dedicado a assumptos de Medicina Veterinaria*, ano I, n.º 2, 1897, p. 3.

⁷¹² Art.º 29.º, Decreto de 4 de Novembro de 1897, D. do G. n.º 251 de 6 de Novembro de 1897.

⁷¹³ Decretos de 25 de Novembro de 1897, D. do G. n.º 269 de 27 de Novembro de 1897.

cujo lugar era nomeado, em 18 de Novembro de 1897, Henrique de Mendia.⁷¹⁴ Quanto ao Hospital Veterinário, a administração técnica, administrativa e económica, e clínica, transitavam para as incumbências do corpo docente. Era “dirigido superiormente pelo director do instituto de agronomia e veterinária.” A primeira das administrações era delegada a um lente, nomeado pelo governo sob proposta do Conselho Escolar⁷¹⁵; a escolha recaía, em 18 de Novembro de 1897, no lente da 14.^a cadeira, António Augusto dos Santos.⁷¹⁶ A direcção clínica do Hospital era repartida por três directores clínicos, os lentes da 15.^a, 16.^a e 17.^a cadeiras.⁷¹⁷ Também a direcção da oficina siderotécnica cabia a um dos lentes da secção veterinária, nomeado pelo governo sob proposta do Conselho Escolar.⁷¹⁸

O corpo docente mantinha-se constituído por 17 lentes catedráticos, número igual ao das cadeiras. Entre outras competências, as relativas à participação nos órgãos de gestão da Escola, os lentes estavam encarregados da regência da cadeira em que estavam providos, dos cursos auxiliares e a supervisão, mas não acompanhamento dos exercícios práticos dos alunos, da direcção e fiscalização das instalações a seu cargo e a direcção e relato das excursões científicas ou de instrução.⁷¹⁹ A substituição dos lentes seria garantida pelos pares, com preferência para os lentes adidos.⁷²⁰ A composição da entidade científica manteve-se semelhante ao modelo definido na reforma de 1893, segundo a relação dos professores efectivos apresentada na obra *L'Enseignement supérieur de l'agriculture en Portugal*. A obra apresentava também o elenco dos lentes incumbidos da regência dos cursos auxiliares: do curso auxiliar de Matemática e Desenho, Francisco António Alvares Pereira; do curso auxiliar de Química Geral, António Correia da Silva Rosa; do curso auxiliar de Zoologia, José Antunes Pinto; e do curso auxiliar de Microscopia, Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo.⁷²¹ Em 23 de Maio de 1901, António Correia da Silva Rosa, então lente adido, responsável, em 1886, pela cadeira de Matéria Médica, Farmácia, Toxicologia e Química Médica, era nomeado para a regência da sétima

⁷¹⁴ Decreto de 18 de Novembro de 1897, D. do G. n.º 269 de 27 de Novembro de 1897.

⁷¹⁵ Art.º 100.º, Decreto de 8 de Junho de 1898, D. do G. n.º 128 de 11 de Junho de 1898.

⁷¹⁶ Decreto de 18 de Novembro de 1897, D. do G. n.º 269 de 27 de Novembro de 1897.

⁷¹⁷ Art.º 103.º, Decreto de 8 de Junho de 1898, D. do G. n.º 128 de 11 de Junho de 1898.

⁷¹⁸ Art.º 145.º, *ibidem*.

⁷¹⁹ Artigos 168.º e 169.º, Decreto de 8 de Junho de 1898, D. do G. n.º 128 de 11 de Junho de 1898.

⁷²⁰ Art.º 171.º, Decreto de 8 de Junho de 1898, D. do G. n.º 128 de 11 de Junho de 1898.

⁷²¹ Bernardino Camilo Cincinato da Costa, D. Luís Filipe de Castro, op. cit., pp. 126-127.

cadeira⁷²², vaga pelo falecimento de Henrique da Cunha Matos de Mendia, em 17 de Fevereiro daquele ano.⁷²³

Quanto ao pessoal auxiliar ao ensino, o reforço dos quadros, protagonizado pela reforma justificava-se tendo em conta a distinção entre as funções dos lentes catedráticos, “instruir, dirigir e encaminhar o aluno”, e as funções do corpo auxiliar, “insistir, fazer repetir muitas vezes a mesma operação, acompanhar o aluno na execução seguida de diversas manipulações”. Na perspectiva de Augusto José da Cunha, como fora representado pelo Conselho Escolar em 1891, a incumbência da vertente prática aos lentes catedráticos deteriorava a qualidade do ensino teórico e demonstrativo, bem como a actualização científica: “nem é preciso o Lente nem é útil que este gaste nisso o seu tempo, que lhe é preciso para preparar as lições, a demonstração experimental, para estudar nos gabinetes e laboratórios, muito especialmente no ensino das ciências agrónomica e veterinária, todos os dias enriquecidas com novos dados e descobertas, solicitadas a cada momento por novos problemas que a produção agrícola e as exigências da sanidade pecuária vão constantemente formulando.”

O reforço do ensino prático era concebido com a integração substancial dos funcionários do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, com vantagens para o ensino e para os serviços: “Ganham simultaneamente os serviços especiais dos quadros e do instituto: com esta passagem periódica pelo curso o pessoal técnico pôr-se-á a par do desenvolvimento científico, e o ensino irá sendo informado das crescentes necessidades da profissão para que habilita.” A participação dos funcionários perdia a natureza provisória como havia sido estabelecida em 1893 e 1895, para adquirir perenidade na orgânica da Instituição, sob a forma de comissões de cinco anos, prorrogáveis por igual período por proposta do Conselho Escolar, e sendo para efeito considerados chefes de serviço.

Determinava-se a existência de quatro chefes de serviço para cada secção. Na secção agrónomica eram empregues “Três agrónomos ou silvicultores do quadro dos serviços agrícolas do ministério das obras públicas” e “Um engenheiro do quadro do serviço das obras públicas do mesmo ministério” e, na secção veterinária, “Quatro

⁷²² Decreto de 23 de Maio de 1901, D. do G. nº 122 de 1 de Junho de 1901.

⁷²³ “MENDIA (Henrique da Cunha Matos de)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVI, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Ilimitada, [s.d.], p. 897.

veterinários do quadro dos serviços pecuários do mesmo ministério.”⁷²⁴ Competia-lhes o acompanhamento e a instrução dos alunos nos exercícios práticos, segundo as indicações do lente da cadeira respectiva. Auxiliavam os lentes nas demonstrações das aulas teóricas e nos trabalhos de investigação, bem como na direcção e conservação das instalações. Os chefes de serviço affectos à secção veterinária eram também considerados facultativos clínicos do Hospital Veterinário⁷²⁵, enquanto que o farmacêutico do Hospital ficava equiparado a chefe de serviço da 14.^a cadeira.⁷²⁶ Eram também considerados chefes de serviço, o facultativo veterinário do Hospital, o agrónomo e o veterinário, associados ao Laboratório de Fermentações e Tecnologia Rural, e ao Laboratório de Bacteriologia, cujos lugares eram conservados.⁷²⁷

O provimento dos lugares processava-se por concurso documental perante o Conselho Escolar.⁷²⁸ Para os lugares de chefes de serviço da secção agronómica foram nomeados, em 27 de Novembro de 1897, os agrónomos de 3.^a classe, D. Luís Filipe de Castro e Adolfo Augusto Baptista Ramires⁷²⁹ e, em 4 de Novembro do mesmo ano, o lugar de chefe de serviço de Engenharia Rural era ocupado pelo engenheiro subalterno de 2.^a classe, Manuel Maria de Oliveira Belo.⁷³⁰ Em 11 de Fevereiro de 1898, Adolfo Ramires era nomeado provisoriamente chefe de serviço do Laboratório de Fermentações, vago na ausência de João Coelho da Mota Prego.⁷³¹ O lugar de Ramires era, por sua vez, atribuído provisoriamente pelo professor da Escola Central de Agricultura “Moraes Soares”, António Cardoso de Menezes.⁷³² Para os lugares congéneres da secção veterinária, eram nomeados, em 13 de Dezembro de 1897, os veterinários de 3.^a classe, João Sabino de Sousa e Godofredo da Silva Santos.⁷³³ Em Dezembro de 1899⁷³⁴ e em Fevereiro de 1900⁷³⁵, era aberto um concurso para o provimento de um lugar de chefe de serviço, sem que tenhamos conhecimento de nomeações subsequentes.

Não obstante, em 1900, era apresentada uma relação completa dos chefes de serviço integrados ao serviço prático das cadeiras, a saber, “Service pratique des chaires

⁷²⁴ Art.º 53.º, Decreto de 4 de Novembro de 1897, D. do G. nº 251 de 6 de Novembro de 1897.

⁷²⁵ Art.º 55.º, *ibidem*.

⁷²⁶ Art.º 61.º, *ibidem*.

⁷²⁷ Artigos 31.º, 61.º e 72.º, *ibidem*.

⁷²⁸ Artigos 55.º e 56.º, *ibidem*.

⁷²⁹ Decretos de 27 de Novembro de 1897, D. do G. nº 275 de 2 de Dezembro de 1897.

⁷³⁰ Decretos de 13 de Dezembro de 1897, D. do G. nº 282 de 14 de Dezembro de 1897.

⁷³¹ Portaria de 11 de Fevereiro de 1898, D. do G. nº 33 de 12 de Fevereiro de 1898.

⁷³² Despacho de 11 de Fevereiro de 1898, D. do G. nº 33 de 12 de Fevereiro de 1898.

⁷³³ Decretos de 13 de Dezembro de 1897, D. do G. nº 282 de 14 de Dezembro de 1897.

⁷³⁴ Anúncio de 5 de Dezembro de 1899, D. do G. nº 278 de 7 de Dezembro de 1899.

⁷³⁵ Anúncio de 3 de Fevereiro de 1900, D. do G. nº 27 de 5 de Fevereiro de 1900.

1.^{ère}, 4^e et 8^e – M. Antonio Cardoso de Meneses, agronome, ancien professeur de l'école d'agriculture «Moraes Soares»; Service pratique des chaires 2^e et 3^e – M. Manuel d'Oliveira Bello, ingénieur civil; Service pratique des chaires 5^e et 9^e (par intérim, vu la vacance de ce service) – M. José Augusto Simões Bayão, agronome; Service pratique des chaires 6^e, 7^e et 11^e – Dom Luiz Filipe de Castro, agronome, ancien député, directeur de la Royale Association de l'agriculture; Service pratique des chaires 12^e et 15^e – M. João Sabino de Sousa, médecin-vétérinaire; Service pratique des chaires 10^e et 13^e et du cours de zoologie – M. Godefredo da Silva Santos, médecin-vétérinaire; Service pratique de la chaire 16^e – M. Manuel Diogo da Silva, médecin-vétérinaire; Service pratique des chaires 10^e – M. João Guerreiro Mestre, médecin-vétérinaire.”⁷³⁶

No quadro do pessoal auxiliar de ensino conservavam-se os lugares de preparadores, cujo número crescia para cinco, affectos às seguintes cadeiras, a saber, “de anatomia e cirurgia”, “de química”, “de tecnologia rural”, “de botânica e nosologia vegetal” e “da 2.^a e 3.^a cadeiras”. Estes funcionários eram integrados no Instituto em condições similares às dos chefes de serviço e estavam incumbidos da preparação dos utensílios utilizados nas demonstrações, bem como da execução de trabalhos nos laboratórios e gabinetes, segundo instruções do Conselho Escolar.⁷³⁷ As primeiras nomeações para preparador realizaram-se entre 1897 e 1898: em 29 de Novembro de 1897, o regente agrícola, José Pedro Coelho era nomeado preparador de Tecnologia Rural⁷³⁸; em 13 de Dezembro do mesmo ano, os regentes agrícolas, Alfredo de Castro Guedes e Silva Sanches de Miranda e Abel Gomes Trovão, respectivamente, para os lugares de preparador de Botânica e Nosologia Vegetal, e da segunda e terceira cadeiras⁷³⁹; e em 25 de Maio de 1898, João Augusto Simões Baião era nomeado preparador de Química⁷⁴⁰; o lugar de preparador de anatomia e cirurgia foi provido em 6 de Maio de 1903, após concurso aberto em Dezembro de 1902⁷⁴¹, a nomeação era atribuída a António Estevão Simões Alves.⁷⁴² Em Fevereiro de 1899 verificava-se um novo concurso para provimento do lugar de preparador de Química, sem qualquer nomeação ou repetição do mesmo, por nós conhecida. Em Novembro de 1903⁷⁴³ era

⁷³⁶ Bernardino Camilo Cincinato da Costa, D. Luís Filipe de Castro, op. cit., p. 127.

⁷³⁷ Artigos 57.º e 58.º, Decreto de 4 de Novembro de 1897, D. do G. nº 251 de 6 de Novembro de 1897.

⁷³⁸ Decreto de 29 de Novembro de 1897, D. do G. nº 275 de 2 de Dezembro de 1897.

⁷³⁹ Decretos de 13 de Dezembro de 1897, D. do G. nº 282 de 14 de Dezembro de 1897.

⁷⁴⁰ Anúncio de 4 de Fevereiro de 1899, D. do G. nº 29 de 6 de Fevereiro de 1899.

⁷⁴¹ Anúncio de 1 de Dezembro de 1902, D. do G. nº 274 de 3 de Dezembro de 1902.

⁷⁴² Decreto de 6 de Maio de 1903, D. do G. nº 100 de 7 de Maio de 1903.

⁷⁴³ Anúncio de 4 de Novembro de 1903, D. do G. nº 250 de 6 de Novembro de 1903.

aberto o concurso para o lugar de preparador da segunda e terceira cadeiras, não motivou qualquer recrutamento; foi repetido por duas vezes, em Maio de 1904⁷⁴⁴ e em Março de 1905.⁷⁴⁵ Em Novembro de 1909 era aberto concurso para o lugar de preparador de Tecnologia Rural⁷⁴⁶, no qual seria provido, em 20 de Janeiro de 1910, Emídio Rijo Inso.⁷⁴⁷

Para o reforço da componente laboratorial determinava-se ainda que “Um dos químicos actualmente contratados pelo governo passará a fazer serviço no laboratório do instituto”,⁷⁴⁸ o lugar era preenchido por Max Hoffman em 27 de Novembro de 1897, no Laboratório Químico⁷⁴⁹, substituído em 11 de Fevereiro de 1898 pelo analista contratado, José de Matos Braamcamp.⁷⁵⁰

O serviço administrativo do Instituto era assegurado por um secretário e um oficial de secretaria, dois amanuenses e um fiel do hospital, assistidos pelo pessoal subalterno e menor, formado por dois enfermeiros e seis tratadores, um mestre siderotécnico, dois oficiais e um aprendiz, relativos à mesma oficina, um porteiro, um jardineiro horticultor, e três guardas e oito serventes.⁷⁵¹

Na admissão à matrícula de primeiro ano eram observados os requisitos estabelecidos pela reforma de 1891: a aprovação nos cursos completos de português, francês, matemática, física, química, história natural e desenho, bem como a primeira parte de latim, geografia e história. Para transitar de ano, os estudantes dos três cursos precisavam de obter a aprovação em todas as cadeiras e cursos auxiliares.⁷⁵²

A reforma de 1897 não foi recebida com grande entusiasmo pela imprensa. O *Diário de Notícias* noticiava apenas a promulgação respectiva, objecto de intenso debate “ainda mesmo antes de conhecidos os seus verdadeiros termos.”⁷⁵³ *O Século*, enfatizava o diminuto impacto da reforma no ensino: “A não ser a anexação do hospital veterinário, tudo o mais é simplesmente matéria regulamentar e não altera, na sua essência, o actual ensino, tanto teórico como prático.” Através desta “pouco se conseguiu”; contrariando o

⁷⁴⁴ Anúncio de 10 de Maio de 1904, D. do G. nº 123 de 4 de Junho de 1904.

⁷⁴⁵ Anúncio de 1 de Março de 1905, D. do G. nº 51 de 3 de Março de 1905.

⁷⁴⁶ Anúncio de 26 de Novembro de 1909, D. do G. nº 271 de 29 de Novembro de 1909.

⁷⁴⁷ Decreto 20 de Janeiro de 1910, D. do G. nº 28 de 7 de Fevereiro de 1910.

⁷⁴⁸ Art.º 81.º, Decreto de 4 de Novembro de 1897, D. do G. nº 251 de 6 de Novembro de 1897.

⁷⁴⁹ Decreto de 27 de Novembro de 1897, D. do G. nº 275 de 2 de Dezembro de 1897.

⁷⁵⁰ Despacho de 11 de Fevereiro de 1898, D. do G. nº 33 de 12 de Fevereiro de 1898.

⁷⁵¹ Artigos 64.º e 67.º, Decreto de 4 de Novembro de 1897, D. do G. nº 251 de 6 de Novembro de 1897.

⁷⁵² Artigos 7.º, 8.º e 80.º, Decreto de 4 de Novembro de 1897, D. do G. nº 251 de 6 de Novembro de 1897.

⁷⁵³ “Instituto de Agronomia e Veterinária”, *Diário de Notícias*, ano 33, nº 11 459, 1897, p. 1.

impacto reformista de um dos professores da Instituição: “Desejávamos apenas que o sr. ministro das obras públicas, considerado professor daquele estabelecimento, ligasse o seu nome a uma reforma que imprimisse uma feição inteiramente diversa à primeira escola de instrução rural, desenvolvendo o ensino prático nos campos, nas oficinas tecnológicas e nos laboratórios.”⁷⁵⁴

Indirectamente, seria José Veríssimo de Almeida que, no artigo publicado na *Agricultura Contemporanea*, explicaria os motivos de tão escassa capacidade reformadora. Nas palavras do lente: “Reformar um instituto de ensino, em período de vacas magríssimas, é frase que se confunde com um mal disfarçado eufemismo, atendendo a que as câmaras legislativas só autorizaram a reorganização dos serviços com a condição bem explícita de que da reforma resultaria a diminuição da despesa.” Nesse ensejo, esclarecia que o conceito de reforma ficara indiscutivelmente associado à redução de despesas e logo à negligência do próprio ensino: “Efectivamente, desde alguns anos, em se tratando da instrução agronómica e veterinária, nem se torna necessária a cláusula expressa da economia. Fica entendido que reformar é reduzir despesas, isto é, amesquinhar o ensino.” Referindo-se à iniciativa de 1891, apelidada de “a degolação de 91” e aos anos subsequentes como “*a época do terror*”, sublinhava a incongruência entre os objectivos dos executivos, as consequências e os propósitos do sistema de ensino: “Se economizar é gastar bem e reprodutivamente, é evidente que não houve economia, supondo mesmo que fosse real a pretendida diminuição nas despesas orçamentais, porque país algum pode lucrar com o rebaixamento da instrução pública. Um profissional barato e por isso mesmo mal preparado torna-se mais nocivo e pesado à economia social do que a organização bem estudada, embora mais dispendiosa, que produzisse agrónomos e veterinários aptos para exercerem competentemente as variadas comissões da sua profissão.” O professor era da opinião que o projecto apresentado foi meritório ao aproveitar “tanto quanto possível, todos os elementos que lhe fornecia a legislação em vigor”, bem como Augusto José da Cunha “por ter arcado com todas as dificuldades e oposições para regularizar a situação da escola, de que é meritíssimo professor.”

Referindo-se à regência gratuita dos cursos auxiliares, José Veríssimo de Almeida criticava a disponibilidade demonstrada pelos lentes do Instituto; facilitava a redução da despesa, mas os docentes abdicavam do direito de reivindicar contra as dificuldades da

⁷⁵⁴ “Ensino Agrícola”, *O Século*, ano XVII, n.º 5681, 1897, p. 2.

Instituição. Por outro lado, o “sacrifício” dos professores era incongruente com as injustiças observadas na sociedade portuguesa: “A dificuldade consistia em preparar um trabalho aceitável de organização com os actuais elementos orçamentais, de modo que não só não houvesse aumento de despesa, mas até se inscrevesse uma redução justificativa. Era difícil, mas os lentes da nossa escola superior de agricultura tiveram a abnegação e o desinteresse de aceitar a regência gratuita de quatro cursos auxiliares criados pela nova organização, acumulando este serviço com a regência da própria cadeira. É um sacrifício e é um mau exemplo: servir de graça em um país que tão mal paga aos servidores dedicados, enquanto os benesses, as gratificações, *mais* ou *menos* justificadas, as comissões, *mais* ou *menos* necessárias, caem como orvalho vivificante sobre as cabeças dos que menos trabalham e mais blasonam, este sacrifício constitui um péssimo precedente e um gravame injusto. Os lentes do instituto d’agronomia e veterinária, para desfazer a dificuldade, aceitaram o sacrifício e prestaram-se a dar este mau exemplo; não têm pois que queixar-se no presente, mas reservam os seus protestos no futuro”.

Quanto aos funcionários do Ministério destacados para o Instituto considerava que o “ensino ficou consideravelmente melhorado”; elogiava o provimento por cinco anos, como a perenidade na prestação do serviço: “Até agora qualquer dos auxiliares destacados do quadro para o instituto, podia de um momento para o outro ser retirado do serviço do ensino, sem que o conselho pudesse intervir em favor dos que dessem boa conta de si. Daqui resultava que o chefe de serviço, como hoje é denominado, sentia-se pouco á vontade, esfriando-se-lhe o zelo e entibando-se-lhe a vontade de estudar na expectativa de uma mudança possível, embora sem exemplo.” Não descurava o “inconveniente” resultante das “condições apertadas da lei” que, por razões economicistas, apenas autorizava os quadros do ministério à concorrência aos lugares de chefes de serviço. Fora daqueles quadros e dos concursos, asseverava, ficavam “muitos discípulos da escola que seriam merecedores de entrar no quadro docente do instituto, e que não teriam dúvida em apresentar-se a concurso, mas... o princípio das economias... no ensino não permite tais concessões. Pois é pena.”⁷⁵⁵

Em 1900, reflectindo sobre a capacidade do ensino superior agrícola corresponder às aspirações dos professores, dos agrónomos e dos especialistas nas questões agrícolas,

⁷⁵⁵ José Veríssimo de Almeida, “Chronica Agricola, Reorganização do ensino agronomico e veterinário”, *A Agricultura Contemporanea*, t. VIII, n.º 8, 1897-1898, pp. 287-291.

Bernardino Cincinato da Costa e D. Luís Filipe de Castro respondiam terminantemente: “Nous n’hésiterons pas à répondre. Non!” Sem esquecer as medidas favoráveis ao ensino pela reforma de 1897, bem como a reparação do edifício central e de alguns anexos em estado de devoluto, a resposta alicerçava-se nos efeitos continuados da contracção financeira aplicada desde 1891. Sem meios de acção, o pauperismo do ensino superior de agricultura era contrário à evolução científica da época. Mesmo assim, o Instituto cumpria as obrigações basilares apesar da exiguidade do espaço e recursos. O regime de alterações permanentes ao funcionamento interno de uma escola, apreciável nas décadas de 80 e 90, culminava certamente na morte da instituição e na perda do trabalho pedagógico e científico: “Un regime d’altérations permanentes dans la vie intérieur d’une école est la mort de cette institution. Au milieu des vicissitudes qu’elle traverse, la tradition, l’unité d’enseignement disparaissent, et c’est ainsi qu’on arrive peu à peu à la désagrégation des éléments dont se compose l’école, qui se transforme à bref délai en une sorte de tour de Babel où tout est incohérent, les plans, - l’orientation, les méthodes, les doctrines.” Observava-se que, mesmo desprovido das condições favoráveis atribuídas em 1886, o Instituto de Agronomia e Veterinária equiparava-se às instituições europeias congéneres, tanto no domínio da produção científica como no ensino.⁷⁵⁶

Conservados os princípios organizadores do ensino superior de agricultura da lei de 4 de Novembro de 1897, o Ministro do M.O.P.C.I., Manuel Francisco de Vargas, procedia a alterações ligeiras em 10 de Outubro de 1901. Tais respeitavam a “algumas necessidades do ensino e melhoramentos nos serviços [que] se podem desde já atender sem grande sacrifício”, necessárias ao “regular funcionamento” da Instituição, e pelas quais “tem continuado a reclamar o Conselho escolar do Instituto de Agronomia e Veterinária e ainda ultimamente os alunos do mesmo Instituto”.

A principal mudança incidia no desdobramento das 7.^a e 15.^a cadeiras, elevando o quadro para 19. Quanto à primeira, entendia-se que o desenvolvimento das matérias era incompatível com o “prazo de um ano lectivo”; o desdobramento da cadeira de Cultura das Plantas Lenhosas, disposto na lei de 1893, não se traduzia por agravo de despesa, mas redundava em “inconvenientes para o ensino”. De igual forma, “pelo simples enunciado” da 15.^a cadeira, com as matérias de Patologia e Terapêutica Gerais, Patologia Interna e Clínica Médica, “se vê como também está sobrecarregada [sendo] completamente

⁷⁵⁶ Bernardino Camilo Cincinato da Costa, D. Luís Filipe de Castro, op. cit., pp. 49-52.

impossível ser lida pelo professor, ou estudada pelo aluno, durante o ano lectivo”; restituía-se a “antiga cadeira de patologia geral e anatomia patológica geral”, constante no quadro de cadeiras de 1886 e suprimida em 1891.⁷⁵⁷

O quadro de cadeiras seria o seguinte: “1.^a Botânica. 2.^a Mecânica geral e suas aplicações às máquinas agrícolas. Topografia. 3.^a Hidráulica agrícola. Construções rurais. 4.^a Física agrícola. 5.^a Química agrícola e análise. 6.^a Agricultura geral. Culturas arvenses. Horticultura. 7.^a Viticultura e arboricultura. 8.^a Silvicultura. 9.^a Nosologia vegetal. 10.^a Tecnologia agrícola e florestal. 11.^a Zootecnia. Exterior. Higiene pecuária. 12.^a Economia, administração, legislação e contabilidade rurais e florestais. 13.^a Anatomia descritiva. Embriologia. Teratologia. 14.^a Histologia e fisiologia comparada dos animais. 15.^a Matéria médica. Química médica. Farmacologia e farmácia. 16.^a Patologia geral e anatomia patológica geral. 17.^a Patologia especial interna. Terapêutica geral e clínica médica. 18.^a Patologia externa. Medicina operatória. Obstetrícia. Clínica cirúrgica. 19.^a Patologia e clínica das doenças contagiosas. Direito veterinário.”⁷⁵⁸

Na regência das disciplinas de Arboricultura e Viticultura, correspondente à oitava cadeira, era conservado o lente António Correia da Silva Rosa. A regência das duas novas cadeiras, a sétima, Silvicultura, e a décima sexta, Patologia Geral e Anatomia Patológica Geral eram confiadas aos chefes de serviço que “exerçam há mais tempo funções de ensino no Instituto”;⁷⁵⁹ foram nomeados, respectivamente, D. Luís Filipe de Castro⁷⁶⁰ e

⁷⁵⁷ Preâmbulo do Decreto de 10 de Outubro de 1901, D. do G. nº 231 de 14 de Outubro de 1901.

⁷⁵⁸ Art.º 1.º, Decreto de 10 de Outubro de 1901, D. do G. nº 231 de 14 de Outubro de 1901.

⁷⁵⁹ Art.º 11.º, *ibidem*.

⁷⁶⁰ D. Luís Filipe de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu (1868-1928). Formou-se no curso de agronomia, pelo Instituto de Agronomia e Veterinária, em 1888. Proprietário, na região de Tomar, realizou na sua propriedade várias experiências agronómicas, que mais tarde relatou em conferência dada na Real Associação Central da Agricultura Portuguesa. Teve ampla participação nos periódicos de especialidade, nomeadamente na *Agricultura Contemporânea*, *A Charrua*, *Revista Agronómica*, *A Vinha Portuguesa*, entre outros. Foi Director da revista *Portugal Agrícola* e manteve durante vários anos a secção de crónicas agrícolas nos jornais *Diário de Notícias* e *Jornal do Commercio*, participando também em outros jornais diários. Foi comissário agrícola na Exposição Universal de Paris, em 1900, e emissário aos congressos internacionais dos Sindicatos Agrícolas e das Cooperativas de Consumo, tendo colaborado na organização dos congressos vitícolas nacionais de 1895 e 1900. Foi Director da Real Associação Central de Agricultura Portuguesa e Presidente da Sociedade de Ciências Agronómicas de Portugal. Politicamente militou no Partido Regenerador, ocupando a pasta das Obras Públicas nos governos de Campos Henriques e Sousa Teles entre 1908 e 1909. Foi Deputado em diversas legislaturas, entre 1895 e 1910, onde se expressou principalmente pela protecção à indústria vinícola, tendo integrado várias comissões, como a de Agricultura, Ultramar, ou Negócios Estrangeiros e Internacionais, onde foi relator em muitos dos projectos nelas apreciados. Após a implantação da República foi alvo de um processo disciplinar devido à sua filiação monárquica, o que resultou no seu afastamento temporário, em 1913, do cargo de lente no Instituto Superior de Agronomia, ao qual regressaria em 1917. Vide, Conceição Andrade Martins, “ABREU, D. Luís Filipe de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e (1868-1928), 2.º conde de Nova Goa”, *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, dir. e coord. por Maria Filomena Mónica, vol. I, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais-Assembleia da República, 2004, pp. 52-55.

João Sabino de Sousa⁷⁶¹, em 10 de Outubro de 1901.⁷⁶² Em 4 de Outubro de 1904, D. Luís Filipe de Castro transitava para a 12.^a cadeira⁷⁶³, vaga pelo falecimento do proprietário, Francisco António Alvares Pereira, em 6 de Julho daquele ano.⁷⁶⁴ O provimento da sétima cadeira era objecto de concurso em Novembro de 1904⁷⁶⁵, para cujo lugar era seleccionado Manuel de Sousa da Câmara⁷⁶⁶, antigo chefe de serviço da secção agronómica, em 3 de Maio de 1905.⁷⁶⁷ Em 19 de Janeiro de 1909, Manuel de Sousa da Câmara transitava para a oitava cadeira, enquanto Sertório do Monte Pereira assegurava a regência da sétima.⁷⁶⁸

A regência dos cursos auxiliares transitava para as competências dos chefes de serviço; entendeu-se que “actualmente sobrecarregam em demasia o serviço dos lentes catedráticos prejudicando a regência das suas respectivas cadeiras.” Com o acréscimo das incumbências, os concursos para o provimento dos chefes de serviço foram alterados com a integração de provas orais e práticas, perante o Conselho Escolar.⁷⁶⁹ O serviço prestado por estes funcionários era considerado “actividade fora do respectivo quadro” só podendo ser destituídos da comissão pelo Conselho Escolar por faltas ou irregularidade no serviço.⁷⁷⁰

⁷⁶¹ João Sabino de Sousa (?-1913). Formado em Medicina Veterinária, pelo Instituto, exerceu a profissão em Arroios, Lisboa. Interveio no primeiro congresso de tuberculose em Coimbra, de 1895. Foi sócio fundador da Sociedade Portuguesa de Medicina Veterinária e foi membro do conselho de redacção do órgão periódico daquela Sociedade, *Revista de Medicina Veterinária*. Politicamente filiou-se no Partido Regenerador. Foi Deputado, em 1904 e, em 1903, vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Vide, Cristina Joanaz de Melo, Fernando Moreira, “SOUSA, João Sabino de (?-1913), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, dir. e coord. por Maria Filomena Mónica, vol. III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais-Assembleia da República, 2006, pp. 824-825.

⁷⁶² Decreto de 10 de Outubro de 1901, D. do G. n.º 236 de 19 de Outubro de 1901.

⁷⁶³ Decreto de 4 de Outubro de 1904, D. do G. n.º 223 de 5 de Outubro de 1904.

⁷⁶⁴ “PEREIRA (Francisco António Alvares), *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXI, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Ilimitada, [s.d.], p. 136.

⁷⁶⁵ Anúncio de 23 de Novembro de 1904, D. do G. n.º 267 de 26 de Novembro de 1904.

⁷⁶⁶ Manuel de Sousa da Câmara (1871-1955). Formou-se pelo Instituto de Agronomia e Veterinária, em agronomia, em 1896. Iniciou a sua carreira como químico da Fiscalização das Farinhas e do Pão, transitando posteriormente para o lugar de assistente do Laboratório de Entomologia e Nosologia Vegetal, em 1898. Agrónomo dos quadros do M.O.P.C.I., desde 1902, foi vogal do Conselho Superior de Agricultura, pela secção Florestal e Agrícola, em 1911, e do Conselho Superior de Administração Financeira do Estado, pela agricultura. Em 1912 foi nomeado vice-director do Instituto Superior de Agronomia, cuja direcção interina viria a assumir em 1918, tomando a efectividade do cargo em 1932. Integrou diversas comissões de serviço público, nomeadamente, para a proposta de taxas de moagem e panificação, em 1926, de revisão do regime cerealífero em 1927, a vice-presidência da Junta Geral da Campanha do Trigo, em 1929, e a Campanha de produção agrícola, em 1930. Politicamente filiou-se no Partido Republicano Português, tendo pertencido, após a Implantação da República, aos Partidos Unionista, Liberal e Republicano Nacionalista. Foi eleito Deputado Constituinte, em 1911, e Senador da República, no mesmo ano, onde integraria a Comissão de Fomento. As suas intervenções foram dedicadas ao desenvolvimento do ensino agrícola, a criação do Ministério da Instrução Pública, e o fomento das técnicas agronómicas no espaço colonial português. Foi ainda Ministro da Agricultura, no governo de Tomé de Barros Queirós, em 1921. Maria Inês Queiroz, “CÂMARA, Manuel de Sousa da (1871-1955)”, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, coord. por Maria Fernanda Rollo, vol. I, Lisboa, Assembleia da República, 2013, pp. 495-496.

⁷⁶⁷ Decreto de 3 de Maio de 1905, D. do G. n.º 101 de 5 de Maio de 1905.

⁷⁶⁸ Decretos de 19 de Janeiro de 1909, D. do G. n.º 5 de 20 de Janeiro de 1909.

⁷⁶⁹ Art.º 8.º, Decreto de 10 de Outubro de 1901, D. do G. n.º 231 de 14 de Outubro de 1901.

⁷⁷⁰ Art.º 7.º, *ibidem*.

Pelo regulamento geral, aprovado em 1903, os lugares de chefes de serviço ficavam previamente afectos a grupos de cadeiras, a saber: “1.º Grupo – 1.ª, 4.ª e 9.ª cadeiras; 2.º Grupo – 5.ª, 10.ª e 12.ª cadeiras; 3.º Grupo – 6.ª, 7.ª e 8.ª cadeiras; 4.º Grupo – 2.ª e 3.ª cadeiras; 5.º Grupo – 13.ª e 18.ª cadeiras; 6.º Grupo – 16.ª e 19.ª cadeiras; 7.º Grupo – 14.ª e 15.ª cadeiras; 8.º Grupo – 11.ª e 17.ª cadeiras;” As condições de acesso aos lugares eram também modificadas; à excepção do quarto grupo, apenas disponível aos “engenheiros do quadro das obras públicas”, podiam concorrer aos três primeiros grupos “os agrónomos ou silvicultores diplomados por este Instituto” e aos quatro últimos os médicos veterinários na mesma condição.⁷⁷¹

Os únicos concursos abertos para o provimento de chefes de serviço respeitavam às vacaturas nos lugares referentes ao primeiro, segundo, terceiro e oitavos grupos, tendo-se estendido entre 1903 e 1907. Em Novembro de 1903⁷⁷², o concurso era aberto para todos os grupos de cadeiras; em 23 de Maio de 1904 eram nomeados Manuel de Sousa da Câmara para o primeiro grupo e José Miranda do Vale para o oitavo.⁷⁷³ Em Fevereiro de 1905 republicava-se o concurso para os dois grupos em falta;⁷⁷⁴ em 3 de Abril de 1906, César Justino de Lima Alves era recrutado para o segundo grupo de cadeiras.⁷⁷⁵ Em Abril de 1906 abria-se o concurso para o lugar de chefe de serviço do terceiro grupo⁷⁷⁶, no qual foi provido, em 25 de Janeiro de 1907, Joaquim Pedro da Assunção Rasteiro.⁷⁷⁷ Em Dezembro de 1905, a vacatura do lugar ocupado por Manuel de Sousa da Câmara, motivava novo concurso para o provimento do primeiro grupo de cadeiras⁷⁷⁸, no qual era recrutado, em 30 de Julho de 1906, o antigo professor técnico da Escola Nacional de Agricultura, Eduardo Alberto Lima Bastos.⁷⁷⁹

O tirocínio dos finalistas de agronomia, com duração de doze meses, mantinha-se associado a Coimbra, agora na Escola Nacional de Agricultura.⁷⁸⁰ Nessa instituição encontrava-se “não só o necessário desenvolvimento cultural, mas ainda reunidos todos os elementos necessários ao ensino prático de que os alunos carecem.” Contudo, o regulamento de 1903 reorganizava o tirocínio prático de agronomia dividindo-o entre

⁷⁷¹ Art.º 180.º, Decreto de 10 de Setembro de 1903, D. do G. nº 204 de 14 de Setembro de 1903.

⁷⁷² Anúncio de 4 de Novembro de 1903, D. do G. nº 250 de 6 de Novembro de 1903.

⁷⁷³ Decreto de 23 de Maio de 1904, D. do G. nº 114 de 24 de Maio de 1904.

⁷⁷⁴ Anúncio de 20 de Fevereiro de 1905, D. do G. nº 43 de 22 de Fevereiro de 1905.

⁷⁷⁵ Decreto de 29 de Março de 1906, D. do G. nº 76 de 5 de Abril de 1906.

⁷⁷⁶ Anúncio 18 de Abril de 1906, D. do G. nº 88 de 21 de Abril de 1906.

⁷⁷⁷ Decreto de 25 de Janeiro de 1907, D. do G. nº 21 de 26 de Janeiro de 1907.

⁷⁷⁸ Anúncio de 13 de Dezembro de 1905, D. do G. nº 287 de 19 de Dezembro de 1905.

⁷⁷⁹ Decreto de 30 de Julho de 1906, D. do G. nº 178 de 10 de Agosto de 1906.

⁷⁸⁰ Art.º 4.º, Decreto de 10 de Outubro de 1901, D. do G. nº 231 de 14 de Outubro de 1901.

excursões e o próprio Instituto: “excursões pelas principais regiões agrícolas do país, alternadas com lições, conferências e trabalhos de laboratório no Instituto.”⁷⁸¹ Para efeito criava-se o lugar de director das excursões nomeado entre os lente da secção agronómica-florestal.⁷⁸² Estas disposições respondiam favoravelmente os alvires do Conselho Escolar e dos professores quanto ao modelo do tirocínio. Críticos do modelo proposto pela reforma de 1886, haviam sugerido que aquele período de prática não se limitasse a um único local, mas abrangesse as várias regiões agrícolas para proporcionar um conhecimento mais profuso sobre a realidade rural nacional, ficando os alunos subordinados à figura do “professor prático”. Por outro lado, o modelo de tirocínio então apresentado em 1903 permitiria ao curso de agronomia, à semelhança do ocorrido com o curso de medicina veterinária, ser orientado por uma única direcção pedagógica nas duas vertentes.

Para José Veríssimo de Almeida, o modelo de 1903 “só pode merecer a aprovação dos que lidam e superintendem no ensino agronómico”. Dotava os alunos do “conhecimento da agricultura portuguesa, no seu aspecto geral, nas suas práticas e nos seus processos agrícolas locais, na sua economia pecuária, e simultaneamente nos meios de que pode dispor, na possibilidade de melhorar a sua situação, de ampliar os seus recursos, de aumentar a produção.”⁷⁸³ Porém, observava, a disposição regulamentar era nula por sobreposição das leis orgânicas do ensino superior de agricultura, citando os artigos que, em 1897 e 1901, determinavam o tirocínio em estabelecimentos externos ao Instituto de Agronomia e Veterinária: “A propósito do número 1.º do art. 5.º e dos art.ºs 54.º e seguintes até ao 73.º, os quais se ocupam exclusivamente do tirocínio dos alunos do 5.º ano de agronomia e silvicultura diremos que (...) nos agrada e muito a ideia ali expandida. Infelizmente a sua realização não tem lugar por quanto a lei a isso se opõe formalmente (*dura lex sed lex*) (...) como o regulamento não altera a lei, apesar da boa vontade dos governos (...) os alunos do quinto ano de agronomia terão que seguir para Coimbra, ainda que melhor seria ficarem no Instituto.”

Por outro lado, avultava a dificuldade da realização do tirocínio nos Laboratórios do Instituto devido à exiguidade dos meios materiais e humanos: “Ainda a propósito da prática, de que nos ocuparemos, aventaremos o seguinte: os laboratórios de química,

⁷⁸¹ Art.º 5.º, Decreto de 10 de Setembro de 1903, D. do G. nº 204 de 14 de Setembro de 1903.

⁷⁸² Artigos 55.º e 57.º, Decreto de 10 de Setembro de 1903, D. do G. nº 204 de 14 de Setembro de 1903.

⁷⁸³ José Veríssimo de Almeida, “Vária. Excursão de instrução agrícola”, *Revista Agronomica, Publicação da Sociedade de Sciencias Agronomicas de Portugal*, ano III, vol. III, n.º 8, Agosto de 1905, p. 256.

fermentações e nosologia, quanto muito, possuem o material indispensável para os trabalhos do pessoal técnico, mas não têm de sobra. Como é pois que os alunos tirocinantes, aí se podem instruir? Além de tudo, acresce que os lentes e chefes de serviço, hão de, nos referidos laboratórios, preparar as lições teóricas e práticas, satisfazer as numerosas consultas gratuitas dos lavradores e concluir algumas experiências de investigação. Será, desta arte, fácil prestar o ensinamento necessário aos alunos do 5.º ano, sem aumento de pessoal técnico?”⁷⁸⁴

A criação da figura do director das excursões suscitava ainda entraves ao normal funcionamento da Instituição: segundo Veríssimo de Almeida, o lente nomeado não assegurava “outro serviço, o que é justíssimo”, mas tratava-se de uma incumbência permanente e o lente afastava-se da regência efectiva da cadeira, sem que o Instituto possuísse lentes substitutos para garantir o normal funcionamento das aulas. O facto repetia-se também em 17 de Novembro de 1904, quando o professor da oitava cadeira, António Correia da Silva Rosa, foi nomeado director da Escola Nacional de Agricultura.⁷⁸⁵ Existiam assim “duas cadeiras vagas” cujo ensino era garantido pelos outros lentes catedráticos, “processo de substituição quase sempre inconveniente” por “sobrecarregar dois professores com serviço duplicado e por isso mesmo incompleto.” Para Veríssimo de Almeida, a única solução implicava recuperar os lugares de lentes substitutos, “única forma racional e proveitosa de substituir os lentes catedráticos impedidos de reger as suas cadeiras”, cuja falta era “um velho mal da mais moderna escola superior do país.”⁷⁸⁶

Após o falecimento de Francisco António Alvares Pereira, em 1904, o lugar de director do Instituto de Agronomia e Veterinária foi exercido por Augusto José da Cunha.⁷⁸⁷ Contudo, o Professor apenas permanecia em funções até 9 de Abril de 1908.

⁷⁸⁴ José Veríssimo de Almeida, “Vária. Regulamento geral do Instituto de Agronomia e Veterinária”, *Revista Agronomica, Publicação da Sociedade de Sciencias Agronomicas de Portugal*, ano I, vol. I, n.º 10, Outubro de 1903, pp. 335-340.

⁷⁸⁵ Decreto de 17 de Novembro de 1904, D. do G. n.º 273 de 3 de Dezembro de 1904.

⁷⁸⁶ José Veríssimo de Almeida, “Vária. Excursão de instrução agrícola”, *Revista Agronomica, Publicação da Sociedade de Sciencias Agronomicas de Portugal*, ano III, vol. III, n.º 8, Agosto de 1905, p. 256.

⁷⁸⁷ Decreto de 24 de Agosto de 1904, D. do G. n.º 191 de 29 de Agosto de 1904.

Exonerado a seu pedido, foi sucedido por Anselmo de Assis de Andrade⁷⁸⁸, último director do Instituto durante a vigência da Monarquia Constitucional.⁷⁸⁹

⁷⁸⁸ Anselmo José Franco de Assis de Andrade (1844-1928). Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1866. Foi preceptor de D. Manuel II. Teve participação política ao nível local tendo sido presidente da Câmara Municipal de Beja. Foi Governador Civil de Lisboa. Militante do Partido Progressista, foi director político dos cujos órgãos periódicos daquele partido, os jornais *Correio da Noite* e de *O Dia*. Distanciando-se daquele Partido, viria a integrar a pasta da Fazenda, em 1900, no governo de Ernesto Hintze Ribeiro, permanecendo na mesma poucos meses. Viria a ocupar a mesma pasta no governo de Teixeira de Sousa, o último governo da Monarquia Constitucional, derrubado pela Implantação da República. Foi Deputado em várias legislaturas decorridas entre 1887 e 1906, em cujo período pertenceu a várias Comissões, nomeadamente de Agricultura e Instrução Primária e Secundária. Maria Adelaide Marques, “ANDRADE, Anselmo José Franco de Assis de (1844-1928)”, *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, dir. e coord. por Maria Filomena Mónica, vol. I, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais-Assembleia da República, 2004, pp. 184-186.

⁷⁸⁹ Decreto de 9 de Abril de 1908, D. do G. nº 85 de 15 de Abril de 1908.

Conclusão

A génese do nosso trabalho reside no estudo biográfico relativo a José Veríssimo de Almeida (1834-1915) lançado ao prelo sob o título *José Veríssimo de Almeida, Percursos de Agronomia e Política Portuguesa (1870-1912)*, em 2017. A nossa colaboração neste estudo, possível pelo convite de coordenadora Teresa Nunes, incidiu sobre a participação de Veríssimo de Almeida na imprensa de especialidade, principalmente através de crónicas agrícolas. O objectivo radicava em averiguar e caracterizar a perspectiva crítica sobre a evolução da agricultura nacional e as propostas formuladas, de carácter económico e social em prol do primeiro sector de actividade nacional. Entre o associativismo agrícola e as opções estratégicas sugeridas para a produção agrícola, Veríssimo de Almeida dedicou especial atenção à influência determinante da produção e difusão da ciência, em particular, através da instrução agrícola. A par da investigação biográfica, materializada na longa carreira académica e de investigação científica, decorrida ao longo de cinco décadas, estes foram os nossos primeiros contactos com o ensino agrícola de grau superior, em Portugal, instituído no Instituto Agrícola de Lisboa. A importância delegada à Instituição e o comentário constante às problemáticas, por Veríssimo de Almeida, deixava inexplicado o vazio com que nos deparámos aquando da procura de estudos historiográficos relativos ao seu desenvolvimento⁷⁹⁰.

A ausência destes estudos, pode ser explicada pela omissão, com que nos deparámos no decurso da nossa investigação, do que antevemos ter sido um arquivo portentoso, que poderia traduzir a vivência pedagógica bem como científica e a administração daquela instituição durante as primeiras cinco décadas do funcionamento. Sem que possamos sugerir qualquer razão para o desaparecimento de tão vasto espólio, os regulamentos que regeram o Instituto, indicam-nos o que seriam os conteúdos e as riquezas de dados, conforme a relação dos livros de escrituração que deveriam constar na Secretaria do Instituto.⁷⁹¹

⁷⁹⁰ Teresa Nunes, et al., *José Veríssimo de Almeida. Percursos de agronomia e política portuguesa (1870-1912)*, Lisboa, ISAPress-Instituto Superior de Agronomia, 2017.

⁷⁹¹ A título de exemplo, o Regulamento de 10 de Outubro de 1903 indicava a existência de 29 livros de registo relativos ao “serviço escolar e administrativo”, entre os quais sublinhamos, o “Livro mestre do pessoal do Instituto” e “de registo dos processos para aposentações e jubilações”; os livros relativos à correspondência expedida e recebida; os livros de matrículas, exames finais e cartas de curso, e aproveitamento dos alunos; o Livro de contas correntes das diversas

A criação do ensino agrícola e, em particular, a fundação do Instituto Agrícola de Lisboa, em 1852, resultaram da consistência de um longo debate anterior, pautado pela apresentação de diversas propostas com vista à constituição. A materialização destas foi, porém, continuamente inviabilizada pelo círculo político associado à figura de Costa Cabral, argumentando principalmente pela impossibilidade de acréscimo de despesa pública. O afastamento e ou reconversão deste círculo político verificou-se imprescindível para a instituição do ensino agrícola em Portugal. Mais revelava-se basilar da reorganização da política nacional, em 1851, edificada na criação destas estruturas, emblemáticas da relevância primacial das temáticas do fomento económico.

Elemento central na caracterização do plano regenerador para o desenvolvimento da agricultura nacional, na óptica modernizante com base técnica e científica, a manutenção e desenvolvimento, durante o período em análise, atesta simultaneamente a importância delegada pelos vários sectores da política nacional, bem como a continuidade das políticas públicas entre os vários executivos.

No decurso dos 58 anos de funcionamento, entre 1852 e 1910, âmbito cronológico do nosso estudo, o Instituto foi objecto de reforma por oito vezes. A designação foi alterada duas vezes, sendo demonstrativa da abrangência pedagógica que alcançou; primeiro para Instituto Geral de Agricultura, em 1864, e posteriormente, em 1886, para Instituto de Agronomia e Veterinária. Distinguem-se quatro peças legislativas que reorganizaram profundamente a orgânica do Instituto, nomeadamente 1864, 1886, 1891 e 1897. Verificou-se igualmente alteração por legislação complementar, posteriormente aplicada, embora sem mudanças de vulto na estrutura do Instituto; porém, o mesmo não se poderá constatar no impacto destas prevalecente no desenvolvimento da instituição.

Assim, se as reformas de 1864 e 1886 procuraram resolver os problemas ou limitações estruturais identificadas desde a fundação do Instituto, dotando-o dos meios necessários ao progressivo desenvolvimento, as repercussões destas iniciativas eram refreadas pelas reformas subsequentes, nomeadamente, em 1869 e 1891. Estas, atendendo às condicionantes financeiras do tesouro português, procuraram reduzir a despesa efectuada com o ensino, cerceando aqueles mesmos meios. As alterações seguintes, datadas de 1893, 1897 e 1901 procuraram reverter o impacto da reforma de 1891, quanto

cadeiras e instalações do Instituto”, “de registo de requisições de fundos”, “de material” e “do inventário geral”; Por fim, de maior importância, em particular, para o âmbito do nosso trabalho, os “Livros das actas do Conselho Escolar e das suas secções” e o “Livro das actas do Conselho de Administração”. Art.º 229.º, Decreto de 10 de Setembro de 1903, D. do G. nº 204 de 14 de Setembro de 1903.

possível; observe-se, as decisões dos executivos mantinham-se sob a égide da restrição orçamental.

As críticas do corpo docente expressas, em particular, através da imprensa periódica de especialidade, pela qual apreciaram as várias reformas, sugerem que estas, segundo entendiam, não promoveram a resolução definitiva dos problemas e carências de resto prevaletentes na organização do Instituto. Por outro lado, as diversas estruturas de que o Instituto fora dotado não corresponderam ao que os lentes consideravam necessário ao regular funcionamento. Neste domínio sublinhavam as dotações escassas, os recursos materiais, o quadro de docentes e pessoal auxiliar e, por último, a organização pedagógica dos cursos.

O desencontro entre as reformas e as propostas dos lentes resultou principalmente da ausência da colaboração destes com os vários executivos no delineamento daquelas. Não obstante, essa participação era substituída pelas múltiplas representações dirigidas pelo Conselho Escolar ao poder político, com indicações precisas sobre as disposições consagradas em decreto-lei. De facto, o parecer da corporação científica apenas seria requerido no contexto de duas reformas. Em 1864, pela organização de uma comissão com vista à reorganização do ensino, à qual pertenceram diversos lentes e cujas conclusões desconhecemos; e, em 1886, tendo sido requerido ao Conselho Escolar a apresentação de uma proposta de organização que, porém, não constaria na nova organização.

Inicialmente disposto à formação científica e à prossecução de investigação científica, o Instituto registaria uma multiplicidade de funções, as sucedâneas dos serviços, técnicos e de aconselhamento, prestados ao público, primeiramente, através do banco e Hospital Veterinário, e, posteriormente, pelos laboratórios.

A oferta formativa compreendeu uma evolução positiva que demonstra a capacidade pedagógica do Instituto em traduzir nos planos de estudo as várias vertentes económicas associadas ao meio rural. A primeira oferta formativa era composta por três cursos, o de agrónomo, de grau superior, e os cursos de lavrador e abegão correspondentes ao segundo grau de instrução. Em 1855, acresciam os cursos de veterinário-lavrador e mestre veterinário, grau superior e elementar, respectivamente, resultantes da fusão da Escola Veterinária Militar e do Instituto Agrícola, prevista desde a criação; uma vez concretizada, correspondia à plenitude das aspirações subjacentes à fundação do Instituto.

Mais, dotava-o de uma configuração identitária que permaneceria até 1910, composta pelas secções agrícola e veterinária. A inclusão de cursos dos restantes graus de instrução agrícola justificava-se pela integração da Escola Regional de Lisboa no Instituto Agrícola, o que se verificaria até 1864. Nessa data, operava-se a mudança do plano de estudos, com o objectivo de estabelecer uma distinção entre o ensino da ciência agronómica e o ensino prático de agricultura. Note-se, tal correspondia ao reforço do carácter científico do ensino do Instituto.

Em 1864, data da primeira reorganização do ensino superior de agricultura, a oferta formativa era alargada: surgiam os cursos de silvicultor e engenheiro agrícola, ainda que, em 1886, este último curso fosse excluído da oferta formativa dado o número diminuto ou nulo de matrículas. Até 1910, a oferta formativa do Instituto era conservada com os cursos de agronomia, silvicultura e medicina veterinária, embora, a partir de 1886, os dois primeiros cursos partilhassem a componente teórica, diferenciando-se apenas na fórmula e local do tirocínio prático.

O quadro de cadeiras disposto ao ensino do Instituto apresentou um desenvolvimento progressivo, ainda que inconstante, devido às supressões de cadeiras levadas a cabo pelas reformas de 1869 e 1891. Segundo as perspectivas do corpo docente, o número de cadeiras não era suficiente para o necessário desenvolvimento das diversas disciplinas que reuniam, sendo igualmente constante a crítica à acumulação excessiva de matérias numa mesma cadeira.

Aquando da fundação, o Instituto contava com um total de sete cadeiras observando-se, desde logo, a necessidade de proceder ao desdobramento da última cadeira, decisão tomada em 1853. Até 1855, as cadeiras não eram leccionadas em exclusivo no Instituto; algumas eram partilhadas com a Escola Politécnica de Lisboa, à semelhança das cadeiras auxiliares, e com a Academia Real das Ciências. Em 1855, ainda que a fusão com os estudos de medicina veterinária tivesse capacitado o Instituto de recursos para assegurar a leccionação de todas as cadeiras oferecidas, o número de disciplinas crescia além dos recursos disponíveis. Dispondo de um total de nove cadeiras, a reorganização das disciplinas existentes, necessária pela inserção das matérias específicas de medicina veterinária e das matérias auxiliares, resultava na acumulação excessiva de conteúdos e no diminuto desenvolvimento dado às disciplinas leccionadas de cada cadeira.

Em 1864, por forma a atender a esses constrangimentos era estabelecido um quadro de “ciências preparatórias”; reuniam-se os cursos auxiliares, em número de três, e o de desenho. Ao elenco de “ciências técnicas” somavam-se três cadeiras, num total de 12, em resultado do reforço operado na formação de silvicultura e ainda de engenharia rural – através do desdobramento da respectiva cadeira – e o acréscimo de uma cadeira à secção veterinária. Cinco anos mais tarde, este quadro era reduzido a 10, devido à supressão de duas cadeiras – uma em cada secção. Por outro lado, optava-se por tornar bienal uma das cadeiras mais sobrecarregadas.

Em 1882, a criação de três novas cadeiras respeitava não apenas à melhor distribuição das disciplinas mas demonstrava a adaptação do ensino professado no Instituto, bem como da investigação científica, aos desafios suscitados à agricultura portuguesa. Observava-se uma reacção ao impacto cada vez mais proeminente das patologias e epizootias. Ainda assim, estas criações eram objecto de crítica de alguns lentes que observavam as discrepâncias quanto ao desenvolvimento possível a dar a cada cadeira. Em 1886, devido ao estabelecimento de preparatórios exigidos no acto de matrícula, o quadro de “ciências preparatórias” era suprimido, juntamente com o curso de desenho. Estas disciplinas transitavam para o quadro de “ciências técnicas”, verificando-se a especialização respectiva segundo os cursos do Instituto, dado que as matérias elementares seriam leccionadas nos liceus.

O quadro de cadeiras avolumava para um total de 21, com um acréscimo de oito cadeiras, por forma a atender à acumulação excessiva de matérias, bem como à introdução e desenvolvimento de disciplinas específicas, em ambas as secções. Ainda assim, segundo alguns lentes, o quadro apresentado não era suficiente quando considerando que, no Instituto de Agronomia e Veterinária, se reuniam três escolas, correspondentes aos cursos leccionados. Aferindo a instituição congénere francesa, o Instituto Agronómico de Paris oferecia mais de 25 cadeiras respeitantes ao conhecimento agronómico.

Em 1891, o quadro era reduzido a 17 cadeiras, supressões validadas, segundo o Legislador, pelas “afinidades” das disciplinas, então reunidas numa só cadeira. A crítica do corpo docente a estas eliminações traduzia-se quer na representação do Conselho Escolar que, em particular sinalizava o impacto do corte na formação dos médicos veterinários, quer pela representação individual de um dos lentes da secção agronómica-florestal. Pelas reformas de 1893, 1897 e 1901 procurou atender-se à contracção do ensino teórico imposto pelas supressões de 1891. Em 1893 era tornada bienal uma das cadeiras

mais sobrecarregadas da secção agronómica-florestal, ocorrendo o desdobramento respectivo em 1901, igualmente verificada numa cadeira da secção veterinária, aumentando o número de cadeiras para 19. Em 1897, atendendo à evidente falta de preparação dos alunos desde 1891, com a diminuição do número de cadeiras e dos preparatórios exigidos, eram instituídos quatro cursos auxiliares por forma a permitir um maior desenvolvimento no quadro de cadeiras.

Em 1853, o Instituto Agrícola de Lisboa era estabelecido no Palácio da Cruz do Taboado, ao qual acresciam os terrenos da Real Quinta da Bemposta cedidos, de forma condicionada, pela Casa Real, e onde seriam criados os estabelecimentos anexos estabelecidos para o ensino demonstrativo e prático das cadeiras teóricas. Contudo, os terrenos da Quinta da Bemposta demonstrar-se-iam insuficientes para os fins determinados, pelo que o Conselho de Aperfeiçoamento do Instituto Agrícola de Lisboa concluía, em 1856, ser a necessidade mais imediata do ensino “a de um domínio muito mais vasto”. A manutenção desta carência, relativa à vertente prática do curso de agronomia, sublinhar-se-ia, a partir de 1855, quando pela integração dos estabelecimentos anexos próprios do curso de medicina veterinária, entre os quais o Hospital Veterinário, se reforçava o contraste dos meios materiais dispostos ao ensino prático de cada secção científica. O Conselho Escolar representaria continuamente com vista à resolução deste problema, atendendo às consequências nefastas na formação dos alunos dado o hiato entre a formação teórica e a sua expressão prática. Entre 1858 e 1862 sucederam-se várias tentativas por forma a encontrar um espaço complementar ou substituto à Quinta da Bemposta, ainda que sem sucesso.

A resolução foi possível em 1862, pelo arrendamento das propriedades da Granja do Marquês e Quinta das Mercês, localizadas em Sintra e pertença do Marquês de Pombal, que se demonstravam suficientes para o cumprimento do ensino prático e exemplar dos alunos. Não obstante, a distância do campo de trabalhos práticos e o Instituto não resolvia a questão premente daqueles espaços não se acharem contíguos, obstando, dessa forma, ao cumprimento do que se desejava ser a pedagogia uma decorrida da simultaneidade entre as duas vertentes do ensino, teórica e prática. A questão permaneceria irresoluta até à dissolução do Instituto. Apesar de adquiridas para reforço do ensino prático, as propriedades sitas em Sintra não cumpriram totalmente esse objectivo, verificando-se poucas visitas ao estabelecimento pelos alunos e a diminuta

participação dos lentes do Instituto nos seus trabalhos, encontrando-se omissa qualquer referência àqueles espaços a partir da reforma de 1886.

Nesse sentido, e quando em 1866 o espaço restrito de que o ensino pudera usufruir na Quinta da Bemposta deixava de estar sob a administração do Instituto, o campo de trabalhos práticos ficava circunscrito aos terrenos circundantes ao Palácio da Cruz do Taboado onde encontrava o edifício principal. Na década de 90 assinalam-se ainda duas tentativas para o reforço daquele espaço, demonstrativas da imprescindibilidade respectiva para o ensino prático de algumas cadeiras. A primeira que redundara em malogro devido à falta de condições financeiras, respeitava à aquisição dos terrenos da Quinta Nova, localizados em frente ao Instituto. Já em 1898, por influência de alguns professores, seria possível o reforço pretendido com a cedência da Quinta de Montalegre ao Instituto, pelo seu proprietário Carlos Ferreira dos Anjos.

A partir de 1864, traduzindo a cientificidade crescente do ensino do Instituto, eram consolidados e ou criados novos gabinetes e laboratórios dispostos para o ensino demonstrativo e prático de cada cadeira. Ainda que nem sempre se tenha verificado a correspondência entre a instituição desses no texto legislativo e a concretização. Sublinha-se ainda a iniciativa de alguns professores na criação de alguns estabelecimentos, tais como as oficinas relativas às indústrias rurais. Em termos genéricos, era contínua a crítica do corpo docente à diminuta dotação orçamental e à falta de material indispensável a estes estabelecimentos, carências que condicionavam também o desenvolvimento da investigação científica.

As carências materiais acompanharam o Instituto desde a sua fundação e tiveram uma influência decisiva na organização pedagógica, observando-se uma tendência para as suprir com base em recursos externos. Verificamo-lo com a instituição, a partir de 1864, do tirocínio prático, complementar ao ensino teórico dos cursos de agronomia e silvicultura, prática que seria mantida pelas várias reformas. Exterior ao Instituto, a realização desse era criticada pelo corpo docente, que se opunha à direcção do ensino prático por uma entidade estranha à instituição de ensino. Acarretava o risco dos exercícios não serem consentâneos com o ensino teórico professado. Estas críticas aplicavam-se também ao curso de medicina veterinária, para o qual era instituído período de tirocínio; porém, em 1891, o Hospital Veterinário, espaço preferencial dedicado à prática clínica e cirúrgica, a cumprir nos últimos dois anos do curso, deixava de constar anexo ao Instituto, por força da autonomia delegada, a qual vigoraria até 1897. Nesse ano

era reinstituído sobre a direcção dos lentes daquela secção. Por outro lado, o carácter estacionário dos tirocínios era igualmente contestado; sugeria-se a substituição pela realização de excursões científicas às quintas de ensino agrícola e indústrias agrícolas de Lisboa, permitindo aos alunos adquirir conhecimento aprofundado das práticas rurais e industriais, bem como as particularidades das agriculturas regionais.

No mesmo sentido, as carências do material disposto à demonstração de algumas cadeiras e as diminutas condições dos estabelecimentos anexos obrigavam a encontrar-se no exterior as condições para o cumprimento dessa vertente do ensino, mesmo quando considerando que tal prática correspondia à impossibilidade do Instituto em acautelar as necessidades formativas dos discentes mormente através de oficinas-modelo referentes a todas as indústrias rurais. Inicialmente realizadas por iniciativa dos lentes, em 1886, as excursões científicas era integradas como complemento ao ensino, sendo reconhecida a sua necessidade, em 1891, em face às limitações materiais do Instituto.

Quanto à evolução numérica dos lentes catedráticos ou ordinários, esta encontra-se correlacionada com o desenvolvimento e ou contracção do quadro de cadeiras. Inicialmente exclusivamente responsáveis pela regência teórica das cadeiras, o aumento de incumbências, em particular incidentes sobre a direcção e execução dos exercícios práticos, resultava da prossecução imperfeita da vertente prática, conforme as perspectivas dos próprios lentes. A partir de 1886, a regulamentação instituía padrões sobre as aulas teóricas e práticas através da determinação da frequência e dos horários, a obrigação de os programas das cadeiras serem revistos pela Direcção-Geral de Agricultura e da apresentação das notas das aulas práticas por forma a desbloquear os vencimentos dos lentes, que por essa razão chegaram a ser suspensos. Deve destacar-se ainda o papel que os lentes tiveram, em 1897, na criação dos cursos auxiliares, de cuja regência se incumbiram sem remuneração adicional pelo efeito.

Relativamente ao corpo auxiliar de ensino, este distinguia-se entre funções que indiscutivelmente, segundo o corpo docente, deveriam ser incumbidas a corpos de funcionários diferentes, ou seja, a substituição dos lentes catedráticos e o acompanhamento dos serviços de demonstração e do ensino prático. Tal asserção assentava na incompatibilidade entre as vertentes teórica e prática do ensino do Instituto, reputadas de complementares na formação dos discentes. No entanto, este princípio não terá sido respeitado pelos vários textos legislativos originando graves perturbações no cumprimento da vertente prática do ensino, de que foi exemplificativo a realidade do

ensino após as supressões de pessoal realizadas pela reforma de 1869. Se, pela reforma de 1864, as funções se encontravam repartidas, com o estabelecimento de dois corpos auxiliares distintos, os lentes substitutos, incumbidos da substituição dos lentes catedráticos e da regência dos cursos auxiliares, e os chefes de serviço cuja criação respeitava, unicamente, ao reforço do ensino prático e ao acompanhamento dos alunos; em 1869, a supressão dos primeiros lugares, e a decorrente transição das funções para os chefes de serviço, impedia a concretização daquele último objectivo, em vista da acumulação de funções tão distintas no último corpo. Em 1886, a supressão dos lugares de chefe de serviço e a restituição dos lugares de lentes substitutos não contribuiu para o reforço do corpo docente, contra a qual terá representado, dado não atender à necessidade de criar um corpo exclusivamente dedicado ao ensino prático, conforme a proposta do Conselho Escolar havia proposto. O não preenchimento destes lugares demonstrava também a complexidade das funções de que estavam incumbidos, remanescendo apenas para o auxílio ao ensino prático, cuja realização transitava para as incumbências dos lentes catedráticos, três lugares de preparadores, não constando o seu total preenchimento.

A carência nos quadros de pessoal manter-se-ia até 1910, sendo reforçada pela reforma de 1891. Nessa, suprimiam-se os lugares de lentes substitutos, convencionando a existência de dois preparadores e um regente agrícola, número limitado e incongruente com as várias funções, pedagógicas, de investigação científica e de serviços externos a que o Instituto respeitava. A solução encontrada a partir de 1893 traduziu-se, não no reforço desses quadros pela criação de lugares efectivos, mas pela integração de elementos externos ao próprio Instituto. Para efeito, eram considerados parte integrante do corpo auxiliar um técnico da Estação Químico-Agrícola de Lisboa e do Hospital Veterinário, a que acresciam os médicos veterinários da instituição hospitalar e o farmacêutico, predispondo-se também a possibilidade de serem affectos à vertente prática do Instituto os funcionários adidos, os agrónomos e veterinários oficiais dos quadros do Ministério das Obras Públicas.

As problemáticas e carências que ressaltaram da nossa análise, inerentes à fundação do Instituto Agrícola, que subsistiram ao longo do desenvolvimento, agravadas pelo difícil contexto financeiro português, encontram expressão na memória da instituição. Congruente com as conclusões retiradas da evolução desta instituição, Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo referia o “meio adverso e tacanho” em que o Instituto havia sido fundado, no qual identificava a “indiferença” ou a “hostilidade declarada do

maior número”. Perante esta realidade, e considerando que o Instituto havia sido “sempre desajudado, contrariado até, por entidades várias, até mesmo pelas estações oficiais”, sublinhavam-se os trabalhos do corpo docente que, em “condições bastante desfavoráveis” resultavam na justa medida da sua “dedicação pelos créditos da escola e pelos do seu próprio nome e dignidade profissional”. De igual forma, apesar das limitadas condições materiais que lhes assistiam, referia, “os laboratórios do Instituto não têm deixado de prestar à agricultura os mais importantes serviços”.⁷⁹²

No final do nosso trabalho, importa reconhecê-lo como um ponto de partida para o desenvolvimento de novos estudos e reflexões sobre esta entidade científica. Atente-se em especial, ao interesse suscitado pela inserção das estruturas agronómicas portuguesas no contexto europeu de produção de ciência durante a segunda metade de Oitocentos. Por outro lado, importa-nos estudar os contributos e o impacto dos trabalhos desenvolvidos no Instituto com vista ao aperfeiçoamento dos géneros agrícolas e pecuários portugueses, e ao reforço da sua posição nos mercados internacionais.

⁷⁹² Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo, op. Cit., pp. 6-9.

Fontes e Bibliografia

Arquivos

Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa

Espólio de Jaime Batalha Réis (Esp. E4)

Doc. 41 (1), (2), (3), Caixa 9.

Docs. 5, 91, 107, Caixa 1.

Espólio de Rodrigo da Fonseca Magalhães (Esp. E21)

Carta de 25 de Outubro de 1852 enviada por José Maria Grande, Caixa 41.

Arquivo Fontes Pereira de Melo, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa

Correspondência dirigida a António Maria Fontes Pereira de Melo por diferentes personalidades, Caixa 1.

Arquivo Histórico de Economia. Acervo Infra-estruturas, transportes e comunicações, Lisboa

Livro de Actas do Conselho-Geral do Comércio, Agricultura e Manufacturas.

Processo individual de Amaro José de Mascarenhas, PI-Cx. 101.

Processo individual de Diogo Manuel Ribeiro de Araújo, PI-Cx. 9;

Processo individual de Francisco Manuel de Melo Breyner, PI-Cx. 23.

Processo individual de Francisco Pedro de Arbués Moreira, PI-Cx. 111

Processo individual de João Gagliardi, PI-Cx.72.

Processo individual de João Ignacio Ferreira Lapa, PI-Cx. 86.

Processo individual de Henrique de Figueiredo, PI-Cx. 64.

Processo individual de Isidoro Emílio Baptista, PI-Cx. 17.

Processo individual de Joaquim António Vito Moreira, PI-Cx. 111.

Processo individual de Joaquim Inácio Bastos, PI-Cx. 16.

Processo individual de João Eduardo do Rego, PI-Cx. 138.

Processo individual de Lucas José de Sá e Vasconcelos. PI-Cx. 182.

Processo individual de Luís de Melo Breyner, PI-Cx. 29.

Processo individual de Tomás de Carvalho, PI-Cx. 35.

Arquivo Histórico-Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa

Projecto de Lei nº 116/X/1.º: Secção VI. Maço 9-A. Capa 23 - Proposta de Lei nº 109-B, 30 de Julho de 1853.

Projecto de Lei nº 116/X/1.º: Secção VI. Maço 9-A. Capa 23. - Parecer nº 116 da Comissão de Fazenda.

Fontes Impressas

BEIRÃO, Caetano Maria Ferreira da Silva, “Discurso proferido na abertura das aulas do Instituto agrícola de Lisboa, no dia 5 de Outubro de 1861, pelo professor de agronomia e lavoura, C. M. F. da Silva Beirão, servindo de director geral”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. IV, 1862, pp. 253-259.

CÂMARA, Manuel de Souza da, *Panegirico de José Veríssimo d’Almeida*, Lisboa, Typ. Adolpho de Mendonça, 1920.

COSTA, Bernardino Camilo Cincinato da, CASTRO, Luís Filipe de, D., *L’Enseignement supérieur de l’agriculture en Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900

FIGUEIREDO, Filipe Eduardo de Almeida, *O Antigo Instituto Agrícola e a sua Obra (1852-1911)*, Lisboa, Typographia Castro Irmão, 1917.

GOMES, Mário de Azevedo, *Informação histórica a respeito da evolução do ensino agrícola superior*, Lisboa, Editorial Inquérito Limitada, [1958].

GRANDE, José Maria, *Considerações sobre os principaes obstaculos que se oppõem ao aperfeiçoamento da nossa agricultura e sobre os meios de os remover pelo Conselheiro José Maria Grande, Discurso pronunciado por ocasião da Inauguração do Instituto Agrícola de Lisboa pelo Director Geral do mesmo Instituto o Conselheiro José Maria Grande*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853.

Idem, *Relatorio sobre os trabalhos escolares, processos, operações e serviços ruraes instituidos no Instituto Agrícola e Escóla Regional de Lisboa durante o anno escolar de 1853-1854*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854.

Idem, *Relatorio sobre os trabalhos escolares, processos, operações e serviços ruraes instituidos no Instituto Agricola de Lisboa no anno agrario de 1854-1855 pelo conselheiro José Mari Grande*, Lisboa, Imprensa Lisboa, 1855.

Idem, *Relatorio sobre os trabalhos escolares e serviços rurais instituidos no Instituto Agricola e Escola Regional de Lisboa durante o anno escolar de 1855-1856 pelo conselheiro José Maria Grande Director do mesmo Instituto*, Lisboa, Typ. do Jornal do Comércio, 1857.

GRANDE, José Maria, COELHO, José Maria Latino Coelho, *Discurso recitado na sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa de 19 de Novembro de 1856 pelo Presidente da 1.^a Classe, servindo de Vice-Presidente da Academia. José Maria Grande e Relatorio dos trabalhos da mesma academia lido na sobredita sessão pelo secretario geral interino Jose Maria Latino Coelho*, Lisboa, Typographia da Academia, 1856.

LAPA, João Ignacio Ferreira, *Relatorio do Instituto Geral de Agricultura no anno de 1883*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883.

Idem, *Discurso Inaugural recitado na sessão solemne de abertura das aulas do Instituto de Agronomia e Veterinária no anno lectivo de 1887-1888 por J. I. Ferreira Lapa, Director e Lente Jubilado do mesmo Instituto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887.

Idem, *Discurso Inaugural recitado na Sessão Solemne da abertura das Aulas e da distribuição de premios aos alunos do Instituto de Agronomia e Veterinaria no anno Lectivo de 1888-1889 por J. I. Ferreira Lapa, Lente jubilado e Director do mesmo Instituto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888.

Idem, *Discurso Inaugural recitado na Sessão Solemne da Abertura das Aulas e da Distribuição dos Prémios aos Alunos do Instituto de Agronomia e Veterinaria no Anno Lectivo de 1889-1890 por J. I. Ferreira Lapa Lente Jubilado e Director do mesmo Instituto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.

Idem, *Discurso Inaugural recitado no dia da Sessão Solemne da Abertura das Aulas do Instituto de Agronomia e Veterinaria para o anno lectivo de 1890-1891 e Relatorio referido ao anno lectivo de 1889-1890 por João Ignacio Ferreira Lapa, Lente Jubilado e Director do mesmo instituto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

MENDIA, Henrique da Cunha Matos de, *Breves reflexões sobre o ensino superior de viticultura*, Lisboa, Typographia Universal, 1893.

PEREIRA, Francisco António Alvares, *Discursos Recitados nas Sessões Solenes de Abertura das Aulas do Instituto de Agronomia e Veterinária em 22 de Novembro de 1893 e 18 de Novembro de 1897*, Lisboa, 1902.

PIMENTEL, Júlio Máximo de Oliveira, "Relatório dos trabalhos escolares e ruraes do Instituto Agricola e Escóla Regional de Lisboa, referido ao anno lectivo de 1857 a 1858 e lido na sessão solemne da abertura das aulas do mesmo

estabelecimento”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1859, pp. 225-231.

Idem, “Relatorio dos trabalhos escolares e ruraes do Instituto Agricola e Escóla Regional de Lisboa referido ao anno lectivo de 1858 a 1859 lido na sessão solemne da abertura das aulas no mesmo estabelecimento”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. II, 1859, pp. 253-258.

Regulamento do Instituto Geral de Agricultura e Estabelecimentos Anexos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

Regulamento para o serviço veterinário do Instituto Geral de Agricultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

“Relatorio da Commissão encarregada de inspeccionar a Granja do Marquez, Tapada das Mercês, e quinta de S. Bento”, *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, vol. IV, 1862, pp. 119-128; 150-158.

Representação do Conselho Escolar do Instituto de Agronomia e Veterinária ácerca da reforma do mesmo instituto Decretada em 8 de Outubro de 1891, Lisboa, Typ. Da Companhia Nacional Editora, 1891.

RIBEIRO, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos successivos reinados da Monarchia*, t. III, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1873.

Fontes Periódicas

Agricultura Contemporanea, Revista Agricola e Agronomica (A), Lisboa, 1886-1889; 1895; 1897.

Anais do Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 1920.

Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas (O), Lisboa, 1858-1876.

Bisturi. Periodico Quinzenal, Dirigido por alumnos do Instituto de Agronomia e Veterinaria. Especialmente dedicado a assumtpos de Medicina Veterinaria (O), Lisboa, 1897.

Collecção Official de Legislação Portuguesa, Lisboa, 1844; 1869.

Commercio de Portugal, [s.l.], 1891.

Dia (O), [s.l.], 1891.

Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino, Lisboa, 1882.

Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, Lisboa, 1850-1853.

Diário de Notícias, Lisboa, 1891; 1903; 1896-1897.

Epoca (A), [s.l.], 1891.

Futuro (O), Lisboa, 1858.

Granja, (A), [s.l.], 1887.

Gazeta das Aldeias, 1887.

Gazeta dos Lavradores, 1880; 1883.

Jornal Official de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas, Lisboa, 1878-1881.

Portugal Agricola, [s.l.], 1891-1894.

Revista Agronomica, Publicação da Sociedade de Sciencias Agronomicas de Portugal, Lisboa, 1903-1905.

Revista de Educação e Ensino, Lisboa, 1886.

Revista dos Campos, Lisboa, 1889.

Revista Popular, Lisboa, 1849-1852.

Revolução de Setembro (A), Lisboa, 1852.

Século (O), Lisboa, 1897.

Vinha Portuguesa (A), Lisboa, 1891-1892.

Legislação

Diário do Governo, Lisboa, 1852-1910.

Diário de Lisboa, Lisboa, 1859-1869.

Bibliografia

Bibliografia geral

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Ilimitada, [s.d.]

LAINS, Pedro, SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, vol. III – O Século XIX, 3ª ed., Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

- MADUREIRA, Nuno Luís (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações*, vol. III – A Agricultura: Dicionário, Oeiras, Celta Editora, 2002.
- MARQUES, A. H. de, SERRÃO, Joel (dir.), *Nova História de Portugal*, coord. por Fernando de Sousa e A. H. de Oliveira Marques, vol. X - Portugal e a Regeneração, Lisboa, Editorial Presença, 2004.
- MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V – O Liberalismo (1807-1890), [s.l.], Círculo dos Leitores, 1993.
- MEDINA, João (dir.), *História de Portugal, Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol. IX - A Monarquia Constitucional, Alfragide, Ediclube, 1993.
- MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, vol. I, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais–Assembleia da República, 2004.
- Idem, *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, vol. II, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – Assembleia da República, 2005.
- Idem, *Dicionário Biográfico Paramentar, 1834-1910*, vol. III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais-Assembleia da República, 2006.
- ROLLO, Maria Fernanda, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I, Lisboa, Assembleia da República, 2013.
- SANTOS, Manuel Pinto dos, *Monarquia Constitucional: organização e relações do poder governamental com a Câmara dos Deputados: 1834-1910*, Lisboa, Assembleia da República, 1986.
- SERRÃO, José Veríssimo, *História de Portugal*, vol. IX – O terceiro liberalismo (1851-1890), [s.l.], Editorial Verbo, 1986.
- Idem, *História de Portugal*, vol. X – A queda da monarquia (1890-1910), [s.l.], Editorial Verbo, 1988.
- SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez, Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*, t. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.
- Idem, *Diccionario Bibliographico Portuguez, Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*, t. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.

Bibliografia específica

- ALVES, António Monteiro, et al., *O Instituto Superior de Agronomia na segunda metade do século XX*, Lisboa, ISA Press, 2007.

ALVES, Luís Alberto Marques, et al., *Ensino Técnico (1756-1973)*, Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 2009.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “História de um nado-morto: o primeiro ministério histórico (1856-1859)”, *Análise Social*, vol. XXXV, nº 157, 2001, p. 991.

BOUCHÈNE, Abderrahmane, et al., *Histoire de l’Algérie à la période coloniale*, [s.l.], La Découverte, 2014

Comemorações do Centenário do Pavilhão de Exposições da Tapada da Ajuda – Sessão inaugural – Sessão de Encerramento, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1988.

GEORGEL, Lolita, 229 *J Fonds Louis-Joseph Buffet (1818-1898)*, t. II, Archives Departementales des Vosges, Épinal, 2008. Acessível em [https://archives.vosges.fr/Portals/8/xNews/uploads/2017/3/27/Fonds%20LouisJoseph%20Buffet%20\(1818-1898\).pdf](https://archives.vosges.fr/Portals/8/xNews/uploads/2017/3/27/Fonds%20LouisJoseph%20Buffet%20(1818-1898).pdf) [Acesso em 18-01-2019]

GOMES, Joaquim Ferreira, *Estudos para a História da Educação no século XIX*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980.

MARTINS, João Pedro de Oliveira, *Portugal Contemporaneo*, vol. II, Lisboa, Guimarães & C.^a Editores, 1979.

MÓNICA, Maria Filomena, *Fontes Pereira de Melo - Uma Biografia*, 3.^a Edição, Lisboa, Alêtheia Editores, 2009.

NUNES, Maria de Fátima, *Imprensa Periódica Científica (1772-1852)*, Leituras de «Sciencia Agricola» em Portugal, Lisboa, Estar Editora, 2001.

NUNES, Teresa, et al., *José Veríssimo de Almeida, Percursos de agronomia e política portuguesa (1870-1912)*, Lisboa, ISAPress-Instituto Superior de Agronomia, 2017.

PEREIRA, Miriam Halpern, “Entre Agronomia e Agronomia”, Separata das *Actas do Colóquio Ernesto do Canto – Retratos do homem e do tempo*, Ponta Delgada, [s.n.], 2003.

Idem, *Livre câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos, 1971.

Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1993.

SARDICA, José Miguel, *A Regeneração sob o signo do Consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001

TOUCHARD, Jean, *História das Ideias Políticas. Da revolução americana ao marxismo*, vol. III, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2009.

Teses

BAPTISTA, Maria Carlos Correia Mendes Radich de Oliveira, *A Agronomia portuguesa no século XIX: A imagem da natureza nas propostas técnicas*, Lisboa, [s.n.], 1987. Dissertação apresentada no Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa para obtenção do grau de Doutor.